

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DA ORGANIZAÇÃO À FRENTE ÚNICA:
A REPERCUSSÃO DA AÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
NO MOVIMENTO OPERÁRIO GAÚCHO (1927 - 1930)**

Artur Duarte Peixoto

Porto Alegre, agosto de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DA ORGANIZAÇÃO À FRENTE ÚNICA:
A REPERCUSSÃO DA AÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
NO MOVIMENTO OPERÁRIO GAÚCHO (1927 - 1930)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da **Prof^a. Dr^a. Silvia Regina Ferraz Petersen.**

Artur Duarte Peixoto

Porto Alegre, agosto de 2006.

*Eles eram poucos
e nem puderam cantar muito alto a Internacional
naquela casa de Niterói
em 1922. Mas cantaram e fundaram o partido.
(...)*

*O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente
nem mesmo do Brasil
Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis
tem que falar dele.*

Ou estará mentindo.

Ferreira Gullar

AGRADECIMENTOS

Embora a pesquisa em história seja uma atividade solitária, uma dissertação para ser redigida não deixa de contar com a contribuição de várias pessoas, o que não me exime da total responsabilidade sobre prováveis erros ou imprecisões presentes neste trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora Silvia Petersen, que acreditou e apoiou a pesquisa mesmo nos momentos mais difíceis e quando esta parecia a realização de um trabalho de arqueólogo, e não de historiador. Sua orientação paciente, atenta e cuidadosa foi como um porto seguro para este iniciante pesquisador.

Aos componentes da banca do colóquio de qualificação, Beatriz Ana Loner e Benito Bisso Schmidt, os quais contribuíram de maneira valiosa com a pesquisa por meio de suas críticas e sugestões. Aos professores Adhemar Lourenço da Silva Jr., Dainis Karepovs, Diorge Konrad e Marcos Del Roio, cuja colaboração de cada um obtive em momentos diferentes e de maneiras diversas.

A todos os funcionários e estagiários dos arquivos que pesquisei, especialmente a Luis Alberto Zimbarb do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Este fervoroso torcedor do “Parmera” fez com que as distâncias entre São Paulo e Porto Alegre se encurtassem ao enviar-me dezenas de cópias digitalizadas de vários documentos, muitas por correio eletrônico. À Aline Simões Menezes que me ajudou com o acervo de periódicos da Biblioteca Rio-Grandense. João Batista Marçal, que abriu as portas de sua casa e possibilitou que conhecesse seu acervo particular.

Aos colegas do curso de mestrado com quem tive o prazer do convívio intelectual e de manter fraternas relações de amizade, especialmente Alexandre, Álvaro, Aristeu, Arthur, Caroline, Gabriel e “as amiga” Ailana, Letícia, Luciana, tenente Nóris, Renata e Viviane. À Carol, que acompanhou e apoiou quase todo percurso de pesquisa e redação do trabalho. Débora, que me auxiliou com algumas informações referentes à pesquisa. Marinês, que me deu guarida em Passo Fundo quando estive pesquisando na cidade. Aos amigos da faculdade, da militância e familiares, que durante estes dois anos tive pouco contato devido à eterna crônica

falta de tempo. Aos meus pais, pois sem ajuda deles, através do famoso “paitrocínio”, não teria a menor possibilidade de iniciar o curso de mestrado em uma outra cidade.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos comunistas cuja ação política foi objeto de estudo nesta dissertação, os quais ao dedicarem suas vidas a uma causa em que acreditavam, e muitas vezes pagando caro por isso, proporcionaram a realização desta pesquisa.

RESUMO

Após alguns anos em situação precária, em 1927 o Partido Comunista do Brasil tem sua estrutura partidária organizada no Rio Grande do Sul. O cenário político mais geral do país de arrefecimento da repressão sobre as organizações da classe trabalhadora contribuiu de maneira decisiva para a estruturação comunista no estado. Entretanto, tal conjuntura durou apenas alguns meses e, no mesmo ano, a perseguição policial voltou a atingir os trabalhadores e suas associações, prejudicando novamente a atuação do Partido.

Paralelamente à estruturação partidária, os comunistas no Rio Grande do Sul estavam envolvidos em um processo de divergências internas que, juntamente com o retorno à ilegalidade, impediam que o Partido Comunista do Brasil obtivesse um crescimento sólido no estado. Situação que começaria a mudar no início de 1929 quando, após a chegada de uma nova geração de militantes e a execução de um planejamento com vistas a obter maior atuação entre os sindicatos, conseguiu crescer de maneira expressiva. No entanto, esse avanço foi interrompido por uma onda de repressão policial instalada em 1930 alguns meses antes do movimento de outubro. Nesse sentido, o objetivo da dissertação é verificar a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário e sindical gaúcho.

Palavras-chave: MOVIMENTO OPERÁRIO; PARTIDO COMUNISTA; COMUNISTAS.

ABSTRACT

After some years living in precarious conditions, in 1927 Communist Party has its own framing organized in Rio Grande do Sul. The political scenery characterized by moderate repression on workers decisively contributed to communist structuring in the state. Meanwhile, such political context lasted only a few months and in the same year police has come back to persecute workers and their unions, affecting the party's activities again.

Together with party structuring, communists in Rio Grande do Sul were involved in a process of internal divergencies which, in addition to return to illegality, hindered Communist Party to successfully develop in the state. This situation began to change in early 1929 when, after the emergence of a new generation of militants and the planning to increase unions's actions, the party succeeded in growing more significantly. However, this progress was interrupted by a wave of police repression in 1930, some months before October movement. In this sense, the purpose of this paper is to study the repercussions of political actions of Communist Party in Brazil in Southern workers and unions movements.

Keywords: WORKERS MOVEMENTS – COMMUNIST PARTY – COMMUNISTS

SUMÁRIO

SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	10
1. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E SEUS “PRIMEIROS PASSOS” NO RIO GRANDE DO SUL	36
1.1 O movimento operário, os efeitos da Revolução de 1917 e as primeiras tentativas de inserção do comunismo no movimento operário gaúcho	36
1.2 O PCB e o movimento operário gaúcho na primeira metade dos anos vinte	46
1.2.1 <i>Os “primeiros passos” da trajetória do PCB</i>	49
1.2.2 <i>O movimento operário gaúcho e os comunistas</i>	59
2. A LENTA E DIFÍCIL ORGANIZAÇÃO COMUNISTA NO RIO GRANDE DO SUL	68
2.1 Um raro momento de atuação legal e a visibilidade dos comunistas no Rio Grande do Sul ...	68
2.2 O retorno à condição clandestina: repressão e ilegalidade do PCB.....	76
2.3 Dificuldades de organização do Bloco Operário e Camponês no Rio Grande do Sul.....	84
2.4 Permanências e descontinuidades dos comunistas em relação aos anarquistas	95
2.5 Os congressos comunistas: o VI Congresso da IC e o III Congresso do PCB.....	101
3. O BOC, A CRT E AS DEMAIS FRENTES DE ATUAÇÃO COMUNISTAS: TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO COMUNISTA GAÚCHO	108
3.1 O BOC no cenário comunista gaúcho: sua transformação em substituto do Partido.....	108
3.2 A CRT: ações a partir de um novo conceito de unificação dos trabalhadores e relações com a CGT do Rio de Janeiro	115
3.3 O 1º de maio de 1929: as comemorações comunistas em Porto Alegre e Pelotas	123
3.4 O crescimento do BOC: a inserção dos comunistas em diferentes frentes de atuação e eventos políticos em Porto Alegre e Pelotas	129
3.5 As greves e a crescente perspectiva de luta política do movimento operário sob a orientação comunista.....	146
4. DECLÍNIO E DESORGANIZAÇÃO COMUNISTA: AGITAÇÃO EXTREMADA E REPRESSÃO POLICIAL	154
4.1 As greves na Carris e o primeiro ensaio repressivo	154
4.2 O BOC na disputa eleitoral.....	167
4.3 Congresso Regional da CRT e a confirmação da linha da luta de classes	173
4.4 Às armas.....	179
4.4.1 <i>Um novo rumo político para os comunistas: o esquerdismo</i>	179
4.4.2 <i>A suposta intervenção federal e a requisição de armas</i>	184
4.4.3 <i>O novo alvo dos comunistas: os soldados e sargentos do Exército e da Brigada Militar</i> ..	188
4.5 A repressão policial e o declínio dos comunistas.....	191
CONCLUSÃO	201
FONTES DA PESQUISA	210

BIBLIOGRAFIA.....	215
--------------------------	------------

ANEXOS	223
---------------------	------------

ANEXO A – “Carta aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político dos Operários do Distrito Federal, ao Centro Político dos Choferes, ao Partido Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói.	224
ANEXO B – A data proletária.....	235
ANEXO C – Resoluções do III Congresso do PCB sobre o BOC (1928-1929)	236
ANEXO D – Programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil (1929).....	239
ANEXO E – Panfleto entregue no 1º de maio de 1929 pela CRT.....	256

SIGLAS

- AHMJSA** – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS)
- AHPA** – Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moysés Velhinho” (Porto Alegre/RS)
- AHR** – Arquivo Histórico Regional – UPF (Passo Fundo/RS)
- AHRS** – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
- ASMOB** – Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro
- BO** – Bloco Operário
- BOC** – Bloco Operário e Camponês
- BPP** – Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas/RS)
- BRG** – Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande/RS)
- CCE** – Comissão Central Executiva do Partido Comunista do Brasil
- CDHHPN** – Centro de Documentação Histórica Hugo Pereira das Neves – FURG (Rio Grande/RS)
- CGTB** – Confederação Geral do Trabalho do Brasil
- CRT** – Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul
- CSCB** – Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira
- FTP** – Federação do Trabalho de Pelotas
- IC** – Internacional Comunista ou III Internacional
- IHGRGS** – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
- MCSHJC** – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)
- NPH** – Núcleo de Pesquisa Histórica – UFRGS (Porto Alegre/RS)
- PCB** – Partido Comunista do Brasil
- PON** – Partido Operário Nacional
- PRR** – Partido Republicano Rio-Grandense
- PSB** – Partido Socialista Brasileiro
- RGASPI** – Rossiiskii Gosudarstvennii Arkhiv Sotsialnoi i Politicheskoi Issledovani
(Arquivo do Estado Russo de História Social e Política)
- SUO** – Sociedade União Operária
- UTG** – União dos Trabalhadores Gráficos

INTRODUÇÃO

Após o colapso dos regimes pró-soviéticos do leste europeu, no início dos anos noventa, o comunismo parece ter se transformado em coisa do passado. Logo ele que chegou a ser visto como uma realidade futura possível e provável, inclusive para muitos sua concretização era tida como certa. Com isso, o estudo do regime e dos partidos comunistas perdeu o sentido para muitos pesquisadores e acabou caindo em descrédito, já que passou a ser concebido nos últimos anos como um interesse anacrônico.

Isso só veio a alentar o abandono do tema “revolução” em proveito de “democracia”, mudança de eixo explicativo da historiografia que já vinha sendo operada no Brasil a partir do fim das expectativas de sucesso dos projetos revolucionários na década de setenta e que impactou particularmente o campo historiográfico brasileiro.¹

No entanto, antes dessa reorientação do eixo explicativo, não só a idéia de revolução estava em voga, como também havia vários projetos revolucionários em disputa. Logo, os partidos políticos com propostas de ruptura radical, como o comunista, estavam em total sintonia com sua época. Não compreender isso, é analisar o passado com olhos do presente, pois na atualidade estas organizações são vistas com reserva, mesmo entre aqueles que são o alvo principal: os trabalhadores. Portanto, um estudo sobre um partido comunista pode elucidar aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais importantes acerca do movimento operário, da classe trabalhadora e do cenário mais geral em que estava inserido.

A partir desse pressuposto, esta dissertação pretende examinar a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil (PCB) na dinâmica

¹ CAPELATO, Maria Helena. História política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996. Ver também: DE DECCA, Edgar. A revolução acabou. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, nº 20, mar/ago, 1990, p. 63-74.

concreta do movimento operário e sindical gaúcho nos anos finais da Primeira República, mais especificamente entre 1927 e 1930.

É pertinente tecer alguns comentários sobre esta delimitação cronológica. O PCB foi indubitavelmente o partido político brasileiro mais estudado dentre todos. Entretanto, trabalhos acadêmicos que abordem essa orientação partidária, sua atuação no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, são praticamente inexistentes, o que evidencia haver uma lacuna na historiografia sobre o movimento operário gaúcho. Portanto, esta pesquisa busca preencher (ou pelo menos contribuir nesse sentido) a ausência de trabalhos sobre a ação política dos comunistas no estado. Por isso, o “recorte” do marco temporal não está estipulado pelos parâmetros clássicos da história política republicana.

Nesse sentido, percebi haver uma espécie de “fase” na trajetória do PCB no Rio Grande do Sul, que se iniciou em 1927 e terminou em 1930 e embora houvesse militantes no estado antes desse período, foi apenas a partir desse momento que o Partido obteve visibilidade na imprensa local, quando esta começou a noticiar a ação política dos comunistas.²

Esse período, no qual os jornais noticiam a atuação comunista encerra-se, temporariamente e de forma abrupta, em 1930, por conta da desorganização partidária ocasionada por uma onda repressiva policial que iniciou no final dos anos vinte, ao mesmo tempo em que o Partido começou a adotar uma orientação política extremamente esquerdista, baseada em orientações da Internacional Comunista (IC) que pretendiam proporcionar uma feição mais “operária” aos partidos comunistas. Os efeitos dessa linha política foram tão expressivos que não é possível estabelecer de modo efetivo uma linha de continuidade entre o PCB dos anos vinte e dos anos posteriores.³ Portanto, pela disponibilidade e maior abundância de fontes e pela própria dinâmica interna do movimento operário e do percurso do Partido Comunista no Rio Grande do Sul, acredito que o período compreendido entre 1927 e 1930 é

² PETERSEN, S.; LUCAS, E. *Antologia do movimento operário gaúcho*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992, p. 304-306.

³ GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, R.; ANTUNES, R. e FERRANTE, Vera (Orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 208.

uma delimitação cronológica apropriada para o desenvolvimento da dissertação. Destaco que neste período houve um dos poucos momentos em que os comunistas atuaram em condição de legalidade.

Assim, procurei entender a razão dessa evidência e observar que tal ascensão converge de certo modo com o que Edgar De Decca⁴ salientara: o crescente peso da intervenção política do PCB naquele período. Por isso teria passado a ser visto pelos partidos tradicionais como o representante da classe operária, principalmente a partir de 1928 com o Bloco Operário e Camponês (BOC), ascensão interrompida violentamente pela repressão policial em 1930.

O cenário escolhido para ser objeto de análise está circunscrito ao Rio Grande do Sul, sobretudo às cidades de Porto Alegre e Pelotas (principais bases dos comunistas no estado), fazendo quando isso for analiticamente oportuno e possível (em virtude da limitação de fontes) algumas incursões em outros centros como Rio Grande, Caxias do Sul e Santana do Livramento, cidades que também tiveram núcleos comunistas organizados.

A delimitação do cenário ao Rio Grande do Sul para se analisar uma organização que se pretende nacional, passa necessariamente pelas fontes de pesquisa disponíveis sobre este tema, as quais não são encontradas facilmente em virtude de não existirem em grande quantidade (isso aconteceu porque o PCB passou a maior parte de sua história perseguido de maneira violenta pela polícia e por conseqüência parte significativa da documentação que ele produziu se perdeu) e, principalmente, por estarem localizadas de maneira muito dispersa, o que foi uma grande dificuldade no início da pesquisa. Dessa forma, um estudo centrado no Rio Grande do Sul possibilitou um maior domínio sobre a documentação utilizada (que será detalhada adiante), o que seria impossível em um marco espacial mais amplo no curto período destinado à pesquisa e escrita da dissertação.

Aliás, desde que comecei a trilhar meu caminho como pesquisador do PCB gaúcho, quando ainda era estudante de graduação, a pouca documentação

⁴ DE DECCA. Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

disponível sempre foi das maiores dificuldades enfrentadas e durante o período em que realizei esta investigação, meu trabalho parecia arqueologia, e não história. Nesse sentido, foi de grande valia as fontes copiadas digitalmente que recebi do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), os quais certamente contribuíram para preencher algumas lacunas que outrora existiam na pesquisa, sobretudo por dar voz aos próprios militantes. Também por existir todo esse problema, é que várias vezes valorizo detalhes mínimos sobre a ação política do Partido e dos militantes comunistas.

Não obstante ser uma organização com uma disciplina de feitiço militar e com um forte centralismo, dois dos fatores que produziram as condições propícias para a maior parte dos estudos sobre o PCB abordar sua atuação “nacional”, **há inúmeras singularidades regionais de ordem política, econômica, social e cultural que não estão presentes na historiografia sobre o PCB**. Portanto, uma investigação sobre o Partido Comunista do Brasil que examine sua atuação circunscrita a uma unidade da federação poderá se tornar uma contribuição importante para compor um quadro nacional mais representativo da história desse partido e esse campo de estudos poderia “alcançar um outro patamar analítico”, como sugere Silvia Petersen para a história operária em relação à importância dos estudos que tratem de questões regionais.⁵

Conforme mencionado no parágrafo anterior, a estrutura dos partidos comunistas era formada por diversas instâncias. No mais baixo degrau da hierarquia organizacional estava a célula, a qual era organizada primordialmente por local de trabalho, mas também por local de moradia, composta por no mínimo três pessoas. Era a base da organização comunista, a que fazia a ligação entre a política expressa pelo partido e a dinâmica social. No interior da célula é que o militante realizava efetivamente a sua formação enquanto membro do partido. Geralmente era um grupo pequeno, pois somente assim, conforme salienta Maurice Duverger, teria condições de executar sua política com sucesso e, somado a esse fato, com sua

⁵ PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: As pesquisas regionais e a história brasileira. In: ARAÚJO, Angela (org.) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85. Ver também: GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, vol. 9, n. 17, p. 59-84, 1996. REIS FILHO, Daniel Aarão. Um balanço da historiografia sobre a esquerda brasileira. In: ARAÚJO, Angela (org.) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 25-26.

organização nos locais onde os militantes trabalhavam ou moravam, seus membros mantinham contato permanente entre si.⁶

No topo da hierarquia dos partidos comunistas era comum existir o Birô Político do Comitê Central (ou a Comissão Central Executiva, como no caso do PCB), o mais alto responsável pela condução da política partidária. Os integrantes da direção eram escolhidos por todos os membros do partido e uma vez em tal posição adquiriam o controle da máquina partidária, de acordo com os princípios do centralismo democrático, que era a forma utilizada para a tomada de decisões. Ou seja, centralizado porque depois da rota política ser aprovada era exigido uma disciplina rigorosa em sua aplicação, até mesmo daqueles que haviam emitido opiniões discordantes. Este método também era considerado democrático porque as decisões provinham da cúpula, mas eram tomadas em função da base após discussões livres com todos os militantes (pelo menos em tese, mas sabe-se que nem sempre foi assim).

Ainda que o PCB fosse disciplinado e centralizado, a ação de seus membros não era o resultado de uma aplicação automática das diretrizes partidárias. Os militantes são pessoas concretas que trazem consigo culturas e convicções políticas, as quais são permeadas por questões sociais, culturais, de gênero, geração e religião, repercutindo na linha política adotada pelo Partido. Por isso também, a importância de investigações sobre atuações regionais dos comunistas, pois aspectos nesse sentido podem ser mais fáceis de ser observados.

Embora a dissertação não verse sobre o movimento operário gaúcho como um todo, mas se detenha sobre a atuação do Partido Comunista, considero ser também uma contribuição importante para se aprofundar o conhecimento sobre os nexos que permitiram a articulação das instituições operárias de luta, pois este trabalho examina o percurso de uma instituição partidária voltada aos operários e que orientava politicamente e criava outras associações proletárias, recompondo uma parte considerável da rede institucional-organizacional do movimento operário gaúcho.

⁶ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. 3 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1957, p. 58.

Nesse quadro, o objetivo central da pesquisa, ao examinar o percurso do Partido Comunista no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre e Pelotas, é verificar a repercussão de sua ação política na dinâmica concreta do movimento operário e sindical. Dito de outra forma, busco observar como o PCB procurou e que instrumentos utilizou para se inserir e mobilizar os trabalhadores gaúchos, almejando a transformação da sociedade, sua razão de existência.

Assim, procurei responder algumas questões suscitadas durante a elaboração do projeto de pesquisa: o que teria levado o Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul ter demonstrado tanta dificuldade de organização na maior parte dos anos vinte, logo em uma região que fora um dos berços do comunismo no Brasil, em virtude da importante participação do militante Abílio de Nequete na fundação do PCB, o que será detalhado adiante; como foi a relação com o anarquismo, que tinha um espaço expressivo no movimento operário gaúcho, especialmente no que se refere às continuidades e as rupturas de práticas políticas e sindicais; o que teria proporcionado a maior visibilidade comunista no fim da década de vinte; e quais as motivações da repressão policial e seu peso na desarticulação partidária experimentada em 1930.

A hipótese geral sobre os problemas enfrentados pelo PCB no sentido de sua penetração nos meios operários gaúchos aponta para o fato do Partido ter priorizado durante a maior parte do período estudado e ainda mais a partir de 1929 as atividades de agitação operária em detrimento às de organização, produzindo um descompasso entre sua capacidade de mobilização, que em alguns momentos demonstrou ser considerável para as condições da época, e seu enraizamento mais efetivo na classe trabalhadora. Ou seja, conseguiu mobilizar muitos trabalhadores, mas, por outro lado, o engajamento político e ideológico dos mesmos era muito tênue e variava conforme o cenário mais geral.

Mais especificamente, tentando responder às perguntas feitas acima, a hipótese é que o PCB no Rio Grande do Sul apresentou dificuldades de crescimento em virtude dos problemas de organização interna, derivados em parte das divergências entre os militantes; os membros do Partido parece não terem visto no anarquismo um de seus principais adversários de disputa pela hegemonia sobre o

movimento operário e sindical, por isso foram utilizadas práticas políticas similares às anarquistas como estratégia de penetração na classe trabalhadora; a maior repercussão da ação política do PCB em 1929 se deve basicamente a alguns fatores: a chegada de militantes de outras regiões, os quais, tendo maior acúmulo de experiência e mais conhecimento da “cultura comunista”, conseguiram oxigenar e dar uma organização mais sólida ao Comitê Regional; o cenário de carestia de vida para os trabalhadores, criando um contexto explosivo e por isso favorável ao discurso comunista; e o afastamento dos anarquistas dos sindicatos, o que deixou o campo aberto para os membros do PCB atuar praticamente sem adversários; a repressão ocorreu em virtude da crescente perspectiva política que os movimentos dirigidos pelos comunistas adquiriram, pela participação eleitoral (disputando o voto operário com os partidos da elite política gaúcha), pela negação em apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e pelo caráter extremado que o seu discurso passou a ter no início de 1930, com menções a obter armas e formar células entre os militares de Porto Alegre.

Cabe tecer alguns comentários acerca do anarquismo, já que é impossível não abordá-lo quando se analisa a atuação do PCB, sobretudo no período proposto para este trabalho.

A bibliografia acertadamente costuma apontar que a maior parte dos fundadores do PCB foi anarquista, que após começar a descrever nos rumos do movimento operário e sob influência da Revolução Russa de 1917, mudou de orientação e aderiu ao comunismo. No entanto, esta mesma bibliografia não indica os reflexos da herança libertária na atuação comunista, com talvez a exceção de Dainis Karepovs, que mostra semelhanças de posição entre os anarquistas e os comunistas de Santos em relação às eleições, a partir de um documento lançado por estes sobre a disputa presidencial de 1922, no qual repudiavam qualquer tipo de participação parlamentar.⁷ No máximo, foi assinalada uma precariedade teórica dos militantes do PCB, a qual provavelmente seria decorrente desse legado.

⁷ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo: USP. 2002. (Tese de doutorado em História), p. 45-46.

Essa visão, originária dos militantes e ex-militantes comunistas, contribuiu para construir um campo na historiografia, representado pelos primeiros estudos sobre os partidos e grupos de esquerda, que viram no PCB uma ruptura com a tradição “pequeno burguesa” do “anarco-sindicalismo” ao implantarem a perspectiva política no meio operário. Posição que é insustentável nos dias de hoje, pela publicação de inúmeros trabalhos que apontaram o peso significativo dos anarquistas no movimento operário na Primeira República.⁸ Enfim, a bibliografia enfatizava que as dificuldades iniciais de organização e de penetração no movimento operário por parte dos comunistas provinham desse passado, mas praticamente em nenhum momento foi mencionado onde isso se manifestou e como prejudicaria a atuação comunista.

Como se sabe, o anarquismo é uma teoria social, que atua como uma corrente ideológica operária, das que apresenta maiores dificuldades de definição precisa, em face de sua ampla diversidade no que se refere aos métodos de abordagem e ação, de modo que talvez o mais correto fosse falar em anarquismos ou em campo do anarquismo, para dar conta dessa complexidade e diversidade, as quais lhe são inerentes. Apesar disso, é possível apontar uma convergência em relação ao objetivo da abolição do Estado. Essa idéia provém do entendimento do Estado consubstancializar toda noção de autoridade imposta ao indivíduo.

O anarquismo tem uma visão naturalista da sociedade. Segundo ele “o homem possui naturalmente todas as qualidades que o tornam um ser capaz de viver em liberdade e harmonia”.⁹ Portanto, o indivíduo naturalmente não precisaria de nenhum instrumento mediador para viver em sociedade, pelo contrário, qualquer recurso do tipo seria a imposição de leis que retirariam a liberdade individual, o que

⁸ Entre outros exemplos, ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Ver também PETERSEN, Silvia. “*Que a união operária seja nossa Pátria!*”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 2001. PETERSEN, Silvia. O anarquismo no Rio Grande do Sul na Primeira República. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre (15), 1991-1992. SILVA JR. Adhemar. *Povo! Trabalhadores! tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. (Dissertação de mestrado em História).

⁹ WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 22, v.1.

deveria ser encarado como inimigo da sociedade, pois a liberdade e a espontaneidade são dos valores mais prezados pela proposta.

Mas o Estado não é o único elemento autoritário na sociedade na visão dos anarquistas; pela mesma lógica, os partidos também o são:

“Na verdade, as idéias básicas do anarquismo, com sua ênfase na liberdade e na espontaneidade, excluem a possibilidade de uma organização rígida e especialmente de qualquer coisa que se assemelhe a um partido criado com o objetivo de tomar e manter o poder”.¹⁰

Por isso, os comunistas eram vistos como inimigos da classe trabalhadora. Além dessa rigidez de organização e da falta de liberdade, o Partido Comunista exercia uma ação política, o que contrariava praticamente todas as correntes anarquistas do movimento operário, as quais se diziam apolíticas e defendiam a não participação da classe trabalhadora na política. O sistema político-partidário estaria corrompido na sua gênese, não oferecendo nenhuma possibilidade segura de participação, já que era um meio instrumentalizado pelas classes dominantes.

No caso do Brasil, conforme Angela de Castro Gomes, essa negação tinha como um dos seus objetivos afastar possibilidades existentes de dissensões internas, devido à heterogeneidade da classe trabalhadora na Primeira República sob o ponto de vista da composição étnica e de nacionalidade.¹¹ Os métodos de luta utilizados deveriam se basear na “ação direta” dos trabalhadores por progressivas conquistas econômicas e o melhor instrumento para isso eram os sindicatos, vistos como os embriões da sociedade do futuro, na qual os próprios trabalhadores dirigiriam todo o processo produtivo após a abolição do aparato estatal, que nesse novo cenário não seria mais necessário existir.

No entanto, apesar de se autoproclamarem apolíticos, suas ações inseriam-se no interior do campo do político, ainda que não passassem pela instância de um partido. Ou seja, eles não tinham ação político-partidária, mas não deixavam de

¹⁰ Ibidem, p. 17.

¹¹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. Cit., p. 88.

exercer uma ação política. Um sindicato, mesmo que revolucionário, era um organismo de reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições econômicas e dessa forma ele estava inserido no que se refere à administração pública do social; da mesma maneira, a greve geral, era vista pelo sindicalismo revolucionário como tática principal de luta na destruição do capitalismo e na construção de uma nova sociedade. Portanto, todas essas ações se inserem em uma esfera eminentemente política.

Na verdade, a negação da política era somente a de um determinado significado atribuído ao conceito, vinculado exclusivamente à administração do Estado capitalista, à disputa eleitoral e à prática partidária parlamentar, e não uma negligência de um campo importante de atuação conforme a acusação de outras correntes do movimento operário, notadamente os comunistas. Conforme Gomes:

“Os anarquistas defendiam outra estratégia de luta para a conquista de uma nova identidade para os trabalhadores na sociedade. Nela a idéia de política era redefinida, e é a partir dessa redefinição que as questões dos interesses econômicos dos trabalhadores e de sua participação podem ser entendidas”.¹²

Os anarquistas afirmavam que os meios utilizados para a “ação direta” seriam essencialmente sociais e econômicos, no entanto

“[...] a diferença entre meios socioeconômicos e políticos é, na verdade, bem menos definida do que geralmente afirmam os anarquistas, já que uma greve geral com o objetivo de provocar mudanças na estrutura política da sociedade — ou a dissolução dessa estrutura — é, na verdade, tal como Clausewitz disse sobre a guerra, ação política executada através de outros meios”.¹³

Os comunistas criticavam os anarquistas de serem negligentes com o político por se recusarem a participar da disputa eleitoral e da prática partidária parlamentar. Tal descaso teria como conseqüência o afastamento do operariado “do esforço de construção de sua identidade coletiva, esforço este materializado em uma prática contestatória cujo objetivo seria a luta política pela participação e tomada do poder”. Além disso, por “carecerem de organização política-partidária e efetiva presença

¹² Ibidem, p. 87.

¹³ WOODCOCK. George. *História das idéias...* Op. Cit., p. 34.

política, os anarquistas não se configurariam como forças adversárias significativas para o governo”.¹⁴

Mas, apesar de enfatizar a prática de uma ação política por parte dos anarquistas, não quero reduzir as diferenças de ação existentes com as outras vertentes do movimento operário, especialmente com os comunistas, apenas a essa questão. Os comunistas vislumbravam na disputa eleitoral e na prática parlamentar a possibilidade de participação em um espaço extremamente importante e que poderia ser utilizado ao seu favor, apesar da dominação burguesa. O parlamento era visto como um canal por onde os comunistas poderiam expressar sua doutrina política abertamente e denunciar as mazelas produzidas pelo capitalismo. Paralelamente a esse trabalho, iriam conquistando maior espaço político até o momento em que tivessem condições de tomar o poder e instaurar a “ditadura do proletariado” ou o “governo proletário”.

Um estudo sobre Partido Comunista merece alguns cuidados em sua abordagem para não se incorrer em equívocos, até certo ponto, comuns de acontecerem. Uma primeira preocupação, seria não confundir a atuação do Partido com a do movimento operário e da classe como um todo, viés não incomum no campo de análise sobre os partidos comunistas derivado em parte da falta de densidade analítica dessas investigações.¹⁵

O Partido Comunista pretende ser o representante, a vanguarda mais consciente do que seria a real aspiração da classe operária (a edificação do socialismo), a organização que se julga depositária e legatária desse movimento, mas não deve ser tomado ingenuamente como a expressão de toda a classe operária, uma vez que é apenas um elemento no interior de um leque político-social complexo e diversificado. Embora, assim como as demais organizações do movimento operário, o Partido Comunista seja uma expressão importantíssima e contenha elementos da classe, não pode ser confundido com ela porque esta é

¹⁴ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. Cit. p. 87.

¹⁵ Cf. GARCIA, Marco Aurélio. *Contribuições...* Op. Cit., p. 195. Ver também HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. BATALHA, Cláudio. *Vida associativa: Por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*, *Anos 90*, Porto Alegre, n.º 8, 1997.

constituída por outros componentes além do Partido. Se o compreendermos como expressão da classe, estaríamos equivocadamente tomando o discurso comunista como a expressão direta da realidade.

Portanto, a análise do Partido deve estar incorporada ao quadro social, político, cultural e às relações com a classe e com o movimento operário, para não se incorrer no erro de superestimar sua importância, segundo Eric J. Hobsbawm, comum na historiografia sobre os partidos de esquerda.¹⁶ Se nos esquecermos desse cenário mais amplo e nos atermos ao discurso dos seus documentos, poderemos acreditar que determinados aspectos tiveram maior repercussão na dinâmica social do que efetivamente aconteceu.

Conforme aponta Cláudio Batalha,

“[...] sabemos que discurso e prática nem sempre caminham juntos, na maioria das vezes não caminham juntos. Artigos teóricos em jornais e muitas das resoluções de congressos têm uma função mais didática e visam apontar para um objetivo, do que pretendem e uma implementação prática imediata, são mais recomendações do que resoluções. Mesmo nos casos em que há uma expectativa de que a recomendação seja seguida, pode haver uma considerável discrepância entre discurso e prática [...]”¹⁷

Além disso, um partido é o “lugar onde se opera a mediação política”, como nos propõe Serge Berstein, pois a passagem da realidade vivida à expressão de um discurso e um programa político não aparece como algo evidente:

“[...] A realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, o campo do político à esfera do discurso e das representações especulativas, e não existe passarela natural entre as duas. Quem ousaria dizer, de fato, que o programa articulado por uma formação política em resposta a um problema apresentado à sociedade seja a expressão direta deste?”¹⁸

No mesmo texto, o autor observa que, “entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque

¹⁶ HOBBSAWM, Eric. *Mundos...* Op. Cit., p. 19.

¹⁷ BATALHA, Cláudio. *Vida associativa...* Op. Cit. p. 93.

¹⁸ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 60-61.

passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas”.¹⁹ Seria no espaço entre o problema e o discurso que se situaria a mediação política de um partido. Portanto, Berstein salienta que uma das tarefas do pesquisador dos partidos políticos é “perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso”.²⁰

Um outro cuidado a ser tomado é a partir da constatação do Partido Comunista não ser igual aos outros partidos políticos; este é um aspecto que o pesquisador deve ter sempre em sua perspectiva. Quatro são os fatores que o diferenciam de outras organizações. Primeiro, a atuação comunista não se resume à disputa eleitoral, ao parlamento ou à vida institucional do Estado, mas durante boa parte de seu percurso foi um membro constituinte de um movimento internacional que exerceu um peso político-ideológico expressivo em vários países do planeta. Segundo, o seu internacionalismo, ou seja, o sentimento de pertencimento a um único “exército comunista internacional” era muito intenso o que, aliado ao fascínio exercido pela revolução soviética, explica até certo ponto, a subordinação ao bolchevismo, sobretudo na sua face mais obscura, no período stalinista. Terceiro, o partido comunista se insere no movimento operário e sindical e em várias outras frentes de atuação distintas e, no caso brasileiro, estas chegaram a ser em muitos momentos os únicos meios de atuação política por conta do constante impedimento de sua participação nos processos eleitorais. Por fim, a prática comunista abarca toda a vida do indivíduo militante, inclusive constituindo o que poderia ser chamada de uma “sub-sociedade comunista”, como observa Dulce Pandolfi,²¹ na medida em que os limites entre a militância e a vida privada em muitos momentos são muito tênues e praticamente não existem, tamanha imersão do militante na estrutura partidária.

¹⁹ Ibidem, p. 61.

²⁰ Ibidem, p. 61. Para ver um outra concepção, ver: BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1929-1964)*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 23-24. Cf. CERRONI, Umberto. Para una teoria del partido político. In: CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monty (org.). *Teoria marxista del partido político*. México: PYP, Cuadernos del Pasado y Presente, 1978.

²¹ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 38.

Mas todas essas considerações e cuidados apontados acima ficam incompletos se não procurarmos compreender ao mesmo tempo a tamanha abnegação com a qual os militantes comunistas construíram seus percursos, característica fundamental de sua identidade política, sem a qual, como Hobsbawm já salientou, seria impossível compreender tanto as grandes realizações do comunismo como as grandes perversões do stalinismo.²² A identidade comunista tem uma característica marcante: a visão extremamente cientificista, evolucionista e teleológica da história, amparada no leninismo e que foi acentuada durante o apogeu stalinista. Como acreditavam que o processo histórico rumava inexoravelmente ao socialismo, os partidos comunistas somente deveriam guiar o proletariado na rota dos seus “verdadeiros anseios históricos”. A crença na inevitabilidade do socialismo seria como “água para o moinho” para construírem uma prática de total abnegação com o Partido.

Em relação ao campo de estudos sobre o PCB, como a maior parte foi produzida por militantes ou ex-militantes do Partido e, além disso, o tema está impregnado de uma forte relação com o presente, estes trabalhos padeceram freqüentemente de um processo de super-ideologização por parte dos seus autores. Ou seja, muitos desses estudos foram redigidos na verdade para criticar ou justificar certas posições adotadas pelo Partido no passado ou mesmo no presente. Efetivamente, não passavam de “acertos de contas”, o que implicava graves problemas analíticos, porque a análise era reduzida em função do que o Partido deveria ter sido e não o que realmente foi,²³ tornando-se estudos desvinculados da realidade.

A contribuição das pesquisas acadêmicas permitiu corrigir boa parte dessa tendência. A postura com a qual o estudioso deve trabalhar é “avaliar o Partido Comunista não em função de um *dever ser*, da ‘Revolução’ que ele não quis ou não pode fazer, mas de examinar o papel que — com maior ou menor consciência — desempenhou no processo real”.²⁴ Edward P. Thompson havia salientado que nós não “deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um

²² HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 18.

²³ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva...* Op. Cit., p. 31.

²⁴ *Ibidem*, p. 31.

homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior”.²⁵ Em outro texto de sua autoria, sua observação enfatiza que

“[...] olhemos a história como história — homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação — e não como um texto para fanfarronices do tipo assim deveria ter sido”.²⁶

O impacto da produção militante repercutiu também de outra forma na historiografia do movimento operário, utilizando termos retirados diretamente do ambiente dos militantes como conceitos analíticos, carregados portanto de subjetividade. Um dos mais conhecidos sem dúvida foi o “anarco-sindicalismo”, confundido sistematicamente pela historiografia com o anarquismo. Tal conceito é inapropriado e gerador de confusão, porque vincula automaticamente uma concepção de prática sindical com uma corrente ideológica que atua nos sindicatos. Edilene Toledo denomina *sindicalismo revolucionário* à concepção de prática sindical que predominava em São Paulo, a qual

“[...] foi uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo e se constituiu num movimento internacional que tinha como base a defesa da luta de classes, da ação direta dos trabalhadores, da autonomia operária e da neutralidade política do sindicato. Esse projeto *sindicalista revolucionário* procurava conciliar a luta cuja finalidade era obter melhorias para os trabalhadores a curto prazo com a perspectiva a longo prazo da destruição do capitalismo e da instauração de uma sociedade nova, gerida pelos próprios trabalhadores”.²⁷

Embora haja semelhanças entre o movimento sindical de São Paulo com o do Rio Grande do Sul e em algumas ocasiões alguns militantes mencionarem integrar o sindicalismo, os mesmos indivíduos que eram predominantes no movimento sindical gaúcho antes da ascensão comunista no final dos anos vinte se assumiam como

²⁵ THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 13.

²⁶ THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 140.

²⁷ TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 19. (grifos da autora).

anarquistas. Por isso, quando for feita referência a esses militantes será utilizado o termo “anarquista”.

A mesma preocupação orientou a utilização do termo “socialista”, corrente de pequena expressão durante todo o período analisado por este trabalho. Esta definição será usada para não incorrer em apropriações ligeiras, como “social-democrata”, termo recorrente na Europa e que denominava vários partidos políticos, mas que quase não era utilizado pelos militantes que se assumiam como socialistas no Rio Grande do Sul. Portanto, poderia não estar sendo preciso caso empregasse “social-democracia”, como também não seria se aplicasse “amarelo” ou “reformista”, pois são termos pejorativos criados por seus adversários no ambiente de luta com objetivo de detratá-los.

Em relação ao tema da dissertação, como ele aborda, parafraseando Edward P. Thompson, a ação de um partido político em seu próprio fazer-se e como é composto, obviamente, por atores sociais, a origem das escolhas políticas e os processos de tomada de decisão por estes mesmos atores assumem um papel relevante na análise, pois elas não são como um espelho reflexivo das instâncias econômicas e sociais, sofrem mediações e possuem uma relativa autonomia. Sobre isso, Rémond salienta:

“[...] há uma conclusão que se impõe ao cabo de múltiplas pesquisas realizadas durante meio século sobre a origem das opiniões, das convicções e das crenças: não existe uma relação única de causalidade simples entre a situação, a posição, o status dos indivíduos e aquilo em que acreditam, a causa a que aderem e pela qual, eventualmente, dariam espontaneamente até a própria existência”.²⁸

Isso traz conseqüências para a redação do trabalho, como a necessidade de, em vários momentos, se recorrer a uma estratégia descritiva, de modo que seja possível salientar os elementos para verificar e compreender como foram operadas essas escolhas e decisões políticas, e não apenas o seu “resultado”, ou seja, observar como o PCB procurou se inserir e mobilizar a classe trabalhadora gaúcha.

²⁸ RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

No que se refere às fontes, foram utilizados principalmente os jornais e em menor número correspondências entre militantes e documentos partidários oficiais. Em relação ao primeiro conjunto, há uma vinculação com a cronologia delimitada, conforme indiquei antes, uma vez que no início do ano de 1927, iniciou-se a publicação na imprensa gaúcha de matérias referentes à atuação do Partido Comunista do Brasil (que pôde atuar livremente devido ao período de legalidade de janeiro a agosto daquele ano) e, a partir de 1928, das atividades do Bloco Operário e Camponês, que, como veremos, era uma frente única destinada a unificar trabalhadores urbanos e rurais em uma legenda eleitoral durante a clandestinidade dos comunistas, estando disponibilizadas, dessa forma, fontes valiosas para o desenvolvimento da pesquisa.

Cabem algumas considerações quanto à utilização dos jornais, os quais são as fontes mais abundantes de meu trabalho e por isso a base de sustentação empírica da pesquisa. Primeiramente, quero salientar as qualidades desse tipo de fonte. A primeira delas é o fato já mencionado de ser a de natureza mais numerosa para meu objeto. As fontes produzidas pelos próprios membros do PCB além de estarem dispersas, muitas de difícil acesso,²⁹ uma grande parte se perdeu ao longo do tempo, por conta da constante repressão e da clandestinidade da organização.

Os jornais operários, utilizados em menor quantidade na pesquisa, são extremamente valiosos, pois sendo um “material bruto produzido no próprio meio operário, eles são ricos em conteúdo teórico e permitem ao pesquisador uma radiografia do seu processo de conscientização e organização”.³⁰ Em relação aos jornais da grande imprensa, ainda que sua tendência política interfira no conteúdo da notícias, criando várias interpretações possíveis para um mesmo

²⁹ Provavelmente o local com maior quantidade de fontes sobre o PCB seja o Arquivo do Estado Russo de História Social e Política, em Moscou, onde está depositada a documentação proveniente da Internacional Comunista. As cópias de uma parte minoritária desse material foram trazidas para o Brasil e estão alocadas no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp, em Campinas, e no Centro de Documentação e Memória da Unesp, em São Paulo.

³⁰ CARDOSO, Alcina e ARAÚJO, Silvia. Jornais operários — metodologia para análise histórica do discurso operário na Primeira República. *História: Questões & Debates*, Curitiba, 4(6), jun., 1983, p. 100.

acontecimento,³¹ isso não os descaracteriza como um importante meio de informação para a história da Primeira República, como salienta Maria Helena Capelato.³²

No entanto, creio ser necessário prevenir o leitor quanto a algumas questões. O pesquisador deve lembrar que

“[...] em se tratando de jornais operários, eles são dirigidos por alguns militantes que têm como objetivo ‘despertar a consciência da classe’, ‘sacudir os companheiros do torpor em que se acham imersos’ e não podem ser tomados mecanicamente como ‘expressão da classe’. Sua própria circulação entre os operários é discutível. De qualquer forma, e com esta advertência, é a fonte mais rica com que contamos para a pesquisa [da história operária]”.³³

Outra questão a observar, sobretudo ao se utilizar dos jornais da “grande imprensa”, é que em muitos casos eles estão ligados diretamente a alguma corrente política local e, portanto, têm funções doutrinárias similares aos jornais operários. Dessa forma, não devem ser vistos como expressão direta da realidade, assim como nenhuma fonte.

Os periódicos da “grande imprensa” utilizados na pesquisa foram: de Porto Alegre, *Diário de Notícias*, *Correio do Povo* e *A Federação*; de Pelotas, *Opinião Pública*, *O Libertador*, *Diário Popular* e *Correio Mercantil*; de Rio Grande, *A Lucta*, *O Tempo*, *Rio Grande* e *Echo do Sul*; de Caxias do Sul, *Caxias* e *O Popular*; de Santana do Livramento, *O Republicano*; de Jaguarão, *O Liberal*; de Passo Fundo, *O Nacional*; de Viamão, *O Viamonense*. Os jornais de extração operária usados na pesquisa — todos de Porto Alegre — foram: *A Luta* (anarquista), *O Povo* (socialista) e *O Sindicalista* (anarquista). Em relação aos periódicos comunistas, foram utilizados: *A Voz Comunista*, de Santana do Livramento; *Martelo e Foice – Hammer*

³¹ Cf. ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudos do PPG em História (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 13, p. 19-29, 1995.

³² CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2003, p. 139.

³³ PETERSEN, Sílvia. “Que a união operária... Op. Cit., p. 20-21.

und Sichel, de Porto Alegre; *A Classe Operária* (jornal oficial do Partido) e *A Folha da Discussão*, do Rio de Janeiro.

Afora os jornais, também foram utilizados materiais produzidos pelos próprios militantes, sobretudo correspondências e documentos oficiais do PCB, emanados dos órgãos diretivos nacional e regional. A importância da correspondência é trazer à tona questões “subterrâneas” do cotidiano partidário que não aparecem nos registros oficiais (suas teses, por exemplo), muito menos na imprensa: divergências pessoais e políticas, ressentimentos e questões diversas são algumas das leituras que podem ser feitas com esse tipo de fonte.

Em relação à documentação oficial do Partido (teses, relatórios, estatutos), ela evidencia a compreensão da realidade que ditava a linha política da organização que deveria ser aplicada por todos os seus núcleos e, além disso, ela mostra os acertos, os percalços e os limites na implementação das tarefas a que se propuseram. São fontes que se tornam importantes em virtude da organização disciplinada e centralizada como é a comunista. Por outro lado, especialmente em se tratando de teses e diretrizes políticas, possibilitam perceber como foi a aplicação efetiva das orientações pelos comitês regionais e municipais: se seguida disciplinadamente, com ressalvas ou com total resistência, podendo-se descobrir tendências divergentes e disputas de opiniões no interior do Partido.

Quanto às obras que foram produzidas sobre o PCB e os comunistas, tal produção bibliográfica pode ser dividida, de um modo muito geral, em duas tendências principais: a produção militante e os trabalhos realizados no interior do ambiente acadêmico.

Os primeiros trabalhos sobre o PCB foram escritos por militantes ou ex-militantes comunistas ou por indivíduos com alguma espécie de vínculo com a esquerda, e podem ser subdivididos, em histórias de “corte” ou “inaugurais”, das efemérides e as memórias individuais.³⁴ O primeiro tipo são aquelas obras

³⁴ Sigo a classificação criada por BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 147., a qual se aproxima de ANDERSON, Perry. La historia de los

produzidas sobretudo entre as décadas de 50 e 70, as quais veriam na fundação do “partido da classe operária” uma ruptura por parte do proletariado com a tradição anterior do “anarco-sindicalismo”, no sentido de inaugurar uma nova etapa da formação da classe, na qual esta estaria atingindo plena consciência de seus anseios históricos. Os livros de Astrogildo Pereira³⁵ e Nelson Werneck Sodré³⁶ podem ser incluídos nesta classificação. Aliás, o último tinha a incumbência dada pela direção do Partido Comunista, do qual fazia parte, de escrever a história da organização. São estes os trabalhos que mais se aproximaram de uma história oficial.

O segundo tipo é o das efemérides, obras que se detiveram ao mero arrolamento de greves, congressos, lutas político-ideológicas que fizeram parte da história do movimento operário. O trabalho de Hermínio Linhares pode ser incluído aqui.³⁷

O terceiro tipo são as memórias individuais. Geralmente apresentam um saudosismo da época de atuação partidária, enaltecendo um passado glorificado pelas lutas comunistas,³⁸ ou expressam suas desilusões com o Partido.³⁹ Porém, por outro lado, são obras que trazem um conjunto de informações valiosas, tanto as ligadas ao cotidiano dos militantes quanto aquelas procedentes de documentos citados ou transcritos, em geral já inexistentes na sua forma original, por isso mesmo importantes para o pesquisador. Apesar da subdivisão, freqüentemente as obras apresentavam características de ambas as modalidades.

partidos comunistas. In: SAMUEL, Raphael (org.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Grijalbo, 1984. Pelas características da historiografia européia sobre o comunismo apresentadas por Anderson, se percebem aspectos similares as do Brasil.

³⁵ PEREIRA, Astrogildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Contribuição à história do PCB. *Temas de Ciências Humanas*. n.º 8 e 9, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980.

³⁷ LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

³⁸ Como exemplos poderiam ser destacados os trabalhos de MARTINS, Eloy. *Um depoimento político*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1989. LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, Arquivo de História Social Edgar Leuenroth, 1982.

³⁹ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

Quando as pesquisas sobre o PCB passaram a fazer parte dos estudos universitários,⁴⁰ parcela significativa das tendências apresentadas pela produção militante foram modificadas, conforme já foi comentado. Os trabalhos oriundos do ambiente acadêmico apresentam variações teórico-metodológicas significativas, embora praticamente todos tenham sido tributários em alguma medida do materialismo histórico.

Neste conjunto de estudos, alguns temas foram discutidos de modo exaustivo. Provavelmente o mais debatido foi o da influência estrangeira que o PCB recebeu por parte da Internacional Comunista. A idéia de que o Partido fora conduzido exclusivamente pelas orientações da IC, principalmente, a partir do seu VI Congresso, em 1928, foi enfatizada por vários autores.⁴¹ Uma posição antagônica a essa defende uma atuação autônoma do Partido diante das diretrizes internacionais, não recebendo influxos estrangeiros tão determinantes quanto foi destacado,⁴² indicando com isso, uma ação eminentemente nacional por parte dos comunistas. Além destes dois posicionamentos há um intermediário, o qual procurava conciliar as duas posições, captando o que cada uma tinha de mais consistente: os militantes comunistas brasileiros estavam convergindo às orientações estrangeiras e o organismo responsável pelos excessos de autoritarismo não era tanto a IC, mas o seu entreposto na América Latina, o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista.⁴³ Embora não entre na polêmica, de um modo geral cada uma das três posições têm uma parcela de razão, muitos trabalhos em que a qualidade de

⁴⁰ Um dos primeiros trabalhos é o de PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁴¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Do mesmo autor: *O proletariado industrial na Primeira República. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. História Geral Civilização Brasileira, Tomo 2, Vol. 9, São Paulo, Difel, 1977. E ainda: *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982. Do autor: *Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)*. *Cadernos AEL*. Campinas, n.º 2, p. 11-34, 1995. CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁴² ZAIDAN, Michel. *Comunistas em céu aberto 1922 - 1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Do mesmo autor: *PCB (1922-1929): Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

⁴³ QUARTIM DE MORAES, J. Defende que houve uma convergência espontânea do pensamento de Octávio Brandão, a quem considera o expoente do percurso teórico do PCB, com o pensamento de Stalin. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 1, 2 Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. Conferir também CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

pesquisa empírica é indiscutível, inclusive, embrenhando-se em arquivos estrangeiros, antes nunca visitados. Portanto, são obras que não podem ser meramente descartadas.

No início dos anos oitenta, surgiria uma vertente na historiografia, desenvolvida na Unicamp, que apontava para a existência de um período no final da década de vinte em que vários projetos revolucionários disputavam a hegemonia do processo político brasileiro. Nessa disputa, o Bloco Operário e Camponês, criado pelo PCB, aparecia como o representante legítimo da classe operária e devido à sua expressiva participação nesse processo foi reprimido violentamente pelas elites dominantes.⁴⁴ Opinião extremamente polêmica, por superdimensionar o papel da classe operária e do BOC na luta política daquele momento como agentes revolucionários que estariam em igualdade de condições com os partidos da elite dominante, e a importância do Bloco como representante da classe e não apenas de uma parcela dos trabalhadores organizados. Entretanto, Marco Aurélio Garcia, ao fazer um balanço historiográfico sobre a esquerda, constatou que as pequenas dimensões do Partido e a manutenção de laços problemáticos com o movimento operário são idéias predominantes, ou seja, são poucos autores que compartilham das opiniões desenvolvidas por aquele grupo da Unicamp.⁴⁵

Também nos anos oitenta surgiram outros dois importantes trabalhos sobre o PCB. O americano Ronald Chilcote analisou a atuação do Partido procurando demonstrar as conseqüências da organização para a ação político-partidária comunista.⁴⁶ Leôncio Martins Rodrigues examinou o peso da base social dos militantes, principalmente os da direção partidária, na condução da rota política do organismo.⁴⁷

⁴⁴ DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos...* Op. Cit. TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: A dominação oculta*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993. MUNAKATA, Kazumi. *Algumas cenas brasileiras*. Campinas: Unicamp, 1982 (dissertação de mestrado em História).

⁴⁵ GARCIA, Marco Aurélio. *Contribuições...* Op. Cit., p. 215.

⁴⁶ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro...* Op. Cit.

⁴⁷ RODRIGUES, Leôncio M. *O PCB: Os dirigentes e a organização*. O Brasil Republicano. *História Geral Civilização Brasileira*, Tomo 3, Vol. 3, São Paulo, Difel, 1981.

Gostaria de salientar ainda um outro tipo de bibliografia, as antologias,⁴⁸ que de alguma maneira suprem a árdua tarefa de compilar documentos sobre a história operária em suas mais variadas facetas, assim como indicar o paradeiro e trazer informações sobre fontes jornalísticas produzidas pelos próprios trabalhadores,⁴⁹ são trabalhos muito salutares para nosso ofício, pois facilitam a atividade do pesquisador ao disponibilizar o acesso à documentação, muitas vezes extremamente rara e de difícil contato, a qual pode sugerir caminhos a serem trilhados para responder as respostas suscitadas sobre o assunto, ou ainda, levantar questionamentos a serem transformados em novas pesquisas.

A produção acadêmica sobre o Partido Comunista e o movimento operário, de forma mais geral, não vinha atravessando bons momentos. Assunto fora de moda era deixado de lado pela historiografia em proveito de outras preferências analíticas que privilegiavam o estudo da classe e dos trabalhadores ao invés do movimento e de suas instituições. Entretanto, contrariando a tendência nacional, foi publicada pela editora da Unicamp uma compilação de artigos sobre o percurso do PCB, do marxismo e da esquerda. Com uma gama variada de pesquisadores. *A História do marxismo no Brasil* (cinco volumes),⁵⁰ cujo lançamento do primeiro número ocorreu em 1991, foi resultado de um seminário realizado na Unicamp sobre comunistas e inspirada na *História do Marxismo* organizada por Eric Hobsbawm, uma iniciativa importante cujo impacto parece ter repercutido na historiografia como uma espécie de “divisor de águas”, já que após a publicação de seus primeiros volumes a quantidade de trabalhos sobre o PCB e os comunistas no Brasil aumentou. Outra publicação recente que merece destaque é *Corações Vermelhos*,⁵¹ também resultante de um seminário, intitulado *80 Anos do Movimento Comunista no Brasil*, realizado na Unesp em 2002.

⁴⁸ CARONE, Edgard. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1984. Também de Carone: *O PCB I (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982. PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia...* Op. Cit. PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil. 1889-1930. O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, v.1, 1979.

⁴⁹ MARÇAL, João B. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: Edição do autor, 2004. PETERSEN, Sílvia. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS/FAPERGS, 1989.

⁵⁰ Há a previsão do lançamento de um sexto volume em breve.

⁵¹ MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOVA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

Assim, nos anos noventa, os estudos tratando dos comunistas foram retomados pela historiografia, os quais de maneira geral trazem novas preocupações e novas formas de encarar a temática, expressando as recentes tendências teóricas em curso. As problemáticas enfocando aspectos da cultura, do cotidiano e da memória predominam: processos de construção identitária dos militantes, a moral comunista, mitos conformando a militância e o discurso anticomunista são alguns dos temas abordados atualmente.⁵² Além dessas abordagens, mais voltadas ao âmbito cultural, também vêm sendo produzidos, mas em menor quantidade, artigos, dissertações e teses, publicados ou não, que fazem da perspectiva organizacional do movimento operário e sindical um importante objeto de análise.⁵³

No Rio Grande do Sul, ao contrário da tendência nacional, estudos sobre o movimento operário são freqüentes e vêm crescendo o número de pesquisadores a abordarem a temática. No entanto, existe uma pequena quantidade de trabalhos específicos sobre o PCB,⁵⁴ os centrados na década de vinte são quase inexistentes e, na maior parte dos casos, a abordagem sobre o Partido coloca-se lateralmente à análise de outros temas, não sendo a problemática principal.⁵⁵ Portanto, o trabalho

⁵² SALES, Jean Rodrigues. O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 6, p. 155-171, 2002. PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros...* Op. Cit. NEVES, Lucília de Almeida. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 4, n. 1. p. 53-64, 1998. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 3. N. 1, p. 69-83, 1997. FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

⁵³ Só a título de exemplos. MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001. SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002. KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit. ZIMBARG, Luís Alberto. *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927 – 1945)*. Franca: Unesp, 2001. (Dissertação de mestrado em História).

⁵⁴ Entre os quais destaco: GARCIA, Eliane. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Dissertação de mestrado em História). KONRAD, Diorge Alceno. *1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUC-RS, 1994. (Dissertação de mestrado em História). MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

⁵⁵ Como é o caso de LONER, Beatriz. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Ed. Universitária, Unitrabalho, 2001. Fruto de sua tese de doutorado, a autora abordou o PCB em Pelotas e Rio Grande, mas no interior de uma perspectiva analítica e temporal mais ampla, cuja preocupação central era analisar o processo de formação de classe dos trabalhadores. O trabalho de FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004 analisa o processo de desenvolvimento da cidadania dos trabalhadores do Bairro Navegantes em Porto Alegre e o PCB

que desenvolvi de certo modo é pioneiro, pois desbravou um campo praticamente intocado pelos pesquisadores acadêmicos. Isso trouxe dificuldades significativas para a pesquisa, uma vez que grande parte da documentação utilizada era praticamente desconhecida. Aliás, desde a época em que estava realizando a pesquisa para minha monografia de graduação venho tentando descortinar fontes sobre a história do PCB no Rio Grande do Sul, por isso visitei vários arquivos no estado e procurei consultar documentos, ainda que a princípio não parecessem ser frutíferos para a investigação.

Para finalizar esta introdução, de maneira sucinta é apresentado o conteúdo dos quatro capítulos da dissertação, antecipando ao leitor a forma como ela foi estruturada a fim de atingir seus objetivos.

O primeiro, ***O Partido Comunista do Brasil no cenário nacional e seus “primeiros passos” no Rio Grande do Sul***, propõe contextualizar as origens do comunismo no Brasil e no Rio Grande do Sul em sua relação com o contexto social, político, econômico e cultural do país e destacar as experiências iniciais de atuação comunista no movimento operário e sindical gaúcho. Seu objetivo é oferecer ao leitor elementos para entender as questões que surgirão no final dos anos vinte, e que constituem a temática da dissertação.

O segundo, ***A lenta e difícil organização comunista no Rio Grande do Sul***, verifica o processo de organização do PCB no estado quando este readquire o estatuto de partido legal em 1927, pautado pelas fragilidades, divergências internas e pelas dificuldades em se afirmar como referência no movimento operário do estado, que contava com uma presença muito forte dos anarquistas, refletindo inclusive na própria intervenção política dos comunistas. Esse capítulo também examina a grande dificuldade inicial de consolidação do BOC quando o Partido retorna à sua condição ilegal ainda em 1927.

entra como um dos elementos constituintes desse processo. Silvia Petersen redigiu um relatório de pesquisa não publicado no qual fez um panorama do movimento operário gaúcho nos anos vinte, com o objetivo de que servisse como uma referência contextual para objetos de pesquisa com temáticas mais específicas. Nesse trabalho, embora o PCB tenha um peso importante, o foco da autora não é exclusivamente sobre ele. PETERSEN, Silvia. *Da ação direta à disciplina do partido: percursos do movimento operário gaúcho nos anos 20*. Relatório de pesquisa para o CNPq. Porto Alegre. mimeo. (inédito), 2000.

O terceiro, ***O BOC, a CRT e as demais frentes de atuação comunistas: trajetórias do movimento comunista gaúcho***, examina a ascensão experimentada pelos comunistas no movimento operário e sindical do Rio Grande do Sul, com a criação e reorganização de vários sindicatos, federações sindicais e associações políticas.

O quarto, ***Declínio e desorganização comunista: agitação extremada e repressão policial***, analisa o aumento do tom revolucionário do discurso e das ações comunistas, que intensificaram as atividades de agitação operária. Também são examinadas as condições de surgimento da repressão policial sobre os membros do BOC e do PCB e o seu peso na perda total de visibilidade dos comunistas no Rio Grande do Sul em 1930.

A dissertação apresenta na parte final, além de algumas conclusões, a bibliografia e as fontes da pesquisa, anexos que possibilitam ao leitor conhecer uma pequena parte da documentação consultada para a produção deste trabalho.

1. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E SEUS “PRIMEIROS PASSOS” NO RIO GRANDE DO SUL

Para o leitor, pode parecer estranho que uma dissertação centrada cronologicamente nos anos entre 1927 e 1930 inicie com um capítulo que trata de caracterizar os “primeiros passos” da inserção do comunismo no Rio Grande do Sul. No entanto, este capítulo de contextualização do tema, embora genérico pareceu indispensável para que o leitor possa posteriormente entender questões que surgirão no final dos anos vinte e cujas raízes estão plantadas no mínimo desde a segunda década do século XX.

1.1 O movimento operário, os efeitos da Revolução de 1917 e as primeiras tentativas de inserção do comunismo no movimento operário gaúcho

Desde os primeiros anos da República, os trabalhadores no Brasil construíram várias associações e organismos de luta por suas reivindicações, como sindicatos, uniões, federações e partidos. Entretanto, não caberia aqui um exame detalhado e minucioso do percurso das instituições e lutas desenvolvidas pelo movimento operário porque se trata de uma contextualização extensa e já foi realizada por outros autores.¹ Contudo, antes de abordar meu objeto de pesquisa propriamente dito — o Partido Comunista do Brasil — é preciso fazer uma incursão pelos antecedentes do Partido no movimento operário e sindical, para que o leitor conheça o cenário em que os comunistas irão atuar no país e no Rio Grande do Sul, o *locus* de minha abordagem. No mesmo sentido seletivo, não me remeterei às origens do movimento operário e sim aos meados da década de dez, período em que o movimento, como veremos a seguir, passa a ter implicações mais importantes em relação ao surgimento do futuro PCB. Esta contextualização será extremamente

¹ Entre eles destaco: BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

genérica e, considerando a proposta da dissertação, focalizará principalmente a linha das tendências ideológicas do movimento operário no período.

Na década de dez, duas correntes ideológicas, entre outras, disputavam o controle da condução do movimento operário: os socialistas e os anarquistas. Os socialistas provinham de uma tradição teórica próxima do marxismo. Embora tenham tentado durante um longo tempo organizar um partido político, nunca conseguiram ter unidade suficiente para criar um que fosse sólido e duradouro, predominando organizações efêmeras e com abrangência meramente local. Já os anarquistas se baseavam, do ponto-de-vista teórico, especialmente em Pedro Kropotkin e Enrico Malatesta e professavam uma forte oposição a tudo que entendiam como opressão aos indivíduos, fazendo, como já observei, que fossem antiestatistas, anticlericais e defendessem com veemência a não participação dos trabalhadores na política partidária,² como foi indicado na introdução deste trabalho.

As principais razões para as divergências entre socialistas e anarquistas estão, basicamente, em dois aspectos: primeiro, enquanto aqueles enfatizavam a necessidade dos trabalhadores em momentos particulares da luta por suas reivindicações obterem ganhos parciais ao invés de não conquistarem nada, os anarquistas geralmente defendiam apenas a vitória total. Segundo, a divergência sobre a participação na política partidária: ao passo que os socialistas preconizam a criação de partidos operários, os anarquistas combatiam veementemente este tipo de envolvimento.

Por causa dessas diferenças, socialistas e anarquistas divergiram em vários movimentos e disputaram o controle de entidades, sendo que a partir de meados da década de dez o anarquismo predominou. No Rio Grande do Sul a situação era muito parecida, onde também as duas principais correntes ideológicas operárias eram a socialista e a anarquista, com a disputa entre ambas muito acirrada. Mas, para compreendermos melhor o cenário da disputa entre as duas vertentes, devemos conhecer a um pouco da trajetória da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), já que os dois grupos travaram muitas batalhas pelo controle da

² BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário...* Op. Cit., p. 21-24.

entidade, além dela ser a principal referência do movimento operário gaúcho na Primeira República.

A fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) ocorreu como produto de uma mobilização em Porto Alegre, em outubro de 1906, conhecida como a “Greve dos 21 dias”, a primeira greve geral do estado.³ O movimento foi deflagrado inicialmente pelos marmoristas, reivindicando a jornada de trabalho de oito horas, e se alastrou por outras categorias. Ao todo, mais de três mil trabalhadores participaram do movimento, abrangendo várias empresas da capital.⁴

Como a mobilização acabou adquirindo proporções inesperadas pelos industriais, estes se reuniram e propuseram uma jornada de nove horas, contraproposta aceita pela maior parte das categorias após muita negociação, ao contrário dos marmoristas, que não aceitaram e acabaram conseguindo a redução da jornada para oito horas.⁵ Um dos principais líderes dessa greve foi o anarquista Antônio Nalepinski, que em virtude de não conseguir emprego nas empresas de Porto Alegre logo depois do encerramento do movimento grevista (como retaliação ao seu envolvimento) saiu do estado, mas para onde posteriormente retornaria, não se sabe com precisão a data, e participaria então de uma associação conduzida por comunistas, conforme será visto adiante.

Em relação à FORGS, a entidade foi criada sob o predomínio dos socialistas, e sua presidência estava nas mãos da principal liderança da corrente: Francisco Xavier da Costa. Os anarquistas, que haviam criado uma série de sindicatos na esteira da greve, divergiram quanto à decisão de aceitar a proposta dos patrões e garantir ganhos parciais e não participaram da entidade, deixando o campo aberto

³ Sobre a “Greve dos 21 dias” ver: BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 42. PETERSEN, Sílvia. “Que a união operária... Op. Cit., p. 193. SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, p. 165. Também do mesmo autor: *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

⁴ PETERSEN, Sílvia. “Que a união operária ... Op. Cit., p. 194. *A Luta*, Porto Alegre, 13 de setembro de 1906, p. 2. Apud PETERSEN, S.; LUCAS, E. *Antologia...* Op. Cit., p. 145.

⁵ Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul, 1913. Apud PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia ... Op. Cit., p. 165*.

para a atuação socialista.⁶ Parece que os socialistas ligados a Xavier da Costa detiveram o controle da FORGS por alguns anos, mas sempre com um embate muito acirrado com o grupo anarquista, com quem se alternavam na direção do organismo, embora seja difícil estabelecer o peso relativo das correntes nesse período.⁷

A despeito dessa dificuldade, é possível verificar que as disputas entre anarquistas e socialistas foram permanentes nos anos posteriores à fundação da FORGS, oscilando entre momentos em que era acirrada e outros em que as divergências se amenizavam.

No final dos anos dez, especialmente no período entre 1917 e 1919, a participação do Brasil na Primeira Guerra produziu um cenário de descontentamento para a classe trabalhadora, com alto custo de vida e elevado índice de desemprego. Os produtos de primeira necessidade tornaram-se raros no mercado e conseqüentemente seus preços aumentaram por conta da exportação destas mercadorias para os países beligerantes. Tal situação pôs os trabalhadores em estado de permanente agitação, tanto nos grandes centros do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, quanto no Rio Grande do Sul, onde também o impacto dessa crise foi sentido. Por conseguinte, uma série de poderosas greves abalou várias cidades do país nesses anos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, entre outras.

Em julho de 1917, tal cenário refletia-se em Porto Alegre, onde havia uma grande agitação por parte da classe trabalhadora em decorrência da diminuição dos salários, do aumento do custo de vida e do crescimento do desemprego. Existia a expectativa de parcela do movimento operário, principalmente dos anarquistas, de ser deflagrado um movimento grevista porque a situação era propícia. Entretanto, a direção da FORGS (não-anarquista) não pensava da mesma forma. A possibilidade de fracasso e o receio de uma destruição posterior da entidade era o que produzia essa posição antigreve.

⁶ BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades...* Op. Cit., p. 65.

⁷ PETERSEN, Sílvia. *Que a união operária...* Op. Cit., p. 210.

Os anarquistas pregavam a greve e ocuparam praticamente toda a Liga de Defesa Popular, que apesar de criada pela FORGS com o intuito de conduzir o movimento, não contava com nenhum integrante da direção da entidade. Mas ao não participar ativamente da Liga, a diretoria da FORGS demonstrava a intenção de boicotar o movimento que estava sendo organizado.

O barbeiro libanês Abílio de Nequete, futuro fundador do PCB, pela primeira vez destacava-se no movimento operário gaúcho devido à sua importante participação. Nequete, ainda que atuasse com os anarquistas, tinha discordâncias com o grupo, entre as quais também se incluíam questões religiosas, já que era adepto de uma concepção peculiar de espiritismo, ao contrário do ateísmo defendido pelos anarquistas. Aliás, por conta dessa opção, a Revolução Russa o alegrou: “o programa socialista de Lênin e a cessação da guerra pareciam ser o primeiro passo para o desenvolvimento de suas idéias: ‘espiritismo sem religiosidade nem charlatanismo’”.⁸

Sobre a participação de Nequete no movimento operário, ele foi eleito para a Liga de Defesa Popular, juntamente com Carlos Toffolo, com quem atuaria no futuro na União Maximalista, como se observará depois, e redigiu artigos para o jornal da Liga, *A Época*, utilizando o pseudônimo de “Máximo Evidente”. Além disso, não tinha nenhum vínculo com a FORGS

“[...] de cuja orientação anarquista discordava, sua decidida posição em defesa dos trabalhadores levou-o a participar do comício que antecedeu a greve de 1917, em que pronunciou um discurso recomendando prudência e a proclamação de greve geral”.⁹

A mobilização liderada pela Liga de Defesa Popular resultou em uma greve, iniciada em 31 de julho, que se generalizou rapidamente, deixando Porto Alegre praticamente paralisada. Dois dias depois, a Liga foi recebida pelo Presidente do Estado, Borges de Medeiros, o qual intercedeu em prol dos trabalhadores: elevou os salários dos operários a serviço do estado e restringiu a exportação dos produtos de primeira necessidade para que os preços baixassem. A maioria dos empresários

⁸ PETERSEN, Sílvia. *“Que a união operária... Op. Cit., p. 332.*

⁹ *Ibidem*, p. 332.

atendeu as reivindicações dos grevistas, como orientara Medeiros, e o resultado foi a vitória do movimento ao obter as principais reivindicações que fizera.

Em julho de 1918, a FORGS, a União Metalúrgica e a União Geral dos Trabalhadores (constituída por anarquistas), se reuniram para preparar algum protesto contra o aumento de preços dos produtos de primeira necessidade e como resultado incitam a classe trabalhadora à greve. Um memorial foi enviado a Borges de Medeiros contendo as reivindicações dos trabalhadores (baixa de 40% dos preços dos gêneros de primeira necessidade; regulamentação das oito horas de trabalho; liberdade dos operários canteiros que se achavam recolhidos à Casa de Correção; lei de proteção de acidentes de trabalho; passagens de bonde de cem réis para os operários), na esperança de repetir-se o apoio do Presidente do Estado ao movimento grevista, como acontecera em 1917. Porém, dessa vez o governo do estado não interferiu. Então, no dia 21 foi organizado um comício em frente à sede da FORGS e ao final se decretou greve geral, que logo se alastrou por diversas empresas de Porto Alegre. A Brigada Militar, no entanto, passou a ocupar algumas empresas, intimidando o movimento. A tática acabou dando resultado e no dia 23 a imprensa já noticiava o fim da greve, com o saldo de diversos operários presos.

A agitação operária se repete em 1919, quando houve a ocorrência de muitas greves e em 25 de agosto iniciou a que viria a ser a principal greve do ano. Os trabalhadores das fábricas de fiação e tecelagem, em virtude dos baixos salários e da extensa jornada de trabalho, entraram em greve e rapidamente o movimento se estendeu a outros setores. Entretanto, a situação que os trabalhadores enfrentaram também foi diferente da greve de 1917, pois os patrões se organizaram e decidiram não ceder a nenhuma reivindicação, indo até Borges de Medeiros solicitar providências para o caso. Um forte aparato policial foi destacado para vigiar os bairros operários e em um comício realizado pelos trabalhadores, no dia 7 de setembro, grande contingente foi designado e dissolveu a manifestação com violência. Vários operários foram feridos e um deles faleceu. Após estes incidentes, o governo estadual decidiu fechar as associações da classe trabalhadora. Então, o movimento não teve mais condições de prosseguir e a partir de 10 de setembro a greve entrou em declínio, terminando derrotada ao não conseguir obter o atendimento de nenhuma reivindicação.

Abílio de Nequete já era uma referência importante no movimento operário porto-alegrense, mas não participou de muitas greves em 1919 em virtude de ter sido preso várias vezes, como na ocasião do comício de 7 de setembro. Porém, neste mesmo mês conseguiu participar da greve dos metalúrgicos, conduzindo o movimento, que durou dois meses, e conquistando muitos adeptos para a entidade que criara: a União Maximalista, examinada posteriormente, organismo de orientação comunista criado sob o influxo da Revolução Russa.¹⁰

Afora essa participação na greve dos metalúrgicos, Nequete tinha planejado ir a Pelotas e Rio Grande promover uma greve geral, o que acabou não acontecendo, mas por acaso recebeu o semanário *Documentos del Progreso* de Buenos Aires e *Justicia* do Uruguai. Algum tempo depois, através de um contato na Argentina, começou a receber também o jornal *La Internacional*.¹¹ Nestes periódicos localizou obras marxistas, ajudando a fortalecer sua argumentação contra o anarquismo, que vinha enfrentando tendências desagregadoras após as greves, enquanto o trabalho da União Maximalista era intensificado.

Retornando ao ano de 1917, ele também é marcado pela emergência de um outro elemento de grande repercussão sobre o movimento operário: a Revolução Russa. A tomada do poder pelos bolcheviques exerceu um impacto muito grande no movimento operário em várias partes do mundo, assim como no caso particular do Brasil e acabou conformando o movimento comunista internacional.

Um dos primeiros sinais da repercussão em solo nacional foi sua recepção calorosa por parte de muitos anarquistas, porque achavam se tratar de um movimento de caráter libertário. Havia se instalado uma confusão muito grande entre os militantes brasileiros sobre o verdadeiro significado da Revolução, uma vez que a imprensa brasileira não informava com exatidão o que estava acontecendo, causando com isso muitas interpretações equivocadas.

¹⁰ Ibidem, p. 368.

¹¹ Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Montevideú, 1º de fevereiro de 1921, p. 3. (RGASPI).

No Brasil, os bolcheviques eram chamados de maximalistas, porque se acreditava ser a correta tradução de programa máximo, radical. Era desconhecida a cisão do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), em 1903, em bolcheviques (majoritários) e mencheviques (minoritários). Portanto, passou a ser chamado de majoritário o grupo que obteve a vitória no congresso do POSDR, e não por causa da defesa de um programa radical.

Para demonstrar como pensavam os anarquistas destaque o que Hélio Negro e Edgard Leuenroth redigiram sobre o tema

“Este livro [*O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista*] destina-se aos trabalhadores do Brasil, a fim de lhes dizer o que é o bolchevismo ou marxismo e o comunismo que, numa palavra — é o socialismo.

Bolche significa máximo e *menche* quer dizer mínimo, assim como *vique* corresponde à nossa terminação ismo. Portanto; a tradução de bolchevique é maximismo e a de menchevique é minimismo.

Maximistas são os adeptos do programa máximo do partido socialista; minimistas são os partidários do programa mínimo”.¹²

Na esteira da Revolução Russa de 1917, surgiram no Brasil várias organizações que se diziam legatárias da revolução. No Rio Grande do Sul, que nos interessa para este trabalho, em 1918, conforme Moniz Bandeira, o militante anarquista Santos Soares criou a Liga Comunista de Livramento, em Santana do Livramento, cidade fronteiriça com a Argentina, e lançou uma publicação. Embora a polícia tenha invadido a sede, a Liga continuou existindo até 1922 e Soares se tornaria mais tarde militante do PCB. Em Passo Fundo, surgiu o Centro Comunista, no entanto, não há maiores informações sobre sua fundação nem sobre sua trajetória.¹³ Em Rio Grande, existiu no interior da Liga Operária, em 1919, um Núcleo Comunista, que da mesma forma que a União Comunista, existente no mesmo período, era uma organização libertária.

Dessas organizações, a mais relevante do Rio Grande do Sul indubitavelmente foi a União Maximalista, criada em Porto Alegre por Abílio de

¹² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 204.

¹³ *Ibidem*, p. 206.

Nequete, em 1º de novembro de 1918,¹⁴ juntamente com Francisco Merino e Otávio Hengist; em 1921, além desses, contava com outros integrantes: Narciso Mirandola, o metalúrgico Carlos Toffolo, o judeu argentino Samuel Speisky, os judeus Marcos e Isac e o português Magalhães.¹⁵ Esta organização teve uma notável participação no movimento operário gaúcho e contribuiu para a propagação de idéias contrárias ao anarquismo. Abílio de Nequete, que já havia sido importante na greve de 1917, em Porto Alegre, exerceu um papel fundamental para a consolidação do movimento que estava ajudando a construir (o comunismo), como se pode ver na ocasião do 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em 1920, no qual Nequete e Carlos Toffolo tiveram atuação destacada. O peso da Revolução Russa influenciou nas decisões do Congresso, facilitando com isso as divergências entre os anarquistas.

Nequete, além de se transformar em uma referência de destaque no meio operário de Porto Alegre, se tornaria mediante a União Maximalista (denominação modificada depois para Grupo Comunista), um dos principais articuladores do comunismo no país, conforme será visto adiante, em conjunto com Astrojildo Pereira. Afora a disposição pessoal e o esforço em cumprir uma tarefa desse nível, a proximidade do Rio Grande do Sul, local de domicílio de Nequete, com os países do Prata (Argentina e Uruguai), onde havia partidos comunistas organizados, facilitou o desempenho obtido pelo militante.

No restante do país, foram criados vários núcleos comunistas, como a União Operária 1º de Maio, em Cruzeiro, no estado de São Paulo. Hermógenes Silva, um dos futuros fundadores do PCB em 1922, dirigia a entidade, que funcionou de 1917 a 1919. Outros futuros fundadores do PCB criaram em Recife um Círculo de Estudos Marxistas (ou Sociais), juntamente com uma Universidade Popular, que funcionou entre 1919 e 1920. Este grupo uniu-se com o de Antônio Bernardo Canellas, outro futuro membro do Partido, e formaram o Grupo Comunista de Pernambuco, em 1º

¹⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho...* Op. Cit., p. 485-490. PETERSEN, Sílvia. *“Que a união operária...”* Op. Cit., p. 352-355.

¹⁵ Há uma pequena divergência em relação aos nomes dos companheiros de Nequete na fundação da União Maximalista: Petersen menciona que foram Francisco Merino e Otávio Hengist; Leandro Konder além de Hengist, fala em Carlos Toffolo. Ver: PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta à disciplina do partido...* Op. Cit., p. 28. e KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 130.

de janeiro de 1922.¹⁶ Um pouco antes, em 7 de novembro de 1921, foi criado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, composto por doze pessoas.¹⁷ Em 1919, o Grupo Comunista Zumbi de São Paulo foi criado por Afonso Schmidt, mas teve curta e confusa trajetória. Há ainda grupos que foram formados em Niterói e Juiz de Fora, no segundo semestre de 1921.¹⁸ Conforme veremos, estes núcleos comunistas terão papel importante para a posterior fundação do PCB, sendo que os mais significativos foram o Grupo Comunista do Rio de Janeiro e o Grupo Comunista de Porto Alegre, liderados por Astrojildo Pereira e Abílio de Nequete, respectivamente.

A confusão sobre o real significado da Revolução Russa de 1917 a que me referi em parágrafos anteriores, produziu um fato inusitado: a formação de um partido comunista anarquista no Rio de Janeiro. Este Partido Comunista do Brasil foi fundado em 9 de março de 1919 e em sua breve trajetória realizou atos públicos e atividades em sindicatos em efemérides operárias. Logo após sua fundação, começou a preparar uma Conferência Nacional, que teve lugar no Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano, na qual um representante oriundo do Rio Grande do Sul esteve presente; embora sejam desconhecidos detalhes sobre o delegado,¹⁹ pode-se supor se tratar de um membro da União Comunista de Rio Grande, a qual mantinha laços com este partido comunista.²⁰

Ainda sobre este partido, dois de seus fundadores, Hélio Negro e Edgar Leuenroth, redigiram em 1919 o “Programa Comunista”, incluída na brochura *O que é Maximismo ou Bolchevismo*, que era uma tentativa de esboçar um programa para o organismo recém-fundado. Segundo ele: “O regime vigente na Rússia é uma organização de defesa e reconstrução, a caminho do almejado comunismo libertário, que trará para todos a paz, o bem estar e a liberdade”.²¹ Os objetivos precípuos do

¹⁶ Na reunião de fundação havia cerca de trinta pessoas e foi o maior núcleo comunista dentre todos. DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. V. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 22.

¹⁷ *Ibidem*, p. 22.

¹⁸ DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. I, 2 Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 88.

¹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho...* Op. Cit., p. 218.

²⁰ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit., p. 377.

²¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho...* Op. Cit., p. 227.

partido seriam: “Promover a propaganda do comunismo libertário, assim como a organização de núcleos comunistas em todo o país”.²²

No entanto, à medida que as notícias veiculadas pela imprensa a respeito do verdadeiro caráter da Revolução Russa de 1917 foram se tornando mais claras, o partido acabou perdendo sua razão de existência e se extinguiu.

A Revolução Russa também causou intensos debates sobre a rota a ser adotada pelo movimento operário gaúcho, sobre a própria Revolução e provocou muitas divisões entre os anarquistas, ocasionando um recuo na organização da classe trabalhadora. Beatriz Ana Loner, por exemplo, salienta que, nos primeiros anos da década de vinte, o movimento operário pelotense arrefeceu, com isso as notícias sobre os sindicatos desapareceram da imprensa e as greves diminuíram de intensidade. Também muitas das atividades organizadas pela Liga Operária e União Operária priorizavam as festividades e o divertimento, como bailes ou quermesses, em detrimento de outras com conteúdo mais político; até mesmo o teatro, outrora muito utilizado como instrumento doutrinário, entrou em declínio. Loner aponta como uma das causas para esse recuo a disputa entre os simpatizantes do bolchevismo ou maximalismo e os fiéis ao anarquismo.²³

1.2 O PCB e o movimento operário gaúcho na primeira metade dos anos vinte

O alvorecer dos anos vinte não ofereceu uma conjuntura favorável ao movimento operário e sindical brasileiro. Após as grandes greves do período de 1917/1919, a repressão às associações, às atividades e às mobilizações da classe trabalhadora se intensificou, embora neste mesmo período tenha iniciado a discussão sobre leis trabalhistas.

Com a assinatura do Tratado de Versalhes pelo Brasil e a participação na Conferência do Trabalho, realizada em Washington, que instituiu a Organização

²² PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio...* Op. Cit., p. 69.

²³ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit., p. 210.

Internacional do Trabalho (OIT), o governo se viu pressionado a legislar em prol da classe trabalhadora, tendo em vista que ambas recomendavam uma nova forma de tratamento a ser dispensado ao trabalhador. Logo, para não causar má-impressão a estas instituições internacionais, deveria introduzir uma legislação que regulamentasse o trabalho. Isso, somado à pressão da agitação operária, fez com que o debate sobre leis sociais fosse intensificado no final da década de dez.

Todavia, ao mesmo tempo em que o debate sobre a legislação social se intensificava, uma outra discussão sobre leis era encaminhada na Câmara: a de repressão ao movimento operário, especialmente aos anarquistas. Os dois tipos de legislação, a social e a repressiva, eram discutidos paralelamente pelos deputados. Angela de Castro Gomes salienta serem dois tipos de experiências diferentes, mas complementares de certa forma:

“[...] Uma delas era a necessidade de elaboração de uma legislação regulamentadora do trabalho, que atingisse certos pontos considerados mínimos e em torno dos quais havia uma certa concordância, como nos casos do trabalho de menores e das mulheres. A outra, era a importância de uma legislação repressiva ao movimento operário, que funcionasse ao lado da atuação policial, até então a mais importante no assunto.”²⁴

O presidente Arthur Bernardes (1922-1926) iniciou seu mandato sob muita contestação e em meio a uma grave crise política por conta do levante tenentista do Forte de Copacabana. Governou sob ininterruptos decretos de estado de sítio e intensificou a repressão às organizações dos trabalhadores. Por outro lado, foi justamente durante o governo Bernardes que a legislação trabalhista teve um maior impulso. Vários projetos foram discutidos na Câmara e importantes medidas foram tomadas, como a Lei de Férias, aprovada em 1925 e regulamentada no ano seguinte,²⁵ e o Código de Menores, de 1927.

Embora fossem sancionadas apenas leis isoladas do que era originalmente o projeto de um conjunto bastante abrangente de uma legislação regulamentadora do

²⁴ GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917 – 1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979, p. 90. Sobre legislação social ver também: VIANNA, Werneck Luís. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

²⁵ Sem a sua devida regulamentação, qualquer lei não poderia entrar em vigor efetivamente.

trabalho, isso freava o ímpeto reivindicativo dos trabalhadores, ainda mais que a conjuntura era de intensa repressão governamental. Conseqüentemente, o movimento operário e sindical chegou à segunda metade da década imerso em um grande refluxo, em que greves e outras demonstrações políticas e reivindicatórias por parte da classe trabalhadora eram escassas.²⁶

Contudo, ao contrário do cenário de outros importantes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, que experimentaram ausência de movimentos grevistas como salientei acima, o ambiente de carestia dos produtos de primeira necessidade no Rio Grande do Sul trouxe na sua esteira a realização de várias greves em 1921, especialmente em Rio Grande e Santa Maria.²⁷

Nesse momento, os anarquistas iniciavam um lento declínio no país, fenômeno que também se verifica no Rio Grande do Sul, embora mais lentamente, permanecendo como uma notável referência para os militantes de outros estados por muitos anos. Mas, por outro lado, a ação cultural anarquista experimentou um crescimento na região, sobretudo entre 1921 e 1923 com a publicação da *Revista Liberal*, dirigida por Polidoro Santos, importante liderança anarquista.²⁸ Em relação aos socialistas, com quem os libertários tiveram anos de muitos embates pela hegemonia do movimento operário e sindical, a situação é semelhante e tiveram talvez um recuo ainda mais sensível do que seus adversários, uma vez que não foram encontradas na imprensa gaúcha notícias sobre sua ação política no estado durante os anos vinte. Apenas em 1930 se organizaria uma nova agremiação que reagruparia a corrente, como veremos depois.

No início dos anos vinte, o comunismo foi se colocando como uma via de organização da classe trabalhadora gaúcha, ainda que seja difícil precisar a orientação das associações “comunistas” surgidas nessa época, como é o caso do Sindicato Gráfico Comunista de Porto Alegre, embora neste caso seja possível haver uma ligação com o Partido Comunista, porque Victor Moraes, integrante da direção do Sindicato, em 1929 integrará a União dos Trabalhadores Gráficos de

²⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial... Op. Cit., p. 171.

²⁷ PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta...* Op. Cit., p. 12.

²⁸ *Ibidem*, p. 18.

Porto Alegre, ligada à Confederação Regional do Trabalho (CRT), de orientação comunista.²⁹

Apesar da FORGS não aparecer na imprensa em 1920 na mesma intensidade que em períodos anteriores, foi a responsável pela organização do evento operário mais importante do ano: o 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, entre 21 e 25 de março. Durante o Congresso, ocorreu uma disputa entre anarquistas e comunistas da União Maximalista, em que estes propuseram a vinculação da FORGS à Internacional Comunista e embora a proposta tenha sido derrotada, demonstrou força e os integrantes anarquistas da mesa condutora dos trabalhos do Congresso tiveram que usar de artimanhas para nenhuma proposição maximalista ser aprovada, adiando a inclusão do pedido do grupo de Nequete na pauta de discussões para o terceiro dia do encontro.³⁰

1.2.1 Os “primeiros passos” da trajetória do PCB

No início de 1921, a União Maximalista de Abílio de Nequete alteraria seu nome para Grupo Comunista de Porto Alegre e continuaria sua investida no movimento operário, mas dessa vez tentaria alçar vôos mais altos e não mais ficar circunscrita ao Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, Nequete entrou em contato com os partidos comunistas da Argentina e do Uruguai, recebendo de ambos periódicos e literatura comunista, pois, segundo ele, não conseguia “afrontar nossos adversários”.³¹

O Grupo Comunista de Porto Alegre, agora com doze membros, juntamente com o Grupo Comunista do Rio de Janeiro são os principais articuladores dos outros organismos comunistas espalhados pelo país na convocação do congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, o qual foi chamado para março de 1922, no Rio de Janeiro.

²⁹ PETERSEN, Sílvia. *Que a união operária...* Op. Cit., p. 373.

³⁰ GERTZ, René (ed.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: EST, 1989, p. 131.

³¹ Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Montevideú, 1º de fevereiro de 1921, p. 2-4. (RGASPI).

Nos dias 25, 26 e 27 de março, em Niterói, foi realizado o Congresso de fundação do PCB. Estiveram presentes nove delegados provenientes de várias regiões do país, representando cerca de setenta e dois militantes: Abílio de Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (jornalista), Cristiano Cordeiro (contador e professor), Hermógenes Fernandes da Silva (eletricista), João da Costa Pimenta (gráfico), Joaquim Barbosa de Souza (alfaiate), José Elias da Silva (operário), Luís Peres (vassoureiro) e Manuel Cendón (alfaiate).³²

O contato de Abílio de Nequete com os partidos comunistas da Argentina e do Uruguai, fez com que neste Congresso ele representasse o Grupo Comunista de Porto Alegre, fosse o porta-voz do Partido Comunista do Uruguai e da Agência de Propaganda para a América do Sul da Internacional Comunista. Com o reconhecimento da importância de seu trabalho como articulador dos grupos comunistas, Nequete teve seu nome proposto para o cargo de secretário-geral do Partido por Astrojildo Pereira, que organizara os trabalhos do Congresso, indicação que obteve votação unânime.

No entanto, após alguns meses exercendo a função, ainda em 1922, Nequete retornou a Porto Alegre, abandonando o cargo na direção do Partido que lhe havia sido confiado. Os motivos que fizeram com que tomasse essa atitude são contraditórios. Segundo Otávio Brandão

“[...] Ele foi preso... Houve o 5 de julho de 22, a insurreição de Copacabana, e os comunistas estavam lá, na sede, como se nada tivesse havido. Bom, a Polícia foi lá e prendeu tudo. Quanto Nequete chegou na Polícia – pensava que aqui fosse como na Europa – disse: ‘Eu é que respondo por toda esta gente.’ [riso] O Pereira, nosso velho conhecido, disse: ‘Quem é você?’ ‘Eu sou Abílio de Nequete? Você é brasileiro?’ Ele disse: ‘Sou Brasileiro.’ ‘Você não é brasileiro, você é um turco. É um turco safado, sem-vergonha.’ Viu? ‘Vá-se embora. De onde que você é?’ Ele respondeu: ‘Sou de Porto Alegre.’ ‘Vá-se embora; senão, volta para aqui e leva uma surra, uma surra daquelas.’

Bom, Nequete chegou lá, onde eu trabalhava. Sentou na cadeira e disse: ‘Estou morto.’ Eu já sabia. Digo: ‘O que é, Nequete?’ Ele falou: ‘A Polícia disse isso.’ Eu falei: ‘Eu já não disse a você que aqui não era brincadeira, que a gente era preso e apanhava, pelo menos soco?’ Pois ele tomou o primeiro navio e foi embora para Porto

³² PEREIRA, Astrojildo. *Ensaaios...Op. Cit.*, p. 72.

Alegre. E lá voltou a ser barbeiro, no final brigou com os outros, e os outros acabaram expulsando-o. Então o centro de Porto Alegre, aí é que se desenvolveu.”³³

Em sua versão, Nequete relata que após ter retornado a Porto Alegre, voltou novamente ao Rio de Janeiro tentar montar uma tipografia para fazer propaganda e efetuar o registro do PCB. Quando regressou a Porto Alegre, em 3 de agosto, deixou o militante Everardo encarregado de zelar pela tipografia, a qual acabou dando prejuízo total. Além disso, Nequete teria ficado descontente com o desaparecimento da verba destinada aos flagelados russos do Volga, angariados em campanha pelo Partido.³⁴ Todavia, esses relatos baseados em apontamentos redigidos pelo próprio Nequete, estão carregados de subjetividade, assim como as acusações de Brandão, e devem ser encaradas com reserva, mas são um indício das divergências existentes no Partido já nesse momento inicial.

Após esses desentendimentos, Nequete abandonou ou foi expulso do PCB, sendo desconhecido o momento exato do acontecido. O que se sabe é que em 1924 ele já não era membro do Partido e no ano seguinte estava fazendo propaganda de sua nova organização: o Partido Tecnocrata. Para Nequete, os operários haviam dado mostras de não conseguirem sozinhos realizar a transformação social e, segundo sua nova concepção, só conseguiriam com a ajuda da tecnocracia.³⁵

O processo de formação do PCB contém uma singularidade importante em relação à de maior parte dos partidos comunistas: a origem ideológica anarquista da maioria de seus fundadores. Com exceção de Manuel Cendón, que fora socialista, todos os outros delegados tinham bebido na fonte do anarquismo. Diferentemente de outros PC's, “os comunistas brasileiros não surgiram no bojo de uma intensa e prolongada discussão, entre as lideranças então mais abalizadas da classe operária, sobre o movimento socialista nacional e internacional”.³⁶ Não eram as principais lideranças do movimento operário e sindical, mas as de segunda grandeza e que,

³³ REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993, p. 84. Grifos no original.

³⁴ PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta...* Op. Cit., p. 31. Sobre a participação de Nequete no movimento operário, a autora se baseia nos *Apontamentos* do próprio indivíduo (manuscritos datados de 1944) disponibilizados por Lenine Nequete, filho do mesmo.

³⁵ *Ibidem*, p. 31.

³⁶ ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): Na busca das origens...* Op. Cit., p. 19.

por não acreditarem mais no anarquismo, decidiram romper com a doutrina e alterar a rota política que iriam seguir dali em diante.

Em seus primeiros dois anos de vida, o jovem PCB não se envolveu significativamente nos principais acontecimentos da conjuntura política e social do país, já que tinha outras prioridades. A primeira delas era obter o reconhecimento da Internacional Comunista (IC), também conhecida como III Internacional. O próprio Congresso de fundação do Partido foi de certa forma apressado e realizado pouco antes das previsões, a fim de que os militantes conseguissem enviar em tempo hábil um representante ao IV Congresso da IC, marcado para o dia 5 de novembro de 1922, na União Soviética.

Eric Hobsbawm destaca a importância que os comunistas atribuíam ao reconhecimento internacional.

“[...] Hoje, quando o movimento comunista internacional deixou de existir em grande parte como tal, é difícil imaginar a força imensa que seus membros obtinham da consciência de serem soldados de um único exército internacional que, por mais variado e flexível que fosse sua tática, executava uma única e ampla estratégia de revolução mundial”.³⁷

Aliás, a própria estrutura da IC reforçava essa característica porque os partidos comunistas eram seções nacionais de uma espécie de partido comunista mundial. A denominação do PCB, por exemplo, era Partido Comunista: Seção Brasileira da Internacional Comunista.³⁸ Sobre a importância da obtenção do reconhecimento internacional, Paulo Sérgio Pinheiro vai em outro sentido, pois para ele

“[...] a integração dos comunistas na IC aumenta o peso que o PCB poderia ter na cena política nacional através de sua definição como destacamento nacional no exército mundial da revolução. Antes mesmo que os benefícios concretos possam ter aparecido, foi esse

³⁷ HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários...* Op. Cit., p. 17.

³⁸ Estatutos do Partido Comunista (Seção Brasileira da Internacional Comunista). In: Centro Comunista n. 4. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Porto Alegre, 1925, p. 17. Agradeço a Sílvia Petersen por ter cedido gentilmente sua cópia xerografada da fonte.

interesse que levou os comunistas brasileiros a lutarem para que a IC os reconhecesse 'oficialmente' ".³⁹

Embora sejam opiniões diferentes, acredito serem complementares, pois cada uma delas contém uma parcela de verdade e não se excluem automaticamente. É inegável que ser o soldado de um grande exército internacional era importante para o comunista, mesmo que recém-adepto da corrente, como era o caso brasileiro, uma vez que esse sentimento internacionalista também era uma característica marcante da identidade comunista.

Para conseguir esse reconhecimento formal da IC e passar a integrar definitivamente o "exército mundial da revolução", o PCB enviou Antonio Bernardo Canellas para representá-lo, o qual já estava na Europa há algum tempo. Porém, a participação de Canellas nos debates travados durante o Congresso foi um tanto inusitada. Expunha suas opiniões com a maior desenvoltura, defendendo uma curiosa aliança do comunismo com a maçonaria. Chegou a discordar até mesmo de Lênin, a grande autoridade do evento. Sua participação causou uma grande má-impressão nos delegados presentes no Congresso e, portanto, a meta tão ambicionada de conseguir o reconhecimento formal da IC não foi atingida. O PCB foi reconhecido apenas como um partido simpatizante, uma vez que ainda tinha resquícios de anarquismo, segundo entendimento da direção da III Internacional.⁴⁰ O aceite definitivo só viria mais tarde, em 1924, como veremos adiante.

Apesar da preocupação em obter o reconhecimento internacional, não houve contatos sistemáticos entre Partido e IC na primeira metade dos anos vinte, mesmo depois do aceite em 1924. Até 1929, o Partido foi pautado por uma atuação política bastante autônoma em relação ao centro de poder do comunismo mundial e

"[...] não se pode dizer que a IC tenha utilizado instrumento de pressão para fazer valer suas diretrizes. A pressão somente passa a existir quando começam a concretizar-se contatos mais intensos, através de viagens, envio de assessores e apoio concreto, por exemplo, sob a forma de publicações".⁴¹

³⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit., p. 50.

⁴⁰ Ibidem, p. 56.

⁴¹ Ibidem, p. 49-50.

A outra prioridade do Partido naqueles primeiros anos era consolidar sua organização interna, o que implicava “organizar” a classe operária e eliminar a influência do anarquismo.⁴² Segundo os apontamentos de Abílio de Nequete, consultados por Petersen, o Congresso de fundação do Partido por pouco não se dissolveu, pois Nequete fora o único entre os nove delegados que não se opusera à tese da participação eleitoral imposta pela IC, mas aprovada ao final da discussão, o que era flagrante demonstração da herança do método da ação direta anarquista.⁴³ Todavia, essa é uma questão que deve ser vista com cautela pelo leitor, já que mostra apenas uma versão para os fatos e, não podemos esquecer, além disso, que Nequete teve muitos desentendimentos com outros membros da direção do Partido, especialmente com Octávio Brandão, o qual o acusou de ser “charlatão, covarde e fanfarrão”.⁴⁴ Portanto, esse depoimento de Nequete pode ser resultado de ressentimentos acumulados com os membros da direção do PCB. Como foi visto, em seguida Nequete abandona o Partido e retorna a Porto Alegre.

Naquele momento, o PCB tinha uma característica bem marcante: uma acentuada precariedade teórica do seu quadro de ativistas, que atingia até mesmo a cúpula dirigente. Apesar do Partido ser uma organização adepta do marxismo, a teoria de Karl Marx era pouco conhecida entre eles, o que dificultava a “aplicação” da linha política partidária. Ou seja, não conheciam a tradição teórica e política a qual estavam vinculados. A tentativa de superação desse problema ocorreu com alguns estudos feitos por Octávio Brandão sobre a sociedade brasileira, marcados, no entanto, pelo esquematismo e pelas interpretações mecânicas da realidade e da dialética marxista próprias do período.⁴⁵ Além disso, o PCB tentou criar uma biblioteca com obras comunistas para suprir a carência teórica dos membros do Partido. Essas obras eram enviadas para o Rio Grande do Sul, onde o Comitê Regional estava tentando montar sua biblioteca, cujo responsável era Isaac Scliar.⁴⁶

⁴² PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial... Op. Cit., p. 173.

⁴³ PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta...* Op. Cit., p. 30.

⁴⁴ DULLES, John F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900/1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 149.

⁴⁵ Sobre os estudos de Brandão, conferir SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas...* Op. Cit.

⁴⁶ Carta de Isaac Scliar a Astrojildo Pereira. Porto Alegre, 16 de abril de 1926. (ASMOB).

Após alguns meses de atividade, os militantes do PCB enfrentam a retirada de sua condição legal de atuação e a conseqüente clandestinidade, que de julho de 1922 se entenderia até 31 de dezembro de 1926, por conta da decretação do estado de sítio decorrente da crise em torno do levante do Forte de Copacabana. Esta situação causou muitos transtornos à jovem organização, em virtude da maior dificuldade para consolidar sua estrutura interna, fazer propaganda, ganhar novos membros e, além disso, impossibilitou-a de disputar processos eleitorais, ótimas oportunidades de propagandear suas idéias para a classe trabalhadora.

Portanto, diante desse cenário em que a prioridade era ser reconhecido como membro da IC, em consolidar-se internamente, tanto no que se refere a questões estruturais quanto ideológicas, e em meio à clandestinidade, o PCB não teve praticamente influência sobre o movimento operário e sindical brasileiro nesse período inicial de seu percurso.

Angela de Castro Gomes observa que a soma da repressão com legislação trabalhista levada a efeito pelo governo Arthur Bernardes contribuiu para o crescimento do cooperativismo,⁴⁷ com o qual os comunistas fizeram um acordo em 1923. O presidente da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), Sarandy Raposo, conseguiu um espaço para a veiculação de uma “seção operária” no jornal *O Paiz* (tradicionalmente simpático ao governo da República), sob sua orientação pessoal, a partir de fevereiro de 1923. Conforme Gomes:

“[...] A proposta de *O Paiz*, bem como da CSCB, foi explicitada desde o início. A difusão do sindicalismo cooperativista deveria ser feita sem ataques frontais às propostas concorrentes, que seriam insistentemente chamadas a colaborar; num grande esforço de reunião dos trabalhadores, logicamente sob a coordenação da CSCB”.⁴⁸

A possibilidade de aliança com os cooperativistas é repudiada inicialmente pelo PCB, mas depois de algum tempo o partido muda de posição. O objetivo dos

⁴⁷ Corrente do movimento operário que pregava a criação de cooperativas, atuante sobretudo no Rio de Janeiro e ligada a Sarandy Raposo. Para mais detalhes ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. Cit. e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O trem da História. A aliança PCB / CSCB / O Paiz*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1994.

⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. Cit., p. 145-146.

comunistas com esse acerto era usar *O Paiz* e a CSCB para fazer propaganda do comunismo, o que não havia sido feito até aquele momento satisfatoriamente no Brasil. A partir de agosto de 1923, Astrojildo Pereira passa a escrever periodicamente na coluna “Colaboração e Controvérsia” sobre a IC e a política de frente única dos partidos comunistas.⁴⁹ Tal acordo, se for analisado pela ótica da quantidade de artigos divulgados pelos comunistas através do jornal, foi bem-sucedido. Entretanto, o PCB recebeu duras críticas dos anarquistas, que o acusavam de favorecer a tentativa de cooptação operária por parte do governo Bernardes.⁵⁰

Essa aproximação também pode ser compreendida como produto das deliberações da IC, que desde a realização do seu III Congresso em 1921, constatara o retraimento das forças revolucionárias; recomendavam, portanto, às seções nacionais (os partidos comunistas) que formassem frentes únicas.

Entre 17 de junho e 8 de julho de 1924, foi realizado o V Congresso da IC, no qual o PCB foi finalmente aceito como membro. Este Congresso continuou na mesma linha dos anteriores, diagnosticando o recuo do movimento revolucionário mundial e a estabilização do capitalismo, sendo, portanto, necessário reforçar a unidades da classe trabalhadora, questão que provavelmente estava relacionada à política exterior soviética. Enquanto o estado bolchevique não era reconhecido oficialmente pela maioria dos países, havia confluência entre política externa soviética e o movimento comunista internacional. Ou seja, a preparação da revolução mundial ditava os rumos das relações exteriores da URSS, as quais procuravam ajudar movimentos revolucionários. No entanto, a partir do momento em que o governo soviético fora reconhecido pelos governos britânico e francês, em fevereiro de 1924,⁵¹ as “relações internacionais não serão mais vistas principalmente sob o prisma da revolução mundial: o objetivo de consolidação da Revolução Russa

⁴⁹ Ibidem, p. 146.

⁵⁰ Ibidem, p. 147.

⁵¹ O tratado com a Grã-Bretanha estipulava que deveria ser evitada toda propaganda mútua hostil e que o estado soviético deveria se abster das incitações para que os povos asiáticos se rebelassem contra os interesses britânicos. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit., p. 48.

pesará mais forte”,⁵² pois a União Soviética não tinha interesse em se indispor com estes países.

Houve uma pequena alteração na rota política adotada pela IC, com um tom sectário na crítica aos social-democratas, embora conservasse a base das diretrizes dos congressos anteriores. A social-democracia passou a sofrer uma dura crítica, sendo enquadrada como aliada do fascismo, posição que seria consolidada no Congresso seguinte de 1928 e teria conseqüências desastrosas para o movimento comunista internacional, conforme veremos posteriormente. Mas como a tática das frentes únicas era vista como indispensável em uma conjuntura de retração revolucionária, a recomendação passou a ser de frentes únicas apenas nas bases do movimento operário e sindical. Dessa forma os comunistas ficariam longe da influência e do contato com os dirigentes da social-democracia.⁵³

Nesse momento, os militantes do PCB iniciaram seu “trabalho de formiga” no movimento sindical, conseguindo formar os primeiros núcleos nos sindicatos cariocas. Começavam efetivamente a colocar em prática a tese da unidade sindical. Esta tese significava que uma mesma categoria deveria ter um único sindicato, pois na época não havia limite ao número de entidades sindicais, o que na prática fazia com que os comunistas disputassem a direção dos sindicatos com os anarquistas, uma das prioridades do PCB.

No ano de 1925, de 16 a 18 de maio, o PCB realizou no Rio de Janeiro seu II Congresso Nacional. A pauta de discussões era a seguinte: Relatórios; A situação política nacional; A situação internacional; Organização. Reforma dos estatutos do PCB. As células. Os comitês regionais. Reorganização dos serviços da Comissão Central Executiva (CCE); Agitação e propaganda; Sindicatos e cooperativas; A organização da Juventude Comunista; Eleição da CCE e da CCC; Diversos. Além dos componentes da CCE (seis), estiveram presentes no Congresso os delegados do Rio de Janeiro e Niterói (cinco), Pernambuco (dois), São Paulo (um), Santos (um), Cubatão (um). A delegação do Rio Grande do Sul não compareceu por uma

⁵² Ibidem, p. 59.

⁵³ Ibidem, p. 60.

impossibilidade ocasional,⁵⁴ o que refletia os problemas organizacionais de seu Comitê Regional.

O Congresso decidiu apoiar e fortalecer o jornal que havia sido lançado um pouco antes destinado a ser o órgão oficial do PCB, chamado *A Classe Operária*, periódico que no Rio de Janeiro foi responsável pelo incremento da propaganda, por facilitar a penetração dos comunistas nos sindicatos e a política de criação de células, ainda que sua circulação tenha sido breve.⁵⁵ Além dessa questão, o Congresso discutiu a aliança do imperialismo inglês com a burguesia rural brasileira e do americano com a burguesia industrial e a disputa entre os dois imperialismos. Entre outras questões, também foram debatidas a reorganização de células e de comitês regionais, a representação no Comitê Central e a agitação e propaganda.⁵⁶

O PCB que até então desenvolvia um lento trabalho de penetração no movimento sindical e no cenário político, a partir de 1926 desencadeou uma ofensiva nesses dois campos de atuação. Nesse ano, no Rio de Janeiro, os comunistas organizaram a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a qual abrangia todos os gráficos sob o modelo de sindicalismo por indústria. Segundo Gomes, a forma principal de atuação dos comunistas era a “infiltração”, que consistia em designar um militante para trabalhar em uma fábrica, onde “não deveria fazer agitação, e sim ter conversas de ‘pé de ouvido’ para angariar adesões”.⁵⁷ Quando conseguiam o número suficiente, se formava uma célula, que ficava subordinada ao Comitê Regional do Rio de Janeiro, o qual, por sua vez, se subordinava à Comissão Central Executiva. Os membros das células deveriam atuar dentro dos sindicatos, procurando orientar a condução política destes.

Os comunistas adotaram, pois, um outro modelo de organização sindical. Diferente dos anarquistas, que empregavam a organização por ofícios, os primeiros passaram a reorganizar o movimento sindical utilizando os sindicatos de indústria,

⁵⁴ PEREIRA, Astrojildo. *Ensaíos...Op. Cit.*, p. 91.

⁵⁵ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...Op. Cit.*, p. 158.

⁵⁶ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro... Op. Cit.*, p. 63.

⁵⁷ GOMES, Angela de Castro. *A invenção ... Op. Cit.*, p. 159.

os quais abrangiam todos os ofícios de um mesmo ramo industrial, rompendo com uma tradição bastante arraigada e antiga no movimento operário brasileiro.

Gomes, para abordar a experiência sindical comunista carioca, utiliza-se de uma observação de Hilcar Leite (militante carioca do PCB) sobre a formação da União dos Trabalhadores Gráficos, o qual considera que esta transformação operada no movimento sindical:

“[...] não foi fruto de uma ‘evolução natural’ ou do desenvolvimento de críticas ao modelo do sindicato de ofícios, mas sim produto de um ativo trabalho dos comunistas, que ‘forçavam’ os trabalhadores a organizar-se em outro tipo de associação”.⁵⁸

Na seqüência deste trecho, Gomes vai afirmar que

“Grande parte do sucesso dos comunistas e do sindicato de indústria possa ser entendida a partir da narrativa do próprio Hilcar Leite. Ele conta que o PC se tornou forte entre os gráficos, os metalúrgicos e os marceneiros, por exemplo, e que nestes sindicatos procurou-se combinar a ação política e sindical com as ‘coisas práticas’. Na UTG se organizou uma Bolsa de Trabalho que arranjava lugar para os desempregados, forçando o aumento de salários. Criou-se também a União Beneficente dos Gráficos, que garantia aposentadoria e pensões, e a ‘Cultural’, que tinha biblioteca e fazia festas, bailes, piqueniques e campeonatos esportivos. Ou seja, o sindicato por indústria, se por um lado rompeu com a organização por ofícios mantida pelos anarquistas, recuperou a tradição beneficente, tão forte e antiga no movimento associativo dos trabalhadores quanto criticada pelos anarquistas”.⁵⁹

Dessa forma, o PCB estava aplainando o terreno para investidas políticas e sindicais mais ousadas, conforme veremos adiante por ocasião da criação do Bloco Operário (BO).

1.2.2 O movimento operário gaúcho e os comunistas

O comunismo no Rio Grande do Sul, apesar de sua importância para a fundação do PCB em 1922, não havia tido até aquele momento uma visibilidade

⁵⁸ Ibidem, p. 159-160. Ver também o depoimento de Hilcar Leite In: GOMES, Angela de Castro. *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

⁵⁹ Ibidem, p.160.

significativa no movimento operário ou no cenário político mais geral, mesmo com a presença de Abílio de Nequete. A atuação dos comunistas nos primeiros anos após a fundação do Partido foi sempre intermitente e com períodos de altos e baixos, o que demonstrava seu pequeno número de membros, as dificuldades de organização advindas sobretudo da perda de seu principal militante e a pequena penetração no movimento operário e sindical. É claro que, afora tudo isso, havia o problema da repressão do governo Arthur Bernardes e da prioridade de consolidação interna da estrutura partidária, o que impunha limites para a propaganda e a aquisição de novos ativistas. Contudo, irei acompanhar os “primeiros passos” dos comunistas no Rio Grande do Sul, após a fundação do PCB, para situar o leitor quanto aos acontecimentos que antecederam a organização de fato do Partido no estado em 1927, embora o conjunto dessas informações tenha um caráter lacunar.

Uma das primeiras referências ao comunismo no Rio Grande do Sul, pós-fundação do PCB, gira em torno de um membro do Partido Comunista Alemão, o alfaiate F. Haberland. Provavelmente, ele tenha sido enviado para o Brasil por este partido, fato que nunca desmentiu. Chegou a Porto Alegre em fins de 1922, juntamente com seus dois filhos e ingressaram na *Sozialistischer Arbeiterverein* (Associação Socialista de Trabalhadores), associação anarquista liderada pelo imigrante alemão Friedrich Kniestedt, da qual os três são expulsos, possivelmente por fazerem propaganda do comunismo, prejudicando o andamento da entidade. Entretanto, isto não ocorreu sem abalos, pois criaram uma “*deutsch-kommunistische zelle*” (célula teuto-comunista), que mandou vir da Alemanha material de propaganda para ser distribuído na colônia alemã do Rio Grande do Sul. O grupo desencadeou uma luta contra a associação, de onde haviam sido expulsos, e seu jornal *Der Freie Arbeiter* (O Trabalhador Livre), chegando a utilizar para isto a imprensa conservadora (a *Neue Deutsche Zeitung*). Haberland e seu grupo criaram um jornal, *Die Befreiung* (A Libertação) editado em alemão (o primeiro jornal comunista no estado), mas que se resumiu a três edições. Pouco tempo depois, o líder do grupo voltou à Alemanha,⁶⁰ mas retornando para Porto Alegre rapidamente. Após o seu regresso, se tornaria militante do PCB e da organização comunista União dos Ofícios Vários.

⁶⁰ GERTZ, René (ed.). *Memórias...* Op. Cit., p. 135-137.

Em maio de 1923, um congresso socialista em língua alemã foi promovido pela *Sozialistischer Arbeiterverein* para reorganizar o trabalho que Haberland havia prejudicado. O evento foi realizado na sede da FORGS, contando com representantes de quatorze associações do interior do estado, e tinha o objetivo de “sintonizar os interesses da população de fala alemã do Rio Grande do Sul com as idéias do socialismo”.⁶¹ Embora Haberland não tenha comparecido ao Congresso, mesmo tendo sido convidado, o representante Richthofen⁶² apresentou, por meio de Boemertal, propostas com conotações bolchevistas (aos olhos de Kniestedt), mas apenas o delegado de Ijuí, Brauks, as apoiou, o restante não concordou com tais sugestões.⁶³

Ainda em 1923, foi criada a União dos Ofícios Vários, sob o comando do judeu argentino e acadêmico de direito Samuel Speisky, contando ainda com o mecânico Eduardo Budasewsky, o pedreiro Henrique Scliar, o metalúrgico alemão H. Schondelmayer,⁶⁴ F. Haberland, W. Fremdling e o português Manoel Pereira.⁶⁵ Speisky fora companheiro de Nequete na União Maximalista desde 1921, e segundo João Batista Marçal, foi o terceiro fundador do PCB no Rio Grande do Sul. Era muito amigo de Hersch Schechter (aluno laureado do Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro que fazia o elo entre os estudantes cariocas e o Comitê Central do PCB), o qual em 1929 foi deslocado para o estado a fim de dirigir o movimento sindical comunista. Provavelmente, foi por meio de Schechter que Speisky conseguiu uma tradução do Manifesto Comunista e pôde lançar uma edição de três mil exemplares do livro.⁶⁶

⁶¹ Ibidem, p. 137.

⁶² O professor **Richthofen**, que era de Agudo, no Rio Grande do Sul, segundo Kniestedt, “criticou duramente o comportamento do grupo em torno de Haberland, recusava qualquer colaboração com esta gente, mas se aqui não o fazia abertamente, aderiu depois em Buenos Aires ao comunismo”. Ibidem, p. 136.

⁶³ Ibidem, p. 137. Não foi encontrada nenhuma informação sobre Brauks e Boemertal.

⁶⁴ **H. Schondelmayer** era o diretor responsável pela edição em alemão do jornal *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*. Morava em Porto Alegre na Rua Castro Alves, 35. In: *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*, Porto Alegre, 7 de junho de 1924, p. 1. (ASMOB).

⁶⁵ O barbeiro **Manoel Pereira** nasceu em Portugal em 1895, filho de Antonio Pereira e Rosa Maria. Era o diretor responsável pela edição em português do jornal *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*. Morava em Porto Alegre na Rua Marechal Floriano, 120. É possível que tenha atuado em Santos e sido expulso de lá por implicações na greve da Light. In: *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*, Porto Alegre, 7 de junho de 1924, p. 1. (ASMOB). Matrícula dos presos recolhidos à Casa de Correção. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928), p. 57. Fundo da polícia, maço 304. (AHRS). Cf. tb. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit., p. 119.

⁶⁶ PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta...* Op. Cit. p. 52.

O objetivo da União dos Ofícios Vários era tentar penetrar entre os trabalhadores que moravam no Bonfim, bairro com muitos anarquistas e imigrantes judeus. Era um sindicato que abrigava aqueles operários cuja categoria não tinha entidade própria. A União publicou durante um ano (aproximadamente de abril de 1924 a fevereiro de 1925) o jornal *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*, editado em português e alemão, dirigido por Manoel Pereira e H. Schondelmayer e sob a gerência de Samuel Speisky, substituído algum tempo depois por W. Fremdling.

A criação de uma entidade como a União dos Ofícios Vários, uma espécie de “guarda-chuva” que abrigava os trabalhadores de várias categorias que ainda não tinham sindicato próprio, demonstrava o pequeno número dos comunistas no movimento sindical, pois não deixava de ser uma artimanha para ampliar a participação nos sindicatos: como não conseguiam se inserir naquelas entidades controladas pelos anarquistas, criaram uma destinada àqueles trabalhadores não sindicalizados, os quais, assim não estariam sob a influência anarquista.

Em uma reunião realizada em fins de 1923, houve o lançamento da União dos Ofícios Vários no local que seria a sede da entidade, Rua do Parque, nº. 71. Falaram dois membros comunistas que, além de enfatizarem as ligações com o comunismo internacional, defenderam a implementação da frente única nos sindicatos, em sintonia com as determinações oriundas da Comissão Central Executiva do PCB e da IC. Fato este que evidencia as ligações deste grupo comunista com o Partido Comunista do Brasil, conexão que fica mais explícita com o passar dos anos.

Nesse mesmo período, paralelamente ao trabalho desenvolvido na União dos Ofícios Vários, o movimento operário viu o lançamento da Liga dos Operários Republicanos, vinculada ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), originada a fim de cooptar a classe trabalhadora para votar nos candidatos republicanos. Conforme alguns autores já apontaram, durante a vigência da Primeira República, o sistema político no Rio Grande do Sul diferenciava-se do restante do país. Enquanto nos outros estados, predominavam partidos únicos republicanos, dominados pelo presidente estadual ou por algum político bastante influente, no Rio Grande do Sul a política partidária era polarizada entre dois partidos bem organizados e definidos ideologicamente que lutaram ao longo de toda Primeira República, algumas vezes

de maneira muito violenta, com amplo predomínio do PRR sobre o Partido Federalista (transformado em Aliança Libertadora, em 1924, e depois, em 1928, em Partido Libertador).⁶⁷

A clivagem ideológica da elite política do Rio Grande do Sul, singularidade marcante face às outras regiões do país, teve implicações importantes para o movimento operário gaúcho. Adhemar Lourenço da Silva Jr. observa que, em virtude dessa disputa, abriam-se espaços para a emergência de demandas operárias e garantia-se um espaço efetivo de negociação dessas reivindicações.⁶⁸ Beatriz Ana Loner, analisando as relações entre a oposição política tradicional e o movimento operário gaúcho na Primeira República, salienta que o permanente confronto entre a elite política estadual fazia com que os dois partidos buscassem apoio na classe trabalhadora,⁶⁹ o que levava o governo a amenizar a repressão sobre o movimento operário, explicando também o surgimento de uma entidade como a Liga dos Operários Republicanos.

A direção da Liga em março de 1924 era composta por Gaspar Horácio Jeronymo, primeiro-presidente; João Cândido Martins, segundo-presidente; Antonio Gonzaga, secretário interno; Airtton Fonseca, secretário externo; todos sem nenhuma tradição no movimento operário e sindical, o que evidencia o seu caráter de instrumento de cooptação eleitoral pelo PRR,⁷⁰ ainda que no ano seguinte dois ativos membros do movimento sindical de Porto Alegre façam parte de sua diretoria: Orlando de Araújo e Silva, sapateiro que havia sido membro da FORGS, e Abílio de Nequete. No entanto, não há maiores informações sobre a ação de Nequete na Liga dos Operários Republicanos. Como veremos posteriormente, a Liga irá disputar

⁶⁷ LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 3, vol. 1, 4 ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 111. TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-120. Ver também LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁶⁸ SILVA JR. Adhemar Lourenço da. Bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, vol. XXII, n. 2, dezembro 1996, p. 7.

⁶⁹ LONER, Beatriz. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História Unisinos*. São Leopoldo: Vol. 6, n. 6, 2002, p. 105.

⁷⁰ PETERSEN, Silvia. *Da ação direta...* Op. Cit., p. 50.

direções de sindicatos com os comunistas no fim da década, mas sem, no entanto, ser um adversário duro nesta questão.

Por meio da leitura dos seus Estatutos,⁷¹ é possível perceber os propósitos de subordinar os operários ao partido oficial. No primeiro artigo, consta que a Liga seria composta por um número ilimitado de sócios, independentemente da cor, raça, credo religioso, filosófico ou científico, mas “desde que estejam no uso e gozo de seus direitos políticos e civis”. A condição essencial para ser associado era aceitar e manter prestigiados os “preceitos da Carta Constitucional de 14 de julho de 1891” do Rio Grande do Sul. Em suma, a participação operária na Liga estava condicionada à possibilidade de votar, obviamente, no PRR, para somente dessa forma ter acesso à assistência judiciária, médica, hospitalar e medicação gratuita estendida às famílias. Em uma possível divergência entre patrões e trabalhadores no local de trabalho, a Liga interviria procurando conciliar os interesses em disputa, retirando da arena do trabalho a perspectiva da luta de classes.

Silvia Petersen aponta para o relativo sucesso dos propósitos do PRR em cooptar o movimento operário,⁷² conclusão que me leva a refletir no sentido de que, se uma parcela do movimento operário foi cooptada pelas constantes investidas do PRR (ou, ainda, dos libertadores), isso indicaria uma redução do campo de ação dos comunistas. Ou seja, com essa postura de disputar a influência junto aos trabalhadores, os partidos da elite política gaúcha retiravam espaço dos ativistas do PCB. Acredito ser uma questão complexa para os comunistas, que não passavam de um número reduzido de militantes e com uma ínfima penetração sindical, competirem com uma tendência que poderia garantir benesses “tangíveis” à classe trabalhadora. Embora não possa ponderar o peso dos republicanos no meio operário, devido à insuficiência de fontes e, principalmente, por não ser o objetivo deste trabalho, certamente eles criaram empecilhos ao PCB se consolidar como uma força operária no Rio Grande do Sul.

⁷¹ Estatutos da Liga dos Operários Republicanos do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia ...* Op. Cit., p. 296-300.

⁷² *Ibidem*, p. 295.

Essa intromissão dos partidos da elite política gaúcha nas instituições sindicais dos trabalhadores acentua a preocupação de não se confundir a atuação do Partido Comunista com a atuação da classe, como já referido na Introdução. Embora pretendesse “dirigir” a classe trabalhadora como um todo em direção aos seus “verdadeiros interesses” históricos, muitas vezes eles não coincidiam. Portanto, deve-se analisar a ação política dos comunistas como ela foi, e não como deveria ter sido, pois, do contrário, se poderia incorrer no equívoco de acreditar que todas as dificuldades de penetração no movimento operário e sindical por parte dos adeptos do PCB fossem resultado de erros de avaliação, incompreensão política, traição de dirigentes, “falta de consciência” de classe, ou algum outro tipo de comentário que não levasse em consideração a atuação real do Partido na dinâmica das organizações operárias.

Tanto os comunistas organizados na União dos Ofícios Vários como os anarquistas na Federação Operária do Rio Grande do Sul comemoraram o 1º de maio de 1925. A FORGS comemorou com dois comícios, nos quais participaram os sindicatos e ela filiados. A União dos Ofícios Vários organizou uma reunião no Teatro Thalia. A programação consistiu no seguinte: abertura com a Internacional; Luiz Cuervo, principal dirigente comunista do Comitê Regional, falou sobre o significado do 1º de maio; em seguida Antonio Nalepinski, antigo militante anarquista, abordou o mesmo assunto. Para finalizar foram exibidos três filmes: *Os funerais de Lênin*, *Os vaqueiros com os três macacos sábios* e *Defraudando o público*.

Nesse período, os comunistas lentamente foram avançando sobre o movimento operário e sindical, aumentando o peso de sua intervenção política. Provavelmente, o recuo dos anarquistas no sindicalismo e a negação da FORGS em promover greves em um ano de carestia como foi o de 1925 devem ter contribuído favoravelmente para o crescimento do PCB.

Neste ano, os anarquistas organizaram o 3º Congresso Operário Regional, realizado em Porto Alegre, entre 27 de setembro e 2 de outubro, reunindo muitas associações da capital e do interior, demonstrando que o anarquismo não estava totalmente ausente entre os trabalhadores organizados. É interessante destacar que

o avanço comunista foi constatado pelos delegados do Congresso, pois este assunto entrou em discussão e a política no meio dos trabalhadores foi veementemente combatida. Os comunistas tentaram participar do Congresso, mas como eram minoria não conseguiram expor suas opiniões e abandonaram o evento “sob o riso dos delegados”.⁷³

Em 1926, verifica-se uma nova demonstração do lento crescimento comunista no estado. Novamente há comemorações no Teatro Thalia no 1º de maio; a programação foi a seguinte: a Internacional; o drama *Corações famintos*; uma comédia; um filme natural; um operário falou sobre a data; o Dr. Raul Bittencourt abordou a *Perspectiva da humanidade futura*; o acadêmico Valmor ou França abordou *A origem e a evolução das classes*; finalizando a conferência de Luiz Cuervo sobre *Política burguesa e política proletária*.⁷⁴

Nessas duas comemorações do 1º de maio pode-se perceber a relevância dada pelos comunistas à formação intelectual dos trabalhadores, porque houve muitas atividades abordando questões doutrinárias (mescladas com atividades mais lúdicas, talvez para captar o interesse dos trabalhadores). Este tipo de sessões solenes para festejar a histórica data proletária iria se repetir por mais alguns anos, como será visto adiante.

O avanço dos comunistas era mais consistente na capital, o que parece combinar com o declínio do sindicalismo ser mais acentuado em Porto Alegre do que nas cidades do interior. Uma evidência dessa afirmação é a transferência da principal entidade sindicalista do estado, a FORGS, de Porto Alegre para Bagé, no ano de 1927. Uma outra é que nesse mesmo ano fora promovido em Pelotas uma reunião de delegados preparatória de um congresso a ser realizado em 1928, momento em que a FORGS retornaria para a capital. Nessa reunião, em 1927, a presença de representantes de entidades porto-alegrenses foi muito pequena: dois sindicatos, a Federação Operária local, o Grupo Cultural Braço e Cérebro e mais um

⁷³ PETERSEN, Silvia. *Da ação direta...* Op. Cit., p. 63. GERTZ, René (ed.). *Memórias ...* Op. Cit., p. 133-140.

⁷⁴ PETERSEN, Silvia. *Da ação direta...* Op. Cit., p. 65. Não obtive nenhuma informação sobre o referido “acadêmico” (Valmor ou França).

jornal. Ela fica ainda mais inexpressiva se comparada com congressos realizados anteriormente, em 1920 e 1925, ambos na capital, que esteve representada com trinta e vinte associações respectivamente, números expressivos, mas que já demonstravam uma diminuição progressiva de entidades.⁷⁵ Talvez esse tenha sido um dos motivos que levaram a reunião de 1927 e o Congresso de 1928 serem organizados no interior, onde segundo Loner, a incidência da repressão era menor.⁷⁶

A reunião de 1927 havia dado mostras da preocupação dos anarquistas quanto à crescente atuação dos comunistas no movimento operário gaúcho, uma vez que praticamente o único assunto discutido foi como enfrentar o trabalho dos comunistas.⁷⁷ No Congresso de 1928, divergências entre abandonar o sindicalismo e manter o trabalho nos sindicatos deram a tônica ao evento. A proposta vitoriosa foi a de renunciar à organização sindical, em prol de grupos de livre associação anarquista. Mas, por outro lado, a consequência desse posicionamento, antecipada por alguns militantes contrários à sua aprovação, era deixar o campo aberto para os comunistas atuarem livres e sozinhos no terreno sindical.

A partir de então, o PCB foi ampliando lentamente sua influência no movimento operário e sindical, embora com muitas dificuldades internas e com a conjuntura política nacional de severa repressão.

⁷⁵ LONER, Beatriz Ana. Quarto congresso operário do Rio Grande do Sul (1928). *Cadernos do ISP*. Pelotas: UFPel (11), dezembro de 1997, p. 25.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 22.

⁷⁷ Cf. GERTZ, René (ed.). *Memórias...* Op. Cit., p. 142.

2. A LENTA E DIFÍCIL ORGANIZAÇÃO COMUNISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Após longa contextualização, este capítulo começa a examinar a proposta específica do presente trabalho, que é verificar a repercussão da ação política do PCB no movimento operário e sindical gaúcho.

2.1 Um raro momento de atuação legal e a visibilidade dos comunistas no Rio Grande do Sul

No fim do governo Arthur Bernardes, por volta de novembro de 1926, o PCB iniciou os preparativos visando construir uma via de atuação parlamentar. Um pouco antes, neste mesmo ano, o Partido fizera um ajuste nas teses do seu II Congresso no que se refere à participação da pequena burguesia no processo revolucionário, em função do livro lançado por Otávio Brandão *Agrarismo e industrialismo*. Brandão estabelece uma correlação entre as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, as quais seriam rebeliões da pequena burguesia contra os senhores agrários feudais, com a proximidade da chamada “terceira revolta”. Na visão do autor, as causas econômicas, políticas e psicológicas dos dois primeiros levantes ainda existiam quando redigia sua obra e dentre elas destaque aquela com maiores implicações na política comunista: a disputa interimperialista, na qual o imperialismo americano e o inglês disputavam o controle do mercado brasileiro, apoiados pela burguesia industrial e a rural, respectivamente. Era um cenário conturbado, no qual a explosão da “terceira revolta” era iminente.¹

Por tudo isso, a participação da pequena burguesia no processo revolucionário foi redimensionada, no sentido de ser uma aliada em potencial dos comunistas. O objetivo dessa aliança era fazer uma revolução democrático-pequeno-burguesa, na qual primeiramente seria instalado o capitalismo e ao mesmo

¹ SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas...* Op. Cit., p. 76-77.

tempo eliminando os aspectos feudais da sociedade brasileira, para somente assim se realizar a revolução proletária.

Portanto, essa aliança também precisava ser “costurada” no meio urbano e o caminho escolhido para efetivá-la foi o eleitoral. Dainis Karepovs observa que

“[...] no vislumbre de uma modificação na situação política, os comunistas brasileiros tiveram como meta, naquele instante, ao mesmo tempo em que defendiam a teoria da ‘terceira revolta’, a participação política nos marcos da legalidade burguesa por meio da via parlamentar”.²

Afora a alternativa parlamentar nos centros urbanos, os comunistas entraram em contato em 1927 com Luiz Carlos Prestes, o principal líder dos tenentes, que estava exilado em Puerto Suárez, na Bolívia. Durante o encontro, Astrogildo Pereira entregou a Prestes algumas obras marxistas, desconhecidas deste até então, pretendendo iniciá-lo no marxismo e com isso trazer o *cavaleiro da esperança* para sob a influência do PCB. O segundo encontro ocorreria apenas dois anos mais tarde, em 1929.³

Com o início do novo governo, Washington Luís (1926-1930), outras perspectivas políticas se vislumbravam para o movimento operário. Em 1º de janeiro de 1927, chegou ao fim o estado de sítio promulgado ininterruptamente durante o mandato do presidente Arthur Bernardes e com ele o fim da ilegalidade, conferindo ao PCB possibilidade de ação política mais visível com a retomada de sua condição legal. Dessa forma, o Partido poderia aumentar seu número de ativistas e militantes e elevar o peso de sua atuação política na dinâmica das organizações dos trabalhadores.

² KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 180.

³ O contato do PCB com Luiz Carlos Prestes foi exaustivamente abordado na historiografia, por isso e pelo fato de Prestes somente entrar para as fileiras comunistas quando se encerra o marco cronológico da dissertação não me deterei em sua relação com o PCB. Para os interessados, arrole algumas obras sobre o assunto: BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* Op. Cit. CARONE, Edgard. *Classes sociais...* Op. Cit. PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio...* Op. Cit. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit. PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. ZIMBARG, Luís Alberto. *O cidadão armado...* Op. Cit.

No final de 1926, ainda sob estado de sítio e vislumbrando o início de uma conjuntura mais favorável, os comunistas iniciaram a construção desse caminho eleitoral, por meio da constituição do Bloco Operário. Preliminarmente foram contatadas personalidades políticas do Rio de Janeiro, como o deputado federal João Batista de Azevedo Lima⁴ e o intendente municipal, Maurício Paiva de Lacerda,⁵ e associações operárias. De acordo com Karepovs:

“[...] Na verdade, isto também serve para dimensionar uma evolução na postura do PCB que começava a compreender a necessidade de, como partido que almejava ser uma referência de massas, possuir várias frentes de atuação, funcionando de maneira coordenada e subordinadas ao objetivo maior, que era a conquista do poder”.⁶

Isso faz com que de certa maneira seja possível compreender a profusão de associações políticas dirigidas pelos comunistas no final dos anos vinte, como veremos adiante.

Nesse período de atuação legal, bastante breve, diga-se de passagem, de somente poucos meses (de janeiro a agosto de 1927), que gozou durante o início do governo Washington Luís, o Partido Comunista do Brasil lançou no Rio de Janeiro o Bloco Operário. A proposta dessa nova organização era unificar o proletariado em torno de uma mesma legenda visando participar da disputa eleitoral carioca de 24 de fevereiro de 1927. Note-se que com a criação desse organismo estava indo ao encontro das teses aprovadas no V Congresso da Internacional Comunista (IC), de 1924, as quais propunham a formação de frentes únicas pelos Partidos

⁴ “[...] formou-se em medicina, profissão à qual se dedicou, mesmo quando ingressou para a política, o que ocorreu em 1917, quando se elegeu intendente do Distrito Federal. Novamente eleito em 1920, não chegou a concluir seu mandato em razão de ter sido eleito deputado federal pelo Distrito Federal em 1921, reelegendo-se sucessivamente até 1930”. KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 185 (nota de rodapé).

⁵ “[...] Maurício de Lacerda obteve um mandato de deputado federal no ano de 1912, mesmo ano em que seu pai fora nomeado pelo Presidente da República para o Supremo Tribunal Federal. Reeleito sucessivamente até 1921, quando perdeu o mandato em razão de sua oposição ao governo de Epitácio Pessoa, Lacerda foi, na Câmara dos Deputados, um defensor de causas relativas ao mundo do trabalho e um dos patrocinadores da chamada legislação social, que buscava regulamentar as relações entre patrões e empregados. Desenvolvera por isso uma polêmica atuação, sendo classificado tanto de demagogo como criara fama de ser “bolchevista”. Envolvendo-se nas conspirações “tenentistas”, acabou sendo preso em 5 de julho de 1924. Na prisão, resolveu aceitar o lançamento de sua candidatura a intendente no Distrito Federal nas eleições de 1º de março de 1926, na “Chapa Vermelha”, sendo o segundo mais votado no 2º Distrito”. Ibidem, p. 183-184 (nota de rodapé).

⁶ Ibidem, p. 182.

Comunistas.⁷ O lançamento público do Bloco Operário ocorreu no jornal carioca *A Nação*, de 5 de janeiro de 1927,⁸ onde foi publicada uma *Carta Aberta a entidades operárias cariocas* (ANEXO A).⁹

É muito peculiar a forma como foi proposta a aliança operária, pois proclamando que o "Partido Comunista é o único partido operário que verdadeiramente representa os reais interesses e as aspirações totais da classe operária", o PCB demonstrava, com essa atitude, não querer aliar-se efetivamente com o Partido Socialista Brasileiro (PSB)¹⁰ ou com Maurício de Lacerda, ao pautar somente as divergências que os separavam ao invés de ressaltar as convergências que os uniriam:

“[...] Nós não concordamos de modo algum com a sua [de Maurício de Lacerda] política individualista, não partidária, geradora de confusões e mal-entendidos, que só podem servir aos inimigos da política proletária”.¹¹

Após a leitura da *Carta Aberta* fica difícil acreditar na possibilidade de adesão por parte de Lacerda ou ainda do Partido Socialista, o que de fato não aconteceu.

⁷ As teses sobre a formação de frentes únicas foram aprovadas pela primeira vez no IV Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em 1922. No V Congresso, a tática das frentes únicas permanece, mas com ressalvas. Efetivamente, elas somente poderiam ser concretizadas na base dos movimentos e excluía-se a possibilidade de aliança com os socialistas. CLAUDIN, Fernand. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*. Paris: Ruedo Ibérico, 1970, p. 118. Ver também PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit.

⁸ O professor de direito Leônidas de Rezende editava um jornal de oposição que havia sido fechado pelo estado de sítio em julho de 1924 quando se aproximara das idéias de Marx e Engels, com as quais queria fazer uma curiosa conjugação ao positivismo de Auguste Comte. Rezende propôs ao PCB retomar a publicação do jornal, como órgão de propaganda do Partido, o que é feito a partir de 3 de janeiro de 1927. KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil*. Op. Cit., p. 189.

⁹ Carta Aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político Proletário do Distrito Federal, ao Centro Político dos Chauffers, ao Partido Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói, 1927. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 64.

¹⁰ O Partido Socialista do Brasil foi criado em 1º de maio de 1925 e seu Manifesto-Programa, provavelmente da autoria de Evaristo de Moraes, assinado por operários, jornalistas e advogados. Pregava a “instituição de um Governo em colegiada, pequeno grupo de admiradores igualmente responsáveis, investidos de autoridade coletiva, sem distinção de hierarquia, apenas, até certo ponto, especializados em determinadas funções.” Apud CARONE, Edgard. *Classes sociais...* Op. Cit., p. 137-138.

¹¹ Carta Aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político Proletário do Distrito Federal, ao Centro Político dos Chauffers, ao Partido Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói, 1927. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 64.

Ainda no mesmo documento, a crítica feita ao PSB evidencia que os próprios comunistas consideravam inviável a união, pois

“[...] Adversários intransigentes da nefasta política reformista, confucionista, colaboracionista do PSB, entendemos, todavia, que é esta uma excelente oportunidade para, aos olhos das massas, pôr-se à prova a sinceridade dos socialistas que se apresentam aos sufrágios proletários. [...] falando claro e franco, nós não acreditamos na sinceridade dos chefes do PSB nem dos seus candidatos, e muito menos em sua influência ou força eleitoral [...]”¹²

Kazumi Munakata, em sua dissertação de mestrado, tece uma dura crítica aos dirigentes comunistas por causa do teor da *Carta Aberta*.¹³ Para o pesquisador, eram os operários o alvo da convocação, e não as lideranças e as organizações operárias, conforme expressava o documento, uma vez que, mesmo com a proposição de unidade, já estaria definido previamente quem poderia participar da aliança. Os dirigentes do PCB, segundo Munakata, estavam preparando o que pareceria, na visão dos operários, “uma traição por parte do Partido Socialista e de Maurício de Lacerda” por negarem-se participar da aliança. Diz o autor:

“[...] É por isso que ela é apresentada como algo ‘natural’, necessária, que obedece a ‘lógica econômica e social’: só os traidores do proletariado podem recusar esta lógica. E é neste contexto que se tornavam inteligíveis as denúncias que os comunistas invariavelmente endereçavam aos anarquistas, no mesmo momento em que os convida para aderirem à frente única. Pois, na realidade em momento algum é cogitada a adesão desses adversários: quando se lhes propõe a frente é apenas para ‘demonstrar’ que a recusa de algo tão óbvio como a necessidade de unificar as forças só pode significar traição”.¹⁴

O autor faz críticas ainda mais duras, ao afirmar que os dirigentes comunistas realizaram uma manipulação e enunciaram um discurso mentiroso. Embora as observações de Munakata sejam importantes, sua análise está, na verdade, baseada naquilo que o Partido “deveria ser” e que parece não ter sido. Em outros termos, o autor examina a atuação do PCB em função de um *dever ser*, de uma rota política que deveria ter tomado, ao invés do caminho que efetivamente seguiu. Mostra, por outro lado, uma íntima vinculação da análise com o presente, o que

¹² Ibidem, p. 66.

¹³ MUNAKATA, Kazumi. *Algumas cenas...* Op. Cit., p. 112.

¹⁴ Ibidem, p. 74-75.

acontece com alguns trabalhos que abordam a história do Partido, conforme foi ressaltado na Introdução.

Essa postura do PCB, no lançamento da *Carta Aberta*, também deve ser compreendida à luz das orientações deliberadas durante o V Congresso da Internacional Comunista. As teses deste Congresso preconizavam a formação de alianças com os socialistas somente na base do movimento; já com os dirigentes a postura deveria ser de “desmascaramento”, o que efetivamente implicava quase impossibilidade de união entre ambas as forças políticas.¹⁵ O PCB acabou por se aliar somente com Azevedo Lima, eleito deputado federal e a única voz do Bloco Operário na Câmara dos Deputados.

Desde o final dos anos vinte, o movimento operário estava mergulhado em um grande refluxo. O governo Arthur Bernardes intensificou ainda mais a repressão sobre as entidades operárias, que já vinham apresentando fragilidades, dificultando o trabalho de organização da classe trabalhadora. Por isso, greves e outras manifestações políticas operárias ocorreram em pouca quantidade em 1927 e 1928.¹⁶

Nesse cenário adverso, os poucos meses de atuação legal no início do governo Washington Luís conferiram aos comunistas a liberdade de atuar publicamente, fazendo propaganda de sua doutrina política em nome do Partido Comunista, sem precisarem usar nenhum disfarce para esquivar-se da repressão policial. Com isso, a ação política do Partido obteve um ganho importante, sobretudo pela maior facilidade em arregimentar novos militantes e ativistas. Além disso, como a repressão havia sido ligeiramente amenizada, a tarefa de organização tornava-se menos complexa. Conseqüentemente, foi durante esse período que os comunistas começaram a se organizar de modo efetivo, passando a repercutir com mais intensidade e mais freqüência no movimento operário e sindical do Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre.

¹⁵ CLAUDIN, Fernand. *La crisis del movimiento comunista...* Op. Cit. p. 118.

¹⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O proletariado industrial...* Op. Cit., p. 171.

Ainda que, no período de vigência do estado de sítio, o Partido no Rio Grande do Sul tivesse um Comitê Regional, um pequeno número de membros, uma associação (União dos Ofícios Vários) e editasse um jornal (*Martelo e Foice – Hammer und Sichel*), não podemos superestimá-lo, pois eram elementos frágeis, sem regularidade e intermitentes. Aponto duas evidências para demonstrar a veracidade dessa afirmação: o fato do Comitê Regional não ter enviado nenhum representante ao II Congresso do PCB em 1925 “por impossibilidade ocasional”¹⁷ e, no ano seguinte, não ter encaminhado relatório à Comissão Central Executiva sobre as atividades sindicais no estado.¹⁸ Portanto, creio ser prematuro considerá-lo organizado antes de 1927. Os comunistas vinham obtendo realmente um lento crescimento, mas tal aumento se tornou mais consistente apenas quando expirou o estado de sítio em janeiro de 1927.

O “nascimento” do PCB no Rio Grande do Sul ocorreu, então, durante esse curto período de atuação legal no início de 1927, quando conseguiu, inclusive, aparecer na imprensa “de cara própria”, ao final do mês de abril, anunciando os preparativos para comemorar a passagem do 1º de maio em Porto Alegre. Foi divulgado nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* convite feito pelo Partido à classe trabalhadora para comparecer ao Teatro Thalia, onde iria realizar uma série de atividades culturais: abertura com a execução de *A Internacional*, em seguida a apresentação de dois filmes; por fim, as conferências *História do 1º de Maio*, *O capitalismo e a luta de classes*, *Necessidade de organização sindical* e *A origem e a evolução das classes*, conjunto de atividades que será analisada adiante.¹⁹

Entre as atividades que integraram a comemoração, gostaria de chamar a atenção para a conferência *Necessidade de organização sindical*, que parece evidenciar duas coisas: a pequena penetração sindical dos comunistas e, ao mesmo tempo, a ofensiva neste terreno que fora lançada com uma política mais agressiva a fim de conseguir maior inserção em sindicatos, estabelecida no II Congresso do PCB realizado em 1925.

¹⁷ PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio* ... Op. Cit.p. 91.

¹⁸ Relatório da Comissão Central Executiva aos Comitês Regionais sobre a situação sindical. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1926, p. 1 (ASMOB).

¹⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º de maio de 1927, p. 5.

Voltando à questão da legalidade, caso o país ainda estivesse regido pelo estado de sítio, seria praticamente impossível o Partido conseguir veicular sua propaganda na imprensa. Muito menos realizar atividades em teatro e abertas ao público, pois correria perigo de ser reprimido pela polícia. Portanto, o fim do estado de sítio e o retorno à legalidade proporcionaram benefícios imediatos à ação política dos comunistas, como sofrer menos com a violência policial e ter maior visibilidade. Ou seja, o fim da clandestinidade acabou repercutindo positivamente na vida do PCB no Rio Grande do Sul, tendo em vista que passaram a intervir com mais regularidade no movimento operário e sindical gaúcho. Não foi por acaso que, na reunião anarquista preparatória do IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizada em Pelotas, em janeiro de 1927, o combate aos comunistas monopolizou o debate. Segundo o militante anarquista Friedrich Kniestedt:

“[...] Neste congresso praticamente só foi abordado um tema: como enfrentar o trabalho maléfico dos agitadores bolchevistas? Havia a consciência de que a tolerância representaria a destruição do movimento sindical local. Após amplos debates, foram tomadas as devidas decisões. A evolução posterior mostrou que já era tarde”.²⁰

Contudo, as dimensões do Partido ainda eram muito pequenas e não podemos superestimá-las em virtude de seu crescimento e de sua melhor organização.

Além disso, os comunistas não estavam sozinhos no movimento operário e sindical. Como o trecho acima, deixa transparecer, os anarquistas tinham uma tradição relativamente longa e ainda exerciam uma influência significativa junto às organizações da classe trabalhadora. Evidência disso são os encontros em Pelotas de 1927 e 1928, os sindicatos, ligas, federações que dirigiam e os jornais publicados.²¹ Contavam com vários militantes, o que fazia deles a principal corrente do movimento operário e sindical gaúcho até aquele momento, inclusive em nenhum outro estado do país tinham tanta força. Mas, por outro lado, conforme salientei no capítulo anterior, desde o início da década já vinha apresentando sinais de lento

²⁰ GERTZ, René (ed.). *Memórias ...* Op. Cit., p. 142-143.

²¹ *Ibidem*, p. 142-143. Cf. LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit. LONER, Beatriz Ana. Quarto congresso operário... Op. Cit. PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia...* Op. Cit. PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta...* Op. Cit. PETERSEN, Sílvia. *O anarquismo...* Op. Cit.

declínio, o que alargava as fissuras que contribuía para o PCB ir lentamente elevando o peso de sua atuação política.

2.2 O retorno à condição clandestina: repressão e ilegalidade do PCB

O período de atuação legal, decorrente do término do estado de sítio no início do governo Washington Luís, teve uma duração muito breve. Em julho de 1927, o deputado federal Aníbal de Toledo emitiu um parecer sobre um projeto de lei em tramitação no Senado que elevava as penas dos artigos do Código Penal referentes à violência nas greves, sob o pretexto de conter uma suposta intensificação da propaganda comunista no país, especialmente em capitais importantes como São Paulo e Porto Alegre.²²

O objetivo do parecer era “coibir a ‘violência’ do protesto com a ameaça da violência da repressão penal”, aumentando as penalidades previstas nos artigos do Código Penal que se referiam à violência nas greves. Para Pinheiro, tal medida

“[...] Quer agravar as penalidades previstas pelo decreto 1162, de 12/12/1891, que visava atingir aqueles que fizessem ‘desviar operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimentos’. Em vez de penas de um a três meses, pedia de seis meses a um ano de prisão celular. Para o caso, previsto no decreto anterior, de ‘causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário’, a prisão celular passa de um a três meses para um a dois anos”.²³

Além de procurar coibir as greves, a “lei celerada” (nome que ganhara de seus opositores pelo caráter extremamente repressor que continha) limitava a liberdade de imprensa. Por isso, os próprios comunistas decidiram fechar *A Nação*, antes mesmo da aprovação da lei, com receio de provocar o aniquilamento do Partido e do trabalho construído até aquele momento.²⁴

²² PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit., p. 118.

²³ *Ibidem*, p. 119.

²⁴ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit. p. 267.

O projeto sofreu muita resistência no Congresso Nacional para ser aprovado, principalmente dos deputados da oposição Adolfo Bergamini, Maurício de Medeiros, Marrey Júnior e Azevedo Lima (Bloco Operário), desenrolando-se um debate acirrado sobre as conseqüências que ele acarretaria. Fora do Congresso, a discussão parece ter sido ainda mais intensa, com a organização de muitas demonstrações sociais de repúdio. O cerceamento à liberdade das entidades operárias fez com que comícios fossem organizados como forma de protesto. Da mesma forma, o controle das notícias publicadas pela imprensa atraiu para a mobilização antilei celerada a Associação Brasileira de Imprensa.²⁵

As críticas acerca do projeto de Aníbal de Toledo geralmente destacavam o prejuízo às liberdades públicas, oculto pelo discurso de combate ao avanço do comunismo no Brasil. Na maior parte das vezes, as apreciações negativas não eram por causa da repressão aos comunistas, que para muitos dos opositores era até bem-vinda, mas ao poder discricionário que o governo passaria a ter a partir da aprovação da lei.²⁶ Entretanto, apesar da forte resistência, o projeto foi aprovado em 12 de agosto de 1927.

Novamente o PCB era colocado na ilegalidade, mas dessa vez por um período muito mais longo, que só terminaria em 1945. É claro, conforme já observei anteriormente, que a situação de partido proscrito era muito prejudicial para sua ação política, sobretudo porque a repressão imposta com a aprovação da “lei celerada” foi alçada a patamares muito elevados. Além disso, a imprensa passou a ser controlada, impedindo em grande medida que vozes dissonantes ao governo fossem ouvidas publicamente.

No Rio Grande do Sul, os efeitos da aprovação da “lei celerada” foram sentidos pelos comunistas praticamente no mesmo instante. O chefe de polícia do Distrito Federal enviou um telegrama ao chefe de polícia do estado alertando sobre o suposto avanço do comunismo.²⁷ Solicitava notificação imediata sobre a situação

²⁵ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de julho de 1927, p. 1. Os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* fazem a cobertura jornalística do longo debate em torno da lei e sua aprovação.

²⁶ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 de julho de 1929, p. 1-2.

²⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 6 de agosto de 1927, p. 6.

local, que seria preocupante porque tal crescimento incluía, inclusive, planos de uma revolução. Além da troca de informações, a correspondência continha ordem de prisão aos comunistas que atuavam na capital gaúcha.

Rapidamente a repressão chegou ao interior do estado. Após o jornal de Santana do Livramento *O Republicano* noticiar, em 27 de julho, a existência de um centro comunista criado por estrangeiros, a polícia intimou os membros da entidade a comparecerem à delegacia a fim de prestarem informações sobre a circulação de boletins anônimos na cidade. Nessa investigação, o tipógrafo Adalgiso Py,²⁸ desertor da Brigada Militar, foi detido e enviado para Porto Alegre.²⁹ Adalgiso realmente havia lançado um boletim, intitulado *A Voz Comunista*,³⁰ ao que tudo indica restrito ao seu primeiro e único número, do qual era o autor de três das quatro matérias presentes na publicação.

Gostaria de abrir um parêntese e me deter neste momento no boletim, uma vez que o considero importante para perceber a presença do PCB em Santana do Livramento. A primeira matéria, *Nada mais pior do que, um imbecil que se julga inteligente*, critica a “lei celerada” e uma matéria do jornal *O Republicano* a qual, pelo que se pode aferir, lançara acusações contra o Centro Comunista de Santana do Livramento em virtude da predominância de estrangeiros. Ao final da matéria, Adalgiso dá vivas ao Partido Comunista do Brasil e “*A Nação*” comunista, demonstrando existir ligação do Centro com o PCB. Aliás, a denominação de Centro Comunista, por si só, evidencia essa conexão, pois na seção *Dos Centros* nos estatutos do Partido consta que:

“Art. 6º - O Partido é constituído por centros locais ou distritais, desde que contém (sic) um mínimo de 9 aderentes. Nas localidades onde não haja centros organizados admitem-se aderentes isolados, os quais devem constituir-se em grupos de propaganda logo que atinjam o número de três”.³¹

²⁸ Não existem muitas informações sobre **Adalgiso Py** além do que contém o texto. Sabe-se, no entanto, que era militante do PCB em Santana do Livramento, onde editou *A Voz Comunista*, e em 1929 seria candidato a deputado federal pelo BOC às eleições de março de 1930.

²⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 6 de agosto de 1927, p. 6.

³⁰ *A Voz Comunista*, Santana do Livramento, 26 de julho de 1927. (ASMOB)

³¹ Estatutos do Partido Comunista (Seção Brasileira da Internacional Comunista). In: *Centro Comunista n. 4. (Seção Brasileira da Internacional Comunista)*. Porto Alegre, 1925, p. 19.

A partir deste trecho dos estatutos, conclui-se, obviamente, que o Centro Comunista de Santana do Livramento continha no mínimo nove membros. Ainda com relação a esta mesma brochura, nela estavam inseridos os estatutos dos Centros Comunistas, os quais salientam que:

“Artigo 1.º — O Centro Comunista é parte integrante o (sic) Partido Comunista (S.B.I.C.).”

“Artigo 3.º — Serão admitidos como membros do Centro as pessoas que aceitarem o programa e os estatutos do Partido Comunista e que preencherem as condições estabelecidas nos referidos estatutos (artigo 3.º e suas letras)”.³²

Voltando ao boletim, a segunda matéria é uma resposta à menção sobre estrangeiros do Centro Comunista de Santana do Livramento. Embora não tenha ficado clara qual a acusação sofrida pelos comunistas além da predominância de membros oriundos do exterior, a réplica observava

“[...] somos nacionales, y talvez mas puros, porque en nuestras venas corren sangre de indios los verdaderos dueños de este país y nada posehemos, somos nosotros los que luchamos encontra de los usurpadores extranjeros, capitalistas y no de los obreros extranjeros, pues esto tambien son despojados de su propiedad como nosotros y luchamos unidos porque defendemos la misma causa [...]”.³³

O trecho supracitado, escrito em espanhol, demonstra a presença de estrangeiros entre os componentes do Centro Comunista de Santana do Livramento. Certamente, o fato de ser uma cidade fronteira com Rivera, no Uruguai, facilitava esse contato. Todavia, como veremos adiante, isso não era exclusividade de Santana do Livramento e atingia também Porto Alegre.

Conforme já salientei e a historiografia demonstra,³⁴ o anarquismo vinha apresentando sinais de que estava declinando nos anos vinte, o que era menos intenso no Rio Grande do Sul do que no restante do país. No estado, o local mais

³² Estatutos dos Centros Comunistas. In: Centro Comunista n. 4. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Porto Alegre, 1925, p. 35.

³³ *A Voz Comunista*, Santana do Livramento, 26 de julho de 1927. (ASMOB)

³⁴ Cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. Cit. LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit. PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta...* Op. Cit. PETERSEN, Sílvia. *O anarquismo...* Op. Cit.

fragilizado era Porto Alegre, pois aí os anarquistas sofreram embates que não alcançaram os grupos do interior. Tiveram uma vida mais longa em Bagé e Uruguaiana, cidades que sediaram os núcleos mais expressivos.³⁵ Mesmo inserida nessa conjuntura adversa, ainda em 1927, no mês de agosto, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), orientada então pelos anarquistas, organizou uma série de comícios para protestar contra o decreto de execução de Nicolau Sacco e Bartolomeu Vanzetti, operários italianos anarquistas acusados injustamente de assassinato nos Estados Unidos.³⁶ Esse acontecimento comoveu a opinião pública mundial e causou forte repercussão no movimento operário em vários países, sendo o estopim para a deflagração de muitas mobilizações.

Nessa onda de protestos, ocorreu uma situação interessante em Porto Alegre: apesar das divergências que separavam comunistas e anarquistas e das disputas que vinham tendo no movimento sindical gaúcho, um membro do Comitê Regional do PCB procurou o Comitê de Agitação Pró - Sacco e Vanzetti porque o Partido teria deliberado participar deste evento e queria colaborar com sua realização.

“[...] Depois de considerar-se a proposta, o Comitê de Agitação Pró - Sacco e Vanzetti, resolveu, não aceitar a colaboração do ‘Partido Comunista’ em vista, que eles apóiam diretamente ou indiretamente a um governo que martiriza a dezenas de revolucionários, inclusive anarquistas”.³⁷

Contudo, os comunistas participaram em um dos comícios organizados pelo referido Comitê, na Praça da Alfândega, que parece ter sido bastante prestigiado pelas entidades operárias, mediante a presença de Luis Cuervo, naquele momento o principal dirigente comunista no estado, representando o Sindicato dos Vidraceiros.³⁸ Também figurou Antonio Nalepinsky, outrora anarquista, que no final dos anos vinte esteve envolvido em algumas associações e atividades comunistas.

³⁵ LONER, Beatriz Ana. Quarto congresso operário... Op. Cit., p. 32.

³⁶ Alguns dos oradores nessas atividades: Francisco Grecco, Abílio Santos, Orlando Martins, Anastácio G. Filho, T. Nalipinsky (provavelmente Antonio Nalepinsky), Manoel Otero, F. Carvalho, Carlos Ferrari (pertencente ao Partido Trabalhista).

³⁷ *O Sindicalista*, Porto Alegre, 15 de novembro de 1927, p. 4. (NPH). As citações serão corrigidas ortograficamente conforme as normas atuais da língua portuguesa.

³⁸ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 de agosto de 1927, p. 7. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10 de agosto de 1927. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de agosto de 1927, p. 5.

Esta situação evidencia a pequena penetração dos comunistas no movimento operário gaúcho, uma vez que tentaram uma espécie de acordo para participarem da mobilização. Caso tivessem um peso maior entre as entidades operárias, possivelmente não seria necessária uma atitude como essa, porque poderiam bancar uma atividade própria. Mas, por outro lado, pode ser compreendida, paradoxalmente, como um sintoma do crescimento da presença do PCB no movimento operário e sindical, ainda que em ritmo lento, o que já havia sido constatado por delegados presentes na reunião preparatória do IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul, conforme apontei antes. A decisão de participar dos protestos contra a execução de Sacco e Vanzetti demonstra que desejavam ampliar a sua inserção no movimento operário, disputando espaços com os anarquistas e o empenho em executar tal tarefa, a qual estava em consonância com os desígnios do último Congresso do Partido.

O fato dos anarquistas estarem expressando seu descontentamento com a crescente penetração sindical comunista, sendo que estes não desenvolviam atividades públicas numerosas, é indício que o PCB vinha desenvolvendo um trabalho “de formiga” nos sindicatos. Ou seja, embora não viessem realizando um grande número de ações a descoberto, em grande medida por causa da repressão, os comunistas estavam realizando nos bastidores dos sindicatos uma ofensiva nas bases do sindicalismo revolucionário, inserindo militantes nas empresas e angariando, de maneira discreta, novos membros e ativistas, até conseguirem tomar a direção das entidades sindicais, da mesma forma que fizeram no Rio de Janeiro.³⁹

Contudo, os resultados ainda eram pequenos e o número de sindicatos controlados unicamente por comunistas provavelmente se resumia à União dos Ofícios Vários e ao Sindicato dos Vidraceiros, se é que este era dirigido somente por membros do PCB. Mas, por outro lado, é possível que o descontentamento dos anarquistas se devesse mais à ameaça simbólica da presença de um Partido Comunista organizado e impondo uma ofensiva em outros centros do país, do que propriamente a um grande número de sindicatos comunistas, o que de fato não

³⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. Cit., p. 159.

existia. Conforme veremos, apenas em 1929 o Partido criaria e/ou reorganizaria um número expressivo de entidades sindicais.

Porém, a despeito do recuo anarquista, o quadro político desfavorecia os comunistas por causa da clandestinidade, impedindo mais uma vez o PCB de aparecer em público. Provavelmente, a intervenção de Luis Cuervo em um dos comícios organizados pelo Comitê de Agitação Pró - Sacco e Vanzetti foi a última manifestação pública dos comunistas em 1927, naquele que foi o ponto alto do movimento operário do ano. Mas, por outro lado, é possível que os comunistas tenham desenvolvido outras atividades sem divulgação pela imprensa, em virtude da censura imposta pela “lei celerada”.

As dificuldades de organização e propaganda dos comunistas no Rio Grande do Sul, no entanto, não se deviam unicamente à repressão advinda da “lei celerada”, mas também às próprias dificuldades internas que acometiam o Partido. O PCB apresentou um problema crônico de crescimento no estado, mesmo este sendo um dos berços do comunismo no país. Desde a fundação do Partido em 1922 até aquele momento, pouco havia sido realizado em termos de ampliar o quadro de militantes e ativistas, permanecendo por quase todos os anos vinte com um número muito pequeno de membros. Não podemos esquecer que, logo após a fundação do Partido, o principal militante do Rio Grande do Sul, Abílio de Nequete, abandonou a organização, o que deve ter abalado a estrutura comunista gaúcha. Contudo, o fraco desempenho não pode ser creditado unicamente à ausência de um indivíduo por maior importância que ele tivesse.

Ainda sobre o pequeno número de militantes, o Comitê Regional do PCB só liberava a filiação de um novo membro após este passar por um longo período de teste, a fim de provar o merecimento de ingressar no Partido. O metalúrgico Eloy Martins,⁴⁰ que nos relata em suas memórias essa condição, esperou cinco anos

⁴⁰ **Eloy Martins** nasceu em Laguna, Santa Catarina, em 1922. Muda-se para Porto Alegre em 1925, onde fixa residência. Metalúrgico, em fins de 1927 entra em contato com o Grupo de Operários Apolíticos (organização anarquista) por meio do seu irmão Moarê. No início de 1928 é preso pela primeira vez por participar de reunião preparatória de uma greve. No mesmo ano, quando estava trabalhando no estaleiro Alcaraz & Cia, conhece Ramão (membro do PCB) e logo em seguida, em um jogo de futebol da empresa, Jacob Koutzii (outro membro do PCB), de quem recebe exemplares de A

para sua filiação ser liberada. Em 1928, Martins tinha dezessete anos de idade e, segundo os estatutos do PCB,⁴¹ não poderia filiar-se ao Partido, pois só eram aceitos indivíduos maiores de dezoito anos. Ainda que, no ano seguinte, atingisse a maioridade, a filiação de Martins só foi liberada em 1933, quando estava com vinte e três anos.⁴² Evidentemente, esse rigor na filiação de novos membros limitava a ampliação do quadro de militantes comunistas.

Aqui cabe explicar uma aparente contradição entre o crescimento do número de militantes do Partido e a penetração sindical. Se os comunistas enfrentavam problemas de crescimento, conforme estou enfatizando, como compreender ao mesmo tempo a maior repercussão no movimento operário e sindical? Considero o aumento do número de militantes e de células não ser a mesma coisa que penetração sindical, não existindo relação direta entre ambas. A ampliação da presença comunista nos sindicatos de Porto Alegre era produto de uma política de inserção sindical mais agressiva, de acordo com as deliberações dos seus fóruns nacionais. Provavelmente, os poucos militantes deviam se desdobrar e realizar um trabalho abnegado, no qual cada um multiplicava-se em muitos.

Aliás, a abnegação era uma característica marcante do comunista. A visão cientificista, evolucionista e teleológica do processo histórico, implicava a crença por parte do militante na inevitabilidade do socialismo, o que ensejava um forte engajamento político-partidário, como freqüentemente se observa na história dos partidos comunistas. Na ação política cotidiana da militância “o presente é vivido não como algo em si, mas como um momento parcial de um projeto maior que será necessariamente realizado”,⁴³ daí a extrema dedicação e o despreendimento em realizar inúmeras atividades. Jorge Ferreira, mesmo analisando o período imediatamente posterior ao do presente trabalho, tece alguns comentários que considero pertinentes para dimensionar a imersão do militante na estrutura do

Classe Operária. Na semana seguinte ao encontro, Martins ingressa no BOC. Eloy Martins filia-se ao PCB em 1933, organização na qual dedica toda sua vida à causa comunista. Faleceu em Porto Alegre em 2005. Maiores detalhes ver: MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit.

⁴¹ Estatutos do Partido Comunista (Seção Brasileira da Internacional Comunista). In: Centro Comunista n. 4. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Porto Alegre, 1925, p. 18.

⁴² MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit., p. 41.

⁴³ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros...* Op. Cit., p. 43.

Partido. Ao examinar a vida partidária comunista, destaca a grande quantidade de tarefas que o militante era submetido a cumprir:

“A vida do revolucionário na organização era totalmente absorvida pelas tarefas, atividades que atuavam como um verdadeiro massacre sobre os quadros revolucionários. [...] As tarefas, particularmente as externas, envolviam por completo o cotidiano do militante, deixando-o assoberbado de trabalho”.⁴⁴

Segundo o mesmo autor, independente da posição na hierarquia do Partido, se dirigente ou militante, “os revolucionários dedicavam todas as suas energias para o cumprimento de suas obrigações, sem medir as conseqüências físicas, pessoais, emocionais, financeiras ou familiares”.⁴⁵ Ou seja, o comunista entregava-se à ação política com afinco para, assim, conseguir atingir os seus objetivos imediatos e com o socialismo em seu horizonte. Portanto, os poucos membros do PCB no Rio Grande do Sul, em virtude dessa obstinação, deveriam aparentar ser em maior número do que eram na realidade.

2.3 Dificuldades de organização do Bloco Operário e Camponês no Rio Grande do Sul

Com a avaliação de que a experiência no Bloco Operário fora exitosa no Rio de Janeiro, ao eleger Azevedo Lima deputado federal em 1927, o clandestino PCB decidiu mantê-la e expandi-la a todas as localidades onde existissem núcleos comunistas organizados. Dessa forma, procurava driblar a ilegalidade para conseguir atuar livremente. Como já observei, o marco teórico que orientava os comunistas brasileiros naquela época, desenvolvido por Otávio Brandão, interpretava a sociedade brasileira como alvo da disputa entre o imperialismo americano, ligado à burguesia industrial, que explorava os trabalhadores urbanos, e o inglês, ligado por sua vez à burguesia cafeeira, que explorava os trabalhadores rurais. Portanto, sob essa concepção, era necessária a unidade da classe trabalhadora, tanto urbana quanto rural, na mesma luta de transformação social. Por isso, em 2 de novembro de 1927, o nome do Bloco Operário foi alterado para Bloco

⁴⁴ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito...* Op. Cit., p. 89.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 94.

Operário e Camponês para comportar o campesinato, se bem que este não foi muito mais do que uma palavra na sigla da organização.⁴⁶

Nas eleições municipais do Distrito Federal, em outubro de 1928, o BOC obteve uma vitória importante ao conseguir eleger e empossar seus dois únicos candidatos ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro: Octávio Brandão e Minervino de Oliveira. Em outras cidades, candidatos do BOC foram eleitos mas não empossados devido ao não reconhecimento pela comissão de verificação de poderes.⁴⁷

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades em Porto Alegre, a FORGS se transferiu para Bagé, em 1927, provavelmente, porque aí existia um dos maiores núcleos anarquistas do estado,⁴⁸ mas acabou retornando no ano seguinte para a capital. Em janeiro de 1928, foi sediado em Pelotas o IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizado por anarquistas. Compareceram representantes de diversas entidades operárias do estado, inclusive da FORGS, que demonstrava cada vez maior fragilidade e a realização de um evento desse porte no interior, ao invés da capital, é um indicativo do declínio do anarquismo em Porto Alegre. Provavelmente, pela maior penetração dos anarquistas no interior, os comunistas, em que pese suas fragilidades internas, tenham enfrentado um pouco mais de dificuldades em organizarem-se nessas cidades. Talvez por isso, o PCB tenha se concentrado especialmente em Porto Alegre, tendo desenvolvido paralelamente algum trabalho em Santana do Livramento e crescido em Pelotas um pouco mais tarde.

No entanto, as condições para a presença comunista no movimento operário foram se ampliando lentamente. Ao final da década de vinte os anarquistas se afastaram do movimento sindical, para se dedicarem com mais intensidade às questões culturais e doutrinárias. Um exemplo disso é a edição do jornal *A Luta*, de setembro de 1928. Numa de suas matérias, intitulada “Organização Sindical”, o

⁴⁶ Praticamente não existiu penetração do BOC entre os trabalhadores rurais. Para ver um dos poucos casos onde o contrário ocorreu, conferir ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)*. Franca: UNESP/Franca, 1999.

⁴⁷ PINHEIRO, P. e HALL, M. *A Classe Operária no Brasil...* Op. Cit., p. 132.

⁴⁸ LONER, Beatriz Ana. Quarto Congresso operário... Op. Cit. p. 30.

colunista destacava a importância do sindicalismo para a aquisição de novos e abnegados militantes. Mas, por outro lado, esboçava um descontentamento com o movimento sindical nos moldes de então, baseado exclusivamente em critérios econômicos e no qual vários problemas que atingiam a vida dos trabalhadores não estavam sendo respondidos de maneira adequada pelos sindicatos. Portanto, o colunista defendia que a “intervenção dos companheiros anarquistas na organização sindical terá que ser puramente doutrinária”,⁴⁹ o que abria uma brecha importantíssima para os comunistas ampliarem o peso de sua intervenção política no movimento sindical.

Em relação ao BOC no Rio Grande do Sul, ele foi criado, aproximadamente, em fins de abril de 1928, em Porto Alegre, cuja inauguração pública ocorreu nas comemorações do 1º de Maio, atividade analisada mais detidamente adiante. Neste mesmo dia, foi mencionada pela primeira vez uma ação comunista em Pelotas. O jornal de circulação nacional do PCB, *A Classe Operária*, publicou no dia 19, na seção destinada às manifestações partidárias regionais, um manifesto lançado pelo “Núcleo Proletário Pelotense” em razão da passagem da importante data operária (ANEXO B).⁵⁰ Esse surgimento um pouco tardio do PCB pelotense na forma precária de um núcleo e sua atuação resumida a um panfleto evidenciam a fragilidade do Partido no estado. Além disso, demonstrava que os comunistas não tinham inserção em nenhuma entidade operária da cidade e eram em pequeno número, o que é confirmado em uma correspondência da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul: lá existiam entre dez e quinze militantes.⁵¹ Do contrário, poderia ter sido realizada uma manifestação com maior envergadura.

Ainda neste mês, um núcleo do BOC foi criado em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai. Luiz Gonzaga Madureira,⁵² um militante que, fugindo da

⁴⁹ *A Luta*, Porto Alegre, setembro de 1928, p. 4. (NPH)

⁵⁰ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1928, p. 2. (ASMOB).

⁵¹ Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1928. (ASMOB).

⁵² **Luiz Gonzaga Madureira** era português e atuava em Santos, onde fora dirigente do Comitê Local. Em junho de 1927, teve sua expulsão do país decretada por conta de um suposto atentado revolucionário contra a Companhia Light, no Rio de Janeiro, imputado a anarquistas e comunistas estrangeiros. Madureira consegue fugir e acaba chegando a Santana do Livramento, onde entra em contato com o BOC local. In: SILVA, Fernando Teixeira da. *Operário sem patrões: os trabalhadores*

perseguição policial de Santos, veio parar em Livramento, relata que Satyro Lacerda, principal dirigente comunista local, orientava o BOC para se aliar com a oposição (provavelmente libertadora), a fim de compor uma chapa de intendentes para as eleições de julho de 1928. Não concordando inteiramente com o encaminhamento, Madureira recomendou à Comissão Central Executiva intervir rapidamente para evitar maiores problemas. Além disso, descobriu-se que Satyro Lacerda fora membro do Partido Comunista do Uruguai, do qual havia sido expulso. Foi decidido, então, fundar um novo BOC na cidade, o que acabou não dando certo porque a maior parte dos membros como vimos era estrangeira.⁵³

Em outras cidades algumas tentativas de criação de núcleos existiram, mas sem obter sucesso, o que refletia os problemas internos do PCB.

Mas o Partido parecia não conseguir ocupar o espaço deixado pelo recuo do anarquismo. O BOC, que desenvolvia um trabalho importante no Rio de Janeiro, parece não ter tido o devido tratamento por parte do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. A leitura das fontes de pesquisa indica que outras frentes de atuação foram priorizadas pelo grupo dirigente estadual do PCB, em detrimento da organização do BOC, especialmente a de combate ao imperialismo, mediante a atuação da Liga Pró-México Antiimperialista em Porto Alegre. Ou seja, de certa maneira, este trabalho parece ter menosprezado e até mesmo contrariado as deliberações da direção nacional do Partido, que atribuía um papel destacado ao BOC.

É possível identificar alguns membros do PCB que estavam atuando no estado em 1927, mas não é possível reconhecer dentre eles todos os nomes do grupo dirigente estadual do Partido, nem os seus respectivos cargos na direção, com algumas exceções: Luiz Cuervo (estrangeiro), principal dirigente do Comitê Regional; Isaac Scliar, livreiro do Comitê Regional; Henrique Scliar; Samuel Speisky (argentino); Nicolau Artsevensco (estrangeiro);⁵⁴ Eduardo Budasewsky, H.

da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 372. KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 323.

⁵³ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit. p. 323.

⁵⁴ O estrangeiro **Nicolau Artsevensco**, cuja procedência não pude estabelecer, era dentista e membro do PCB desde a sua fundação e presidente do Comitê Regional do BOC reorganizado em julho de 1928. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de outubro de 1928, p. 3. Carta de Marcos

Schondelmayer (alemão); F. Haberland (alemão); Manuel Pereira (português); Adalgiso Py; Santos Soares; Ramão,⁵⁵ Jacob Koutzii (russo)⁵⁶ e o advogado Hugo Ungaretti.⁵⁷

Em relação a este último, gostaria de relatar um incidente protagonizado por ele, que indica a existência de divergências internas entre os comunistas no Rio Grande do Sul. Hugo Ungaretti, que exercia a tarefa de orador da principal associação conduzida pelos comunistas no período (a Liga Pró-México Antiimperialista), enviou uma correspondência à Comissão Central Executiva, reclamando da postura do grupo dirigente regional por adotar práticas políticas sectárias — Luiz Cuervo dizia que “o ideal [revolucionário] é um monopólio exclusivamente seu”⁵⁸ —, o que desagradava o ativista. Além disso, acusava a direção de ser composta, em sua maioria por estrangeiros e por operários ignorantes. Então, propunha à Comissão Central Executiva a intervenção no Comitê Regional para formar um Comitê alternativo, que ele já estava pondo em prática, o que foi veementemente recusado pelo comando nacional do PCB. A resposta dada a Ungaretti foi um tanto dura:

“O Partido Comunista é uma organização internacional única. O Partido brasileiro é apenas a ‘seção brasileira’ da Internacional Comunista. Não pode haver sinão (sic) uma única seção ou partido em cada país. Pelas mesmas razões, em cada Estado ou Região do país, nós não podemos admitir sinão (sic) uma única seção do nosso Partido. Segundo o sistema de organização que nos rege, o Brasil se

Piatigowski ao Secretariado da Seção Latino-Americana da IC. Paris, 26 de julho de 1930. (RGASPI). Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro 1928], p. 2. (RGASPI).

⁵⁵ O militante do PCB **Ramão** exerceu papel importante no convencimento de seu colega de trabalho Eloy Martins para se filiar ao BOC, em 1928. In: MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit., p. 28.

⁵⁶ **Jacob Koutzii** nasceu na Rússia em 1908, no início da 1ª Guerra veio para o Brasil com os pais, Julio e Olga Koutzii. Utilizava o nome de guerra “Isaac” e, como colaborador de *A Classe Operária*, o pseudônimo “Plínio Moraes”. Era o responsável do Partido pela organização da juventude comunista e seu trabalho se concentrava entre os jovens operários. Embora ressentido com o PCB, não se afastou como outros por causa da proibição de filiação de estrangeiros. Faleceu em 1975 com 67 anos de idade. In: MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit., p. 28. Matrícula dos presos recolhidos à Casa de Correção. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928), p. 57. Fundo da polícia, prontuário 304. (AHRS).

⁵⁷ **Hugo Ungaretti** era advogado, morava na Rua Ramiro Barcellos, n.º 324. Exercia a tarefa de orador da principal associação conduzida pelos comunistas em 1928, a Liga Pró-México Antiimperialista. Era divergente do comando do Comitê Regional liderado por Luiz Cuervo. In: Correspondência expedida pela 3ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia. Porto Alegre, 1º de julho de 1931. Fundo da polícia, prontuário 13. (AHRS). Carta da Comissão Central Executiva a Hugo Ungaretti. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1928. (ASMOB).

⁵⁸ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 322.

acha dividido em Regiões (mais ou menos correspondentes às divisões estaduais), onde a organização dos membros do PCB é dirigida por um Comitê Regional diretamente ligado ao Comitê Central do Partido. As organizações regionais e locais regem-se pelo mesmo Estatuto do Partido, visto que esse Estatuto é nacional.

Do que aí fica dito se conclui: 1) que o Comitê Central do PCB só reconhece como parte integrante do PCB uma única organização regional no Rio Grande do Sul, que é aquela dirigida pelo Comitê Regional de Porto Alegre (composto pelo camarada Cuervo e outros); 2) que o Comitê Central do PCB não pode admitir outra organização comunista paralela, ou sobreposta, na mesma Região, muito menos com estatutos especiais, como é o caso constante de sua carta”.⁵⁹

Logo a seguir, enfatizava-se que, mesmo sendo verdadeiras as acusações de Ungaretti, o caminho a ser trilhado para modificar tal situação era dentro da organização partidária, e não por fora como estava fazendo ao construir outro Comitê. Era argumentado que a predominância de estrangeiros seria natural em um estado de imigração como o Rio Grande do Sul. Com relação à “ignorância” dos membros do Comitê Regional, isso era tratado com naturalidade, pois seria produto do capitalismo, regime que não instrui operários. Somente após a revolução é que os operários teriam oportunidade para se instruírem, revolução que em todo o caso apenas eles poderiam fazer, mesmo com toda sua ignorância. E continuava o documento:

“[...] Evidentemente, o PC não despreza o concurso de intelectuais instruídos, vindo da pequena e mesmo da grande burguesia; mas é preciso que esses intelectuais proletarizem pelo menos sua mentalidade, desfazendo-se da presunção e das fumaças próprias dos intelectuais. O PC é um partido de operários e não de intelectuais”.⁶⁰

Ao final da carta, repousava dúvida sobre a filiação de Ungaretti ao Partido, já que seu nome não estava incluído na relação de filiados. Tudo isso, inclusive este último fato, aponta para a existência de divergências internas na militância comunista gaúcha. Essa dissonância era ocasionada por interpretações diferentes sobre a rota a ser implementada pelo PCB no estado e a postura adotada pelos

⁵⁹ Carta da Comissão Central Executiva a Hugo Ungaretti. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1928, p. 1. (ASMOB). Grifos no original.

⁶⁰ Ibidem, p. 2.

membros (ou por alguns) da organização. Também evidencia um choque entre militantes nacionais e estrangeiros.

Entretanto, mesmo apoiando o Comitê Regional e ficando contra Hugo Ungaretti, a Comissão Central Executiva parecia não estar satisfeita com o que estava acontecendo no Rio Grande do Sul. Tanto é que, no mês seguinte ao recebimento da carta de Ungaretti, o PCB e o BOC gaúchos foram reorganizados pela CCE.

Em 5 de julho de 1928, constituiu-se um Comitê Regional provisório para o PCB no Rio Grande do Sul. Nesse momento, o Partido contava com trinta e seis membros (dez pequenos e médios patrões, dois intelectuais, três artesãos e dezenove operários),⁶¹ dos quais dez ou doze em Porto Alegre e o restante distribuído em Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul e Santana do Livramento.⁶² E quando foi realizada a I Conferência Regional, em fins de setembro, havia aumentado seu efetivo para quarenta e oito (dois intelectuais, três artesãos e quarenta e três operários), o que era um crescimento considerável, principalmente no meio operário.⁶³ No final do ano, o número se elevou ainda mais, atingindo oitenta filiados,⁶⁴ demonstrando que a nova direção estava conseguindo de início ser vitoriosa, pelo menos no que se refere à ampliação do quadro de militantes partidários.

Não obstante o crescimento, ainda era um número relativamente pequeno. Desconheço a quantidade de militantes anarquistas, mas pelo que indica a participação nos congressos operários ocorridos no estado, eles talvez fossem mais do que oitenta.⁶⁵ Ou seja, os comunistas provavelmente levavam desvantagem

⁶¹ Os dados apresentados são estes, embora se perceba claramente que há imprecisões, uma vez que a soma dos membros divididos por categorias (trinta e quatro) não corresponde ao número total da militância (trinta e seis).

⁶² KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 322.

⁶³ Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro 1928], p. 2. (RGASPI).

⁶⁴ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 269.

⁶⁵ O III Congresso Operário realizado em 1925 reuniu cerca de vinte e sete delegados; a reunião preparatória ao IV Congresso realizada em 1927 contou com dezoito; o IV Congresso Operário de 1928 participaram 20 representantes. LONER, Beatriz Ana. Quarto congresso operário... Op. Cit., p. 25.

numérica em relação aos seus maiores adversários, mesmo que estes estivessem perdendo fôlego.

Além disso, mesmo em se tratando de militantes, entre os quais provavelmente haveria mais homogeneidade, nem todos tinham o mesmo engajamento partidário. Cláudio Batalha aponta no movimento operário a existência de três tipos (embora não seja uma classificação rígida), que considero apropriados para usar neste caso: as lideranças, aqueles que produziam artigos teóricos e definiam políticas para o movimento; os quadros intermediários, que tinham participação efetiva nas direções de entidades, embora não produzissem teoricamente; e os militantes de base, o maior grupo, aqueles que tinham atuação eventual e participavam mais nos momentos de ascenso, e nos momentos de refluxo abandonariam a participação no movimento retraindo-se na vida privada.⁶⁶ Portanto, deve-se relativizar esse número de oitenta militantes, pois nem todos deveriam ter engajamento político mais efetivo no cotidiano da organização, sendo apenas filiados.

O BOC também foi reorganizado, cortando-se o vínculo com o anterior que não conseguira construir nada significativo. A organização teve algum impacto entre os sindicatos, sobretudo dos gráficos.⁶⁷ A composição do novo Comitê Regional do BOC gaúcho ficou a seguinte: Nicolau Artsevensco, presidente; João Batista Carminati, secretário; Mário Pitel; João Torres e Leopoldo Gonçalves.⁶⁸ Nos primeiros meses, o novo BOC procurou estabelecer contatos com os núcleos do PCB, a fim de expandir as atividades, porém não obteve sucesso nem participou de processos eleitorais.⁶⁹

⁶⁶ BATALHA, Cláudio. *Vida associativa...* Op. Cit., p. 93.

⁶⁷ Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro 1928], p. 4. (RGASPI).

⁶⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de outubro de 1928, p. 3. São desconhecidas outras informações sobre os membros do novo Comitê e de seus cargos no mesmo.

⁶⁹ Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro 1928], p. 4. (RGASPI).

Por outro lado, em Rio Grande, em novembro de 1928, numa reunião da Sociedade União Operária (SUO),⁷⁰ Octávio Santos, integrante da entidade, comunica que o BOC estaria se organizando na cidade e gostaria de se reunir em uma sala da SUO. Este pedido, após longo e acirrado debate, foi negado sob a alegação de tratar-se de uma “sociedade comunista com idéias puramente políticas incompatíveis com os princípios conservadores da Sociedade União Operária”.⁷¹ No entanto, a direção do BOC rio-grandino, apesar de recrutar trinta e um membros nos primeiros dias de funcionamento, ainda em 1928,⁷² só foi oficializada em 21 de abril de 1929,⁷³ no esforço dos comunistas ampliarem sua influência no movimento operário e sindical gaúcho, como veremos posteriormente. Os membros desta direção eram: Félix Ferro, presidente; Gustavo [ou Octávio] Santos, primeiro-secretário; Antonio Lima, segundo-secretário; Frutuoso Iglesias, tesoureiro; José Marciscano, arquivista. Porém, apesar da organização do BOC na cidade, durante o ano de 1929 sua atuação praticamente não obteve destaque.

Ainda que o BOC fosse umas das prioridades estabelecidas pela Comissão Central Executiva do PCB, no ano de 1928 a associação influenciada pelos comunistas que obteve maior repercussão em Porto Alegre, principalmente pela visibilidade adquirida na imprensa, foi a Liga Pró-México Antiimperialista. Esta associação foi criada em janeiro daquele ano para protestar contra uma intervenção no México pelos Estados Unidos, fato que já havia motivado o representante do Partido Comunista Norte-Americano na V Reunião do Comitê Executivo da IC em 1925, a propor união com outro partido operário americano no sentido de criar uma liga antiimperialista.⁷⁴

Mas a Liga Pró-México Antiimperialista não era uma associação composta exclusivamente por comunistas (Jorge Bahlis, presidente, Hugo Ungaretti, orador oficial e Luis Cuervo, que exercia um trabalho destacado na entidade): havia também integrantes com outras opções político-ideológicas, como Antonio

⁷⁰ Associação fundada em 1898 sob influência dos socialistas, mas que nos últimos anos havia se transformado numa entidade promotora de atividades culturais.

⁷¹ Livro de Atas das Sessões de Assembléia Geral da Sociedade União Operária. n.º 48, Rio Grande 18 de novembro de 1928. (CDHHPN). Agradeço a Beatriz Loner pela indicação da fonte.

⁷² KAREPOVS, Dainis, *A esquerda e o parlamento...* Op. Cit., p. 322.

⁷³ *Echo do Sul*, Rio Grande, 30 de abril de 1929, p. 2. (BRG).

⁷⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit. p. 153.

Nalepinski, o qual tinha um passado anarquista e Carlos Ferrari, pertencente ao Partido Trabalhista. A Liga procurava “congregar um grupo de intelectuais seletos com o fim de proporcionar a seus aderentes reuniões artísticas e instrutivas”.⁷⁵ Funcionava por meio de reuniões abertas e conferências públicas sobre assuntos específicos relacionados à luta antiimperialista, implementando um nítido caráter doutrinário às suas sessões, as quais tinham cobertura freqüente pelos jornais.⁷⁶ Pela vinculação política plural de seus componentes, provavelmente sua direção fosse motivo de disputa interna entre as tendências.

A Liga, sendo a principal associação (praticamente a única, tendo em vista o fraco desempenho do BOC e o desaparecimento da União dos Ofícios Vários) em que os comunistas atuavam, acabava por dar a tônica à atuação do Partido. Ou seja, as características da atuação da Liga eram as mesmas do Partido. Sua ação política se resumia a um grupo de propaganda, que não passava de um número reduzido de indivíduos preocupados com debates intelectuais, sem maiores inserções no mundo operário.

Em outubro de 1928, já com outro Comitê Regional do PCB e do BOC instituídos, passou a se chamar de Liga Antiimperialista de Porto Alegre após longa discussão sobre mudança nos seus estatutos, transformando também o seu caráter para o combate do imperialismo em geral.⁷⁷ Essa mudança,⁷⁸ que ocorreu também na direção da Liga, com a presença de José Jobim, secretário; Ignácio Mascagni, tesoureiro; João Torres, bibliotecário; Luis Cuervo e Manoel Scliar, comissão de controle, demonstrava maior participação dos militantes comunistas, porque a nova denominação da entidade estava em consonância com a orientação do PCB pela luta antiimperialista, baseada na já mencionada convicção do país ser um alvo da disputa entre dois imperialismos, o inglês e o americano. Esta nova Liga surgia no âmbito da proposta do Partido Comunista de constituir um grande movimento de contestação ao capitalismo, conforme veremos mais adiante, atuando em variadas

⁷⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 de julho de 1928, p. 4.

⁷⁶ Em Passo Fundo também existiu uma associação aparentemente similar à de Porto Alegre. Era a Liga Pró-México General Ortaz Rúbio, presidida pelo advogado Nicolau Cristaldi. Mais detalhes sobre o seu funcionamento até agora são totalmente desconhecidos. Mesmo o jornal da cidade *O Nacional* não noticia nada a respeito da Liga. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de janeiro de 1928, p. 4.

⁷⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de outubro de 1928, p. 5.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 5.

frentes, articulando os anseios específicos da classe trabalhadora com a luta mais geral de transformação da sociedade. Dentro desse objetivo, não tinha apenas os trabalhadores como alvo, mas também as classes médias pois, no entendimento dos comunistas, todos indistintamente sofriam as mazelas produzidas pelo imperialismo.

O que procurei demonstrar nesta seção foi que o Bloco Operário e Camponês não conseguiu afirmar-se como proposta política operária no estado, principalmente no primeiro semestre de 1928, momento em que a Liga Pró-México Antiimperialista predominou. Segundo Hugo Ungaretti, o primeiro Comitê Regional do BOC e o grupo liderado por Cuervo adotavam seguidamente práticas sectárias, o que pode explicar este fraco desempenho ocasionado por uma espécie de boicote em decorrência do caráter político mais plural de uma frente única como o BOC possuía.

Mas se o sectarismo desse grupo o impedia de priorizar a organização de uma entidade que em outros lugares, como o Rio de Janeiro, dava mostras do potencial em obter algum sucesso, como explicar a atuação comunista na Liga Pró-México Antiimperialista de Porto Alegre conjuntamente com anarquistas e trabalhistas? Por mais diferente que fosse o caráter das entidades, a atuação de ambas dava possibilidade de atuar com outras correntes políticas, como de fato ocorreu na Liga. Acredito que uma diferença fundamental entre as duas teria motivado essa situação: a perspectiva eleitoral por parte do BOC. A disputa parlamentar já havia sido pivô de um debate extremamente acirrado no movimento comunista internacional, onde os favoráveis à perspectiva eleitoral eram em maior número. Não era uma questão assentada entre os militantes dos partidos comunistas e provocava discussões apaixonadas de ambos os lados. Provavelmente, por essa suposta aversão à participação parlamentar, os membros do grupo dirigente gaúcho do Partido Comunista tenham sido taxados como sectários.

Após a intervenção da direção nacional do PCB, a partir do que os comitês do Partido e do BOC foram reorganizados, há um pequeno avanço no número de militantes. Contudo, o quadro não sofre alterações substanciais e permanece praticamente o mesmo. Ou seja, continuava a pequena penetração no movimento

operário e sindical gaúcho, mesmo diante de um cenário de recuo de outras propostas.

2.4 Permanências e discontinuidades dos comunistas em relação aos anarquistas

Como já salientei, os trabalhos sobre a história do movimento operário no Brasil geralmente apontam de maneira correta para o fato do PCB ter sido originado de ex-militantes anarquistas, uma vez que a maior parte dos fundadores do Partido havia construído seu passado de militância política nessa corrente e que, diante da descrença com os rumos recentes do movimento operário no país e pela influência da Revolução Russa de 1917, resolveram mudar de orientação. Porém, esta mesma bibliografia não aponta para os efeitos que receberam ou poderiam ter recebido dessa herança libertária, com talvez a exceção de Dainis Karepovs, o qual percebe algumas semelhanças de posicionamento político acerca das eleições entre os anarquistas e os comunistas de Santos, a partir de um documento lançado por estes a propósito da disputa eleitoral de 1922, no qual repudiavam qualquer tipo de participação parlamentar,⁷⁹ como indicado antes. No máximo, a historiografia do movimento operário assinalou a precariedade teórica dos militantes comunistas, que seria fruto desse legado, mas onde exatamente ela se manifestaria ou “distorceria” a atuação comunista praticamente não foi apontado.

A indigência teórica dos comunistas realmente não deve ser subestimada, porque, em sua grande maioria, não conheciam a própria teoria política e a tradição a qual pertenciam (o marxismo), o que poderia suscitar posicionamentos como esse percebido por Karepovs. O desconhecimento do marxismo pode ser evidenciado na preocupação do Comitê Regional nos primeiros anos em adquirir obras comunistas e construir uma biblioteca.⁸⁰ O próprio dirigente comunista Luiz Cuervo expressa essa carência em carta endereçada a Astrojildo Pereira.

⁷⁹ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 45-46.

⁸⁰ Carta de Isaac Scliar a Astrojildo Pereira. Porto Alegre, 16 de abril de 1926. (ASMOB).

“¿Mas que hamos hacer si este centro no es como esos otros centros?”

“[...] que este centro, al carecer de comunismo abstracto no lo realiza em la practica”.⁸¹

Além disso, tal situação possibilitava que, muitas vezes, não houvesse limites claros entre as posições tomadas pelo PCB, pelos socialistas ou, até mesmo, pelos anarquistas. Contudo, já que uma parcela significativa dos comunistas teve raízes no anarquismo e tinham um conhecimento teórico muito precário sobre o marxismo, a herança libertária devia ter um peso na ação política dos militantes do PCB e se manifestar de alguma forma. Da mesma maneira, o movimento operário, que experimentou o predomínio anarquista durante um período relativamente longo, ainda devia sentir o peso dessa tradição, mesmo na década de vinte, período em que estava em declínio.

Angela de Castro Gomes, baseando-se nos relatos de Hilcar Leite,⁸² observa que no Rio de Janeiro, nesse período, havia uma forte tradição anarquista no movimento operário e que os militantes comunistas, para conseguirem se inserir entre os trabalhadores, utilizavam de maneira intencional estratégias típicas dos anarquistas, como atividades teatrais.⁸³ Então, se no Rio de Janeiro, o local onde estavam localizados os militantes do PCB mais experientes e com maior conhecimento do marxismo e do comunismo, havia essa forte tradição anarquista que obrigava os membros do Partido a utilizar instrumentos de propaganda dessa corrente, o que se poderia dizer do Rio Grande do Sul, local onde os anarquistas tinham maior peso no movimento operário e sindical e os comunistas eram mais frágeis sob o ponto de vista organizativo (do que em relação ao Partido Comunista carioca, por exemplo). Provavelmente, em um cenário adverso como esse, os comunistas gaúchos também usassem esse tipo de recurso intencionalmente para tentar penetrar no meio proletário. O que ajuda a reforçar essa suposição são também algumas ações típicas anarquistas praticadas pelos militantes do PCB gaúcho, como veremos adiante.

⁸¹ Carta de Luiz Cuervo a Astrojildo Pereira. Porto Alegre, 6 de março de 1927, p. 1-4. (ASMOB).

⁸² Cf. GOMES, Angela de Castro. *Velhos militantes...* Op. Cit.

⁸³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. Cit., p. 171.

Entretanto, as fontes consultas não possibilitam afirmações categóricas nesse sentido, além de ser difícil verificar quão arraigada era a tradição anarquista no movimento operário e sindical gaúcho. Logo, considerar que os comunistas no Rio Grande do Sul utilizavam esses artifícios para penetrar no movimento operário e sindical intencionalmente pode ser um equívoco, pois não há fontes, principalmente depoimentos de militantes, imprescindíveis para tanto. Por outro lado, se não existem evidências concretas demonstrando a intenção dos militantes, é possível que o uso desses artifícios não tenha sido de maneira intencional, o que é plausível. Visto sob esse ângulo, o conceito de identidade (definição do ator individual ou coletivo por si próprio), pode clarear a questão.

O processo de construção da identidade se dá em duas vias simultâneas: pelas semelhanças que unem o grupo, neste caso os comunistas, e pelas diferenças que os distingue de outros, os anarquistas, os socialistas ou os burgueses. O sentimento de pertença a um grupo passa necessariamente pelo sentimento de não pertencimento ao que o exterioriza, é a construção de um “nós” diante dos “outros”. Os critérios de pertencimento e de igualdade (a definição de um “nós”) passam pela relação contrária de não pertencimento e de distinção, de não ser igual e em alguma medida não pertencer aos “outros”. A diferença ao mesmo tempo em que o separa, o unifica em torno de uma característica comum. Dulce Pandolfi, ao tratar do assunto, tendo Placide Rimbaud como referência, menciona que

“[...] uma das características centrais da identidade é ‘a afirmação, simultânea, e como que dialética, das diferenças e das igualdades’. Ou seja, a construção de um ‘nós’ coletivo pressupõe simultaneamente a explicitação das diferenças e das fronteiras com os ‘outros’ ”.⁸⁴

Loner, utilizando a definição de identidade coletiva esboçada por Alain Touraine na obra *Producción de la société*, observa que o conceito está relacionado a dois princípios: oposição e totalidade.

“[...] O princípio de oposição remete à identificação do adversário. Ou seja, a consciência da diferenciação, a nomeação do adversário, é fundamental para o estabelecimento de uma identidade coletiva.

⁸⁴ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros...* Op. Cit., p. 15.

Quanto ao princípio de totalidade, este vem a ser o que ele chama de sistema de ação histórica, ou seja, o campo social onde se desenrola o conflito, o qual, nesse primeiro momento de teorização do autor, sempre coloca em causa, de uma forma ou de outra, a orientação geral do sistema. Assim 'a identidade do ator não pode ser definida independentemente do conflito real com o adversário e do reconhecimento do que está em jogo na luta' ".⁸⁵

Pela herança anarquista que o PCB recebeu, parece que a identidade comunista que estava sendo forjada no Rio Grande do Sul identificava claramente apenas a burguesia como sendo sua adversária ("os outros"), e não os socialistas ou os anarquistas, com quem disputavam a hegemonia sobre o movimento operário e sindical. Se os comunistas não tinham intenção de utilizar esses artifícios para ter maior inserção entre os operários, é porque não estavam demarcando os limites com seus adversários de movimento sindical. Portanto, não os viam como reais oponentes, daí a utilização de práticas semelhantes.

De qualquer forma, as celebrações comunistas do 1º de maio em 1927 e 1928 em Porto Alegre revelam algumas práticas e formas de abordagem em relação aos operários, possibilitando verificar a utilização de propaganda similar a anarquista, conforme vimos no caso carioca. Por isso, relato como foram tais atividades.

Em 1927, na programação referente à data ocorreu uma comemoração no Teatro Thalia, no bairro São João, com uma série de atividades culturais: de abertura, a execução do hino da Internacional Comunista, em seguida a apresentação de dois filmes. Na seqüência, foram ministradas conferências sobre os temas: *História do 1º de Maio*; *O capitalismo e a luta de classes*; *Necessidade de organização sindical*; e *A origem e a evolução das classes*.⁸⁶ Os comunistas pareciam estar demonstrando uma preocupação com a questão doutrinária e atribuindo-lhe um papel importante, talvez com os filmes e as conferências estivessem procurando despertar nos operários presentes a consciência de que eram explorados pela sociedade capitalista e não só podiam como deveriam acabar com tal exploração através da conscientização de que a mudança deveria iniciar pelos indivíduos, para somente assim transformar a sociedade. Posição muito

⁸⁵ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit., p. 35.

⁸⁶ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º de maio de 1927, p. 5.

próxima dos anarquistas e totalmente diferente da adotada posteriormente pelos comunistas, os quais passaram a priorizar mobilizações coletivas de massa baseados na concepção de que o indivíduo mudaria com a transformação da sociedade. Portanto, seria necessário primeiro fazer a tomada do poder e a transformação social para se operar profundas alterações nas consciências individuais.

No ano seguinte, no 1º de maio de 1928, ainda há indícios de haver práticas similares às dos anarquistas. A comemoração, dirigida pelo BOC, ocorreu no mesmo local do ano anterior, o Teatro Thalia,⁸⁷ e também foi exibido um filme.⁸⁸ Ou seja, ainda existia a preocupação com as atividades culturais, sobretudo com objetivos doutrinários. Contudo, apesar da semelhança com a atividade do ano precedente, são nítidas as diferenças nas atitudes dos comunistas, e percebem-se descontinuidades com a tradição anarquista, que talvez sejam, ligeiramente, maiores que as continuidades. No boletim lançado para a reunião, expressavam de maneira mais contundente suas divergências, enfatizando que os operários deveriam fazer um balanço do passado, “avaliando bem, as vantagens ou desvantagens dos métodos empregados na defesa dos interesses de sua classe”.⁸⁹ Em outras palavras, estavam criticando sutilmente a atuação política libertária, a qual não teria correspondido às necessidades da luta proletária, devido aos seus métodos baseados na ação direta e na ausência de um partido político da classe operária.

No mesmo texto, observam que

“[...] Até hoje o 1º de Maio limitou-se a comemorar os mártires de Chicago. Mas isso já não basta. Não é chorando o passado que se prepara o futuro. Há interesses mais urgentes a se atender. Assim é preciso lutar para aumento geral dos salários, generalização do pagamento semanal, nenhum desconto nos salários, metade dos salários quando o trabalhador cair doente, extinção das multas, horário semanal de 44 horas, horário de 7 horas para as mulheres e de 6 horas para os menores, direito de atrasar-se 5 minutos e em geral lutar pela baixa dos aluguéis e barateamento dos gêneros de 1ª necessidade. Cumprimento da Lei de Férias.”

⁸⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 de maio de 1928, p. 6.

⁸⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 de maio de 1928, p. 5.

⁸⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 de maio de 1928, p. 6.

O proletariado não pode ficar inativo diante dos males que o afligem. É preciso acordar, lutar e vencer”.⁹⁰

Esse boletim apresentava, além da crítica ao anarquismo, um conjunto de reivindicações econômicas e políticas. E a defesa do cumprimento da Lei de Férias demonstrava uma mudança de comportamento importante dos comunistas com relação aos anarquistas, que priorizavam a ação direta contra o capital: cobrar do Estado melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora.

Dessa forma, iam identificando e delineando, com mais clareza, os elementos que os distinguiam de outros grupos e reconhecendo, ao mesmo tempo, os seus adversários, no caso os anarquistas. Assim, os comunistas estavam forjando a própria identidade no conflito real com seus opositores pela disputa da hegemonia do movimento operário e sindical gaúcho.

Por outro lado, a confluência de certas práticas entre comunistas e anarquistas indica também uma indigência teórica por parte daqueles, os quais não conheciam em profundidade a sua própria doutrina e a tradição política na qual estavam inseridos. Isso tornava mais difícil a demarcação de limites entre ambas correntes. Digo isso, não querendo cobrar uma atuação comunista “autêntica”, mas no sentido de salientar que a tradição comunista, sobretudo naquele período sob forte influência soviética, cobrava um modelo de ação política, cujo expoente era o Partido Comunista da União Soviética.

Mas não é somente em torno das comemorações do 1º de maio que se pode perceber permanências de práticas anarquistas. Ao examinar a atuação da Liga Pró-México Antiimperialista, também é possível identificar alguns traços nesse sentido. A forma básica de organização e atuação da Liga se dava por meio de reuniões artísticas e instrutivas, a fim de abordar assuntos relacionados à luta antiimperialista e a conjuntura política mexicana por seu grupo de “intelectuais seletos”. Novamente, atribui-se à questão doutrinária um papel extremamente importante, obtendo com isso maior destaque do que o estabelecimento de relações mais próximas com o movimento operário e sindical. Embora alguns integrantes da Liga sejam membros

⁹⁰ Ibidem, p. 6.

de sindicatos, a prioridade era proporcionar aos seus integrantes debates intelectuais.

Além disso, diversos militantes circulavam com desenvoltura entre várias correntes políticas e ideológicas do movimento operário e na maioria das vezes é difícil precisar o real motivo dessas mudanças. Tais foram os casos de Orlando Martins e Antonio Nalepinsky: ambos iniciaram seu ativismo político no anarquismo e participaram de entidades dirigidas pelos comunistas, não sendo claro ao longo de militância dos dois, as reais motivações desses percursos. Talvez, a presença de Nalepinsky na Liga Pró-México Antiimperialista tenha contribuído para a importância dada à questão doutrinária pelo organismo.

2.5 Os congressos comunistas: o VI Congresso da IC e o III Congresso do PCB.

Nesta seção, farei uma referência a dois congressos comunistas, o VI Congresso da IC e o III Congresso do PCB, realizados entre 1928 e o princípio de 1929. Esse exame se deve às importantes conseqüências na história do comunismo brasileiro que tais eventos trouxeram. Entretanto, não quero com isso superdimensionar a relevância destes congressos ou resumir a atuação posterior do Partido às deliberações tomadas nestes eventos.

De 17 de julho a 1º de setembro de 1928, foi realizado em Moscou o VI Congresso da IC. As principais constatações deste Congresso eram que as massas estavam em um processo de radicalização, cujos sintomas se faziam sentir no aumento do número de mobilizações operária, ao mesmo tempo em que havia um agravamento das contradições do capitalismo, as quais seriam o prenúncio do seu fim. Esse cenário passou a ser caracterizado como o “terceiro período” do sistema capitalista no após Primeira Guerra. De 1917 até 1923 era o primeiro, marcado pela crise do capital e ascensão revolucionária. O segundo, de 1923 a 1927, de estabilização parcial do capitalismo. Portanto, como o “terceiro período” era de ascensão revolucionária, a política de alianças a ser empregada pelos comunistas deveria ser de “classe contra classe”, rechaçando uniões com os social-democratas. Estes passaram a ser duramente criticados e adjetivados de “social-fascistas” e as

frentes únicas se não completamente abandonadas, somente comportariam alianças na base do movimento para evitar o contato com as lideranças da pequena burguesia.⁹¹ Bukharin era quem sustentava esta tese e uma outra, segundo a qual existiam três tipos de países: os de capitalismo muito desenvolvido, de capitalismo com desenvolvimento médio e os coloniais e semicoloniais.

Nesse mesmo Congresso, foi publicado pela primeira vez um relatório abordando a situação específica da América Latina, assim como discutidas questões concernentes às estratégias e táticas que deviam ser seguidas pelos partidos comunistas na região. O fracasso da insurreição na China, em Cantão, comandada pela III Internacional, e também a constatação do avanço da presença dos Estados Unidos em países latino-americanos paralelamente ao declínio da Inglaterra, motivou a IC se voltar à América Latina.⁹² Em relação às suas teorizações sobre a região, segundo Ricardo Antunes o Congresso foi pautado por formulações generalizantes, abstratas e equivocadas, as quais, obviamente, não conseguiram apreender as especificidades de cada país, ao desconsiderar as diferenças entre a realidade asiática e a latino-americana, especialmente a brasileira.⁹³

Todos os países da América Latina foram caracterizados como coloniais ou semicoloniais e tal posição sofreu muitas críticas e resistências por parte dos militantes da região, os quais procuravam destacar as peculiaridades existentes, para com isso esboçar um cenário mais próximo da realidade latino-americana. Entretanto, para a IC a China e a Índia eram como paradigmas de países coloniais e semicoloniais, atribuindo automaticamente características destes à América Latina, quais sejam, resquícios do modo de produção feudal e de relações pré-capitalistas. Sob esse ponto-de-vista, a revolução democrático-burguesa era tida como etapa necessária para a instauração de uma revolução socialista.

⁹¹ CLAUDÍN, Fernand. *La crisis del movimiento comunista...* Op. Cit., p. 118. Ver também: HENN, Leonardo Guedes. *As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina (1919-1943)*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. (Tese de doutorado em História). ROSAL, Amaro del. *Los congresos obreros internacionales em el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975.

⁹² ANTUNES, R. Os Comunistas no Brasil... Op. Cit., p. 17-18.

⁹³ *Ibidem*, p. 26. Ver também do mesmo autor. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

Mesmo que a origem da virada esquerdista da IC tenha se originado no VI Congresso, foi somente depois de algum tempo, mais especificamente no X Pleno da Executiva da IC, que a linha da “classe contra classe” teria maiores repercussões no Brasil.⁹⁴ Inicialmente, o impacto dessa concepção ocorreu na fração sindical do PCB do Rio de Janeiro, provocando uma cisão. Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta, os principais líderes da “oposição sindical”, se contrapuseram à linha da III Internacional, porque concretamente “levou o PCB a entrar em conflito com sindicalistas com quem seus líderes haviam colaborado intimamente na formação do BOC”.⁹⁵

Realizado entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929, em Niterói, o III Congresso do PCB reuniu trinta e um delegados, sendo dez da antiga direção, treze de seis comitês regionais (Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal), dois da juventude, três comunistas sem direito a voto e outros três ouvintes.⁹⁶ Em linhas gerais, mantiveram-se as diretrizes do congresso anterior do PCB. As teses apresentadas primeiramente foram aprovadas pela Comissão Central Executiva e submetidas ao Secretariado Sul-Americano da IC, que fez algumas observações e devolveu o texto a CCE, sendo aprovado novamente e encaminhado às seções regionais.⁹⁷

Nesse ínterim, os delegados que haviam participado do VI Congresso da IC retornaram de Moscou, trazendo as novas orientações e as discussões realizadas durante o Congresso. Obviamente, estas instruções exerceram algum impacto sobre o III Congresso do PCB, mas não a ponto de serem as responsáveis diretas pela rota política do Partido, mesmo porque ocorreu uma convergência em relação a algumas questões, como o caráter democrático-burguês da revolução. Os reflexos ocorreram, provavelmente, mais no sentido de referendar as deliberações do PCB,

⁹⁴ Cf. DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990. DEL ROIO, Marcos. O impacto da revolução russa e da internacional comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. I, 2 Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. I, 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

⁹⁵ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro...* Op. Cit., p. 66.

⁹⁶ PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio...* Op. Cit., p. 135.

⁹⁷ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 527.

como aconteceu no caso da recomendação da IC para a criação de blocos das forças revolucionárias (trabalhadores urbanos e rurais) e de aliança com a pequena burguesia, o que foi visto pelos militantes brasileiros como uma aprovação da política desenvolvida pelo Partido no que se referia ao BOC.⁹⁸

A extensa pauta do III Congresso abordava os seguintes tópicos: 1) A situação política nacional e a posição do Partido Comunista; 2) A luta contra o imperialismo e os perigos da guerra; 3) O trabalho do Partido nos sindicatos operários; 4) Sobre a questão camponesa; 5) Sobre o Bloco Operário e Camponês; 6) Sobre o Socorro Vermelho; 7) Sobre a luta contra o fascismo; 8) Sobre a questão esportiva; 9) Sobre cooperação revolucionária; 10) Sobre a imigração; 11) Sobre a questão dos inquilinos; 12) Sobre a organização do Partido; 13) Sobre a Juventude Comunista; 14) O Partido em São Paulo; 15) A questão da oposição; 16) Moções diversas: À Internacional Comunista; Ao Secretariado Sul-Americano da IC e aos partidos irmãos da América Latina; Aos PC's do Paraguai e da Bolívia; Saudação ao General Sandino; Aos PC's da América do Norte e da Grã-Bretanha; Ao PC (bolchevique) da URSS.⁹⁹

As resoluções aprovadas no III Congresso não foram totalmente inovadoras, como já destaquei; em geral apenas deram continuidade e reafirmaram as teses implementadas no anterior. No que se refere à caracterização das burguesias agrária e industrial, foi apontado que haviam consolidado uma aliança, ambas submetidas ao imperialismo. Por outro lado, estava ocorrendo uma “radicalização das massas laboriosas” na sociedade brasileira. De acordo com a concepção dos comunistas, esse reagrupamento de classe era decorrente de algumas características econômicas do país: primeira, a subordinação econômico-financeira ao imperialismo, derivada de empréstimos externos, da dependência industrial (importação de manufaturados e meios de produção) e da subordinação provocada pelo café, que dependia de capitais ingleses e americanos; segunda, a política utilizada pelo Instituto do Café de valorização do produto, sustentada artificialmente; por fim, a disputa interimperialista entre Estados Unidos e Inglaterra.¹⁰⁰

⁹⁸ Ibidem, p. 523.

⁹⁹ PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio...* Op. Cit., p. 135-136.

¹⁰⁰ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 527.

A análise sobre a situação econômica, política e social do Brasil realizada durante o III Congresso chegou a conclusões que são assim resumidas:

“1º) O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente ‘independente’.

2º) O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas camponesas.

3º) O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país — notadamente da indústria pesada — é entravado pelas forças de compressão imperialista.

4º) Involuntariamente, porém, o próprio imperialismo promove certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento, de que resulta a formação de núcleos industriais (como o Rio e São Paulo), onde se aglomeram massas proletárias consideráveis.

5º) A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder.

6º) Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão desse último, acentua-se cada vez mais a exploração econômica e conseqüentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia.

7º) De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se à forças revolucionárias do proletariado.

8º) Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução às suas últimas conseqüências, mesmo dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das mais largas massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas.

9º) Assim, pois, deve o proletariado apoiar energicamente, desde já, o movimento revolucionário em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações, fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa:

a) solução do problema agrário, confiscação da terra;

b) supressão dos vestígios semifeudais;

c) libertação do jugo do capital estrangeiro”.¹⁰¹

Uma discussão importante ocorrida durante o III Congresso teve o BOC como tema central (ANEXO C). Em primeiro lugar, foi destacado o seu papel relevante desempenhado até então, tendo sido apontado “como das melhores coisas que tem feito o Partido”. Além disso, vinha despertando as “massas laboriosas para a

¹⁰¹ O III Congresso (dezembro de 1928 – janeiro de 1929). Rio, 11 de fevereiro de 1929. CC do PCB. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 71-72.

atividade política independente”.¹⁰² Mas, por outro lado, alguns problemas foram levantados. O primeiro deles era o perigo de se incorrer no que chamavam de “desvio oportunista e eleitoralista”. Ou seja, perder a direção política do BOC, podendo deixá-lo a mercê de políticos inescrupulosos e oportunistas (aludindo aos problemas com Azevedo Lima),¹⁰³ o que havia sido assinalado por Jules Humbert-Droz no VI Congresso da IC.

Outro perigo apontado era que o PCB arriscava-se a “perder sua fisionomia própria como conseqüência da adaptação de toda a sua política ao conteúdo político do BOC, subordinando sua ação às possibilidades de trabalho legal”. Por isso, o Partido deveria desenvolver sua própria propaganda nas massas, em seu próprio nome e sem subordinar-se às possibilidades legais de luta.¹⁰⁴

“[...] O III Congresso discutiu amplamente tudo isso, esclarecendo que o BOC - é a organização política da frente única das massas laboriosas em geral sob a *hegemonia do PC*. Este último é e deve ser cada vez mais o núcleo central dirigente do BOC, o cerne compacto e resistente em torno do qual se agrupam as mais largas massas de operários, camponeses, gente pobre de toda natureza. Dentro do BOC, dirigindo-o, guiando-o, dando-lhe vida revolucionária, o Partido deve sempre conservar a sua própria fisionomia de Partido Comunista como tal, isto é, como único verdadeiro partido do proletariado, como "o partido" específico do proletariado, chefe das massas laboriosas na luta revolucionária. Firmando, assim, as características políticas e orgânicas do BOC, o Congresso, para combater aqueles perigos, determinou, como tarefa primordial, que se intensificasse o trabalho ilegal do PC como tal, paralelamente ao trabalho legal do BOC”.¹⁰⁵

Não obstante todas as críticas direcionadas à diluição do PCB no BOC, as resoluções do III Congresso (ANEXO C) contraditoriamente abriam precedentes para o problema se agravar. Salientava-se o fato do BOC até então ter concentrado suas atividades no terreno eleitoral e que era necessário “dar-lhe agora um caráter profundo, de trabalho permanente, ampliando sua ação no seio das massas, em todos os terrenos da luta de classes, utilizando todas as formas do trabalho cultural,

¹⁰² Ibidem, p. 74-75.

¹⁰³ Azevedo Lima desde 1928 estava em relativo confronto com o BOC e o PCB. No dia 5 de abril de 1929, foi expulso publicamente do BOC.

¹⁰⁴ Resoluções do III Congresso do PCB sobre o BOC (1928-1929). Apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 626.

¹⁰⁵ O III Congresso (dezembro de 1928 – janeiro de 1929). Rio, 11 de fevereiro de 1929. CC do PCB. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 75.

esportivo, etc., como meio para atrair as massas”.¹⁰⁶ Ou seja, eram atribuições de um partido político. Logo, o problema da confusão sobre os limites entre BOC e PCB tenderia a continuar.

¹⁰⁶ Resoluções do III Congresso do PCB sobre o BOC (1928-1929). Apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 626.

3. O BOC, A CRT E AS DEMAIS FRENTES DE ATUAÇÃO COMUNISTAS: TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO COMUNISTA GAÚCHO

3.1 O BOC no cenário comunista gaúcho: sua transformação em substituto do Partido

O lento declínio dos anarquistas no movimento operário e sindical continuava. No referido Congresso Anarquista de 1928, realizado em Pelotas, divergências entre abandonar o sindicalismo e manter o trabalho nos sindicatos deram a tônica ao evento. A proposta vitoriosa foi a de renunciar à organização sindical, em prol de grupos de livre associação anarquista. Provavelmente, por esse motivo, o anarquismo tenha experimentado, como já observei, um crescimento da sua ação cultural. A consequência dessa posição — antevista por alguns militantes contrários à sua aprovação — era a de deixar o campo aberto para os comunistas atuarem livremente no terreno sindical.¹

Mas, por outro lado, o contexto no qual o PCB gaúcho estava situado era duplamente desfavorável. Primeiro, a situação de clandestinidade impunha uma barreira para atuar de maneira mais visível. Segundo, o anarquismo, embora em declínio, era um adversário que ainda influenciava algumas organizações operárias importantes, como a FORGS e a Federação Operária de Porto Alegre. Inclusive, com o Congresso, os anarquistas demonstraram vigor, realizando a principal atividade operária de 1928.

Além disso, o Comitê Regional do PCB e do BOC haviam sofrido a intervenção da Comissão Central Executiva, por isso estavam atravessando um período de consolidação, mas enfrentando divisões internas, sem conseguirem até então desenvolver um trabalho mais significativo. Contudo, já demonstravam potencial de crescimento, pois o número de militantes aumentou significativamente com a constituição da nova direção: de trinta e seis para quarenta e oito. Entre os

¹ LONER, Beatriz Ana. Quarto congresso operário... Op. Cit., p. 44.

trabalhadores o aumento é mais expressivo: de vinte e dois para quarenta e seis.² Por tudo isso, a Comissão Central Executiva decidiu contribuir com o novo Comitê Regional.

Foi então que a direção nacional do PCB elaborou, no início de 1929, um plano para orientar o Comitê Regional a ampliar o peso da sua ação política no movimento operário e sindical, culminando com a criação de uma Federação Operária que unificasse os trabalhadores em sindicatos organizados à base de indústrias e de empresas, e não mais por ofícios como faziam os anarquistas.³ A preocupação de ampliar a influência no movimento sindical gaúcho estava em consonância com as preocupações expressas no III Congresso do PCB, de corrigir algumas falhas que vinha apresentando neste setor.

Embora o movimento sindical tivesse dado bons frutos aos comunistas, apresentava algumas limitações, na visão destes:

“[...] Em primeiro lugar, o espírito corporativista, a tradição anarco-sindicalista, a rotina profissionalista, coisas que dificultam a compreensão, por parte de muitos camaradas, da verdadeira tarefa dos comunistas dentro dos sindicatos. Em segundo lugar, o excesso contrário, antianarquista, isto é, a tendência exagerada para combater o verbalismo anarquista levando ao quase reformismo ‘praticista’. Em terceiro lugar, a pouca influência do Partido entre certas categorias de operários, notadamente dos transportes, em cujos sindicatos jamais chegou a penetrar, anteriormente, a influência anarco-sindicalista. Junte-se a isso a falta de um trabalho de conjunto metódico, sistemático, coletivo — e teremos explicadas as causas principais do pouco rendimento obtido pelo Partido — em relação ao que poderia obter — com o esforço despendido pelos militantes comunistas dentro dos sindicatos”.⁴

O plano de ofensiva sindical no Rio Grande do Sul incluía a transferência do jornalista gaúcho Plínio Mello,⁵ de São Paulo, e do estudante Hersch Schechter⁶ do

² Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro 1928], p. 2. (RGASPI).

³ DULLES, John F. *Anarquistas...* Op. Cit., p. 287.

⁴ O III Congresso (dezembro de 1928 – janeiro de 1929). Rio, 11 de fevereiro de 1929. CC do PCB. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 73.

⁵ Estudante de Direito em Porto Alegre, **Plínio Mello** desgostoso com os rumos da política gaúcha, em 1923 foi para o Rio de Janeiro. Em 1925, foi para São Paulo, onde volta a estudar Direito e conhece Mário Pedrosa e Lívio Xavier, influências que marcaram sua trajetória política. Vincula-se ao PCB e abandona o Direito em 1927. Sua primeira missão era vir ao Rio Grande do Sul discutir com os comunistas gaúchos a importância de Luiz Carlos Prestes. Jornalista, trabalhou em São Paulo em

Rio de Janeiro para Porto Alegre, onde chegaram em fevereiro de 1929. A vinda de militantes experientes tinha sido solicitada pelos membros do novo Comitê Regional, pois mesmo após a reorganização dos Comitês do PCB e do BOC o trabalho de ambos ainda não dera resultados mais significativos:

“Para maior propaganda do Bloco Operário e Camponês em todo o Estado, o C. [Comitê] R. [Regional] espera que a direção do Partido envie ao Rio Grande do Sul camaradas para fazerem reuniões de propaganda em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Livramento e outras localidades”.⁷

Mello tinha a tarefa de se candidatar pelo BOC às eleições para a Assembléia dos Representantes do Estado, que ocorreriam em 30 de março de 1929. Além disso, tinha a incumbência de rearticular politicamente os comunistas e por isso acabou se tornando o presidente regional do BOC. Em relação a Schechter, sua atribuição era de coordenar a frente sindical do Partido e a instalação da CRT, criada em abril, dois meses após a sua chegada.

No entanto, como já existiam militantes no Rio Grande do Sul com relativa experiência política que poderiam se candidatar, como realmente aconteceu mais tarde,⁸ a vinda de Plínio Mello e de Hersch Schechter evidencia que fora planejada, na verdade, para serem as pessoas que implementariam novas diretrizes em solo gaúcho, contribuindo com o trabalho do novo Comitê Regional do Partido, instituído em 5 de julho de 1928.⁹

O resultado foi que, sob a nova direção, o BOC, até então, organizado somente na capital, conseguiu criar núcleos em algumas cidades do interior, sendo que o principal foi o de Pelotas. A partir da ação do BOC, os comunistas ampliaram

vários jornais, entre eles *A Esquerda*. No Rio Grande do Sul foi editor do jornal *Extrema Esquerda*. Mais informações em MELLO, Plínio. Memória: entrevista com Plínio Mello. *Teoria e Debate*. São Paulo, n.º 7, p. 30-45, jul/ago/set. 1989. Entrevista concedida a D. Karepovs e outros.

⁶ **Hersch Schechter**, conhecido como Arthur Araújo, havia sido aluno laureado do Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro. Schechter (que era amigo de Octávio Brandão) foi deportado para o Uruguai e foi substituído por Marcos Piatigoski. In: DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária...* Op. Cit. p. 177. Ver também PETERSEN, Silvia. *Da ação direta...* Op. Cit., p. 52.

⁷ Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro de 1928], p. 4. (RGASPI).

⁸ O militante **Adalgiso Py** foi candidato pelo BOC a deputado federal na eleição de março de 1930.

⁹ Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro de 1928], p. 2. (RGASPI).

o seu raio de atuação entre a classe trabalhadora do Rio Grande do Sul, preparando o terreno para a “tomada de assalto” dos sindicatos.

Efetivamente, o plano sindical começou a ser colocado em prática com a criação da Confederação Regional do Trabalho, em Porto Alegre, e da Federação do Trabalho de Pelotas (FTP). Essas duas entidades criaram e reorganizaram vários sindicatos, sendo quinze na capital: União dos Operários em Calçados Luiz XV e Classes Anexas, União dos Operários em Indústria de Vidros e Louças, Associação dos Operários em Construção Civil, União dos Estivadores, Sociedade União dos Trabalhadores em Trapiches, Associação dos Trabalhadores na Indústria Mobiliária, Associação Protetora dos Operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, União dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre, União dos Operários da Indústria Metalúrgica, União dos Operários em Fábricas de Tecidos, União Rio-grandense de Vidreiros, União dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes, Cafés, Confeitarias e Anexos, União dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Portuários do Brasil, União dos Trabalhadores em Calçados, Couros e Peles e União dos Alfaiates e Classes Anexas.

Em Pelotas ao todo foram oito: União Geral dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Cafés, Restaurantes e Anexos, Sindicato das Artes Metalúrgicas, Sindicatos dos Trabalhadores em Curtumes, Sindicato dos Trabalhadores em Faca, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, Sindicatos das Artes Gráficas, União dos Trabalhadores em Padarias, Fábrica de Massas e Confeitarias e Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil.¹⁰

Além disso, a CRT e a Federação do Trabalho de Pelotas realizaram uma série de manifestações públicas em conjunto com o BOC. Ambas as entidades foram bem recebidas pela classe trabalhadora, pois em pouco tempo exerceram um forte impacto no movimento operário do Rio Grande do Sul, tornando-se os principais organismos do movimento sindical, o que demonstrou existir um

¹⁰ Segundo Ronaldo Herrlein Jr., Porto Alegre tinha uma diversidade industrial maior do que Pelotas e provavelmente essa fosse uma das razões para o maior número de sindicatos na capital. HERRLEIN JR., Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº. 14, 2000, p. 104.

campo favorável à proposta dos comunistas de reorganização dos sindicatos por bases de indústria e empresa.

O BOC e as federações sindicais primeiramente agiram no sentido de criar e reorganizar os sindicatos sob novos parâmetros, segundo a concepção do PCB. Ao invés de organizados por ofícios, agora eles seriam por indústrias ou empresas, o que abarcava todas as profissões de um mesmo ramo industrial. Dessa forma, os trabalhadores de um mesmo local de trabalho passariam a ter maior proximidade e, por conseguinte, maior possibilidade de diálogo com os membros do sindicato e com a luta sindical, facilitando e dando novo alento à luta dos trabalhadores.

Somente após a mudança na composição do Comitê Regional e da instituição do plano de “tomada de assalto” dos sindicatos, os comunistas experimentaram um crescimento real em sua ação política na dinâmica do movimento operário gaúcho, aumentando consideravelmente sua participação nos sindicatos e criando com sucesso várias associações que se inseriam em diferentes frentes de atuação, principalmente em Porto Alegre e em Pelotas, conforme veremos adiante.

Entretanto, com a impossibilidade do PCB aparecer de cara própria em decorrência da clandestinidade, o BOC foi progressivamente ocupando o espaço e assimilando as atribuições do Partido ao ponto de substituí-lo por completo. Esse problema ocorreu em várias localidades do Brasil e havia sido motivo de alerta e discussão no III Congresso partidário, como vimos no capítulo anterior. Foi também bastante criticado pela Internacional Comunista em reunião de seu Secretariado político destinada a discutir a realidade brasileira com dirigentes do PCB.¹¹

Apesar destes alertas, o BOC no Rio Grande do Sul em 1929 não fugiu à regra e acabou ocupando o lugar do Partido, mesmo porque, como vimos antes, as resoluções do III Congresso (ANEXO C) abriam precedentes para a ocorrência do problema quando mencionava que o BOC deveria ampliar “sua ação no seio das massas, em todos os terrenos da luta de classes, utilizando todas as formas do

¹¹ Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. Secretariado político da IC. Moscou, fevereiro de 1930. Apud *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1930, p. 3. (ASMOB).

trabalho cultural, esportivo, etc., como meio de atrair as massas”.¹² Inclusive Plínio Mello, em um comício no Bairro Tristeza em Porto Alegre, faz referência às “atribuições partidárias da organização”, referindo-se ao Bloco Operário e Camponês,¹³ o que era uma evidência da confusão dos papéis que caberiam a cada entidade. Ou seja, mesmo que tenha apontado o problema e alertado os membros do Partido para não incorrerem no erro, contraditoriamente as resoluções do III Congresso indicavam também o sentido contrário, o que se refletiu na atuação dos comunistas gaúchos.

Além disso, os programas das chamadas “organizações auxiliares”, associações criadas pelos comunistas para se inserirem em frentes de atuação específicas recomendadas pelo III Congresso, eram meras adaptações das deliberações e do programa do BOC (ANEXO D) que amplificavam a confusão de papéis com o PCB. Com essas associações, os comunistas objetivavam vincular os interesses imediatos da classe trabalhadora com a luta mais geral de transformação da sociedade, tentando constituir, dessa forma, um grande movimento de massas sob a liderança do BOC, o que só viria a acrescentar novos ativistas às fileiras do Partido e aumentar o peso de sua ação política na dinâmica do movimento operário.

Nesse sentido, ao longo da trajetória do BOC foram criadas em Porto Alegre e Pelotas as seguintes associações: o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, o Centro de Jovens Proletários, a Federação dos Esportes Proletários, a Liga Antiimperialista, o Comitê de Defesa da Imprensa Proletária e o Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo, em Porto Alegre e Pelotas, e a Liga dos Consumidores, a Liga dos Inquilinos e o Comitê de Luta Contra o Entrepasto do Leite somente em Pelotas.¹⁴

As resoluções do III Congresso também salientavam a importância do trabalho com os esportistas, as mulheres e jovens trabalhadores, os inquilinos e contra o

¹² Resoluções do III Congresso do PCB sobre o BOC (1928-1929). Apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 626.

¹³ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 de maio de 1929, p. 5.

¹⁴ É possível que associações como essas tenham sido criadas também em Santana do Livramento ou alguma outra cidade do interior que tivera militantes comunistas. Contudo, não foi encontrado nenhum indício nesse sentido.

imperialismo. Percebe-se pelas associações arroladas acima, que as frentes de atuação em que os comunistas tratavam de influir no Rio Grande do Sul ultrapassavam as indicadas pelas deliberações congressuais. Ou seja, o BOC gaúcho foi original ao procurar mobilizar frentes não mencionadas pelo fórum deliberativo principal do Partido, conseguindo antever questões que agitavam os trabalhadores e criando um organismo que abordasse aquele problema particular.

O BOC desempenhava primordialmente a função de articulador de todas essas associações e transmitia a linha política a ser adotada por elas. Essa atribuição fica evidente nos momentos em que várias dessas associações foram criadas, pois era o principal incentivador de sua fundação, oferecendo a estrutura inicial para as primeiras reuniões. Em relação ao papel de transmissor da linha política, isso se evidencia na existência de pontos em comum entre os programas de todas essas entidades, cuja matriz era o programa do BOC (ANEXO D), como no caso do Comitê de Mulheres Trabalhadoras:

“1º - A licença, às proletárias grávidas, de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com o pagamento integral dos respectivos salários; 2º - A criação de maternidades e creches gratuitas, à custa do Estado e do patronato, junto aos locais de trabalho, e fiscalizadas pela Confederação Geral do Trabalho; 3º A licença remunerada de meia hora, de 3 em 3 horas, para que a mãe proletária possa amamentar o filho; 4º - Os mesmos direitos políticos e sociais dos homens”.¹⁵

São demonstrações de como o Partido foi sendo substituído, pois diante da ilegalidade era difícil para os militantes estabelecerem os limites e os espaços adequados para a ação política comunista. Na clandestinidade partidária, era uma incumbência complexa distinguir as questões que diziam respeito à esfera de uma ou outra organização, ainda que este problema tivesse sido discutido em fóruns deliberativos anteriores.

¹⁵ Programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil. Rio de Janeiro, setembro de 1929. Apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 628.

3.2 A CRT: ações a partir de um novo conceito de unificação dos trabalhadores e relações com a CGT do Rio de Janeiro

Para implementar o novo modelo de organização sindical (sindicatos sob base de indústrias e de empresas e trabalhadores unificados em uma mesma federação sindical nacional com suas ramificações regionais e municipais), os comunistas criaram a CRT, formada em Porto Alegre entre março e início de abril de 1929.

O surgimento da CRT se inscreve no objetivo do PCB de criar a Confederação Geral do Trabalho do Brasil, uma entidade sindical que unificasse os trabalhadores do país inteiro de acordo com o modelo de sindicatos de base industrial, a qual começava a tomar corpo efetivamente em 1929 após alguns anos de tentativas não tão bem sucedidas. Para tanto, o Comitê Pró-CGT, criado durante a Conferência dos Sindicatos do Rio de Janeiro e arredores, iniciou os preparativos para realizar o Congresso Operário Nacional, também no Rio de Janeiro, entre 26 e 30 de abril de 1929.

Pela pauta a ser discutida durante o Congresso podemos perceber as reivindicações que os sindicatos pertencentes à rede CGT deveriam encarar como prioritárias: defesa da jornada diária de oito horas, aumento salarial, aplicação da Lei de Férias. Ou seja, cobrar do Estado melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora. Além disso, destacava a importância de organização de sindicatos dos assalariados agrícolas, da juventude e das mulheres proletárias,¹⁶ de acordo com a resoluções do III Congresso do PCB.¹⁷

A Confederação Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul foi formada em meio aos preparativos para a realização do Congresso Operário Nacional, chamado pelo Comitê Pró-Confederação Geral do Trabalho, utilizando a circular convocatória

¹⁶ Além dessas questões, constavam na pauta: apresentação do relatório do Comitê Pró-CGT, informações dos representantes dos estados, Confederação Latino-Americana, estatutos da CGT, eleições. Este último parece referir-se à participação dos trabalhadores nas próximas eleições presidenciais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 de abril de 1929, p. 5.

¹⁷ O III Congresso (dezembro de 1928 – janeiro de 1929). Rio, 11 de fevereiro de 1929. CC do PCB. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 73.

expedida pelos organizadores do Congresso como forma de impulsionar em Porto Alegre o seu trabalho inicial.

A circular recebida pela CRT, com as informações sobre o Congresso, foi repassada às organizações sindicais da cidade com o intuito de convocar a Conferência Sindical de Porto Alegre, a ser realizada no dia 7 de abril na Praça Parobé nº. 12, sede da CRT (mesmo endereço do BOC) para, entre outras coisas, escolher os delegados a serem enviados ao Congresso Operário Nacional.¹⁸ Sobre a importância deste, constava na circular o seguinte texto:

“Nessa hora tão difícil para o proletariado nacional, nada mais oportuno do que esse Congresso.

A carestia da vida, a alta do custo dos gêneros de primeira necessidade, a alta dos aluguéis e do preço do vestuário, o desrespeito da Lei de Férias e das outras que beneficiam os trabalhadores, a ofensiva patronal contra o dia de 8 horas e salários, todas essas questões exigem um estudo acurado por parte da classe operária, todos esses problemas, indicam a necessidade de uma revisão geral dos meios de luta empregados pelo proletariado na defesa dos seus direitos e um aparelhamento mais eficiente das organizações de classe dos operários.

Daí a importância extraordinária desse 1º Congresso Operário Nacional, no qual serão debatidas as questões que mais de perto interessam à defesa dos interesses proletários mais imediatos”.¹⁹

Caso o leitor se atenha ao segundo parágrafo do fragmento da circular, perceberá a visão dos comunistas sobre as condições de vida e trabalho no país, a partir das quais erigiram suas reivindicações. Neste mesmo parágrafo, conforme já foi salientado anteriormente, há uma crítica ao anarquismo, por isso expressaram a necessidade dos trabalhadores fazerem uma “revisão geral dos meios de luta empregados pelo proletariado” e o “aparelhamento mais eficiente das organizações de classe dos operários”. Queriam dizer com isso que os meios de luta anarquistas (ação direta) não eram eficientes, assim como os sindicatos organizados sob essa concepção. Portanto, a circular expedida pelo Comitê Pró-Confederação Geral do Trabalho não tinha somente o papel de divulgar o Congresso Operário Nacional, mas também de construir o movimento sindical comunista.

¹⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 de abril de 1929, p. 5.

¹⁹ *Ibidem*, p. 5.

Na Conferência porto-alegrense, as entidades representadas foram, além da Confederação Regional do Trabalho, o Centro de Jovens Proletários de Porto Alegre, a União dos Trabalhadores em Trapiches, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a Comissão Pró-Associação Protetora dos Operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a União dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes, Cafés, Confeitarias e Anexos, a União Riograndense de Vidraceiros e a União Beneficente dos Empregados da Usina Força e Luz. Afora a discussão referente à pauta do Congresso e a escolha dos delegados que representariam os sindicatos e organizações operárias do Rio Grande do Sul, também foi debatida a comemoração do 1º de maio, que se aproximava. Foi aprovado que os sindicatos teriam a incumbência de convocar suas bases para a programação conduzida pela CRT e deveriam informar quantos números do jornal comunista *A Classe Operária* conseguiriam distribuir.²⁰

No que se refere ao Congresso Operário Nacional, foi aprovada por unanimidade a seguinte resolução:

“O Congresso Operário Nacional deve realizar uma crítica severa das falhas do movimento operário do passado, entre os quais figuram como os mais importantes: o alheamento dos sindicatos da situação econômica do proletariado, o posicionamento do movimento operário, a falta de uma ligação íntima com a massa das fábricas e empresas, o corporativismo, a não existência nos sindicatos de orientação classista de seções de beneficência, recreativas e esportivas.

O Congresso deve particularmente frisar a concentração cada vez maior das forças capitalistas e o avanço do imperialismo no Brasil, concorrendo para agravar ainda mais a exploração das massas laboriosas. E para fazer frente a essa opressão, o proletariado deve reorganizar os sindicatos de ofício em sindicatos de indústria. É precisa ainda organizar sindicatos de empresa, agrupando trabalhadores de uma grande empresa.

Os sindicatos de uma localidade devem unir-se em Federações de Trabalho locais. Os sindicatos de uma região, em Confederações Regionais do Trabalho. Os sindicatos de uma só indústria, em Federações Nacionais de Indústria e, trabalhadores do Brasil, e na cúpula, unindo todos a Confederação Geral do Trabalho. Para fazer frente ao imperialismo na América Latina, o congresso deve prestigiar a obra da fundação da Confederação Sindical Latino-americana. Só a concentração das forças da classe operária poderá lutar contra a crescente exploração capitalista.

²⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 de abril de 1929, p. 7.

As organizações sindicais precisam dedicar uma atenção especial para a organização das massas desorganizadas, assalariadas agrícolas, juventudes e mulheres proletárias.

Para que as massas saibam lutar vitoriosamente contra os exploradores, é preciso ensinar aos trabalhadores a confiar somente na força da unidade e da solidariedade proletárias. Para isso, combater energicamente a intervenção dos políticos advogados e representantes a soldo da burguesia, mostrando aos trabalhadores que só a força da unidade proletária é capaz de arrancar melhorias para a massa laboriosa.

O Congresso deve ainda examinar detidamente a forma de conquistar as massas, ainda não organizadas, para as organizações sindicais. Para isso, além das medidas já aconselhadas, os sindicatos devem elaborar um plano concreto de reivindicações para os trabalhadores de uma determinada indústria ou de uma grande empresa, lutando, passo-a-passo, para a conquista dessas reivindicações. Não só nos devemos interessar pelas lutas dos trabalhadores organizados, as lutas desorganizadas devem ser dirigidas com a máxima dedicação pelas organizações sindicais, para que possam ser aproveitadas em benefício da organização dos trabalhadores em luta.

Uma atenção especial deve merecer a questão da preparação ideológica da massa, devendo o Congresso tomar medidas concretas, tendentes a divulgação no meio das fábricas, oficinas, campo e locais de trabalho, da imprensa do proletariado. Ao mesmo tempo devemos dar uma solução adequada à questão de formação de quadros de dirigentes sindicais, capazes de fazer frente às novas condições de luta de classes.

Particularmente, o Congresso deve examinar a questão da ligação entre os sindicatos e a massa operária, a fim de que as organizações possam sempre estar à frente das lutas contra a exploração que está sujeita o proletariado.

Reorganizados os sindicatos à base de indústria e de empresa, unidos entre si, intimamente ligados à massa laboriosa, lutando resolutamente contra a escravidão capitalista e imperialista, o Congresso só terá dado um passo decisivo para a emancipação da classe operária do Brasil".²¹

A resolução apresentava várias questões e pode ser considerada um resumo da concepção de prática sindical comunista. No início do texto havia uma crítica enfática ao movimento sindical dirigido pelo anarquismo por ser responsável por muitas falhas, como a "falta de uma ligação íntima com a massa das fábricas e das empresas". Destacava a importância de se transformar a forma de organização dos sindicatos, passando aos moldes de base de indústria ou empresa, pois os trabalhadores teriam maior poder de conquistar suas reivindicações. Ou seja, ao explicitar as suas diferenças com os anarquistas, os comunistas estavam

²¹ Ibidem, p. 7.

demarcando o próprio campo e o seu espaço político, ao mesmo tempo em que identificavam claramente o seu principal adversário no movimento sindical. A partir desse momento, percebe-se que os militantes do PCB passavam a ter uma preocupação maior em se diferenciar dos libertários, tentando romper com esta tradição, ainda influente no Rio Grande do Sul.

Além da preocupação com os trabalhadores já organizados, manifestavam interesse em conquistar os não organizados. Para tanto, os sindicatos deveriam elaborar um plano concreto de reivindicações para os trabalhadores de uma determinada indústria ou de uma grande empresa, buscando, efetivamente, a conquista dessas reivindicações, e não simplesmente criar fatos políticos. O interesse pelos trabalhadores e pelas lutas não organizadas deveria exigir a máxima dedicação por parte das organizações sindicais, de modo que pudessem auxiliar na organização desses operários.

Da mesma forma que havia o interesse pelas massas desorganizadas, expressavam a necessidade de se dedicarem aos assalariados agrícolas, juventude e mulheres trabalhadoras. Em outras palavras, os comunistas estavam preparando ações em várias frentes para formar um grande movimento de massas, o que ultrapassou os limites do movimento sindical, como veremos à frente.

A Conferência Sindical elegeu, ao que se sabe, dois delegados para representar as entidades gaúchas: o gráfico Joaquim Pinto e o carpinteiro Victor de Mello.²² O Congresso Operário Nacional, que foi realizado na sede da União dos Gráficos do Rio de Janeiro e presidido pelo representante do BOC, Minervino de Oliveira, tinha como um dos seus objetivos impulsionar a tendência comunista no meio operário, porque ao serem discutidos os pontos da pauta, a escolha e o envio de delegados, se geraria, por conseqüência, uma movimentação interna nas entidades da classe trabalhadora que poderia resultar frutiferamente para a expansão do comunismo.

²² Apesar da pesquisa não obtive outras informações sobre os dois delegados.

No Rio Grande do Sul isso teve resultados positivos, já que certamente, depois do BOC, a CRT foi a associação dirigida por comunistas com maior importância no que se refere à mobilização dos trabalhadores e construção de novas organizações proletárias. Ambas atuavam de forma bastante articulada, organizando atividades em conjunto: manifestações, passeatas e reivindicações praticamente idênticas, como a defesa da aplicação da Lei de Férias e a de Menores, entre outras. Mas apesar dessa atuação muito próxima elas não se confundiam como aconteceu na relação entre BOC e PCB. Nesse caso, não houve substituição de uma pela outra, nem confusão sobre os limites de atuação de cada entidade. Apesar da mesma orientação política, transmitida pelos comunistas, cada qual tinha seu objetivo bem delimitado: a CRT era uma federação sindical regional responsável por unificar os trabalhadores organizados em seus sindicatos, à base de empresa e de indústria, sob uma mesma entidade. Já o BOC tinha objetivos muito mais genéricos: era uma frente ampla que procurava aliar operários e camponeses²³ de diversas correntes do movimento operário, objetivando a participação eleitoral, e pela forma como foi conduzido atuou como um partido político, diferenciando-as ainda mais.

A CRT exerceu um papel extremamente importante para romper com a antiga tradição de estrutura sindical por ofício do anarquismo. Embora este ainda tenha mantido certa influência em algumas entidades importantes, como a FORGS, o recuo e a retirada do campo sindical a que se submeteram após o Congresso Operário de Pelotas, possibilitaram que a CRT se tornasse a principal entidade sindical do Rio Grande do Sul, recompondo o movimento operário gaúcho sob outros padrões.

No entanto, aqui cabe uma advertência: apesar da Confederação Regional do Trabalho parecer ter conquistado o predomínio sindical do Rio Grande do Sul, isso não quer dizer que seu patamar de mobilização tenha sido muito elevado. O movimento operário de maneira geral ainda estava debilitado devido à repressão e à divisão entre comunistas e anarquistas; portanto suas condições de mobilização da classe trabalhadora eram, evidentemente, limitadas. Certamente essa fraqueza do

²³ O trabalho com os camponeses no Rio Grande do Sul ficou praticamente no papel. Somente em Caxias do Sul o núcleo local do BOC teve trabalhadores rurais filiados. Contudo, parece não ter passado da mera filiação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1930, p. 8.

movimento operário, especialmente do libertário, contribuiu para a CRT mesmo com a ressalva anterior, se consolidar como a mais importante entidade sindical gaúcha nos momentos finais da Primeira República.

Em relação às associações que atuavam entre os trabalhadores paralelamente aos sindicatos, como o Comitê de Mulheres Trabalhadoras e o Centro de Jovens Proletários, estas não tiveram o mesmo fôlego de atuação que o BOC, a CRT ou a Federação Geral dos Trabalhadores de Pelotas, conforme veremos adiante, pois em geral a duração tendeu a ser um pouco mais efêmera. Talvez por isso o aparecimento de notícias de suas atuações na imprensa foi também em menor quantidade. Contudo, participavam das atividades mais amplas promovidas pelos comunistas, nas quais exerciam importante papel ao mobilizarem seus grupos específicos de atuação.

Dessas, a principal talvez tenha sido o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, que atuava reivindicando melhores condições de trabalho para o mundo feminino, como: melhores condições de higiene nos ambientes de trabalho, sanitários diferenciados dos masculinos e questões ligadas à maternidade. Outra associação com atuação importante foi o Centro de Jovens Proletários, o qual procurava, através das especificidades dos jovens trabalhadores, atraí-los para a luta política. Já a Federação de Desportos Proletários, utilizava os esportes como um meio para trazer operários para o âmbito das idéias comunistas. Foi justamente dessa forma que Eloy Martins tomou conhecimento do jornal do PCB *A Classe Operária*.²⁴

A solidariedade entre os trabalhadores motivava grandes mobilizações com o apoio da CRT e do BOC. Conforme veremos adiante, em caso de greves, a CRT liderava movimentos solidários aos trabalhadores envolvidos na mobilização. Da mesma forma quando ocorriam demissões consideradas injustas ou para apoiar reivindicações de uma categoria específica.

Esse apoio chegava ultrapassar as fronteiras do Rio Grande do Sul, como no caso da greve dos gráficos paulistas. Como a duração da greve ia se prolongando,

²⁴ MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit., p. 28.

os grevistas começaram a sentir dificuldades financeiras, o que poderia prejudicar o andamento da mobilização. A CRT e o BOC criaram o Comitê de Ação em Defesa da Greve dos Gráficos Paulistas, o qual procurava arrecadar quantias em dinheiro para enviar aos grevistas de São Paulo, objetivando auxiliá-los para que permanecessem paralisados.²⁵ Também, realizavam mobilizações em Porto Alegre, como a passeata que foi paralisando algumas fábricas que estavam em seu itinerário (Sul América, Renner, Rio Guahyba, Fiação e Tecidos, fábrica de móveis Gerdau) e incorporando seus trabalhadores.²⁶ A passeata foi encerrada com um comício que reuniu em torno de três mil pessoas, no qual protestaram contra a repressão policial paulista e exigir a libertação dos trabalhadores detidos em São Paulo. Além disso, foi enviado um telegrama ao presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, relatando a realização do comício e pressionando o governo gaúcho para que, de alguma forma, causasse uma espécie de constrangimento no governo paulista e, principalmente, fazendo uma demonstração da força do movimento operário a Vargas.²⁷ Ou seja, estavam mandando um aviso do potencial de mobilização que dispunham e que poderia ser utilizado em outras ocasiões.

A greve durou setenta e dois dias e exemplos como esse do Rio Grande do Sul em auxiliar os grevistas ocorreram em outros lugares também. Com a derrota dos trabalhadores, a repressão se intensificou e se alastrou por todo o país demarcando um divisor de águas no movimento operário e atingindo os comunistas, os quais passaram, a partir de então, a ser de novo duramente reprimidos pela polícia em várias localidades.²⁸ O BOC começou a refluir progressivamente, perdendo de maneira considerável seu poder de mobilização e o peso de sua ação política entre os trabalhadores praticamente desapareceu.

No entanto, a incidência da repressão no Rio Grande do Sul ocorria em uma escala bem menor, como veremos adiante, e não impedia os comunistas de atuar. Muito pelo contrário, enquanto o BOC no restante do país declinava por causa da violência policial, no sul ele continuava crescendo.

²⁵ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25 de julho de 1929, p. 5.

²⁶ *Opinião Pública*, Pelotas, 25 de maio de 1929, p. 1. (BPP).

²⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26 de maio de 1929, p. 13.

²⁸ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 544.

3.3 O 1º de maio de 1929: as comemorações comunistas em Porto Alegre e Pelotas

O 1º de maio de 1929 foi comemorado pelos trabalhadores em várias cidades gaúchas e é interessante observar algumas dessas atividades para verificarmos como os comunistas usaram a data proletária para chegar aos trabalhadores. O BOC, a CRT e a Federação do Trabalho de Pelotas organizaram manifestações em Porto Alegre e Pelotas que contaram com ampla participação operária.

Na capital, segundo os dados apresentados pelo jornal *Diário de Notícias*, teriam participado aproximadamente mil e quinhentos operários. O ato foi coordenado por Antônio Cândido Thomaz (ao que parece, um militante comunista),²⁹ quem deu início às falas. Logo após, sucederam-se Plínio Mello, representando o BOC regional; Orlando Martins, antigo militante anarquista, em nome da Federação Operária, a qual havia recebido da CRT o convite para participar do ato;³⁰ um representante da CRT; um representante da União dos Operários da Indústria Metalúrgica e um da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Enviaram saudações a Sociedade União dos Trabalhadores em Trapiches, a União dos Estivadores, a União Riograndense dos Vidreiros, a Federação de Desportos Proletários do Rio Grande do Sul, a União dos Trabalhadores em Hotéis, Bares Restaurantes e Cafés, Confeitarias e Anexos, o Comitê Pró-União dos Trabalhadores na Indústria do Vidro e Louças, a Associação Protetora dos Operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, o Centro de Jovens Proletários e a União dos Trabalhadores em Transporte Marítimos e Portuários do Brasil. Os discursos dos representantes das entidades, de maneira geral, abordaram a já referida bandeira da reorganização sindical sob novas bases,

²⁹ É interessante observar que em praticamente nenhum momento a imprensa porto-alegrense, assim como a pelotense, divulga os nomes da diretoria da CRT e da Federação do Trabalho de Pelotas, com a exceção de Pelayo Gil Ribas, secretário geral da CRT, Camillo Santos, delegado da CRT, Ângelo Fontes, representante da CRT, Ludurino Lopes, representante da CRT no Comitê Regional do BOC, e Tolentino Marques Cardoso, representante da FTP.

³⁰ O 1º de maio também foi comemorado pelos anarquistas. Realizaram um comício interno na sede da Federação Operária de Porto Alegre. Terminada a sessão, se dirigiram ao comício promovido pela CRT, já que haviam sido convidados, ao qual lançaram pesadas críticas nas páginas do jornal *A Luta*, como sendo um "leilão de ofertas", por causa da forma como teria sido conduzido o ato, com a venda de bandeiras e outros tipos de acessórios. *A Luta*, Porto Alegre, junho de 1929, p. 3. (NPH).

abandonando os sindicatos por ofício e substituindo-os pelos de indústria ou empresa.³¹

A CRT ainda aproveitou a data para lançar um “apelo” aos trabalhadores da cidade e do campo (ANEXO E), no qual estava incluída a seguinte pauta de reivindicações:

“Todos os operários dentro dos sindicatos de indústria e de empresa! Todos os sindicatos do Rio Grande, unidos na Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul! A classe operária do Brasil inteiro, arregimentada sob a bandeira da Confederação Geral do Trabalho! Toda a América Latina proletária, na Confederação Sindical Latino-americana, para a batalha contra o imperialismo! Pelo dia de 8 horas de trabalho! Pelo pagamento extraordinário de serões! Pelo cumprimento da Lei de Férias, de Acidentes de Trabalho e Menores! Aumento de salários de acordo com o aumento dos custos de vida! Contra as leis que limitam e suprimem o direito de livre organização operária, garantida pela constituição! Contra as leis que limitam e suprimem a liberdade de reunião, palavra e imprensa para os trabalhadores! Contra as leis que arrancam do seio do proletariado os seus militantes, deportando-os para o estrangeiro e para as Clevelândias! Nem mais um operário fora dos sindicatos! Todos ao grande comício promovido pela Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, no dia 1º de maio, às 5 horas da tarde, defronte da escadaria da Intendência Municipal! Que cada trabalhador saiba cumprir com seu dever, participando do comício do 1º de maio!”³²

O documento destacava a tradição de lutas dos anarquistas nos anos anteriores, mas considerava que devido à sua prática ineficaz seu movimento fora destruído em 1920-21 e tudo o que havia sido conquistado ruiu “diante de um movimento sindical desmantelado”. A organização sindical sob a base de ofício dispersaria as forças operárias, enquanto os capitalistas executariam o movimento contrário, se unificando cada vez mais e fragilizando em grande medida o proletariado, o que faria com que a derrota fosse inevitável. Teria faltado a eles uma visão clara do caminho que levaria a classe operária à sua emancipação e também, disciplina, unidade de pensamento e ação e capacidade de direção do movimento. Na concepção daqueles militantes, isso somente poderia ser alcançado com a direção política e ideológica de um partido político proletário, o qual atuaria como

³¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 2 de maio de 1929, p. 8.

³² *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º de maio de 1929, p. 8.

uma vanguarda da classe operária. Em outras palavras, o que estavam tentando dizer nas entrelinhas era que a única organização capaz de atender àquelas exigências seria o Partido Comunista.

Esse documento marca uma investida mais agressiva dos comunistas, no sentido de afirmar suas diferenças com a tradição anarquista, com o que alegavam o que identificava o grupo. Isso incluía uma nova orientação para as comemorações do 1º de maio, agora com um caráter político mais acentuado, com a organização de atos públicos, comícios e passeatas, deixando para trás as sessões solenes, com atividades festivas e doutrinárias em lugares fechados.

Sobre essas comemorações, Eloy Martins acrescenta outro ângulo: a violência policial sobre os comunistas nessa data.³³ Durante a passeata, os trabalhadores foram surpreendidos por gritos de “Abaixo Getúlio” e “Morra Getúlio”, que Martins não sabe ao certo a procedência, se de “comunistas ultra-sectários ou de policiais”. Com isso, os presentes foram cercados pela polícia na Praça XV de Novembro, próximo à sede do BOC, e violentamente atacados:

“[...] foi uma luta impressionante, a massa não recuou, com os paus dos estandartes e das faixas, que não eram poucos, procuramos enfrentar os brigadianos. O mais importante é que na frente da passeata, ostentando as faixas com as palavras-de-ordem, vinham grupos de moças, a maioria tecelãs, que enfrentavam com galhardia o terror policial, que não impediu que, de uma janela da sede do Bloco Operário e Camponês, um orador, cujo nome de guerra era Araújo, falasse para os manifestantes, que só se dispersaram quando ele terminou de falar”.³⁴

Por outro lado, existem dúvidas sobre a precisão da data do ocorrido. Não há nenhum indício nos jornais nem na documentação do Partido consultada, sobre essa violência por parte da polícia; o andamento da atividade descrita por Martins não corresponde inteiramente aos relatos da imprensa: quanto às referências do militante sobre a repressão, poderiam nesse caso pensar que não foram noticiadas pela imprensa devido à censura. De qualquer forma, na programação publicada nos jornais não aparecia a passeata a que Martins se referia. Além disso, o

³³ MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit. p. 35-36.

³⁴ *Ibidem*.

acontecimento mencionado se assemelha à outra atividade desenvolvida pelos comunistas em janeiro de 1930. Portanto, creio que a distância temporal tenha produzido uma imprecisão na memória do militante sobre o fato.

Embora Martins não esteja se referindo unicamente aos militantes do Partido, mas a todos os presentes na passeata, convém salientar a extrema abnegação dos comunistas em suas atividades políticas, característica marcante de sua identidade. A dedicação à causa pode explicar como muitas vezes enfrentaram adversidades extremamente duras, pondo em risco, até mesmo, a sua integridade física. Nesse sentido Dulce Pandolfi, utilizando o conceito de “projeto” de Gilberto Velho, salienta:

“Além do despojamento do mundo material e do espírito de sacrifício, o comunista tem de ser antes de tudo um bravo. Deve cultivar o estoicismo e ter uma grande capacidade de resistir ao sofrimento. Num partido comunista, assim como em certo tipo de instituição onde existe um fim último a ser alcançado, todos os sacrifícios pessoais são justificados. Os indivíduos só existem em função do coletivo; suas ações visam exclusivamente à realização de um projeto comum”.³⁵

Além do envolvimento político no ato público promovido pela CRT, os operários de Porto Alegre tiveram também outra forma de participação nas atividades relacionadas à passagem do 1º de maio de 1929. A Federação dos Esportes Proletários, que como já foi exposto era uma entidade orientada pelos comunistas com objetivo de trazer militantes para a luta de transformação social através dos esportes, organizou um torneio para os trabalhadores, no qual a equipe campeã ganharia a taça “1º de Maio”.³⁶

Em Pelotas, o Comitê Pró-Federação Geral do Trabalho, que já existia desde, pelo menos, fevereiro³⁷ foi impulsionado pelas comemorações do 1º de maio, para o qual organizou uma sessão solene que, segundo o jornal *Opinião Pública*, foi presenciada por um grande número de trabalhadores. O BOC, a convite do Comitê,

³⁵ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros...* Op. Cit., p. 37.

³⁶ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º de maio de 1929, p. 3.

³⁷ No mês de fevereiro daquele ano, o Comitê Pró-Federação Geral do Trabalho de Pelotas havia realizado um comício em sua sede. Contudo, não foi encontrado detalhes sobre esse evento nem sobre a fundação do Comitê.

esteve representado na reunião pelo gráfico Álvaro Campos,³⁸ o qual ministrou uma conferência abordando o 1º de maio, a Lei de Férias, a penetração do imperialismo no Brasil e outros assuntos.³⁹ Com o convite feito ao Bloco e pela presença de Campos na reunião, evidenciava-se a ligação estreita entre as duas associações.

O 1º de maio comunista em Pelotas, como se pode observar acima, não teve seu caráter político tão acentuado quanto em Porto Alegre, uma vez que promoveu uma sessão solene e não houve nenhuma passeata, comício ou outra atividade política de maior impacto. Contudo, essa data serviu como impulsionadora da ação dos comunistas na cidade, sendo uma espécie de marco cronológico para o grupo. A partir desse dia, o PCB, o BOC, a Federação do Trabalho de Pelotas e as associações dirigidas pelo Partido iniciaram um crescimento que iria ser interrompido apenas no início de 1930, conforme veremos adiante.

A Federação Geral do Trabalho de Pelotas foi bem recepcionada pelos trabalhadores da cidade, tendo em vista a rapidez e a amplitude com que foram criados os sindicatos em sua campanha de sindicalização. Com isso, demonstrava existir um campo de atuação extremamente favorável à proposta comunista de unificação sindical e reorganização dos sindicatos pela base de indústria.

Além da campanha de criação de sindicatos e sua unificação na Federação, essa entidade desenvolveu, ainda no mês de maio, com o apoio do jornal *Opinião Pública*, uma campanha de alfabetização dos proletários adultos e analfabetos.

Cabe mencionar a contribuição expressiva que este jornal *Opinião Pública* prestou ao movimento operário, particularmente aos comunistas, ao longo de 1929. Após novos proprietários assumirem a direção do jornal, entre eles Mário Santos, ocorreu uma mudança brusca na linha editorial, tendo uma inflexão à esquerda. A coluna “A ‘Opinião’ no Operariado”,⁴⁰ criada pelos novos proprietários, dava amplo

³⁸ **Álvaro Campos** era gráfico, presidente do BOC pelotense e a principal liderança comunista de Pelotas.

³⁹ *Opinião Pública*, Pelotas, 4 de maio de 1929. (BPP).

⁴⁰ Esta coluna foi criada em meados de 1929 e dava amplo espaço às atividades do BOC e da FTP, e às lutas operárias e sindicais na cidade de Pelotas. As matérias desta coluna foram contribuições valiosas para a pesquisa.

espaço para as questões operárias. A atuação dos núcleos pelotenses das associações é divulgada com mais detalhes do que as porto-alegrenses, por isso é mais fácil acompanhar o funcionamento das entidades em Pelotas do que na capital. Durante todo esse processo de organização e consolidação das entidades sob influência do PCB, o jornal sempre teve um papel destacado, ora defendendo os operários, ora denunciando as arbitrariedades dos empresários.

Após o 1º de maio, a Federação do Trabalho de Pelotas se consolidou como entidade sindical e em junho lançou um programa, o qual compreendia, além da organização dos sindicatos por indústria e empresa, a união deles à Federação; uma aproximação com o proletariado do resto do Brasil e da América; fundação de escolas e cooperativas de consumo e de beneficência; obtenção da Lei de Férias para todos os trabalhadores e educação técnica-profissional do operariado.⁴¹

A defesa da implementação da Lei de Férias para todos os trabalhadores foi uma das principais bandeiras de luta da entidade, demonstrando a nova postura dos comunistas frente ao Estado, cobrando a aplicação efetiva da legislação trabalhista aprovada pelo governo federal e elegendo os direitos sociais como um campo de luta importante para os trabalhadores.

Em outubro, a Federação lançou uma plataforma de lutas bem extensa e mais uma vez as reivindicações que aparecem só poderiam ser implementadas caso o Estado interviesse nas relações de trabalho:

“Sustentemos a imprensa proletária! Pelo salário igual para trabalho igual! Pelo cumprimento da lei de férias, de acidentes e de menores! Pelo aumento geral de salários, segundo o custo de vida! Pela supressão das multas e descontos! Pelas 7 horas de trabalho para as mulheres e para os homens! Pela supressão das horas extraordinárias e do trabalho por tarefas, ou pelo pagamento em dobro dessas horas e desse trabalho! Pelo fornecimento de material bom! [sic] Pelo repouso pago de seis meses antes e dois meses depois do parto! Pela construção, a custo do patronato, de creches junto aos locais de trabalho para os filhos do peito das operárias! Pela licença de meia hora, cada três horas, para amamentação dos filhos das operárias, sem descontos nos salários nem nas horas de trabalho! Pela higiene nos locais de trabalho (refeitórios decentes,

⁴¹ *Opinião Pública*, Pelotas, 4 de junho de 1929. (BPP).

privadas, lavatórios decentes e exclusivos para as operárias)! Pela construção de casas baratas e higiênicas para as famílias proletárias! Pelo seguro, a custa do patronato, contra o desemprego parcial ou total, contra a velhice, a invalidez e a doença! Pela proibição do trabalho noturno, em indústrias nocivas e perigosas, sobretudo para as mulheres grávidas! Pelos direitos sociais das mulheres iguais ao homem! Pela liberdade de nossa organização e de nossa imprensa! Contra o imperialismo e as guerras imperialistas! Viva a Federação do Trabalho de Pelotas! Viva a Confederação do Trabalho do Rio Grande do Sul! Viva a Confederação do Trabalho do Brasil! Viva a Imprensa Proletária! Viva o Comitê das Mulheres Trabalhadoras de Pelotas! Viva a Juventude Proletária de Pelotas!"⁴²

Com o movimento sindical comunista e as principais entidades sindicais se consolidando, o BOC podia investir em ações com um conteúdo mais político e ampliar suas frentes de atuação.

3.4 O crescimento do BOC: a inserção dos comunistas em diferentes frentes de atuação e eventos políticos em Porto Alegre e Pelotas

Pode ter causado certo estranhamento no leitor o fato de até aqui ter sido abordada a experiência comunista de maneira quase exclusiva a Porto Alegre e Pelotas, com algumas alusões a outras cidades, sendo que o objetivo do presente trabalho é analisar a atuação do PCB no Rio Grande do Sul. Não obstante a documentação do Partido salientar a existência de militantes em Santana do Livramento, Caxias do Sul e Rio Grande, ele pouco se desenvolveu nessas localidades e todas as informações que encontrei estão contidas aqui. Também procurei na imprensa das cidades de Rio Grande, Viamão, Caxias do Sul, Santana do Livramento, Jaguarão e Passo Fundo notícias sobre a ação do BOC, CRT e das associações comunistas, mas praticamente nada foi encontrado.

Como o BOC priorizava as atividades de mobilização e agitação da classe trabalhadora, o processo de escolha dos deputados estaduais, que seria realizado em maio de 1929, era uma grande oportunidade para divulgar o seu programa político. No Rio Grande do Sul, as eleições para a Assembléia dos Representantes do Estado ocorreriam no dia 30 de maio. Em meados de abril, teve início a campanha eleitoral para o candidato comunista, Plínio Mello, com a realização de

⁴² *Opinião Pública*, Pelotas, 22 de outubro de 1929. (BPP).

um comício em frente à Fábrica Gerdau, mesmo com a proibição de Getúlio Vargas de que fossem realizados comícios eleitorais em frente às fábricas.⁴³ Foram abordados vários assuntos, entre eles a precária situação econômica dos trabalhadores e a necessidade de uma política independente de classe, por parte do proletariado. No dia 16 de abril seriam realizados mais dois comícios, um em frente à Fábrica Ernesto Neugebauer e outro na Serraria S. Müller & Filhos.⁴⁴ Talvez como resultado dessa mobilização, Mello obteve quinhentos e oitenta e quatro votos na referida eleição, votação significativa para um nome recém-chegado ao estado, embora insuficiente para ser eleito.

Não há na imprensa de Porto Alegre notícias a respeito da repressão policial sobre os comunistas quando realizavam propaganda de Plínio Mello nas portas de empresas. Isso pode indicar que Getúlio não estava interessado em usar a violência policial para que a proibição decretada por ele fosse colocada em prática e provavelmente não esperava a votação significativa do candidato comunista. Vargas parece não ter querido se atritar com os trabalhadores a fim de, com isso, conseguir votos para seus candidatos naquela eleição.

O BOC, após o 1º de maio de 1929, ressentiu-se da necessidade de intensificar a exposição do seu programa político entre os trabalhadores (ANEXO D).⁴⁵ Por isso, a partir de um comício realizado no Bairro Tristeza, em Porto Alegre, e em todas as manifestações seguintes, o programa passou a ser exposto para que os trabalhadores tivessem um maior conhecimento sobre ele:

[...] fazendo ver, por fim, a necessidade que os trabalhadores têm de lutar, não só economicamente, dentro de poderosos sindicatos industriais e de empresa, como também, politicamente, nas fileiras de uma organização partidária genuinamente de classe, como é o Bloco Operário e Camponês.⁴⁶

⁴³ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 534.

⁴⁴ *Opinião Pública*, Pelotas, 16 de março, de 1929, p. 3. O PRR elegeu 25 e o PL 7 deputados. *Opinião Pública*, Pelotas, 5 de abril de 1929, p. 2. (BPP).

⁴⁵ Programa Político do BOC apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit. p. 635.

⁴⁶ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 de maio de 1929, p. 5.

Se os comunistas sentiam a necessidade de expor com mais freqüência seu programa político, no qual constavam suas posições sobre a luta operária, era, obviamente, porque ele ainda não era totalmente conhecido nem completamente assimilado pelos trabalhadores. Isso também pode indicar certa resistência em setores do movimento operário em aceitá-lo, devido à tradição anarquista. Daí a insistência em expor o seu programa político, para impor uma nova via de luta proletária.

É preciso lembrar que essa ofensiva dos comunistas ocorreu quando setores anarquistas já haviam decidido, há pelo menos um ano, abandonar o sindicalismo em proveito de atividades culturais e doutrinárias. Portanto, não houve disputa direta e acirrada entre os grupos pelo controle das entidades operárias, pois a grande maioria dos libertários não estava mais atuando no movimento sindical, como é possível observar pela pequena quantidade de sindicatos que dirigiam em Porto Alegre em 1928 e 1929 e pela retração das comemorações dos 1º de maio neste período.

Além da preocupação em intensificar a exposição do seu programa político, a direção regional do BOC passou a estudar a criação de melhores instrumentos de obter contato com os trabalhadores do interior, para fundar um maior número de comitês locais que ampliassem sua base política no Rio Grande do Sul.⁴⁷ Ou seja, os comunistas queriam realizar uma investida nas cidades do interior, já que na capital estavam obtendo algum sucesso.

A ofensiva dos comunistas divulgando o programa político do BOC incluiu a participação da CRT. Em outubro do mesmo ano ela reuniu o Conselho Confederal, espécie de instância deliberativa na qual participavam todas as associações filiadas à entidade, com o objetivo de apresentar um novo programa de propaganda para suas entidades afiliadas, transmitindo instruções que os respectivos comitês nos locais de trabalho deviam obedecer a partir de então.⁴⁸ De qualquer maneira, o BOC foi o principal promotor dessa política. Infelizmente não obtive acesso ao referido programa de propaganda, o que impossibilita fazer afirmações mais contundentes.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26 de maio de 1929, p. 13.

⁴⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 de outubro de 1929, p. 11.

Todavia, como o BOC estava promovendo seu programa político, a nova proposta de propaganda da CRT, cujas íntimas relações com o BOC não podemos esquecer, provavelmente fazia parte da tática mais geral de divulgação do programa do BOC.

Com o referido comício no Bairro Tristeza, o BOC porto-alegrense iniciou uma campanha de criação de comitês específicos, por bairro ou sindicato, a qual conseguiu ter êxito na Tristeza, Mont' Serrat, Navegantes, São João e no Sindicato dos Tecelões em Porto Alegre. Na Tristeza, o Comitê Executivo do BOC ficou composto por Antenor Machado, presidente; Hugo Arthur Jaeckel, primeiro-secretário; Antonio Guerrapiero, segundo-secretário; André Meireles, tesoureiro; e, Silvio Mendes, arquivista.⁴⁹ Em São João, parece ter havido certa dificuldade na mobilização e na organização do comitê local do BOC, pois a reunião preparatória do referido comitê foi adiada por duas vezes, sendo que na segunda vez o foi por mais de uma semana.⁵⁰ Além disso, foram feitas reuniões em locais diferentes, o que poderia indicar dificuldade em encontrar um local de referência aos trabalhadores do bairro para serem realizadas os encontros locais.⁵¹ Para os tecelões ficou organizado um comitê composto por Gustavo Jacoby, presidente; Ulysses de Moraes, primeiro-secretário; João Cândido Ponsbach, segundo-secretário; Jorge Vieira, tesoureiro; Maurillo Antonio Martins, arquivista.⁵²

Em duas outras reuniões, em Mont' Serrat e Tristeza, foi apresentado um plano de propaganda do programa político do BOC, cuja elaboração coube à executiva regional e servia de base para ser adaptado às condições locais de cada comitê. Pretendiam, com isso, intensificar a adesão de novos ativistas e fazer com que os trabalhadores visualisassem o BOC como a única organização de frente única proletária com disposição de lutar pela conquista de seus direitos.⁵³

⁴⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 de maio de 1929, p. 5. Não obtive outras informações sobre estes militantes.

⁵⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 de julho de 1929, p. 11. *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1929, p. 5.

⁵¹ Uma foi marcada para ser feita na Rua do Parque, no salão do Restaurante Parque. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 de julho de 1929, p. 11. Uma outra, na Rua Ernesto Fontoura, 220. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º de outubro de 1929, p. 9.

⁵² *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de julho de 1929, p. 9. Não obtive outras informações sobre estes militantes.

⁵³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 de outubro de 1929, p. 8.

O resultado que se queria alcançar com os diversos comitês espalhados pela cidade era a penetração comunista de maneira mais orgânica naqueles bairros, já que alguns eram habitados principalmente por operários, como era o caso do São João, de modo que pudessem realizar a divulgação do programa político do BOC e fazer trabalho de agitação entre a massa operária desses locais. Tanto o BOC quanto a CRT e também a Federação do Trabalho de Pelotas (que havia fundado uma subseção no Bairro Areal), aproximavam-se da forma de organização do PCB: células em locais de trabalho ou moradia, contribuindo, dessa forma, para o Bloco assumir completamente as funções do Partido.

O BOC experimentou um momento de ascensão considerável a partir de outubro de 1929, em Porto Alegre e Pelotas, resultado que pode ser atribuído à ofensiva que vinha implementando com a maior divulgação do programa, com a criação de novos comitês e principalmente com as adesões coletivas. Os cerca de quarenta militantes do Bloco que havia no Rio Grande do Sul passaram a quatrocentos em janeiro de 1930,⁵⁴ ou seja, em pouco tempo houve um crescimento de 900%! Mas é claro que entre esses quatrocentos “militantes” muitos não deveriam passar de simpatizantes ou meros filiados sem uma atuação efetiva, pois não havia muito controle sobre os novos aderentes.

Nesse momento, o BOC também foi criado em Bagé,⁵⁵ onde foram organizados alguns sindicatos sob a influência comunista. No entanto, devido ao pouco tempo de existência, interrompida logo em seguida pela repressão, o BOC bageense não experimentou uma atuação significativa.

Conforme já explicitiei anteriormente, a criação do BOC em Rio Grande ocorreu em abril de 1929, mas tivera uma atuação bastante discreta ao longo do ano, exceto por uma acusação proveniente dos anarquistas militantes na Sociedade União Marítima, os quais culpavam os comunistas por denunciar à polícia do município os componentes da entidade durante uma greve da categoria, que havia iniciado em fevereiro e durou mais de dois meses.⁵⁶

⁵⁴ DEL ROIO, M. *A Classe Operária ...* Op. Cit. p. 177.

⁵⁵ *Opinião Pública*, Pelotas, 30 de novembro de 1929, p. 4. (BPP).

⁵⁶ *A Luta*, Porto Alegre, junho de 1929, p. 4. (NPH).

O plano dos comunistas de elevarem o peso de sua intervenção política no movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul foi exitoso, sobretudo em Porto Alegre e Pelotas, considerando os vários sindicatos que passaram a ter na sua esfera de influência e o trabalho de agitação tomar cada vez maiores dimensões. Contribuiu para isso, o fato da violenta repressão, que desde junho de 1929 atingira os núcleos do BOC nos outros estados, por causa da greve dos gráficos paulistas, não ter atingido os comunistas gaúchos com a mesma intensidade. Segundo Karepovs:

“A greve dos gráficos foi uma espécie de divisor na forma de ação do governo em relação aos trabalhadores, e particularmente, aos comunistas e às entidades por eles controladas. Antes da paralisação dos gráficos paulistas o governo buscava enfrentar os comunistas no âmbito das instituições sindicais [...] No entanto, desde a paralisação dos gráficos paulistas a atuação dos governos, tanto estaduais como o federal, passou a incorporar uma intensa e violenta repressão dirigida contra as mobilizações, os sindicalistas e as suas entidades. Bem como contra as associações que lhes manifestavam solidariedade”.⁵⁷

Só posteriormente e por outras razões os comunistas gaúchos sofreram com a repressão policial. Procurei nos relatórios expedidos pelos presidentes do estado à Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul as razões que pudessem iluminar essa tolerância com os comunistas, mas nada foi encontrado nesse sentido.⁵⁸

Essa investida do BOC no segundo semestre, além de evidenciar uma preocupação em penetrar nos bairros operários, sobretudo em Porto Alegre, e a nova forma de filiação coletiva então assumida pela entidade, também

⁵⁷ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 544.

⁵⁸ Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1927. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u810/index.html>> (Acesso em 24 abril de 2004). Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Getúlio Vargas em 20 de setembro de 1928. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u811/index.html>> (Acesso em 24 abril de 2004). Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Getúlio Vargas, em 20 de setembro de 1929. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u812/index.html>> (Acesso em 24 abril de 2004). Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Getúlio Vargas, em 20 de setembro de 1930. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u813/index.html>> (Acesso em 24 abril de 2004).

demonstravam um interesse pelas eleições à sucessão presidencial de março de 1930. Ou seja, eles já estavam em campanha eleitoral.

A atuação dos comunistas no ano de 1929, como vimos, tem nitidamente duas fases: uma primeira, de investida no terreno sindical, onde procuraram criar e reorganizar sindicatos e implementar um novo modelo de organização sindical, ao mesmo tempo, criando uma base de apoio mais sólida. E uma segunda fase, em que a prioridade era agitação política. Nesse período, foram organizadas muitas atividades nas quais os comunistas aproveitavam para divulgar o conteúdo do seu programa político, além de comícios, manifestações e greves. Por tudo isso, se percebe que as federações e as entidades sindicais tiveram maior proeminência num primeiro momento, para depois serem suplantadas pelo BOC e as ações com propriedades mais políticas e de agitação operária.

Foi também nesse momento que os comunistas começaram a criar inúmeras associações políticas, chamadas internamente como “organizações auxiliares”, para agir em frentes de atuação específicas. Como são várias frentes, muitas entidades e nem todas são as mesmas em Porto Alegre e Pelotas, analisar esta questão assemelha-se a montar um “quebra-cabeças”. Portanto, procurei expor o desenvolvimento de algumas dessas associações, pois assim o leitor terá condições de compreender essa rede tecida pelos comunistas.

Com esse intuito de agitação política da massa proletária gaúcha, o Centro de Jovens Proletários, o qual também tinha atuação em Pelotas, promoveu em Porto Alegre, na primeira quinzena de setembro de 1929, a *Semana da Juventude Proletária*. Uma pauta de reivindicações que defendia melhores condições de vida e trabalho para os jovens trabalhadores foi lançada na ocasião, incluindo: aplicação do código de menores, direito de voto aos jovens maiores de dezoito anos, aumento de salários, melhores condições de trabalho, proibição de trabalho nas fábricas de menores de quatorze anos, jornada de seis horas para menores de dezoito anos, matrículas gratuitas aos estudantes pobres das escolas superiores, pela lei de perdas, acidentes de trabalho, higiene nos locais de trabalho entre outras reivindicações. Também, lançaram um boletim explicando as precárias condições de vida e trabalho que a juventude trabalhadora enfrentava e a necessidade que, por

isso, tinham de se organizarem. Além disso, chegaram a realizar um comício na capital.⁵⁹ Em Pelotas, a diretoria do Centro era composta por Jesus Vergílio, secretário geral; Dario Medeiros, propagandista; Antero G. da Silva, tesoureiro; e Pedro Gonçalves, tesoureiro.⁶⁰

Um dos temas mais pautados na ação nacional do BOC foi o já referido combate ao imperialismo. Para enfatizar sua luta nesse campo e ampliar sua inserção em setores que não somente o da classe trabalhadora, fora criada, como se observou antes, a Liga Antiimperialista, primeiramente em Porto Alegre em 1928, e agora, em 1929, em Pelotas. Seu objetivo era

“[...] pugnar pelo fim do imperialismo estrangeiro; desmascarar ao público as maneiras diversas que usa de penetração; mostrar as maneiras que servem a tão impatriótico fim, notando quando o faz em boa fé e quando não; combater a política de empréstimos, porque escraviza o país; mostrar ao povo a verdadeira significação dos fatos internacionais; luta contra o "fenômeno Mattarazo", os trusts, os exploradores gananciosos; lutar pela libertação dos povos escravos e semi-escravizados como: Egito, África, Índia, Marrocos, Arábia, Palestina, China, Peru, Panamá, Nicarágua, Bolívia, Venezuela, Cuba, Haiti, Honduras, Costa Rica, Paraguai e Brasil”.⁶¹

Um dos dirigentes da Liga em Pelotas era Mário Santos, também um dos diretores do jornal *Opinião Pública*. Diferentemente das outras associações do PCB, a Liga não distinguia classes sociais ao recrutar novos membros, visto que, segundo a análise que fazia, todos indistintamente sofriam com as mazelas produzidas pelo imperialismo. Para tanto, a Liga reunia-se na sede do Clube Fica Aí,⁶² dessa forma, transmitia uma aparência mais plural à entidade.

Outra organização comunista foi o Comitê de Defesa da Imprensa Proletária, o qual tinha o objetivo de fazer propaganda dos jornais comunistas em Porto Alegre e Pelotas, que eram dois: *Extrema Esquerda*, dirigido por Plínio Mello e *A Classe Operária*, jornal de circulação nacional do PCB. O Comitê organizou em Pelotas um

⁵⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de setembro de 1929, p. 10.

⁶⁰ *Opinião Pública*, Pelotas, 4 de novembro de 1929. (BPP). Não obtive outras informações sobre estes militantes, nem sobre os integrantes do Centro de Juventude Proletária.

⁶¹ *Opinião Pública*, Pelotas, 17 de outubro de 1929. (BPP).

⁶² Contudo, a primeira reunião realizou-se na sede da Federação Geral dos Trabalhadores de Pelotas.

festival, em dezembro, para arrecadar recursos de modo que fosse possível continuar a distribuição dos jornais, sendo o evento amplamente divulgado nas páginas do jornal *Opinião Pública*.

Provavelmente, como estava se aproximando a data do pleito nacional de março de 1930, o dinheiro arrecadado com o festival deveria ser destinado, também, para financiar a confecção de materiais de propaganda dos candidatos do BOC àquelas eleições. Em função da visibilidade que obteve a realização desse festival, a atuação do Comitê de Defesa da Imprensa Proletária foi mais proeminente em Pelotas do que em Porto Alegre.

No mesmo mês, foi criada outra associação em Pelotas, a Liga dos Consumidores. Embora não tenha encontrado nenhum indício de sua atuação, certamente teria sido criada para denunciar o elevado custo de vida da classe trabalhadora, devido à alta dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, como carne e leite.

Por conta dos altos preços dos aluguéis e das péssimas condições de moradia da classe trabalhadora, os comunistas criaram também a Liga dos Inquilinos. Mas da mesma forma que a Liga dos Consumidores, foi uma entidade de duração efêmera, que não realizou praticamente nada e não há informações sobre sua atuação. Ambas são associações exclusivas de Pelotas.

Ainda em Pelotas, os comunistas criaram em janeiro de 1930 o Comitê de Luta Contra o Entreposto do Leite para protestar contra a nova forma de higienização do leite que passou a ser utilizada na cidade:⁶³ a pasteurização,⁶⁴ a qual seria monopólio do referido Entreposto, empresa responsável pelo processo, o que prejudicava inúmeros comerciantes, cujos interesses o BOC também defendia em seu programa político. Com o Entreposto, o preço do leite subia, gerando descontentamento entre os leiteiros, pequenos proprietários de leiterias e população

⁶³ *Opinião Pública*, Pelotas, 28 de janeiro de 1930, p. 4. (BPP).

⁶⁴ Exposição de alimentos (leite, queijo, iogurte, cerveja ou vinho) a temperaturas elevadas por tempo suficiente para aniquilar certos microorganismos nocivos à saúde, sem alterar o sabor e a qualidade dos produtos.

local, porque elevava o já alto custo de vida dos trabalhadores. Tanto que foi lançada na imprensa a seguinte campanha, que parecia ser obra do Comitê:

“O povo que não tem noção de seus direitos, é um povo fadado à escravidão. Admitir a carestia dos principais alimentos:
Carne, leite e pão
é admitir a lei da fome!”⁶⁵

A luta dos leiteiros e dos pequenos proprietários de leiterias durou pelo menos até julho, tendo vida mais longa que o Comitê de Luta Contra o Entreposto do Leite. Enquanto a entidade existiu foi responsável por chamar a atenção para o problema do monopólio do Entreposto e da elevação do preço do leite.

Em janeiro de 1930, especulações sobre uma suposta intervenção do governo federal no Rio Grande do Sul⁶⁶ mobilizaram os comunistas a criarem o Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo, que foi uma das associações mais atuantes. Pela importância e pelas implicações de suas ações, será analisada mais detidamente adiante.

Essa profusão de associações ligadas aos comunistas, as “organizações auxiliares”, está relacionada, basicamente, a duas questões. Em primeiro lugar, tinham a intenção de vincular as reivindicações específicas dos trabalhadores surgidas nestas frentes com a perspectiva mais geral de luta pela transformação social. Em segundo, principalmente com essa ação política em diferentes frentes de atuação pretendiam realizar um grande movimento de massas, no qual cada associação contribuiria mobilizando suas bases, daí o motivo de serem chamadas “organizações auxiliares”. Estavam atribuindo, efetivamente, um papel destacado ao trabalho de agitação operária. Ou seja, a agitação era encarada na prática com a questão prioritária, em detrimento de uma tentativa de se enraizar efetivamente entre os trabalhadores, pois praticamente todas as ações executadas pelos comunistas ou pelas várias associações que dirigiam rumavam no sentido de agitar a “massa” trabalhadora.

⁶⁵ *Opinião Pública*, Pelotas, 17 de fevereiro de 1930, p. 1. (BPP).

⁶⁶ *O Nacional*, Passo Fundo, 31 de janeiro de 1930, p. 4. (AHR).

A participação política comunista nos marcos da via parlamentar, conforme observa Karepovs,

“[...] serve para dimensionar uma evolução na postura do PCB, que começava a compreender a necessidade de, como partido que almejava ser uma referência de massas, possuir várias frentes de atuação, funcionando de maneira coordenada e subordinadas ao objetivo maior, que era a conquista do poder”.⁶⁷

Por outro lado, Cláudio Batalha salienta a existência de uma “cultura associativa” entre os trabalhadores do Rio de Janeiro durante a Primeira República. O autor observa que a tendência de “conferir uma certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas” era comum naquele período. Proliferavam associações de diversos matizes, como culturais, carnavalescas, dançantes, sindicais, entre outras.⁶⁸

Partindo de outros referenciais teórico-metodológicos, Ricardo de Aguiar Pacheco, tratando de Porto Alegre, chega a conclusões similares às de Batalha. Pacheco enfatiza a existência de uma cultura política associativa na capital gaúcha nos anos vinte,⁶⁹ a qual se manifestava na emergência de inúmeras associações políticas ao longo da década.

Com base nas considerações destes autores creio ser possível aplicá-las para todo o Rio Grande do Sul do período, o que ajuda a compreender a profusão de associações comunistas. Por um lado, os militantes do PCB estavam imersos em um ambiente no qual era corriqueiro a fundação de uma associação política. Por outro, explica, de certo modo, o sucesso obtido por algumas delas entre os trabalhadores.

Mas, voltando à importância da agitação para os comunistas, a cada data com algum valor histórico simbólico para os trabalhadores, e não somente no 1º de maio, realizavam grandes manifestações, ou seja, grandes empreendimentos no sentido

⁶⁷ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 182-183.

⁶⁸ BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004, p. 96.

⁶⁹ Cf. PACHECO, Ricardo de Aguiar. *A vaga sombra do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 1920*. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (tese de doutorado em História).

de agitar a classe trabalhadora. A seguir relato algumas dessas mobilizações de modo que o leitor verifique como os comunistas nestas ocasiões procuravam pôr em prática seu intuito.

No aniversário de quinze anos da declaração da Primeira Guerra Mundial, no dia 4 de agosto de 1929, o BOC e a CRT realizaram um comício em Porto Alegre para protestar contra o imperialismo. Fizeram ampla divulgação pela imprensa da capital, o que parece ter dado resultado positivo, pois segundo estimativas do jornal *Diário de Notícias* de 7 de agosto, participaram mais de mil pessoas. Durante o comício vários oradores fizeram-se presentes, entre eles uma mulher, representando o Comitê de Mulheres Trabalhadoras. Os temas abordados nas intervenções operárias denunciavam a carestia de vida e a situação de penúria na qual os trabalhadores viviam. Também defendiam a paz, pois parecia inevitável para eles a deflagração de uma nova guerra devido à disputa entre o imperialismos americano e inglês.⁷⁰

Também o segundo ano da passagem da execução dos operários italianos anarquistas nos Estados Unidos, Sacco e Vanzetti, ensejou ao BOC e a CRT a realização de um comício, em 25 de agosto, na Praça Pinheiro Machado, no Bairro São João em Porto Alegre, que também serviu para protestar contra a deportação do militante comunista Arthur de Araújo, da capital.⁷¹ As acusações lançadas contra ele eram de pregar a greve entre os trabalhadores e de que, segundo informações coletadas junto à polícia carioca pelo delegado responsável, Dario Barbosa, seria um agente soviético, cujo verdadeiro nome era Hersch Schechter, enviado pela Comissão Central Executiva do PCB a Porto Alegre para contribuir na organização da CRT, demonstrando que a polícia tinha ciência das atividades comunistas.

A comemoração pelo aniversário da Revolução Russa de 1917, que ocorreria em 7 de novembro, mereceu maiores preparativos para a sua realização por parte das associações envolvidas em comparação às outras duas manifestações. Provavelmente, isso deve ter acontecido pela proximidade da eleição e a maior necessidade de serem efetuadas grandes mobilizações, pela crescente valia que as

⁷⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 7 de agosto de 1929, p. 13.

⁷¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23 de agosto de 1929, p. 10.

atividades de agitação adquiriram após a chegada de Marcos Piatigowski ao estado, conforme veremos depois, e também pela importância simbólica que tinha para os comunistas a instalação daquele regime. Em Porto Alegre foi realizado um intenso trabalho de mobilização e de divulgação.⁷² Em alguns bairros operários foram feitos comícios menores, procurando, dessa forma, atrair público para o comício principal, no centro da cidade.

Para o comício preparatório no Bairro São João, que iria ser realizado no dia 3 de novembro de 1929, o BOC enviou um comunicado ao *Diário de Notícias* contendo as reivindicações a ser tratadas no dia do comício principal, quatro dias depois:

“[...] Reivindicações imediatas do BOC.

Entre as reivindicações salienta-se o cumprimento das leis que beneficiam os trabalhadores como, a de férias, de menores, de 8 horas.

Lutando pelo cumprimento dessas leis, o proletariado deverá ainda exigir leis beneficiadoras da mulher proletária, assim como a revogação de leis reacionárias como a de imprensa, a celerada e a ditadura policial. O reconhecimento da Rússia proletária será também uma das reivindicações que devemos exigir com a maior energia, assim como reivindicar o mais amplo direito de greve e de organização proletária, constitui para nós uma necessidade.

São essas as reivindicações que o proletariado terá ocasião de exigir na jornada de 7 de novembro, e que devem ser delineadas no comício do próximo dia 3”.⁷³

Visando a organização do ato principal, foi formado o Comitê Pró 7 de Novembro, o qual divulgou um outro conjunto de reivindicações que já vinham sendo trabalhadas pelo BOC: aumento de 30% de salários, garantia das oito horas de trabalho, liberdade de organização, revogação das “leis reacionárias”, cumprimento das Leis de Férias, Acidentes e Menores e solução imediata para a carestia de vida dos trabalhadores.⁷⁴

Às quinze horas do dia 7 de novembro os trabalhadores se reuniram na Praça Rui Barbosa e saíram em passeata pelo centro da cidade, passando pelas ruas

⁷² Para a divulgação do evento, a CRT contribuiu com a impressão de dez mil panfletos.

⁷³ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29 de outubro de 1929, p. 11.

⁷⁴ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º de novembro de 1930, p. 10.

Marechal Floriano, Otávio Rocha, Dr. Flores, Andradas, Praça da Alfândega, 7 de Setembro, Praça Montevideu, José Montauray, terminando na Praça Parobé em frente à sede da CRT, local de realização do comício. A passeata foi estruturada em diversas colunas, cada qual representando um determinado setor, tendo à frente de cada uma trabalhadores segurando cartazes com palavras de ordem e enfileiradas geometricamente de acordo com a quantidade de integrantes.

Na abertura da passeata havia um grande cartaz, conduzido por jovens, no qual estava escrito *Pelo reconhecimento da Rússia Soviética*, seguido de uma banda de música e uma coluna de operários. Na coluna seguinte, vinha o Comitê das Mulheres Trabalhadoras trazendo um cartaz da entidade. Atrás desse cartaz, estavam todas as mulheres da manifestação organizadas em fileiras de oito componentes. A seguinte era a dos sindicatos, formando uma só coluna por fileiras de oito operários cada uma, composto por várias bandeiras. A próxima trazia à frente um cartaz referindo-se à libertação dos presos políticos, na seqüência vinte fileiras de oito membros cada uma. A seguinte, seguia o pavilhão do BOC, com a guarda de honra de dois lados, formada por várias fileiras de oito operários. A da CRT trazia um cartaz da entidade e era formada por várias fileiras de oito operários. A coluna seguinte era a dos clubes de esportes proletários, portando bandeiras e os times estavam fardados. Atrás vinha o Centro de Jovens Proletários trazendo um cartaz. A nona coluna era precedida pelo cartaz *Abaixo o Imperialismo Anglo-americano*, formada por todos os estudantes da manifestação. A décima continha cartaz sobre as leis reacionárias e era formada por vários operários. A penúltima trazia um cartaz com reivindicações dos trabalhadores e a última e décima segunda, um cartaz sobre a carestia de vida e era formada por fileiras de oito operários.⁷⁵ O total de participantes não é informado, no entanto uma projeção aponta para um número que varia em torno de trezentos a seiscentos e cinqüenta componentes.

A partir da forma como foi estruturada essa passeata, é possível perceber como o PCB atuava e os valores que preconizava para a futura sociedade que pretendia criar. A forma extremamente organizada das colunas, cuja disposição se assemelhava a uma parada militar, evidencia a importância conferida pelo Partido à

⁷⁵ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 de novembro de 1929, p. 10.

disciplina e à organização da classe trabalhadora. As colunas mostravam as frentes em que deveria atuar: mulheres, jovens, sindicatos, esportistas, entre outras. Também é interessante percebê-la como uma demonstração de força por parte dos comunistas, uma vez que haviam colocado todo o seu “exército” nas ruas para ser visto pelos trabalhadores, pelos anarquistas e pela elite política gaúcha, efetivo que não era composto somente por membros da capital, mas também do interior, das cidades de Pelotas, Santa Maria e Taquara, o que ampliava simbólica e concretamente as suas dimensões. Assim, como um “ato tipicamente mágico”, o Partido se mostrava à sociedade, se tornava visível para os outros grupos e para si próprio.⁷⁶

Após a chegada dos trabalhadores à sede da CRT, na Praça Parobé, o comício foi iniciado. Plínio Mello, que foi o primeiro a falar, destacou os motivos pelos quais se faziam necessário realizar atividades como a que estava ocorrendo naquele momento. Teceu vários elogios ao regime instalado na URSS, o qual teria sido responsável pela emancipação do proletariado. Em seguida, foi a vez do discurso do representante da CRT, Ângelo Fontes, que além de fazer referência à vitória dos trabalhadores soviéticos, abordou a necessidade de organização sindical da classe trabalhadora para que fosse possível obter melhores condições de vida. Após os dois primeiros oradores, sucederam-se ainda vários outros representantes das entidades proletárias e, de maneira geral, todos abordaram os resultados positivos do regime instalado na União Soviética para o proletariado, em comparação com a situação dos trabalhadores de outras partes do mundo. Também fizeram breves comentários sobre o programa comunista. Outros representantes das entidades que participaram da manifestação foram: Miguel Barcala (Sindicato da Construção Civil), Oscar Ribeiro (Centro de Jovens Proletários), Setembrino de Paula (PCB), Mário Flores (Federação da Juventude Comunista do Brasil), Dolores Robles (Comitê de Mulheres Trabalhadoras),⁷⁷ A. R. Fortes (Associação dos Trabalhadores da Indústria de Calçados), Eugenia Gelski (provavelmente do Comitê de Mulheres Trabalhadoras), Tolentino Marques Cardoso (Federação do Trabalho

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 118.

⁷⁷ Provavelmente, **Dolores Robles** fosse esposa de **Diogo Robles**, barbeiro espanhol de quarenta e seis anos, filho de Affonso Robles e Dolores Morilla. In: Matrícula dos presos recolhidos à Casa de Correção de Porto Alegre. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928), p. 56. Fundo da polícia, prontuário 304. (AHRS).

de Pelotas), Lario Soares e Firmino Siqueira (Centro Trabalhista de Taquara), Felipe Garcia (Liga dos Trabalhadores de Santa Maria), Jacob Koutzii (Federação dos Esportes Proletários), e Coradino de Assis (União Operária em Fábricas de Tecidos).⁷⁸ Uma banda de música tocava *A Internacional* após cada discurso pronunciado.

No final do comício, Plínio Mello interveio mais uma vez, indicando aos trabalhadores a necessidade de se organizarem dentro dos sindicatos, pois somente dessa forma poderiam conquistar suas reivindicações mais imediatas. Explicou a orientação do BOC em torno da sucessão presidencial: lançar candidatura própria, a ser ratificada brevemente pelo Congresso Nacional do BOC, que se realizava naquele momento no Rio de Janeiro, mas não havia chegado ao fim dos seus trabalhos devido à intervenção policial. Durante a atividade foram distribuídos exemplares do jornal *Extrema Esquerda*.⁷⁹

Após a manifestação, a comissão executiva da CRT se reuniu com os representantes da Federação Geral do Trabalho de Pelotas, com o Centro Trabalhista Taquarense e com Liga dos Trabalhadores de Santa Maria e todas elas comentaram as boas impressões que tiveram sobre a manifestação. Aquela última já havia manifestado desejo da filiação à CRT, que fora aprovada unanimemente. Essa reunião permitia colher informações acerca do andamento do movimento sindical em suas localidades específicas⁸⁰ e a presença destas entidades demonstra que a ofensiva dos comunistas ao interior dera alguns frutos.

Paralelo ao comício em Porto Alegre ocorreu outro em Pelotas, no qual teria participado grande público, segundo o jornal *Opinião Pública*.⁸¹ Usaram da palavra, em nome do BOC, Álvaro Campos e Ildéfedo Avendano.⁸² Mário Santos falou representando a Liga Antiimperialista. Durante o comício, o BOC realizou o

⁷⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de novembro de 1929, p. 7. Não obtive outras informações sobre estes militantes.

⁷⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de novembro de 1929, p. 13.

⁸⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 de novembro de 1929, p. 8.

⁸¹ *Opinião Pública*, Pelotas, 8 de novembro de 1929. (BPP).

⁸² **Ildéfedo Avendano** participou da organização da União Geral dos Trabalhadores em Hotéis, Café, Bares, Restaurantes e Anexos em 1929, sendo presidente da Comissão Provisória que deu origem à entidade. Teria participação destacada no movimento sindical pelotense nos anos trinta. *Opinião Pública*, Pelotas, 20 de maio de 1929, p. 1. (BPP).

lançamento de sua nominata eleitoral, a fim de disputar a próxima eleição presidencial, marcada para março de 1930: Minervino de Oliveira (marmorista), para presidente; Gastão Valentim Antunes (ferroviário), para vice. Pelo Rio Grande do Sul, Plínio Mello foi indicado para deputado pelo 1º círculo e Adalgiso Py, para deputado pelo 3º círculo.⁸³ Portanto, não apoiariam nenhum dos candidatos das grandes alianças, nem Júlio Prestes, nem Getúlio Vargas, o que traria sérias conseqüências para os comunistas no Rio Grande do Sul.

Neste mesmo mês, o BOC pelotense elegeu nova direção, composta por Álvaro Campos, presidente; Dorval Leal, primeiro-secretário; Adolpho Borba, segundo-secretário; Tolentino Marques Cardoso, arquivista; Luis Almeida, tesoureiro.⁸⁴ Já a Comissão Executiva do Comitê Regional do Rio Grande do Sul do BOC ficou composta por Plínio Mello, presidente; Setembrino de Paula (representante do PCB), primeiro-secretário; Mário Flores (representante da Federação da Juventude Comunista), segundo-secretário; Leopoldo Gonçalves (representante da Federação de Esportes Proletários), tesoureiro; Ludurino Lopes (representante da CRT), arquivista; Comissão de propaganda das candidaturas: Plínio Mello, Setembrino de Paula, Dolores Robles, Oscar Ribeiro e Mário Flores.⁸⁵

Em suma, o BOC obteve um crescimento significativo no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre e Pelotas, em 1929, o que demonstrava de certa maneira existir um campo favorável entre os trabalhadores à ação política comunista.

⁸³ Na nominata divulgada na imprensa há uma variação nos nomes dos candidatos. No *Opinião Pública*, Pelotas, 13 de novembro de 1929, p. 3, Tolentino Marques Cardoso aparece como candidato a senador, depois não mais. Felipe Garcia como candidato a deputado pelo 2º círculo. Mas nas edições de *A Classe Operária* de fevereiro de 1930, nenhum dos dois aparecem como candidato. Na edição do *Opinião Pública* de 18 de novembro de 1929, além de Plínio Mello com candidato a deputado, o nome de Álvaro Campos, apontado como candidato. Tudo isso pode indicar meros erros no jornal ou ainda disputas e divergência internas quanto à escolha dos candidatos.

⁸⁴ *Opinião Pública*, Pelotas, 4 de novembro de 1929. (BPP). Não obtive outras informações sobre estes militantes.

⁸⁵ *Opinião Pública*, Pelotas, 13 de novembro de 1929, p. 3. (BPP). Não obtive outras informações sobre os militantes não apontados anteriormente.

3.5 As greves e a crescente perspectiva de luta política do movimento operário sob a orientação comunista

O crescimento do BOC, da CRT e dos comunistas de uma maneira geral, que afirmei ter ocorrido em 1929, teve um cenário propício para o pleno desenvolvimento de sua ação política em uma espécie de surto grevista, principalmente porque se atribuía grande importância para a agitação dos trabalhadores, os quais, em virtude dessa conjuntura mais geral de proliferação de greves, estavam permanentemente mobilizados.

Um pouco antes disso, no período compreendido entre 1927 e 1928, não há relatos de movimentos grevistas no Rio Grande do Sul. A única exceção conhecida foi em Rio Grande, onde ocorreu uma greve dos padeiros no ano de 1928.⁸⁶ Conforme já explicitiei, baseando-me em Petersen, o governo estadual de Borges de Medeiros teve um relativo sucesso em cooptar o movimento operário através de uma política paternalista e acredito, inclusive, que isso possa ser estendido ao governo estadual de Getúlio Vargas devido à presença de uma entidade como a Liga dos Operários Republicanos (vinculada ao PRR) e à postura frente a conflitos ocorridos entre patrões e trabalhadores, procurando amenizá-los mediante atitudes conciliatórias, o que, provavelmente, tenha sido um dos motivos pelos quais o número de greves durante o período foi reduzido.

Em algumas destas greves que ocorreram em 1929, como demonstrarei adiante, o governo do estado interferiu nas contendas entre patrões e trabalhadores, buscando dirimir as divergências entre ambos. Os próprios trabalhadores procuraram várias vezes Getúlio Vargas ou o secretário Oswaldo Aranha, a fim de solucionar os conflitos.

No ano de 1929, o Rio Grande do Sul se encontrava em uma situação na qual os preços dos produtos de primeira necessidade estavam elevados, principalmente

⁸⁶ Não se sabe precisamente a data da deflagração da greve, nem dos motivos que a teriam originado. Somente que após o seu encerramento, uma forte repressão se abateu sobre os sindicatos de Rio Grande, o que pode ter prejudicado a atuação comunista na cidade. Livro de Atas de Reuniões de Diretoria da Sociedade União Operária. n.º 1154, Rio Grande, 3 de outubro de 1928. (CDHHPN)

a carne.⁸⁷ Para a classe trabalhadora, essa era uma questão extremamente grave, na medida em que, aumentando o valor gasto com moradia e alimentação, o custo de vida elevava em demasia, devido aos seus já tradicionais péssimos salários. Era tão grave a situação que os jornais de várias cidades (Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, entre outras) relatavam constantemente os altos preços de vários produtos e as dificuldades que eram geradas para os trabalhadores sobreviverem.

Essa conjuntura de carestia e a não aplicação da incipiente legislação trabalhista aprovada pelo governo federal, sobretudo a Lei de Férias e de Menores, produzia as condições propícias para crescer o sentimento de insatisfação entre os trabalhadores, tendo por consequência a explosão de um surto grevista em várias cidades do Rio Grande do Sul e que atingiu diversas categorias profissionais.⁸⁸

Este surto iniciou em janeiro de 1929, quando mais de mil trabalhadores da capital se declararam em greve.⁸⁹ Reivindicavam a aplicação da Lei de Férias, a qual havia sido aprovada três anos antes no Congresso Nacional e não estava sendo aplicada efetivamente nos estabelecimentos fabris de Porto Alegre. Provavelmente um problema encontrado no país inteiro devido à ausência de fiscalização. A imprensa porto-alegrense acusou o governo de ser o responsável pela deflagração da greve, pois uma vez a lei sancionada, os trabalhadores estariam corretos em cobrar a aplicação efetiva do direito que haviam conquistado.

O Presidente do Estado, Getúlio Vargas, enviou um emissário, o Secretário do Interior Oswaldo Aranha, para tentar fazer um acordo com os grevistas. Foi oferecido aos trabalhadores garantia de plena execução da referida lei, mas com a condição de voltarem imediatamente ao trabalho.⁹⁰ Diante do sucesso do acordo, a greve encerrou no seu segundo dia de mobilização.⁹¹ Exemplos como esse de

⁸⁷ PETERSEN, Silvia. *Da ação direta ...* Op. Cit. p. 86.

⁸⁸ Ao longo dos anos de 1929 e 1930 ocorrem mais de 20 greves no Rio Grande do Sul. Fenômeno que não atingiu apenas o estado; na Argentina, por exemplo, ocorreram 125 greves, ver: RAMA, Carlos. *Historia del movimiento obrero y social latino-americano contemporaneo*. Barcelona: Editorial Laia, 1976, p. 98.

⁸⁹ *O Libertador*, Pelotas, 10 de janeiro de 1929, p. 1. (BPP).

⁹⁰ *Ibidem*, p. 1.

⁹¹ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...* Op. Cit., p. 286.

intermediação governamental entre patrões e operários, procurando mediar os interesses em conflito ocorreram outras vezes. Oswaldo Aranha também intermediou um acordo entre os grevistas das fábricas de tecidos e das padarias e os respectivos patrões, os quais se comprometeram em respeitar as oito horas diárias de trabalho, adotar a semana inglesa e conceder 50% sobre os salários dos serões.⁹²

Após essas primeiras greves, inúmeras outras categorias fizeram as suas, como os condutores de veículos em Bagé, Rio Grande e Pelotas, os trabalhadores do Grande Hotel em Pelotas; os operários do engenho Kessler, Vasconcelos & Cia. Ltda. em Porto Alegre; além das paralisações na Renner, Fiação e Tecidos, Rio Guahyba, Moinho Porto-Alegrense e Rio-Grandense e Fábrica de Calçados Sant'Anna, entre outras. Contudo, apesar da proliferação de greves, a quantidade de informações sobre elas é, geralmente, muito pequena, o que impossibilita uma análise mais acurada.

Uma das mobilizações mais noticiadas pela imprensa ocorreu na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, onde os trabalhadores estavam descontentes com os baixos salários pagos pela empresa e decidiram, então, reivindicar aumento. A CRT orientou-os no sentido de formarem uma entidade sindical, sob o argumento de que assim teriam mais chances de obterem suas reivindicações. No entanto, em maio de 1929, os trabalhadores Frederico Guilherme Ficher e José Alfredo Lucas foram demitidos. A demissão ocorreu por causa do envolvimento de ambos na criação da Associação Protetora dos Operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Ou seja, foram despedidos por razões eminentemente políticas, pois pelo tempo de serviço que tinham, argumentavam os trabalhadores, somente o Presidente do Estado poderia fazê-lo.⁹³

Então os trabalhadores da Companhia entraram em greve, reivindicando a readmissão dos dois funcionários. Esta foi uma das que teve maior repercussão no Rio Grande do Sul, no ano de 1929. Em decorrência, a exigência de liberdade de

⁹² *Opinião Pública*, Pelotas, 13 de março de 1929, p. 3. (BPP).

⁹³ Em janeiro de 1923, foi aprovada pelo governo federal a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para Ferroviários, que previa entre outras coisas, que após dez anos de serviço em uma mesma empresa, o trabalhador só poderia ser demitido se incorresse em falta considerada grave. GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho...* Op. Cit., p. 94.

organização operária foi mais uma palavra de ordem enfatizada no arcabouço das reivindicações comunistas. A imprensa de Porto Alegre e Pelotas veiculou várias notícias sobre o desenrolar dos acontecimentos, inclusive o jornal *A Classe Operária*.⁹⁴

A CRT intercedeu em prol dos trabalhadores junto a Oswaldo Aranha, então Secretário do Governo, e fez um amplo movimento pela liberdade de organização dos ferroviários que estava sendo impedida pela direção da Viação Férrea. Apesar desse trabalho de agitação, ao que tudo indica, os dois trabalhadores não foram readmitidos, mesmo a greve tendo durado por volta de um mês.

Como já salientei antes, o preço da carne havia aumentado e estava elevado para o poder aquisitivo dos trabalhadores,⁹⁵ assim como os produtos de primeira necessidade em geral. Além disso, constantemente incidia sobre a classe trabalhadora o aumento ou a cobrança de novos impostos, o que encarecia ainda mais o custo de vida. Um exemplo disso foi a taxa de consolidação rodoviária (o imposto rodoviário), implementada pelo governo estadual para melhorar as condições do sistema rodoviário gaúcho, conservar em boa qualidade a malha já existente e construir novas estradas.⁹⁶

Esta nova tributação incidia sobre os condutores e pequenos empresários proprietários de veículos, causando um grande desconforto na classe em várias cidades. A cobrança do imposto encareceu o custo de vida dos trabalhadores envolvidos nessa atividade, assim como o valor dos produtos transportados. Por isso, nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana e Santa Vitória do Palmar os condutores de veículos decretaram greve em 3 de junho.⁹⁷ Contudo, o movimento parecia estar conquistando as simpatias da população, mesmo tendo interrompido o fornecimento de alimentos como verdura, pão e leite.⁹⁸

⁹⁴ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1929, p. 2. (ASMOB).

⁹⁵ *O Nacional*, Passo Fundo, 4 de junho de 1929. (AHR). *O Libertador*, 5 de junho de 1929. (BPP). *Echo do Sul*, Rio Grande, 12 de junho de 1929, p1. (BRG).

⁹⁶ *Opinião Pública*, Pelotas, 1º de fevereiro de 1929, p. 1. (BPP).

⁹⁷ *Opinião Pública*, Pelotas, 5 de junho de 1929, p. 2. (BPP). *O Tempo*, Rio Grande, 7 de junho de 1929, p. 3. (BRG). *Echo do Sul*, Rio Grande, 6 de junho de 1929. (BRG). *A Lucta*, Rio Grande, 6 de junho de 1929, p. 2. (BRG).

⁹⁸ *Echo do Sul*, Rio Grande, 6 de junho de 1929, p. 6. (BRG).

Em cada cidade, a greve teve uma duração diferente. Em Pelotas e Rio Grande, onde foi mais longa, terminou em 11 de junho, não conseguindo vitória.

A CRT e a Federação do Trabalho de Pelotas tiveram uma participação discreta na mobilização dos condutores de veículos, resumindo-se ao envio de uma carta, por parte da Confederação, de apoio àquela luta, destacando o valor daquele combate e criticando o governo do estado. Além disso, nada mais fizeram. Provavelmente a CRT e a FTP não tiveram um maior envolvimento porque a greve não foi conduzida por comunistas ou por ser uma categoria vista como pouco atrativa para a ação do PCB. Aliás, a categoria dos transportes tinha um histórico de baixa penetração dos comunistas.⁹⁹

Naquelas onde havia membros do Partido, simpatizantes ou que pareciam promissoras sob o ponto-de-vista de ampliação de sua intervenção sindical, a participação das federações comunistas se fazia de maneira mais presente, como na ocasião em que a CRT prestou auxílio aos grevistas do Engenho Kessler, Vasconcelos & Cia. Ltda. em Porto Alegre, os quais haviam solicitado apoio e instruções.¹⁰⁰ Ou como no caso do movimento dos trabalhadores da Renner, o qual merece ser destacado pela repercussão que obteve na capital do estado e que demonstra como a Confederação agia em casos de greve.

Em meados de setembro, a jovem de dezesseis anos Sophia Papvoska se dirigia ao trabalho na empresa Renner, como fazia diariamente. No entanto, uma queda temporária no fornecimento de energia fez com que fosse proibida a entrada dos funcionários até o problema ser resolvido. Desconhecendo a proibição, Papvoska entra sem ser vista por ninguém. Mas quando já estava no interior da empresa o porteiro a viu e começou a agredi-la. Dois operários intercederam em prol da menina e acabaram os quatro sendo demitidos.¹⁰¹ Após o incidente, os trabalhadores da empresa entraram em greve (em torno de duzentos e quarenta

⁹⁹ O III Congresso (dezembro de 1928 – janeiro de 1929). Rio, 11 de fevereiro de 1929. CC do PCB. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 73.

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de junho de 1929, p. 9.

¹⁰¹ *Opinião Pública*, Pelotas, 5 de setembro de 1929, p. 4. (BPP).

grevistas), reivindicando a readmissão de Sophia e dos dois trabalhadores que intercederam por ela.

A CRT organizou uma comissão de auxílio aos operários grevistas, a qual se reuniu diversas vezes procurando estabelecer as melhores formas de contribuir com os trabalhadores parados. Conjuntamente com o BOC e a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a CRT angariou dinheiro para ser distribuído entre os grevistas. Essa campanha de arrecadação contou com a realização de comícios nos bairros São João e Navegantes, em Porto Alegre. Também foi realizado comício em Pelotas, promovido pela Federação do Trabalho da cidade.¹⁰²

Aqui, seria oportuno abrir um espaço para comentar a situação do movimento operário na cidade de Rio Grande, o qual parecia estar passando por um momento de refluxo, especialmente após a repressão aos sindicatos advinda com a greve dos padeiros, em 1928. Inclusive, isso deve ter prejudicado a criação do BOC na cidade, pois no momento em que a entidade estava sendo criada, essa perseguição policial ainda incidia sobre as organizações operárias rio-grandinas. Portanto, não são muitas informações sobre o movimento proletário naquele local. Dentre estas, sabe-se que uma entidade importante, a Sociedade União Operária, tinha se transformado em mera promotora de atividades culturais, educacionais e que contribuía com sindicatos e organizações de trabalhadores cedendo seu espaço para reuniões e festas. O papel de representação política de classe havia ficado com a Federação Operária de Rio Grande, antiga União Geral dos Trabalhadores. Entretanto, esta entidade funcionou de maneira intermitente e em 1928 dava claros sinais de sua desorganização.¹⁰³

Contudo, cabe mencionar os incidentes na categoria dos marítimos entre anarquistas e supostos comunistas. A Sociedade União Marítima de Rio Grande havia deflagrado uma greve em junho de 1929 e os supostos comunistas eram acusados, no jornal anarquista *A Luta*, de prejudicarem o movimento, delatando à

¹⁰² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de outubro de 1929, p. 9. *Opinião Pública*, Pelotas, 6 de setembro de 1929, p. 4. (BPP).

¹⁰³ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit., p. 221-222.

polícia as lideranças grevistas.¹⁰⁴ Apesar da gravidade da denúncia, não encontrei nenhuma resposta por parte dos comunistas ou alusões a respeito, nem menções desse incidente na imprensa rio-grandina.

Voltando ao tema das greves, pelos relatos expostos percebe-se que as razões principais da eclosão dos movimentos grevistas foram: defesa dos direitos sociais (aplicação da Lei de Férias, principalmente); melhorias econômicas (aumento de salário ou contra a carestia de vida); e solidariedade aos trabalhadores da mesma ou de outras empresas. Em relação à participação da CRT nestes movimentos, conforme procurei apontar, ela se dava basicamente de duas formas. Caso fosse uma categoria cujo sindicato estivesse sob o controle comunista ou o grupo tivesse um peso importante entre o restante dos trabalhadores, o apoio era total. Ou seja, a CRT apoiava a mobilização politicamente, orientando os rumos a serem tomados pelas grevistas, com material humano para sustentá-la, arrecadando recursos para ser distribuído entre a categoria paralisada e, principalmente, procurando fazer muita agitação na cidade para que o movimento atingisse maiores proporções.

Do contrário, se não havia comunistas ou interesse na categoria em questão, o apoio da CRT era parcial. Nesses casos, geralmente, era enviada uma correspondência louvando a mobilização e oferecendo seus préstimos, mas não passava disso. Se não fizesse essa diferenciação, a CRT poderia ter participado em greves importantes no interior, como foi a dos condutores de veículos, em que a paralisação atingiu Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana e Santa Vitória do Palmar, e ampliado a influência dos comunistas em cidades onde não tinha núcleos seus organizados.

Por outro lado, a presença anarquista nessas cidades talvez tenha causado impedimentos nesse sentido. Parece que com esse apoio meramente formal, a CRT tentava também mostrar aos trabalhadores que havia sim participado, mas na verdade a participação decorria da repercussão significativa que alguns desses movimentos alcançaram.

¹⁰⁴ *A Luta*, Porto Alegre, junho de 1929, p. 4. (NPH).

Em relação à CRT, a solidariedade prestada por ela se dava através de apoio político e material, contribuindo para sustentar a agitação da categoria em greve por mais tempo, exercendo, com isso, maior pressão possível contra os patrões. E a solidariedade da CRT não se resumia à capital, como demonstrou o caso da greve dos gráficos da Livraria do Globo em Pelotas: sob orientação da Confederação, foi formada em Porto Alegre uma comissão em favor dos grevistas pelotenses que orientava os gráficos porto-alegrenses a não boicotarem a greve dos seus companheiros de Pelotas.¹⁰⁵ Sua ação também se observa na greve dos estivadores de Rio Grande, aos quais foram oferecidos os préstimos da Confederação, ao mesmo tempo em que procurava obter maiores informações sobre o movimento de modo que pudesse tomar as medidas cabíveis e dar uma contribuição mais qualificada.¹⁰⁶

¹⁰⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de outubro de 1929, p.9.

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de outubro de 1929, p. 7.

4. DECLÍNIO E DESORGANIZAÇÃO COMUNISTA: AGITAÇÃO EXTREMADA E REPRESSÃO POLICIAL

Este capítulo compõe-se de quatro seções que, embora examinem questões distintas, em seu conjunto se vinculam, no sentido de demonstrar como o BOC, a CRT e os comunistas foram estimulando as atividades de agitação da classe trabalhadora, colocando progressivamente a intervenção política mais à esquerda, à medida que a violência policial ia se intensificando. São elas: a primeira demonstração de intolerância sistemática com a prática sindical comunista, a participação eleitoral do BOC, o aumento do tom esquerdista no discurso dos comunistas e a violência policial que aniquilou os comunistas naquele momento.

4.1 As greves na Carris e o primeiro ensaio repressivo

O ano de 1929, como apontado no capítulo anterior, foi um período marcado por um grande número de mobilizações da classe trabalhadora no Rio Grande do Sul, em que a ocorrência de comícios, passeatas e greves era constante, e a participação dos comunistas na condução ou no apoio a esses movimentos acontecia em praticamente todas as ocasiões. No entanto, em duas greves deflagradas no interior da Companhia Carris Porto Alegre, no segundo semestre desse mesmo ano, o cenário começaria a se modificar em dois pontos: primeiro, a participação da CRT não obteve recepção calorosa pelos trabalhadores envolvidos na paralisação, ao contrário do que costumeiramente vinha acontecendo em outras empresas. Segundo, a repressão que até então não havia trazido muitos inconvenientes aos comunistas gaúchos, como no Rio de Janeiro e São Paulo após a greve dos gráficos paulistas, começou a atuar numa escala de violência crescente, até atingir o ápice entre fevereiro e maio de 1930, quando o Partido Comunista do Brasil foi praticamente desarticulado por causa da ação policial. Passo imediatamente à análise desses acontecimentos.

Em setembro, um atrito entre dois funcionários do alto-escalão da Companhia Carris Porto-Alegrense motivou um movimento grevista na empresa. O engenheiro

de tráfego, Leovegildo Paiva, ao desentender-se com o representante-geral norte-americano, G. E. Sands, pediu demissão de seu emprego. Tal notícia foi muito mal recebida pelos trabalhadores e com isso cerca de quinhentos condutores e motoneiros ameaçaram entrar em greve,¹ procurando mostrar o descontentamento com a saída de Paiva e, ao mesmo tempo, pressionar a Carris para readmiti-lo.² Ou seja, ao mesmo tempo o movimento era uma forma de expressão de suas insatisfações e uma forma de pressão para conseguir o que estavam pleiteando: a readmissão de Paiva.

Diretores da empresa intercederam junto aos trabalhadores e conseguiram, a princípio, abortar a greve iminente. Porém, após a “visita” do secretário-geral da CRT, Pelayo Gil Ribas,³ ao local onde estavam reunidos os grevistas (Estação da Várzea), estes passaram a reivindicar não somente a readmissão do funcionário, mas, também, aumento salarial.⁴ Fato que, de certa maneira, aponta para a implicação de Ribas na inclusão do pedido de elevação de ordenados.

O jornal *Correio do Povo* lançou insinuações sobre a existência de vínculo entre a inclusão do pedido da nova reivindicação e a presença do militante entre os grevistas, o que parece ser bastante plausível, até porque ele estava no interior da Companhia tentando impor “em altas vozes” que os trabalhadores não encerrassem o movimento e permanecessem paralisados, mas acabou sendo detido pela polícia.⁵

Além de Ribas, estava um grupo de “homens de nacionalidade estrangeira”, segundo o *Correio*, transmitindo orientações aos trabalhadores da Carris, provavelmente, sobre a condução do movimento. Segundo a notícia:

¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de setembro de 1929, p. 5. Também *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10 de setembro de 1929, p. 11.

² Não fica claro qual teria sido o entendimento dos trabalhadores a respeito da demissão de Leovegildo Paiva. Provavelmente, eles em um primeiro momento acreditaram que teria sido demitido, e não pedido demissão.

³ **Pelayo Gil Ribas**, mecânico, nasceu na Argentina, aproximadamente, em 1902, filho de Gobano Gil e Benilde Ribas. Ingressou no PCB em 1927, quando conheceu Artsevensco e A. Petroski. In: FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...* Op. Cit., p. 299.

⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de setembro de 1929, p. 5.

⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 de setembro de 1929, p. 9.

“[...] Estarão os comunistas em contato com os grevistas?

Ontem, à tarde, estive na estação dos bondes, o nosso repórter policial, que ali foi colher as necessárias informações sobre o movimento grevista.

Nas imediações da estação encontravam-se alguns homens de nacionalidade estrangeira entre os grupos de grevistas, dando-lhes este ou aquele conselho.

Após esse fato, os grevistas, exigiam aumento de salário.

Informou-nos, mais tarde, a polícia que já tivera conhecimento da intromissão de elementos suspeitos entre os condutores e motorneiros, procurando lançar descontentamento e discórdia entre os grevistas.

O delegado encarregado da greve tomou já as providências necessárias, no sentido de afastar esse elemento das imediações, da estação, os quais serão presos incontinente”.⁶

A presença e as ações de Pelayo Gil Ribas em meio à movimentação dos trabalhadores da Carris são interessantes para compreender a extrema importância que os comunistas atuantes no Rio Grande do Sul atribuíam às atividades de agitação naquele período.

A forma como Ribas abordou os trabalhadores — aos gritos — para que a mobilização tivesse prosseguimento parece não ter encontrado eco na categoria, pois não havia total consonância entre as razões primeiras que motivaram o movimento e a tentativa como que desesperada para que não retornassem ao trabalho. Ou seja, talvez na visão dos comunistas, independentemente das razões e do andamento da negociação, os trabalhadores deveriam manter-se em greve, como se um movimento grevista deflagrado devesse ocorrer não em função das reivindicações dos trabalhadores, mas por si mesmo. Em suma, a greve pela greve.

Por outro lado, caso Pelayo Ribas tenha tentado se impor realmente em “altas vozes”, conforme relata o jornal, pode-se imaginar que esta atitude evidenciava relações frágeis dele com os trabalhadores da Carris, como se fosse um “corpo estranho” em meio aos grevistas, o que confirmaria a avaliação feita no III Congresso sobre a dificuldade de penetração na categoria dos transportes.⁷ Como a posição do PCB era de intensificar ao máximo a agitação operária, era necessário, na visão dos comunistas, a continuidade daquela mobilização. A forma de

⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de setembro de 1929, p. 5.

⁷ O III Congresso (dezembro de 1928 – janeiro de 1929). Rio, 11 de fevereiro de 1929. CC do PCB. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 73.

abordagem com a qual Ribas tentava empreender sua tarefa talvez seja a demonstração de uma característica marcante da identidade comunista: a crença na sua superioridade intelectual sobre toda a sociedade,⁸ inclusive sobre a classe trabalhadora. O comunista, por considerar o marxismo uma ciência, supõe ter um conhecimento científico sobre a realidade.⁹ Logo, uma atitude como essa, de forçar uma tomada de posição como se não houvesse outra alternativa para os grevistas, é plenamente condizente com a postura do comunismo daquele período no Brasil.

Sobre isso, Leôncio Basbaum, que no fim dos anos vinte fazia parte da direção nacional da juventude comunista, comenta ao descrever sua entrada no PCB:

“[...] Fui atacado do mesmo mal que atacava a todos os que ingressavam no Partido: uma espécie de sectarismo que nos tornava em criaturas alcançadas pela graça divina e nos fazia encarar todos os seres humanos não-comunistas como infelizes que ainda não haviam descoberto a Verdade”.¹⁰

Outro militante jovem do período, Eloy Martins, também explicita uma opinião similar sobre a clarividência do Partido, mas pelo lado contrário, de quem ainda não tinha adquirido essa mesma visão. Em meio à sua avaliação sobre as eleições presidenciais de 1930, analisada adiante, relata que somente os integrantes do Comitê Regional do PCB no Rio Grande do Sul eram contrários à candidatura de Getúlio Vargas. As massas e os “elementos fracos politicamente, como eu, achavam que o movimento de trinta favorecia aos trabalhadores”.¹¹ Ou seja, com esta frase fica claro que para Martins ele seria “fraco politicamente” porque não “compreendia” a posição do Partido sobre o processo eleitoral, a qual seria a correta conforme sua visão posterior ao evento. Estas divergências de posicionamentos evidenciam as diferenças entre as lideranças do Partido e os trabalhadores ou ativistas sem vínculos mais orgânicos com as idéias comunistas.

⁸ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito...* Op. Cit., p. 73.

⁹ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros...* Op. Cit. p. 43.

¹⁰ Deve-se levar em consideração que o comentário de Leôncio Basbaum foi emitido após mudança de posicionamento político, refletindo certa mágoa com acontecimentos do período. BASBAUM, Leôncio. *Uma vida...* Op. Cit., p. 41.

¹¹ MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit., p. 35.

Mas, voltando ao movimento na Carris, se não havia realmente consonância entre a principal reivindicação dos grevistas (readmissão de Leovegildo Paiva) e o que talvez defendessem os comunistas (manutenção da greve a todo custo), conforme acabei de salientar, como compreender a inclusão do pedido de aumento salarial por parte dos trabalhadores, pois a princípio isso poderia ser considerado uma contradição. No entanto, são duas questões completamente diferentes e que produzem respostas distintas. Aquela situação, de conflito entre capital e trabalho, era uma ótima oportunidade para pedirem aumento de ordenados, principalmente em virtude da postura da empresa logo na deflagração do movimento, já que esta se mostrou muito preocupada com o impacto da greve e procurou com afincamento interrompê-la, embora sem sucesso.

Em relação ao trecho da notícia veiculada no *Correio do Povo* sobre a greve na Carris, a menção a “homens de nacionalidade estrangeira” é uma clara referência aos comunistas, pois havia um contingente significativo de militantes estrangeiros partidário desta ideologia atuando no Rio Grande do Sul, já salientada em capítulos anteriores. Também evidencia a concepção que pairava em certos setores da sociedade sobre o comunismo, como sendo a “infiltração” de uma “doutrina exótica”, que não tinha nenhuma conexão com o Brasil, um “corpo estranho” produzido no exterior e introduzido no país por estrangeiros, “contaminando” os “puros” trabalhadores brasileiros.¹² Portanto, ao salientar a existência de “homens de nacionalidade estrangeira” a notícia do jornal evoca o imaginário anticomunista do perigo do Brasil ser invadido e dominado por uma potência estrangeira: a URSS.¹³

¹² Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1927-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 55. Conferir também PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit., p. 127-128.

¹³ A produção historiográfica sobre o anticomunismo tem sido grande nos últimos anos, sobretudo após o ano de 2000, com a publicação de vários artigos, dissertações, teses e livros. A título de informação do leitor, já que não é meu interesse neste momento, indico alguns trabalhos que podem servir de referência para examinar mais detidamente o assunto àqueles que porventura se interessarem: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”...* Op. Cit. OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *“Perante o Tribunal da História”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004 (dissertação de mestrado em História). RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 1998. SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

No que tange à mobilização, apesar do referido acordo entre diretores e trabalhadores da empresa, a greve acabou ocorrendo. A superintendência da Carris solicitou, então, a intervenção da polícia, cujo delegado auxiliar, Dario Barbosa, reuniu-se com os grevistas a fim de dar uma solução ao caso. Afora isso, Barbosa enviou um grupo de brigadianos à estação onde os trabalhadores estavam mobilizados sob a alegação de evitar depredações ao patrimônio da empresa e represálias aos fura-greves.¹⁴ Na verdade, eram ações que visavam impelir os trabalhadores a encerrar o movimento e demonstravam existir relações estreitas entre empresariado e ação policial, pelo menos neste caso, o que evidencia a utilização privada de uma instituição pública.

Assim, na greve da Carris, a polícia se envolveu no conflito após solicitação por parte da empresa. É desconhecido qual o poder de influência desta sobre a polícia. Se ocorria mediante relações privilegiadas com as autoridades policiais ou devido ao seu poder econômico, porque as fontes consultadas não possibilitam afirmações conclusivas a tal respeito. De qualquer forma, é possível afirmar que sob o manto de uma postura conciliatória a polícia interferiu na contenda em prol dos interesses dos patrões.

Contudo, a greve prosseguia sem dar mostras de esgotamento. Então, mais uma intervenção ocorreu: Oswaldo Aranha entrou em contato com os dois representantes da empresa envolvidos no incidente, procurando amenizar a indisposição entre ambos. No entanto, Paiva não recuou em sua disposição de se demitir da empresa, mas lançou um apelo aos grevistas para que retornassem ao trabalho mesmo sem sua readmissão. Somente após a fala do engenheiro aos trabalhadores a greve terminou. Ainda assim, alguns foram se certificar pessoalmente com Paiva sobre a veracidade do apelo divulgado, e na manhã seguinte, outros foram falar com Oswaldo Aranha, para que intercedesse junto aos dirigentes da Carris no sentido de garantir os mesmos lugares de trabalho ocupados antes da greve. O Secretário assegurou que atenderia ao pedido, incumbindo Dario Barbosa de executar tal missão. Os dirigentes da Companhia garantiram o atendimento da solicitação e concederam o reivindicado aumento de salários.

¹⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de setembro de 1929, p. 5.

Poucos meses depois, em novembro de 1929, o *Correio do Povo* divulgou a circulação de um boato sobre a iminência de outra greve dos trabalhadores da Carris, o qual teria surgido por conta da demissão de dois funcionários da empresa, sob a alegação de serem comunistas, o que havia descontentado, evidentemente, seus colegas de trabalho. Fazia parte desses rumores que os integrantes da CRT, aproveitando o ensejo, estariam tentando insuflar os trabalhadores a paralisar suas atividades como protesto contra a atitude arbitrária dos seus patrões para com seus companheiros. Contudo, o movimento parece não ter conseguido muitas adesões naquele momento e acabou não vingando de imediato.¹⁵

Esta mesma reportagem, embora destaque o envolvimento da Liga dos Operários Republicanos, ligada ao governo, no incidente e relate o fato de Plínio Mello e Manoel Pereira, em nome da CRT, não serem bem recebidos na assembléia dos trabalhadores da Carris, o que isenta os comunistas de terem participado da mobilização, paradoxalmente os acusa de estarem por detrás dos acontecimentos, sendo nítida a intenção do jornal em responsabilizá-los pela tentativa de desencadear o movimento.

Como a própria reportagem relata, há a participação da Liga dos Operários Republicanos e o impedimento à atuação dos comunistas pelos trabalhadores, o que inviabiliza a tese do *Correio do Povo*. De que maneira os militantes do BOC e da CRT teriam sido os líderes da greve, se havia a participação dos Republicanos e se não conseguiram adesões e nem mesmo intervir em uma assembléia local?¹⁶

Nas páginas de outro jornal da cidade de Porto Alegre, o *Diário de Notícias*, a cobertura deste movimento parece ser menos capciosa,¹⁷ pois não é tão contraditória e apresenta maior quantidade de detalhes, sendo possível obter informações mais abrangentes e consistentes acerca do que aconteceu na empresa. Com base neste periódico, passo a relatar o transcurso do movimento.

¹⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de novembro de 1929, p. 5. Também *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de novembro de 1929, p. 9.

¹⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de novembro de 1929, p. 5.

¹⁷ Depois o posicionamento “isento” do jornal é alterado consideravelmente, conforme demonstrarei adiante.

Os membros da Liga dos Operários Republicanos, Orlando Torelly de Araújo e Ayrton Fonseca, acompanhados por dois funcionários recém-demitidos da Carris visitaram a redação do jornal *Diário de Notícias* para informar o que acontecera. Relataram haver um desejo entre os trabalhadores da Companhia de criar uma entidade de classe. Para tanto, procuraram a Liga com o intuito de organizarem uma associação e, também, para divulgar as idéias do PRR entre os trabalhadores da companhia.¹⁸ Com a ajuda da Liga, poucos dias depois, em 10 de novembro, foi criada a União Sindical dos Operários da Companhia Carris de Porto Alegre, cuja diretoria ficou composta por: Cypriano Coimbra (condutor), na presidência; Dorval Medina (motorista), secretário; Dorival Marques dos Santos (condutor), tesoureiro. Na ata de fundação da entidade constava como um dos princípios “a orientação do PRR”. Contudo, dois dias após a formação da entidade, seus membros foram demitidos sob alegação de serem comunistas,¹⁹ apesar da explícita vinculação dos trabalhadores com a fração “operária” do PRR.

A demissão dos funcionários, obviamente, foi muito mal recebida no corpo dos trabalhadores da companhia, os quais decidiram realizar uma assembléia para organizar uma greve em solidariedade aos companheiros, pressionando a empresa a readmiti-los. Inclusive existia a possibilidade de contar com a participação dos estivadores e dos padeiros, o que faria com que o movimento tivesse uma repercussão maior na cidade.

Durante a assembléia, Plínio Mello e Manoel Pereira propuseram a incorporação da entidade recém-criada à CRT. Argumentavam que os trabalhadores obteriam muitas vantagens com a vinculação, como aumento de salários. No entanto, não só a proposta foi rejeitada, como Plínio Mello foi impedido de concluir sua intervenção,²⁰ o que demonstrava, provavelmente, a pouca receptividade da presença dos comunistas entre os empregados da Carris.

¹⁸ Pelo menos é o que relataram ao jornal os representantes da Liga dos Operários Republicanos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de novembro de 1929, p. 8.

¹⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de novembro de 1929, p. 8.

²⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de novembro de 1929, p. 5.

Além dos preparativos da greve, foram utilizados outros instrumentos para tentar readmitir os funcionários. Os advogados da Liga, da Companhia Força Elétrica (empresa subsidiária da Carris) e a diretoria da Carris reuniram-se buscando chegar a um acordo. Porém, o encontro não foi bem sucedido e não se obteve consenso. Afora isso, alguns trabalhadores procuraram o primeiro-delegado auxiliar para ser o intermediário entre as partes.²¹

Ainda de acordo com o *Diário de Notícias*, Dario Barbosa entrou em contato com a direção da empresa, mas foi informado que os operários não seriam readmitidos, pois Dorval Medina e Dorival Marques dos Santos seriam novos na empresa (não tinham mais do que dois meses de serviço) e Cypriano Coimbra já teria sido readmitido duas vezes com o perdão da companhia. Também não seria tolerada a existência da entidade congregadora dos empregados.²²

Contudo, a partir da edição do dia 24 de novembro, o posicionamento do *Diário de Notícias* foi alterado de maneira bastante significativa. O que era uma postura razoavelmente descritiva e informativa torna-se um ataque frontal aos comunistas e à Confederação Regional do Trabalho.

Na reportagem em que relatava o possível início da paralisação, que até então não tinha sido deflagrada efetivamente, apesar de toda movimentação e boatos em torno, mencionava não se tratar de uma simples greve, mas, conforme o jornalista teria descoberto junto às autoridades, um movimento comunista, dirigido pela CRT:

“Não se tratava, pois, soubemos mais tarde, por informações das autoridades, de uma simples greve, mas, sim, um movimento comunista, sob a direção da Confederação Regional do Trabalho. [...] Não se sabe ao certo o fim almejado pelos grevistas, se o de obrigar a Companhia Carris a conceder-lhes um aumento de salários, ou de um medida de represália contra essa empresa que, há pouco, como noticiamos, despediu alguns condutores, por serem comunistas. [...] Em Porto Alegre existe número regular de comunistas, que outras coisas não fazem senão espalhar descontentamento entre os que trabalham [...] Quando da outra greve em apoio a Leovegildo a

²¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 de novembro de 1929, p. 8.

²² *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de novembro de 1929, p. 9.

polícia prendeu um comunista, que estaria incitando o movimento. A partir de então o 3º delegado auxiliar Sr. Dario Barbosa, passou a acompanhar de perto as reuniões comunistas, conseguindo prender os mais exaltados, obrigando-os a abandonar a capital. Apesar dessa providência, entretanto, os comunistas continuaram a se movimentar, até que conseguiram imiscuir-se com o pessoal da Companhia Carris”.²³

A reportagem noticiou que a polícia reprimira o movimento antes mesmo dele ser realizado efetivamente e que não se sabia ao certo os objetivos dos grevistas, se aumento salarial ou readmissão dos funcionários demitidos, ainda que o próprio jornal já tivesse veiculado matérias explicitando os motivos da mobilização. Além disso, relatava que a greve interromperia somente a circulação dos bondes e que havia uma combinação com os trabalhadores dos ônibus para a completa paralisação, caso o protesto se prolongasse. As mulheres trabalhadoras da empresa iriam ter, conforme o artigo, um papel importante durante a paralisação das atividades. Elas se espalhariam e tomariam vários bondes tentando convencer os condutores reticentes a para aderirem à paralisação. A referência à presença feminina na suspensão do trabalho dos coletivos não deixava de ser também uma sutil insinuação contra o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, dirigido por comunistas.

A mobilização, de acordo com a mesma fonte, foi delatada por alguns motorneiros aos diretores da Carris, os quais, por sua vez, informaram a polícia. Os líderes foram interrogados e confessaram toda organização do movimento, mas ninguém foi preso. Além de contar com o apoio de alguns trabalhadores para “informar” o andamento da agitação operária, a polícia infiltrou alguns agentes nas reuniões para identificar os principais líderes, conseguindo efetuar algumas prisões e expulsá-los de Porto Alegre.²⁴ Este relato evidencia o amplo conhecimento da polícia acerca das ações das entidades operárias, o que era um fato recorrente na Primeira República.

Os próprios comunistas negaram o envolvimento da CRT na mobilização ocorrida na Carris. A Confederação enviou uma carta ao *Correio do Povo*, alegando

²³ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24 de novembro de 1929, p. 8.

²⁴ *Ibidem*, p. 8.

não ter nenhuma vinculação com o movimento e apontando a responsabilidade para a Liga dos Operários Republicanos, que não passaria de um “centro de exploração eleitoral do proletariado Porto Alegrense”. A missiva começava defendendo a CRT da acusação de ser dirigida pelo PCB, salientando que a entidade era

“[...] uma organização sindical do proletariado para a conquista de suas reivindicações simplesmente econômicas, não é possível que se lhe possa atribuir uma atividade essencialmente política como seja a de um movimento comunista”.²⁵

Entretanto, apesar de negar a vinculação com o Partido, contraditoriamente ela deixa transparecer a ligação existente entre ambos quando esclarece que “reconhecemos nele [o PCB] o único partido que de fato defende a linha política do proletariado, procurando levá-lo à sua completa emancipação do jugo capitalista.”²⁶

O Comitê de Mulheres Trabalhadoras também negou ter participado na mobilização que estaria sendo preparada na Carris em comum acordo com a Confederação Regional do Trabalho e destacava não ter nenhum envolvimento no envio de quarenta mulheres para obrigar os motorneiros a parar os bondes.²⁷ Em referência à CRT, o Comitê salienta se tratar de uma entidade genuinamente proletária e que defendia os interesses do proletariado, não tendo vinculação com partido político algum.²⁸

Por um lado, esses depoimentos são fortes evidências do não envolvimento dos militantes comunistas na mobilização realizada na Carris. Mas, por outro, não seria um tanto constrangedor à CRT admitir de maneira tão enfática sua não participação em uma greve, um instrumento de reivindicação e de manifestação tão legítimo dos trabalhadores, e que a própria entidade vinha sempre apoiando dentro de suas possibilidades? Não estaria se eximindo de responsabilidades que ela mesma dizia ter enquanto uma confederação sindical? A resposta dada pela entidade era que estava cumprindo com suas “obrigações”, inclusive tinha auxiliado a organização do sindicato, quando procurada por trabalhadores da empresa:

²⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 de novembro de 1929, p. 7.

²⁶ *Ibidem*, p. 7.

²⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 de novembro de 1929, p. 7.

²⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º de dezembro de 1929, p. 9.

“[...] Há um mês mais ou menos, fomos procurados por um grupo de condutores e motorneiros daquela Companhia, que desejavam se organizar em uma associação protetora de seus interesses econômicos, e, como constituímos um organismo sindical que procura organizar, unificar, centralizar e dirigir o movimento operário do RS, não nos era possível deixar de atender aquele pedido principalmente tendo em conta que a liberdade de associação é um direito taxativamente expresso na constituição da República”.²⁹

Entretanto, quando as primeiras ações foram tomadas no sentido de concretizar a iniciativa dos operários da Carris, continua a carta:

“[...] elementos estranhos ao verdadeiro movimento operário, agindo com intenções declaradamente policiais, tentaram prejudicar nosso trabalho.

A famosa Liga dos Operários Republicanos, que outra coisa não é, senão, um centro de exploração eleitoral do proletariado Porto Alegrense, intrometendo-se entre os operários da Carris, para organizá-los, segundo apregoava, outra coisa não queria de fato, senão denunciar os chefes da companhia para serem demitidos aqueles operários que se encontravam à frente do movimento. Foi o que aconteceu, há dez dias, mais ou menos, com três dos principais militantes da Carris: denunciados pelos ‘operários republicanos’, foram postos no olho da rua...”³⁰

É perceptível a disputa entre a CRT e a Liga dos Operários Republicanos pela direção do processo de formação da entidade sindical representativa dos trabalhadores da Companhia Carris, cujo resultado pendeu favoravelmente para os Republicanos, os quais conseguiram criar uma União Sindical sob sua esfera de influência, como os próprios comunistas admitem. Sobre sua participação no movimento grevista, como foi apontado, a CRT negou-a com veemência, pois

“A agitação grevista que vem sendo feita entre os operários da referida companhia é motivada principalmente por este fato [demissão dos operários] e pela falta de garantias do direito que eles têm de se organizar. A CRT, oficialmente, nada tem a ver com essa agitação”.³¹

Assim, em que pese a participação inicial na construção da União Sindical dos Operários da Companhia Carris de Porto Alegre, parece que nem o BOC, nem a CRT, nem o Comitê de Mulheres Trabalhadoras tiveram qualquer participação na

²⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 de novembro de 1929, p. 7.

³⁰ *Ibidem*, p. 7.

³¹ *Ibidem*, p. 7.

condução daquele movimento grevista. Todavia, foram os comunistas que passaram a ser responsabilizados pela mobilização, o que não era novidade na sociedade da época.

Embora não seja objetivo da dissertação o exame do anticomunismo, um elemento comum no período em estudo era o medo das atividades comunistas. Assim, qualquer agitação operária, por mínima que fosse, era qualificada como comunista. Rodrigo Patto de Sá Motta observa que, diante do temor que o poder de atração do novo regime russo poderia ter, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se com vigor na repressão e na propaganda anticomunista. Não é pois surpresa que as elites brasileiras tenham sido caudatárias dessa vertente.³²

Mas, como Motta salienta, apesar do discurso anticomunista enfatizar o comunismo como uma “planta exótica” ou um “corpo estranho” em solo nacional, se havia grupos que faziam propaganda contra os comunistas é “porque tinham medo e sentiam-se inseguros” quanto à ação do grupo.³³ Quando havia participação dos militantes do PCB no movimento operário, como no caso do Rio Grande do Sul no fim dos anos vinte, esse receio aumentava ainda mais, mesmo essa ação não sendo da magnitude suficiente para pôr em perigo a ordem estabelecida.

É importante frisar que o movimento realizado na Carris ocorreu na semana seguinte às comemorações do aniversário da Revolução Russa, 7 de novembro, organizado pelo BOC, CRT e Federação do Trabalho de Pelotas, as quais tiveram uma participação operária expressiva em Porto Alegre e Pelotas, conforme foi apontado anteriormente. Portanto, até certo ponto, esse posicionamento da imprensa, da empresa e da polícia em atribuir o movimento na Carris aos comunistas não pode ser encarado com surpresa, devido à constante agitação operária produzida a partir da influência das associações conduzidas politicamente pelo PCB no ano de 1929, contribuindo para que a imputação de responsabilidade aos comunistas por todos os conflitos ocorridos nas relações de trabalho tivesse certo “respaldo” na realidade.

³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”...* Op. Cit., p. 1-2.

³³ *Ibidem*, p. 6.

4.2 O BOC na disputa eleitoral

O ano de 1929 também foi assinalado pelas discussões a respeito da sucessão presidencial, marcada para março do ano seguinte. Porém, esse debate foi realizado sob o novo cenário instalado na política brasileira a partir de 1928, mas especialmente em 1929, pois a aliança entre a oligarquia paulista e a mineira dava mostras de crise por conta de uma série de divergências políticas e econômicas entre Washington Luís e Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi elenca algumas questões que demonstram a deterioração progressiva do que ela considera a já difícil aliança entre mineiros e paulistas. Havia discordância dos deputados mineiros com a política econômica adotada pelo governo federal e a “substituição de um mineiro por um paulista, na presidência da Comissão de Finanças do Senado” afastou Minas das elaborações econômicas do governo, além de ter sido um desprestígio público para o estado. Também as divergências entre Minas Gerais e São Paulo sobre a política para o café tiveram continuidade e foram aprofundadas.³⁴

Com as relações entre os dois estados abaladas e em meio a uma grave crise econômica alimentada pela superprodução do café de 1929, ficava difícil a manutenção da aliança para o próximo processo eleitoral. Portanto, o presidente Washington Luís lançou o nome de Júlio Prestes (paulista) à sua sucessão (cabe lembrar que durante a Primeira República o apoio dado pelo presidente em vigor era praticamente a antecipação do resultado das eleições). Antônio Carlos sentindo-se traído, pois seria teoricamente a sua vez de disputar a presidência, pela alternância prevista no acordo, convenceu Getúlio Vargas a se candidatar, com o apoio de Minas e da Paraíba. Esta coligação denominada Aliança Liberal trazia Vargas como candidato à presidência e João Pessoa, presidente da Paraíba, na condição de candidato à vice.³⁵

³⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 337-338.

³⁵ Os acontecimentos ligados às eleições de 1930, à Aliança Liberal e a chamada Revolução de 1930 são de conhecimento público, além da produção historiográfica sobre o assunto ser extensa, e não interessa aqui aprofundá-los. Por isso, a visão panorâmica do processo em que se gestou a candidatura de Vargas à presidência. Meu objetivo é apenas “ambientar” o leitor no cenário da época

No Rio Grande do Sul a formação da Aliança Liberal veio acompanhada de uma união histórica entre as elites políticas gaúchas, implementada desde o ano anterior (1928) mediante a formação da Frente Única Gaúcha. Os dois agrupamentos partidários da elite política do Rio Grande do Sul, republicanos e libertadores, se digladiaram ao longo da Primeira República, mas com a ascensão de Vargas à presidência do estado houve uma aproximação entre os dois grupos no sentido de cessarem as hostilidades, o que foi extremamente importante para a formação da Aliança Liberal, embora, conforme salientou Luciano Aronne Abreu, tenha existido certa resistência em ambos os lados para a pacificação.³⁶

O PCB estava eufórico com os bons resultados alcançados pelo BOC no Rio de Janeiro, porque elegera seus dois candidatos, Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, para o Conselho Municipal da cidade e decidiu, então, participar das eleições em âmbito nacional, apresentando candidatos no Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. A definição dos nomes ocorreu no Congresso do BOC realizado em novembro de 1929, no Rio de Janeiro.³⁷

No entanto, a violência policial acompanhou mais uma vez os comunistas nesta empreitada em várias localidades do país. Sobre isso, Dainis Karepovs salienta:

“[...] como resultado da orientação vigente de ‘ação descoberta e revolucionária’ que os militantes do PCB deveriam adotar, o que, na prática acabava resultando em alimentar conflitos com a repressão, a campanha do BOCB³⁸ acabou sendo mais uma sucessão de prisões, de dissoluções de comícios e de outras arbitrariedades da repressão do que um movimento de agitação, disputa de idéias e difusão de posicionamentos”.³⁹

de modo que consiga compreender a vinculação entre estes acontecimentos e a atuação dos comunistas no Rio Grande do Sul.

³⁶ Cf. ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

³⁷ A nominata dos candidatos do BOC está na página 145.

³⁸ No Congresso Nacional do BOC, realizado em novembro de 1929, passou-se a adotar o nome Bloco Operário e Camponês do Brasil (BOCB). Contudo, como no Rio Grande do Sul em nenhum momento se fez referência ao novo nome, será utilizada em todo o texto a antiga sigla BOC. (nota minha).

³⁹ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 605.

Entretanto, ao contrário da tendência nacional, no Rio Grande do Sul o trabalho do BOC no movimento operário e sindical, assim como as atividades de propaganda eleitoral, não sofreram maiores perseguições policiais de modo que o Bloco atuava com relativo desembaraço. Como foi demonstrado até agora, a repressão sobre os comunistas no estado ocorria de forma pontual, não atingindo todos os militantes e ativistas nem os movimentos conduzidos pelo Partido. Dessa forma, enquanto os comunistas no país inteiro sofriam pesadamente com as arbitrariedades da violência policial, culminando com o recuo e a desorganização do Bloco Operário e Camponês em todos locais em que estava organizado, no Rio Grande do Sul, não só ele conseguia atuar, influenciando movimentos expressivos, como também aumentava o peso de sua intervenção política no movimento operário e sindical gaúcho. Ou seja, paralelamente ao refluxo do BOC no Brasil, os comunistas pareciam experimentar um crescimento considerável em solo gaúcho, semelhante com o percurso do anarquismo.

Com a formação da Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, uma votação praticamente unânime no Rio Grande do Sul era fundamental para sua candidatura ter chance de êxito. Dessa forma, a participação eleitoral da classe trabalhadora era extremamente importante. A necessidade de Vargas conseguir uma quantidade de votos expressiva fazia com que qualquer nicho eleitoral fosse considerado como crucial. Além disso, a postura corporativista de seu governo e a menção a questões sociais na plataforma da Aliança Liberal faziam com que a repressão ao movimento operário e sindical não fosse explícita. Por isso, a postura de tolerância, em um primeiro momento, com os movimentos dos trabalhadores e com os comunistas.

A campanha que o BOC realizou para os seus candidatos no Rio Grande do Sul iniciou assim que a nominata foi divulgada na imprensa local e se desenvolveu principalmente em Porto Alegre e Pelotas, os dois núcleos mais importantes do Bloco no estado. As formas de propaganda executadas durante a campanha seguiam os mesmos tipos de atividades de agitação que os comunistas vinham realizando costumeiramente, sobretudo ao longo do ano de 1929. Ou seja, muitos comícios, passeatas, atividades em sindicatos e propagandas nas portas de algumas empresas. Aqui, mais uma vez, podemos ver a importância que os

militantes do PCB atribuíam às tarefas de agitação da classe trabalhadora, uma preocupação bastante recorrente nessa geração de militantes e ativistas adeptos do Partido.

Paralelo a este trabalho de agitação relacionado com a campanha eleitoral, o BOC com o auxílio da CRT, como foi visto no capítulo anterior, continuava criando associações políticas diversas, tentando captar anseios específicos da classe trabalhadora e direcioná-la para a luta mais geral de transformação da sociedade, a fim de criar um amplo movimento de massas, contribuindo para a constituição de um cenário de intensa mobilização dos trabalhadores.

Entretanto, a participação do BOC na disputa eleitoral por meio de candidaturas próprias, mesmo que tolerada de início, deveria estar produzindo apreensão no governo do estado, pois os comunistas estavam entrando em um terreno pouco utilizado até então pelas correntes políticas operárias: o da disputa eleitoral. Dessa forma, o BOC passava a disputar o voto operário com os partidos políticos tradicionais do Rio Grande do Sul. Ou seja, estava disputando o mesmo espaço com a Aliança Liberal, prejudicando o objetivo de Getúlio Vargas, ainda que essa disputa não acontecesse em igualdade de condições, dado o pequeno contingente de militantes e ativistas ligados ao PCB, o direcionamento de campanha nitidamente classista do BOC e o ônus da tradição de fraudes eleitorais que marcaram a Primeira República. Em suma, os fatos praticamente inviabilizavam uma votação mais expressiva dos candidatos comunistas e faziam com que não fossem uma ameaça real à elite política gaúcha.

Apesar de parte significativa das associações operárias serem dirigidas pelo BOC, que fazia uma dura oposição a Getúlio Vargas, o posicionamento político da classe trabalhadora não refletia automaticamente a posição das direções destas entidades e estava em disputa. Mas ainda assim os comunistas tornavam-se uma presença incômoda no processo eleitoral. Principalmente após Vargas ter conseguido unificar as elites numa Frente Única Gaúcha, os trabalhadores perderam ligeiramente sua posição anterior de definidores das contendas eleitorais da elite política gaúcha, o que poderia resultar em respostas mais duras por parte do governo estadual em relação ao movimento operário a partir de então.

Plínio Mello relata que, quando se aproximavam as eleições presidenciais de março de 1930, foi procurado pelo presidente do Estado interino, Oswaldo Aranha⁴⁰ (um dos principais articuladores da Aliança Liberal e do processo golpista de outubro de 1930), para firmarem um acordo. Aranha estaria alarmado diante das realizações do BOC e das entidades orientadas pelos comunistas:

“Fizemos várias demonstrações de rua, puxamos o proletariado das fábricas com bandeiras vermelhas. Isso deixou o Oswaldo Aranha, uma espécie de substituto do Getúlio Vargas, alarmado. Para acabar com aquilo, um oficial veio me procurar, a mando do Oswaldo Aranha, para um entendimento. Oswaldo Aranha, um sujeito muito insinuante, me disse: 'Como é, Plínio? Nós estamos aqui em frente única e você está querendo rompê-la? Que história é essa?'. E eu respondi: 'Nós não somos da frente única, somos contrários a ela, e contrários aos outros também. Não somos só contra a frente única, somos contra os dois. Não há por que falar na frente única, portanto'. [...] Na conversa, Oswaldo Aranha insistiu: 'Mas você precisa estar em combinação conosco, Plínio'. E insinuou uma hipótese de suborno. Nesse meio tempo ele disse que eu era um bolchevique e ele, um menchevique. Concluí, então: 'É por isso mesmo que não temos possibilidade de trabalhar em comum'.”⁴¹

Perante a recusa de Plínio Mello em apoiar a Aliança Liberal, rejeitando inclusive uma insinuação de suborno, quinze dias antes das eleições vários comunistas foram presos, retirados da cidade e “barbaramente espancados”.⁴²

“[...] Valendo-se da Frente Única que conseguiram impor ao povo gaúcho, comprando jornais e cerceando completamente a liberdade de seus adversários, seqüestraram nas vésperas das eleições de março, os principais militantes operários de Porto Alegre, assim como alguns propagandistas da candidatura Júlio Prestes. E depois de espancar barbaramente aqueles, isto é, todos nós, militantes operários, e de nos conservarem presos durante quase um mês - alguns assim permaneceram durante mais de dois meses! -, deportaram-nos também: os brasileiros, para outras regiões do país, e os estrangeiros, para fora do Brasil”.⁴³

Mesmo com a unificação das elites políticas gaúchas, a importância da classe trabalhadora no processo eleitoral era muito grande, devido ao fato, já salientado anteriormente, de Getúlio Vargas precisar de uma votação muito expressiva no

⁴⁰ Getúlio Vargas havia se afastado do comando do governo estadual por causa das eleições, sendo substituído pelo seu secretário do interior Oswaldo Aranha.

⁴¹ MELLO, Plínio. Memória: entrevista com Plínio Mello...Op. Cit.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

estado para sua candidatura ter mínimas condições de obter sucesso. Por isso, primeiramente a postura de tolerância com as associações a atividades conduzidas pelos comunistas organizados em torno do BOC e da CRT. Contudo, em um segundo momento, com a crescente perspectiva política destes movimentos, mediante um discurso com forte apelo revolucionário, a preocupação com a participação dos comunistas no pleito aumentou, sendo visto a partir de então como perigoso. Portanto, a saída seria retirá-los da disputa, mesmo que fosse preciso usar a violência.

Além disso, como foi mencionado, os comunistas sempre fizeram oposição ferrenha a Getúlio Vargas. Inclusive, conforme o depoimento de Eloy Martins, somente o grupo dirigente do PCB no Rio Grande do Sul tinha essa posição contrária a Getúlio, já que a classe trabalhadora, de maneira geral, o apoiava:

“No Rio Grande do Sul havia uma enorme contradição, as massas eram getulistas e prestistas, somente os comunistas dirigentes tinham posições firmes contra Vargas, os elementos fracos politicamente, como eu, achavam que o movimento de 30 favorecia aos trabalhadores. Getúlio reagia aos ataques dos comunistas perseguindo-os por todos os meios possíveis”.⁴⁴

Por mais que os comunistas pretendessem colocar a classe trabalhadora contra Getúlio Vargas, segundo Eloy Martins praticamente ninguém estava seguindo o discurso do Partido. Ou seja, mesmo que os comunistas defendessem que o "Partido Comunista é o único partido operário que verdadeiramente representa os reais interesses e as aspirações totais da classe operária"⁴⁵ e, também postulassem ser o único em condições de operar uma transformação mais radical da sociedade, Partido e classe não são a mesma coisa e não podemos confundi-los um com outro. Caso contrário, poderíamos acreditar que o peso da repercussão da proposta da Aliança Liberal entre os trabalhadores teria sido pequeno, por conta da rejeição do grupo comunista.

⁴⁴ MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit. p. 35.

⁴⁵ Carta Aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político Proletário do Distrito Federal, ao Centro Político dos Chauffers, ao Partido Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói, 1927 apud CARONE, Edgard. *O PCB I ...* Op. Cit, p.66.

4.3 Congresso Regional da CRT e a confirmação da linha da luta de classes

Em dezembro de 1929, a CRT, vislumbrando a realização de seu Congresso Regional em janeiro do ano seguinte, reúne por duas vezes o Conselho Confederal,⁴⁶ preparando o terreno para a divulgação do encontro. Na primeira destas reuniões, foi discutida a situação dos sindicatos das cidades do interior do Rio Grande do Sul, mediante relato dos representantes destas entidades. O objetivo da CRT era tomar conhecimento de todas as organizações sindicais gaúchas e das condições em que se encontravam para que a investida nos sindicatos do interior tivesse mais chances de obter êxito. Também interessava ao BOC, porque sua forma de filiação havia mudado: de individuais passou a aceitar somente filiações de entidades coletivas. Eram informações que interessavam evidentemente às outras associações comunistas, porque dessa forma conheceriam a situação do movimento operário e sindical no interior do estado, facilitando o trabalho de ampliação do raio de ação política que ainda era muito restrito a poucas cidades.

Convém lembrar que os anarquistas, ou pelo menos uma parcela importante dos já poucos adeptos da corrente, haviam decidido abandonar o sindicalismo, pelos limites que demonstrara na sua capacidade de luta, segundo avaliação de alguns militantes libertários. Portanto, a saída encontrada por estes mesmos militantes foi a retirada da luta no terreno sindical em proveito da ação doutrinária apenas, salvo, como diziam, em “ocasiões especiais”. Dessa forma, acreditavam que o anarquismo conseguiria obter o vigor de épocas passadas. Contudo, o que se observa é que essa opção imergiu o anarquismo em um profundo refluxo, facilitando o trabalho dos comunistas, pois estes ficaram praticamente sem oponentes neste meio, ainda mais que os socialistas também não atravessavam um bom momento em toda a década de vinte.

Ainda no mês de dezembro, alguns sindicatos da capital realizaram suas reuniões internas (União dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica; União dos Trabalhadores Gráficos; União dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e

⁴⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º de dezembro de 1929, p. 9. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de dezembro de 1929, p. 9.

Anexos; Associação Protetora dos Trabalhadores em Calçados, Couros e Peles; União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos e União dos Trabalhadores na Metalurgia e Construção Naval),⁴⁷ provavelmente como resultado da preparação do Congresso Regional da CRT e da participação no último comício do BOC do ano, realizado no dia 29, na Praça Montevideu, para fazer propaganda dos candidatos às eleições.⁴⁸ Em janeiro continuaram as reuniões sindicais para ser discutida a preparação do Congresso, inclusive no interior do estado.⁴⁹

Os dirigentes da Confederação Regional do Trabalho efetuaram uma série de visitas às entidades sindicais do interior do Rio Grande do Sul, a fim de promover o Congresso Operário Regional. Diversas cidades, como Rio Grande, Bagé,⁵⁰ Passo Fundo,⁵¹ Cruz Alta,⁵² Santa Maria, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Taquara e Montenegro, entre outras, tiveram seus sindicatos e confederações sindicais visitados por integrantes da direção da entidade. Como o BOC estava concentrado em poucas cidades, sobretudo em Porto Alegre e Pelotas, a visita de representantes da CRT a localidades do interior denotava o interesse comunista em ampliar o seu raio de ação política no estado, ou seja, penetrar em localidades em que os comunistas não tivessem núcleos organizados.

Como será demonstrado a seguir, com essa propaganda nas cidades do interior, que tinha como objetivo mobilizar os trabalhadores, conhecer a realidade em que se encontrava o movimento sindical gaúcho e assentar as bases para ampliar as zonas de influência dos comunistas, foram obtidos alguns frutos positivos, pois, considerando as dificuldades de organização, financeira e de deslocamento, a participação de entidades de fora do eixo Porto Alegre/Pelotas no Congresso foi significativa.

⁴⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 de dezembro de 1929, p. 9. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 de dezembro de 1929, p. 9. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de dezembro de 1929, p. 14.

⁴⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 de dezembro de 1929, p. 9. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1929, p. 5.

⁴⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1930, p. 9.

⁵⁰ *Opinião Pública*, Pelotas, 30 de novembro de 1929, p. 4. (BPP).

⁵¹ *O Nacional*, Passo Fundo, 8 de janeiro de 1930, p. 2. (AHR).

⁵² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de janeiro de 1930, p. 8.

O Congresso Operário Regional da CRT foi realizado em Porto Alegre, entre 18 e 21 de janeiro de 1930. O encontro tinha como um de seus objetivos divulgar o trabalho da CRT em todo o Rio Grande do Sul, de modo que o alcance de sua intervenção política fosse ampliado para além de Porto Alegre e de Pelotas, buscando estabelecer definitivamente a hegemonia sobre o movimento operário e sindical gaúcho, aproveitando o vácuo político deixado pelo abandono do sindicalismo pelos anarquistas e pelo recuo acentuado dos socialistas. Também pretendia mobilizar a classe trabalhadora, pois paralelo às atividades de divulgação do Congresso seria necessário que os sindicatos se reunissem para discutir se participariam ou não, como ocorreria a participação, quem representaria a entidade, entre outras questões. Ou seja, fazia com que a “massa” trabalhadora do Rio Grande do Sul se mobilizasse sob a condução do Bloco Operário e Camponês.

De certa maneira, o objetivo foi alcançado, pois estiveram presentes delegados das entidades sindicais de Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Taquara e Montenegro, demonstrando, como indiquei antes, uma participação expressiva, nas circunstâncias da época, das organizações do interior do estado, levando em consideração as dificuldades para se fazer representar e o relativo pouco tempo de divulgação do Congresso. Além de sindicatos, participaram as associações comunistas: BOC, Comitê de Mulheres Trabalhadoras e Centro de Juventude Proletária, entre outras,⁵³ o que evidenciava que o Congresso não era somente voltado ao meio sindical, como o próprio nome do encontro indicava. Ou seja, tinha um caráter um pouco mais amplo do que um evento sindicalista, pois contava com organizações operárias que atuavam juntamente com os sindicatos.

A pauta de discussões do Congresso foi a seguinte: leitura do relatório da Comissão Executiva; informes dos representantes das cidades do interior; questão de horas de trabalho e salários; programa de reivindicações imediatas; organização dos trabalhadores agrícolas; organização da juventude e mulheres trabalhadoras;

⁵³ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1930, p. 12.

estatutos e modificação do nome do organismo regional; eleição do Conselho Confederal e Comissão Executiva; assuntos vários.⁵⁴

Mediante o exame dos pontos incluídos na pauta de discussões do Congresso, é possível tirar algumas conclusões. Como já apontei em outra ocasião, os informes dos representantes das entidades do interior do estado tinham por objetivo demonstrar o patamar de organização em que o movimento operário e sindical gaúcho se encontrava. Dessa forma, poderiam ser definidas prioridades de ação referentes a algum sindicato ou a uma cidade considerados como importantes. Com relação à defesa das oito horas de trabalho e aumento de salários, se podem perceber duas coisas óbvias: a jornada de trabalho da classe trabalhadora praticada nas empresas ainda era extensa e os salários continuavam muito baixos. Há alguns anos estas duas questões eram reivindicadas de modo recorrente pelos trabalhadores, sendo, inclusive, a motivo da deflagração de inúmeras greves.⁵⁵ Portanto, a presença deste tema na pauta de discussões do Congresso indicava se tratar de uma questão prioritária para o movimento operário.

Outra questão a ser discutida referia-se à organização dos trabalhadores rurais, que até o momento não haviam recebido atenção por parte dos comunistas. O trabalho com os camponeses se resumia a constar seu nome na sigla do BOC, que fora alvo de muitas críticas internas por não avançar neste ponto. Portanto, era uma questão preocupante para o BOC e a CRT, que tinham o objetivo de penetrar entre os trabalhadores rurais, maioria dos trabalhadores no Brasil e no Rio Grande do Sul. Ou seja, como a maior parte da classe trabalhadora no país estava no campo, e ainda em uma proporção um pouco maior no estado, a atuação dos comunistas ficando restrita aos grandes centros urbanos, deixava de incluir os camponeses na política do PCB.⁵⁶

⁵⁴ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1930, p. 5.

⁵⁵ Sobre as greves, consultar o capítulo anterior.

⁵⁶ Dados do Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul indicam a existência de apenas três cidades com mais de noventa mil habitantes, Porto Alegre (260.000), Passo Fundo (96.000) e Pelotas (92.500), em um universo de 2.612.500 habitantes em todo o estado. Embora, seja conveniente salientar a possível não exatidão dos números apresentados em virtude dos precários métodos do censo do período. *O Nacional*, Passo Fundo, 23 de abril de 1929, p. 1. (AHR).

O Congresso Operário Regional, segundo relato do *Diário de Notícias*, contou com a participação de todas as associações proletárias da capital e do interior do estado, o que obviamente era um exagero. Provavelmente a reportagem se baseou nos relatos “otimistas” feitos pelos organizadores durante o Congresso, que superestimavam as dimensões do encontro.

Afirmações como as que foram feitas pelo *Diário* não se sustentam basicamente por três motivos. Primeiro, o anarquismo ainda exercia um peso sobre algumas entidades operárias na capital e, da mesma forma, ou até mesmo em uma proporção maior, no interior. Segundo, os tradicionais problemas financeiros das entidades impossibilitavam o deslocamento de um número mais expressivo de delegados à capital. Por fim, havia outras correntes de opinião no interior do movimento operário e sindical além de comunistas, anarquistas e socialistas, e que poderiam simplesmente não desejar participar do Congresso, por discordar da política da CRT e do BOC. Afora isso, algumas cidades com movimento operário e sindical organizado não participaram do encontro.⁵⁷

Logo após a abertura do Congresso, foi escolhida a mesa diretora para a condução dos trabalhos, composta por Pelayo Gil Ribas, Plínio Mello, Dolores Robles, Felipe Garcia⁵⁸ e Mário Flores. Em seguida, foi passada a palavra para o representante do BOC, Plínio Mello. Em sua intervenção, primeiramente enfatizou as péssimas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora do Brasil e do Rio Grande do Sul decorrente da crise econômica que assolava o país, cuja natureza estava nas próprias contradições do capitalismo. Logo a seguir começou a atacar a disputa entre o imperialismo inglês e o norte-americano. Em relação à Aliança Liberal, que unia a elite política do estado, Mello afirmou que o objetivo era “afastar as massas da luta revolucionária pela sua libertação” e, portanto, não caberia outro posicionamento no processo eleitoral vindouro que não fosse o das candidaturas próprias do BOC. Também salientou que somente a “revolução agrária e

⁵⁷ A Sociedade Operária Beneficente de Passo Fundo foi visitada por Pelayo Gil Ribas, mas não enviou nenhum delegado ao Congresso Regional. A cidade de Rio Grande, que contava com sindicatos organizados e com a Sociedade União Operária, não enviou nenhum representante também. As razões para o não envio de delegação são desconhecidas.

⁵⁸ Na reportagem consta como sendo Garova o sobrenome de Felipe. Contudo, acredito que a grafia correta seja Garcia, representante da entidade de Santa Maria, que havia participado das comemorações do sete de novembro em Porto Alegre.

antiimperialista poderá libertar as massas da situação aflitiva em que se encontram”. Acusou, ainda, os liberais de rumarem para o fascismo, embora dissessem o contrário.⁵⁹

Dessa maneira, Plínio Mello expressava uma opinião extremamente hostil em relação à Aliança Liberal, o que, certamente, gerou desconforto entre as lideranças da elite política gaúcha, ao ensejar perigosamente, um forte motivo para entrar em conflito aberto contra os partidos tradicionais do Rio Grande do Sul. Aliás, mais um, pois os comunistas já faziam firme oposição a Getúlio Vargas. Além disso, rompia-se definitivamente com qualquer esperança, mesmo mínima que fosse, por parte da Aliança Liberal, de ter os comunistas como aliados nas eleições de março de 1930, pois dessa forma seria mais fácil Vargas obter a completa hegemonia na disputa eleitoral em seu próprio estado.

Após Plínio Mello, vários representantes de entidades sindicais fizeram uso da palavra. O Congresso Operário Regional da Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul encerrou no dia 21 de janeiro, coincidindo com o aniversário da formação da Comissão Nacional Pró-Confederação Geral do Trabalho do Brasil e também com o quinto aniversário da morte de Lênin. Ao final do encontro, os congressistas realizaram uma passeata pelas ruas de Porto Alegre para comemorar a data, culminando com um comício no centro da cidade.⁶⁰

A passeata foi estruturada de forma bastante semelhante à do 7 de novembro, com várias alas, uma para cada associação, todas geometricamente alinhadas. Como era tradicional, trabalhadores traziam bandeiras aludindo às respectivas associações ou contendo palavras de ordem à frente de cada ala. A passeata saiu de dois pontos diferentes de concentração, o primeiro na Praça Rui Barbosa e o segundo no Parque Farroupilha, reunindo-se na Rua dos Andradas de onde prosseguiram até o local do comício, no qual foi criado o Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo,⁶¹ cuja atuação será examinada mais detidamente adiante.

⁵⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1930, p. 12.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 12.

⁶¹ *Opinião Pública*, Pelotas, 27 de janeiro de 1930, p. 4. (BPP).

Paralelamente a esta passeata em Porto Alegre, em Pelotas o BOC e o PCB realizaram um comício na sede da Federação do Trabalho de Pelotas, para homenagear a memória de Lênin. Contudo, os detalhes dessa atividade são desconhecidos.⁶²

4.4 Às armas...

4.4.1 *Um novo rumo político para os comunistas: o esquerdismo*

Após a prisão de Pelayo Gil Ribas durante a greve na Carris, em solidariedade a Leovegildo Paiva, a polícia organizou uma dura perseguição aos comunistas na capital. O delegado Dario Barbosa incumbiu alguns agentes da missão de se infiltrarem no movimento operário e sindical disfarçados de trabalhadores, para descobrir e prender as principais lideranças comunistas. Esses espiões participaram de diversas reuniões promovidas pela CRT e pelo BOC, conseguindo identificar vários militantes do Partido. O resultado dessas ações foi a prisão e a deportação para o Rio de Janeiro de um dos mais importantes membros do PCB, Hersch Schechter, impingindo um duro golpe aos comunistas, porque este era um dos principais responsáveis pelo crescimento da ação política da Confederação Regional do Trabalho.

O PCB no Rio Grande do Sul foi abalado pela deportação de Schechter, um dos seus mais proeminentes militantes. Portanto, para substituí-lo a Comissão Central Executiva enviou ao estado, em outubro de 1929, Marcos Piatigowski, militante do PC desde 1928,⁶³ que atuava naquele momento no Rio de Janeiro para ser o novo secretário-geral do Comitê Regional, passando a ser encarregado da direção e controle do Partido no estado.⁶⁴ Piatigowski tinha a incumbência de

⁶² *Opinião Pública*, Pelotas, 21 de janeiro de 1930, p. 1. (BPP).

⁶³ O alfaiate estrangeiro **Marcos Piatigowski**, de codinome “Jeca”, era casado com a costureira **Hilda Piatigowski**, membro da Federação da Juventude Comunista do Brasil desde 1927 e membro do Comitê de Mulheres Trabalhadoras, com quem tinha um filho pequeno. Era irmão de **Leon Piatigowski**. In: Carta de Marcos Piatigowski para o Secretariado Latino-Americano da IC. Paris, 26 de julho de 1930. (RGASPI).

⁶⁴ Pablo Osório [Plínio Gomes de Mello]. La situación en el Rio Grande do Sul y la actuación del P.C.B. en esa región. Buenos Aires, maio 1930, p. 4. (ASMOB).

“[...] se encontrar com Plínio Mello para orientá-lo sobre a nova linha política, preconizando que o partido mantivesse o operariado em constante agitação e organizasse grupos de defesa dos comícios, de modo a se preparar para, no cenário da luta política entre as oligarquias, evoluir pra a luta armada, ‘aproveitar a oportunidade para lançar-se à frente das massas e conseguir diversas reivindicações sociais, transformando a guerra civil em uma revolução agrária e antiimperialista’ ”.⁶⁵

Essas novas diretrizes que Piatigoski trazia na bagagem que tinha missão de implementar no Comitê Regional do Rio Grande do Sul, estavam relacionadas com os rumos do movimento comunista internacional. Após o VI Congresso da IC, uma violenta luta interna estava se desenvolvendo no núcleo dirigente do Partido Comunista da União Soviética (bolchevique) entre Stálin e Bukharin. Tal disputa teve implicações para a rota política da III Internacional. Paulo Sérgio Pinheiro observa que

“Depois da introdução da coletivização e do primeiro Plano Quinquenal, Stalin tinha necessidade, mais talvez por insegurança do que pelo acertado de suas análises, de expurgar dos partidos e dos grupos dirigentes quem quer que pudesse contestar a brutalidade dos seus métodos e a sabedoria de suas opções”.⁶⁶

Não é sem motivo que vários membros da Comissão Executiva da Internacional Comunista, como Bukharin (até então o maior expoente da IC) e Jules Humbert-Droz (responsável pelo Secretariado Sul-Americano), são substituídos da direção por membros de menor prestígio e de maior afinidade com Stálin. Esse processo de substituições de dirigentes aconteceu em vários partidos comunistas.

O X Pleno da Comissão Executiva da Internacional Comunista, realizado entre 3 e 19 de julho de 1929 em Moscou, ocorreu já inteiramente coadunado com as novas diretrizes stalinistas para a conjuntura internacional. O X Pleno colocaria em relevo o entendimento de Stálin sobre o “terceiro período”, visto como uma nova forma de estabilização capitalista, que seria associada a uma agudização das contradições internas do regime e, por conseguinte, traria uma nova onda revolucionária. Isso fez com que a tática de “classe contra classe” fosse intensificada. Também fortaleceu a vinculação da social-democracia com o fascismo,

⁶⁵ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...* Op. Cit., p. 297.

⁶⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão...* Op. Cit., p. 200.

adjetivando-a pejorativamente como “social-fascista” e difundiu esta associação para todas as seções nacionais.⁶⁷

Os reflexos dessa reorientação na rota da IC chegaram ao Brasil em setembro de 1929, quando o Secretariado Sul-Americano, em total consonância com as deliberações do X Pleno, enviou uma “Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos da direita”. O documento enfatizava, entre outras coisas, a “superestimação das possibilidades revolucionárias da burguesia e da pequena burguesia e, pelo contrário, a subestimação do caráter semicolonial desta região e do conteúdo agrário do movimento”.⁶⁸ Além disso, reforçava a necessidade da direção do partido ter militantes proletários. Estava aberto, então, o caminho para uma inflexão esquerdista e para a “proletarização”.

A “proletarização” consistiu em afastar da direção do Partido os indivíduos de origem intelectual, substituindo-os por operários, os quais eram elevados ao cargo de dirigentes, independentemente de sua capacidade teórica, condição e disponibilidade de militância (foi tão ampla que até Astrogildo Pereira acabou sendo expulso, sendo vítima do que ele mesmo havia implementado). Leôncio Basbaum observa que essa política provocou uma instabilidade no Comitê Central do PCB, devido à constante substituição de dirigentes, pois muitos deles não tinham as menores condições para exercerem uma cargo de direção.⁶⁹ Segundo Marco Aurélio Garcia, o Partido foi modificado completamente:

“[...] Pelas inflexões de sua política e metamorfoses orgânicas por que passa entre 1930 e 1934-1935, seria difícil estabelecer efetivamente uma linha de continuidade entre os dois partidos que se encontram na extremidade desses cinco anos, a menos que se aceite a boutade (Lucien Goldmann) da faca de Janot que trocava o cabo e depois a lâmina, mas permanecia sempre a mesma...”⁷⁰

Em outubro de 1929, o PCB realizou o III Pleno do Comitê Central. As deliberações desta reunião alteraram substancialmente a rota política do Partido,

⁶⁷ Ibidem, p. 201-202.

⁶⁸ DEL ROIO, Marcos. Os comunistas... Op. Cit., p. 38.

⁶⁹ BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida...* Op. Cit., p. 76-77. Do mesmo autor ver também: BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1889 a 1930*. vol. 2. 4 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

⁷⁰ GARCIA, Marcos Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira... Op. Cit., p. 208.

principalmente ao concluir que havia a “subestimação da situação objetivamente revolucionária do país e das forças do partido”.⁷¹ Ou seja, constatara que o Brasil havia passado de um “período pré-revolucionário” para uma “situação objetivamente revolucionária”, o que era um nítido reflexo produzido pelas diretrizes emanadas pelo X Pleno da Comissão Executiva da IC e pela “Carta aberta” do Secretariado Sul-Americano. Esse novo rumo iria produzir uma inflexão à esquerda e fortalecer tendências “extremistas” no Partido.⁷²

Segundo Karepovs

“[...] o principal foco de ação dos comunistas foi deslocado do BOC, a quem restou apenas papel de fachada eleitoral, para o PCB. Os comunistas, imbuídos da lógica do “Terceiro Período” e convencidos da inevitabilidade de um processo revolucionário, acreditavam que lhes caberia conduzir diretamente esse processo, sem a necessidade de órgãos auxiliares como o BOC, a quem caberia, como vimos, apenas apresentar candidatos e agitar palavras de ordem”.⁷³

Contudo, parece que esse comentário não se aplica ao Rio Grande do Sul, onde até fevereiro de 1930, tanto o BOC quanto às associações dirigidas pelos comunistas, terão maior importância do que o PCB para a ação política comunista no estado. E essa relevância provavelmente não se estendeu por mais tempo em virtude da repressão que desarticulou toda a estrutura organizativa comunista na região, como veremos adiante.

Após a chegada de Piatigoski, essa nova rota, a “proletarização”, foi sendo implementada no Comitê Regional. Logo em seguida, foi colocada em prática a nova forma de organização do BOC, aprovada no Congresso da entidade realizado em novembro de 1929 no Rio de Janeiro: as filiações coletivas. Esta foi uma diretriz que tinha por objetivo ampliar a quantidade de militantes do órgão e aumentar a influência na classe trabalhadora. A partir de então, foi desenvolvida uma ofensiva rumo às entidades sindicais, com as quais se promoveu uma série de atividades (reuniões, comícios, passeatas) visando à máxima adesão por parte dos sindicatos. Nesse ínterim, estavam sendo efetuadas as reuniões sindicais de preparação do

⁷¹ O III Pleno do C.C. (outubro de 1929). Apud CARONE, Edgard. *O PCB I...* Op. Cit., p. 81.

⁷² DEL ROIO, Marcos. *O impacto da Revolução Russa...* Op. Cit., p. 100.

⁷³ KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil...* Op. Cit., p. 568.

Congresso Operário Regional do CRT, examinadas anteriormente. Ou seja, os membros do Partido aproveitaram a realização do Congresso e a grande agitação operária do momento para efetivar suas novas orientações para o movimento operário e sindical.

Do ponto-de-vista do objetivo das filiações em massa, os resultados obtidos pelos comunistas foram extremamente significativos, pois o seu quadro de filiados aumentou de maneira bastante expressiva: conforme indiquei anteriormente, em janeiro de 1930 o BOC havia passado de quarenta para quatrocentos militantes.⁷⁴ Ou seja, obteve um crescimento de 900% e em um período de tempo bastante curto, embora o aumento numérico, mesmo tão vertiginoso, possa não ser muito consistente.

Em outros momentos deste mesmo texto já salientei o fato de existir diferenças de níveis de engajamento entre os militantes de uma organização. Portanto, um crescimento tão expressivo como o do BOC, provavelmente, tenha comportado uma gama considerável de meros aderentes, sem uma vinculação mais orgânica com a entidade ou com o comunismo. Além disso, a cultura política associativa existente no Rio Grande do Sul,⁷⁵ fazia com que os trabalhadores se engajassem em associações políticas que havia no estado, o que teria facilitado o grande crescimento do número de ativistas do BOC na virada de 1929 para 1930.

Neste mesmo período, as novas orientações trazidas por Piatigoski resultaram em uma inflexão acentuada na rota política do BOC. Com isso, as associações dirigidas pelos comunistas intensificaram as atividades de agitação operária e o discurso revolucionário se extremou, embora tivesse pouco respaldo na realidade para ser posto em prática. A influência das novas diretrizes esquerdizantes da Internacional Comunista, que chegavam ao país naquele momento, era nítida na postura que passou a ser adotada pelos comunistas no Rio Grande do Sul.

⁷⁴ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária...* Op. Cit., p. 177.

⁷⁵ Cf. PACHECO, Ricardo de Aguiar. *A vaga sombra do poder...* Op. Cit.

4.4.2 A suposta intervenção federal e a requisição de armas

Essa política de extrema agitação da classe trabalhadora, implementada por Piatigoski, começou a tomar corpo de maneira mais visível no final do Congresso Operário Regional, quando foi realizada uma passeata seguida por um comício no centro de Porto Alegre e criada mais uma associação política por conta dos rumores que estavam circulando. Tinham sido publicadas na imprensa gaúcha e de outras localidades do Brasil notícias sobre uma suposta intervenção do governo federal no Rio Grande do Sul. Os rumores surgiram após a movimentação de tropas federais na fronteira norte do estado, depois que foi criada a Aliança Liberal e Vargas ter lançado sua candidatura à presidência.⁷⁶

Independentemente da veracidade dos rumores, a intervenção do governo federal nos estados era um temor bastante recorrente durante a Primeira República.⁷⁷ Portanto, a reação no Rio Grande do Sul a esse boato foi tamanha, que acabou culminando com a criação de duas associações para combater a suposta interferência do governo federal, as quais organizaram núcleos em várias cidades do estado. A primeira, as Ligas Anti-Intervencionistas, influenciadas pelos membros da Aliança Liberal, eram “destinadas a opor resistência à dita intervenção do governo federal”. A segunda, o Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo, organizado pelos comunistas, veio para não perder espaço para as Ligas.

“Logico es que nuestro partido no podía quedar indiferente a este movimiento. En reunión del C. [Comité] R. [Regional] fue estudiado el problema evidenciándose todo el peligro que la fundación de esas ‘ligas’ representaba para nuestro movimiento, principalmente por su carácter prefascista. Para evitar esse peligro, hemos resuelto tomar la iniciativa inmediata de la organización de ‘comités de operarios y campesinos de lucha contra la intervención’ “.⁷⁸

Não existem muitas referências na imprensa sobre a Liga Anti-Intervencionista e a atuação de seus núcleos no Rio Grande do Sul. Algumas das principais

⁷⁶ Pablo Osório [Plínio Gomes de Mello]. La situación en el Rio Grande do Sul y la actuación del P.C.B. en esa región. Buenos Aires, maio 1930, p. 5. (ASMOB).

⁷⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias...* Op. Cit., p. 319.

⁷⁸ Pablo Osório [Plínio Gomes de Mello]. La situación en el Rio Grande do Sul y la actuación del P.C.B. en esa región. Buenos Aires, maio 1930, p. 5. (ASMOB).

informações a seu respeito são provenientes dos comunistas, o que torna a versão muito parcial. Eram por eles acusadas de pregar o separatismo como solução para enfrentar o problema da suposta intervenção e, além disso, ter finalidade fascista. São questões que não podem ser confirmadas por causa da insuficiência de fontes referentes à sua ação política no estado.

“Os nossos comitês são com a finalidade de combater a intervenção e o separatismo, as Ligas Anti-Intervencionistas são só contra a intervenção. Os nossos comitês lutam contra o fascismo e as Ligas Anti-Intervencionistas são de finalidade fascista; nossos comitês lutam contra o imperialismo e as Ligas Anti-Intervencionistas dos ‘liberais’ não lutam contra o imperialismo e tem finalidade eleitoralícia. [...] As Ligas Anti-Intervencionistas irão até o separatismo, que quer dizer a divisão dos trabalhadores do Brasil e conseqüentemente o enfraquecimento de suas organizações de lutas de classe”.⁷⁹

Assim que as Ligas foram criadas, a situação foi discutida pelos comunistas em uma assembléia de ativistas, na qual se manifestaram quatro posições distintas sobre as diretrizes a serem tomadas: a primeira, preconizava o apoio público do BOC e da CRT e a inserção destes no interior das Ligas para ganhar a hegemonia do movimento; a segunda, enfatizava que ao mesmo tempo em que as Ligas deveriam ser combatidas, deveriam penetrar em seu interior para conquistá-las; a terceira posição recomendava o combate das Ligas criadas pelos aliancistas, mediante a criação de ligas antiintervencionistas de operários e camponeses; por fim, o Comitê Regional defendia a criação de Comitês de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo.

“[...] no solamente como organización independiente de las masas laboriosos, [sic] sino también como organización de lucha contras as ligas antiintervencionistas, acentuando aun las necesidades de penetrar en las mismas para desorganizarlas y conquistar a las masas para nuestros ‘comités de lucha’ “. ⁸⁰

Aparentemente a divisão de opiniões não teve implicações maiores e após longa discussão foi aprovada de modo unânime a posição apregoada pelo Comitê Regional do BOC: criar Comitês de Operários e Camponeses de Luta Contra a

⁷⁹ *Opinião Pública*, Pelotas, 27 de janeiro de 1930, p. 4. (BPP).

⁸⁰ Pablo Osório [Plínio Gomes de Mello]. La situación en el Rio Grande do Sul y la actuación del P.C.B. en esa región. Buenos Aires, maio 1930, p. 5. (ASMOB).

Intervenção Federal e o Separatismo,⁸¹ lançados oficialmente durante o encerramento do Congresso Operário Regional da Confederação Regional do Trabalho. O Comitê pretendia organizar subcomitês nas cidades, locais de trabalho e de moradia, preparando a realização de uma conferência estadual em Porto Alegre, no dia 18 de fevereiro, a qual culminaria com uma grande demonstração de rua dois dias depois, em que se esperava o comparecimento de cerca de dez mil trabalhadores.⁸² Com a formação dessa associação, o discurso esquerdista dos comunistas, que vinha sendo radicalizado progressivamente, foi intensificado, chegando, em matéria veiculada no jornal *Opinião Pública*, a exigir armas para “realizar a sua defesa contra a intervenção federal”.⁸³

É possível imaginar que com tal declaração os comunistas tenham atraído para si as atenções da elite política gaúcha. A exigência de armas para defender o Rio Grande do Sul de uma suposta intervenção do governo federal, mesmo sendo muito mais um discurso esquerdista do que propriamente um projeto real de armar a classe trabalhadora (embora fosse recomendado pela IC), provavelmente tenha despertado preocupação na elite política estadual em virtude do caráter extremado dessas declarações.

Em relação à atuação do Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo ela ocorreu efetivamente, de acordo com o que foi noticiado na imprensa, em Porto Alegre e Pelotas. Em Rio Grande não há nenhuma indicação da existência de um núcleo do Comitê. Em Caxias do Sul foi criado um núcleo com a adesão de cerca de trinta operários, após uma visita de Plínio Mello à cidade em nome do Bloco Operário e Camponês.⁸⁴ Nesta mesma visita, o BOC realizou um comício em uma praça com a presença de operários e colonos. Segundo o jornal *Correio do Povo*, mais de mil trabalhadores urbanos e rurais apoiaram publicamente o programa do BOC (ANEXO D) e filiaram-se na

⁸¹ *Ibidem*, p. 5.

⁸² *Opinião Pública*, Pelotas, 27 de janeiro de 1930, p. 4. (BPP).

⁸³ *Ibidem*, p. 4.

⁸⁴ Além de Caxias do Sul, estava planejada a visita a Novo Hamburgo, Taquara, São Leopoldo e outras. Mas não existe nenhuma informação a respeito.

entidade,⁸⁵ o que é bastante interessante, pois até aquele momento não havia nenhuma inserção dos comunistas entre os camponeses no Rio Grande do Sul e ínfima no restante do Brasil. Isso era mais uma indicação do empenho dos comunistas em ampliar o seu número de membros, principalmente no interior do estado, e dos resultados relativamente satisfatórios que estavam alcançando na região.

Contudo, não existem indícios de uma atuação mais presente dos comunistas entre os trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul e provavelmente a inserção entre eles tenha se resumido a essas filiações. Além disso, a repressão policial começou a agir logo em seguida, conforme veremos, fazendo com que não houvesse tempo para se desenvolver praticamente nada, terminando com qualquer expectativa de trabalho do BOC entre os camponeses.

Voltando a examinar a atuação do Comitê, ela não diferiu em grande medida das outras associações comunistas. Ou seja, primava pela promoção de reuniões públicas, comícios e passeatas, sempre priorizando as atividades de mobilização. O objetivo era desenvolver um intenso trabalho de agitação da classe trabalhadora em todo o estado, preparando ao mesmo tempo a realização de um Congresso Regional dos Comitês locais em Porto Alegre, no início da segunda quinzena de fevereiro de 1930, “que culminará com uma grande demonstração de rua no dia 20, em que deverão comparecer 10 mil trabalhadores, exigindo armas para operários e camponeses”.⁸⁶

Em Pelotas, durante o comício realizado pelo Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo, na Praça da Matriz, em 31 de janeiro de 1930, graves incidentes impediram que a atividade tivesse um andamento tranqüilo, precipitando o seu fim. Enquanto os membros do Comitê faziam suas intervenções, um grupo de pessoas não identificadas começou a lançar provocações aos participantes, terminando em uma grande pancadaria

⁸⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1930, p. 8. Segundo o jornal *Caxias*, Caxias do Sul, 13 de fevereiro de 1930, p. 2. (AHMJSA), o comício teve poucos participantes e não menciona a criação de núcleos do BOC ou do Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo.

⁸⁶ *Opinião Pública*, Pelotas, 27 de janeiro de 1930, p. 4. (BPP).

(inclusive tiros foram disparados). Um dos provocadores tentou impedir uma pessoa de falar e nesse momento a polícia interveio, espancando os comunistas. O militante Ildfonso Avendano e sua esposa ficaram com vários hematomas no corpo em decorrência das agressões.⁸⁷

A partir desse momento, passou a figurar nos panfletos distribuídos pelos comunistas na cidade a frase: *Trabalhador não tenhais receio!!*,⁸⁸ o que era uma clara alusão aos atos violentos protagonizados pela polícia em Pelotas por ocasião do comício do Comitê. Também demonstra, com isso, que os trabalhadores provavelmente se amedrontaram, prejudicando a arregimentação de novos militantes e a ação comunista como um todo.

Com a criação do Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo, os comunistas intensificavam o viés esquerdista de seu discurso, uma vez que chegavam a mencionar a intenção de conseguir armas. Embora a aquisição de armamento que mencionavam na imprensa fosse justificada para defender o Rio Grande do Sul de uma provável intervenção por parte do governo federal, era certamente um motivo de preocupação para a elite política gaúcha. Mesmo porque, certamente havia uma razão que estava para além do pretexto da intervenção federal: o real interesse do PCB era armar a classe trabalhadora visando uma futura tentativa de tomada do poder, ainda que estivesse muito longe de efetivá-lo. Portanto, se os comunistas tivessem adquirido armamentos realmente, significaria que um partido que pregava a subversão da ordem estava de posse de material bélico, o que seria extremamente perigoso, principalmente, com o medo que a Revolução Russa de 1917 e o comunismo internacional ainda inspiravam nas elites brasileiras.

4.4.3 O novo alvo dos comunistas: os soldados e sargentos do Exército e da Brigada Militar

O perigo dos comunistas se armarem mudou de um medo por algo que provavelmente não passava de um discurso esquerdista de um grupo de militantes,

⁸⁷ *Opinião Pública*, Pelotas, 1º de fevereiro de 1930, p. 1. (BPP).

⁸⁸ *Opinião Pública*, Pelotas, 19 de fevereiro de 1930, p. 1. (BPP).

para algo próximo de materializar-se, após incidente com soldados em um quartel do Exército e da Brigada Militar em Porto Alegre. A resposta policial, como se observará logo a seguir, foi extremamente dura com os militantes do BOC e do PCB.

O incidente foi o seguinte: o primeiro-tenente do Exército, Napoleão de Alencastro Guimarães, estava de serviço no 7º Batalhão de Caçadores, quando ouviu o diálogo entre Santo Trevisano, “soldado de rancho da segunda companhia” e um civil desconhecido, o qual se encontrava ao lado da janela pelo lado de fora, de onde incitava o praça à rebelião. Dizia a Trevisano “que, num caso de guerra, ou de desordem, ele, soldado, não deveria atirar contra os amotinados, pois que todos eram irmãos, mas deve voltar suas armas contra os oficiais, a quem não deviam obedecer”.⁸⁹ Logo a seguir, o soldado recebeu do indivíduo um exemplar de *A Classe Operária* com a responsabilidade de entregar aos presos políticos que houvesse no quartel.

Ao mesmo tempo, os comunistas distribuíam aos soldados da Brigada Militar o panfleto intitulado: *Pela greve dos soldados*, incitando-os a aderirem ao movimento operário e armá-lo.

“Na caserna, vivemos pior do que os operários! Rancho infame! Soldos miseráveis! Etapas reduzidas! Obediência cega de escravos. E em nossos lares, mulher, mãe, pai, filhos, pobres como nós, a passarem fome. Somos homens e nos tratam como escravos! Somos cidadãos e não podemos votar!
Como acabar com isso? Como conseguiremos os nossos direitos de homens, de cidadãos e de proletários? [...] A nossa salvação está na união com os nossos companheiros de classe, os operários, que nunca se esquecem de nós [...] Preparemos a greve geral e armemos os nossos companheiros de classe, os operários! Viva a vitória da greve dos soldados! Comitê militar de reivindicações dos soldados da Brigada Militar.”⁹⁰

O texto deste panfleto evidencia que os comunistas esperavam armar os operários e, como não é mencionada a intervenção federal, organizar um movimento contra a ordem, embora, saliento novamente, fosse mais um discurso esquerdista,

⁸⁹ Processo de Expulsão de Marcos Piatigoski, Leon Piatigoski, Nicolau Artzvenco, Simão Brodin e Pelayo Gil Ribas. MJNI Caixa IJJ7/172. AN-RJ. Citado por FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...* Op. Cit., p. 293-294.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 294.

sem raízes sólidas nas condições sociais concretas, do que propriamente um planejamento real e em condições de promover uma ação dessa natureza. Contudo, era uma palavra de ordem muito agressiva e trazia o descontentamento e a preocupação da elite política gaúcha.

As notícias referentes à tentativa dos comunistas atuarem entre os soldados do Exército e da Brigada Militar se espalharam nos meios militares e políticos do Brasil inteiro, chegando a ser, de certa forma, um constrangimento para o governo estadual, chefiado interinamente por Oswaldo Aranha. Aranha recebeu vários telegramas informando sobre uma série de manifestações coletivas de indisciplina em vários quartéis da Brigada Militar, em Porto Alegre, inclusive a Escolta Presidencial, para reivindicar aumento de salários aos soldados, que havia sido concedido apenas aos oficiais.⁹¹

As respostas de Aranha procuravam negar a maioria dos acontecimentos e diminuir a importância da indisciplina nos quartéis, já que não “foram constatadas ramificações em outras unidades da Brigada Militar, que se mantém dentro de sua severa disciplina e conhecida lealdade aos poderes constituídos”. Atribuía a responsabilidade do incidente a um pequeno grupo de soldados, três inferiores e dois praças do primeiro batalhão, e já havia sido verificado que mantinham “íntimo contato com elementos comunistas chefiados por um agente russo de nome Marcus Pietergoski (sic), vindo do Rio e que aqui organizou elementos comunistas em combinação com outros do resto do país e do exterior”.⁹² Procurava demonstrar, também, salientando as punições que os soldados envolvidos sofreram, estar fazendo tudo o que lhe dizia respeito para resolver o problema instalado no Exército e na Brigada Militar.

Com um discurso cada vez mais esquerdista e essas ações tão extremadas vindo a público, como foi a reivindicação de armas através da imprensa e a tentativa de se inserirem entre os militares da capital, os comunistas além de facilitarem,

⁹¹ Telegrama de Antonio Carlos a Oswaldo Aranha. Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 1930, p. 1. Arquivo Borges de Medeiros. (IHGRGS).

⁹² Telegrama de Oswaldo Aranha a Washington Luis. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1930, p. 2-3. Arquivo Borges de Medeiros. (IHGRGS).

deram motivo para a repressão policial agir sobre eles. Em outras palavras, acabaram “cavando a própria sepultura”, porque a partir desse momento a situação enfrentada pelos militantes do BOC e do PCB foi de uma implacável perseguição da polícia, até a quase completa dissolução da estrutura organizativa dos comunistas no Rio Grande do Sul, como veremos logo a seguir.

4.5 A repressão policial e o declínio dos comunistas

O surto grevista de 1929 e a intensa agitação dos trabalhadores causaram preocupação no governo estadual de Getúlio Vargas, especialmente pela crescente perspectiva política que o movimento vinha adotando com a constante referência à defesa da aplicabilidade da Lei de Férias, liberdade de organização, à proteção contra acidentes de menores e à candidatura própria do BOC para as eleições de 1930. É provável que, aos olhos dos governantes, eles estariam percebendo a perda do controle do movimento operário, tido como um elemento de peso importante nas contendas entre as elites do poder político gaúcho. No entanto, como Vargas havia conseguido unificar as elites numa Frente Única Gaúcha, a classe trabalhadora perdeu ligeiramente sua posição anterior de “fiel da balança”, surgindo a perspectiva com isso de obter respostas mais duras por parte do governo estadual em relação ao movimento operário, como acabou acontecendo. Segundo Loner

“[...] o surgimento de uma força política operária, disposta a participar no processo eleitoral, disputando votos com os representantes burgueses, rompeu os laços, já frágeis e nem sempre explícitos, entre a oposição libertadora e alguns setores do movimento operário, desencadeando, então, uma repressão mais dura sobre os comunistas do que a sofrida pelos anarquistas anteriormente”.⁹³

Contudo, apenas a participação eleitoral dos comunistas e o não-fechamento do acordo para apoiar a Aliança Liberal, não são suficientes para explicar toda a perseguição policial sobre os militantes do PCB. Isso porque a repressão só começou a agir de maneira sistemática em meados de fevereiro de 1930, ou seja, após as exigências de armas e, principalmente, depois das tentativas de penetração entre militares de Porto Alegre.

⁹³ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...* Op. Cit., p. 382.

A resposta a essas ações mais radicalizadas dos comunistas foi uma violenta perseguição policial que conseguiu desorganizar todas as associações políticas conduzidas pelo PCB no Rio Grande do Sul. Aliás, o próprio Partido não escapou dessa desorganização, uma vez que todos os seus principais militantes foram postos na cadeia e os estrangeiros, em sua maioria, expulsos do país.

A repressão sempre acompanhou os comunistas desde a fundação do PCB, alternando momentos em que a intensidade era maior com outros em que a perseguição arrefecia. Este revezamento está relacionado com a conjuntura política mais geral do país ou com questões particulares de ordem regional. Quando o Partido estava em plena legalidade, o que aconteceu apenas em dois breves períodos até então, sua ação política era tolerada. Porém, quando era posto na ilegalidade, como foi durante a maior parte do tempo, a violência policial recrudescia e agia com muito vigor.

Mas também nos períodos em que o PCB esteve na ilegalidade, a intensidade da repressão oscilava. De patamares que sempre se podem considerar bem elevados, ela podia atingir a completa intolerância em conjunturas específicas, como após a greve dos gráficos paulistas, sobre a qual a historiografia é praticamente unânime ao ressaltar que atuou como um divisor de águas no movimento operário brasileiro, desencadeando uma onda repressiva sobre a classe trabalhadora em algumas regiões do país, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Especificamente no Rio Grande do Sul, embora de maneira geral a repressão tenha acompanhado os graus de intensidade do restante do país, ela obedeceu a determinantes singulares que criaram uma situação bastante particular durante o período de 1929 a 1930. Enquanto no restante das regiões onde havia núcleos organizados o PCB passava a ser duramente reprimido pela polícia após a greve dos gráficos paulistas, no Rio Grande do Sul a repressão era menos intensa e ocasional, possibilitando que os comunistas continuassem sua atuação e, até mesmo, ampliassem seu poder de influência sobre o movimento operário e sindical ao longo de 1929. Todavia, quando as ações do BOC começaram a ficar radicais demais aos olhos da elite política gaúcha, o que aconteceu no início de 1930, a repressão policial começou a agir de maneira mais intensa.

Essa repressão foi desencadeada, como aponte, após o incidente no Exército e na Brigada Militar, atingindo os militantes e ativistas do BOC e as demais associações políticas criadas sob influência comunista em todo o Rio Grande do Sul. Em 14 de fevereiro de 1930, a perseguição iniciou com uma invasão na sede do BOC e da CRT onde foi apreendida volumosa documentação e vários militantes foram presos. A alegação da polícia para esta ação foi a tentativa de infiltração entre soldados e sargentos da Brigada Militar.

“[...] uma feliz diligência da polícia veio interromper um movimento comunista que se procurava infiltrar no seio da Brigada Militar. Elementos comunistas, por meio de boletins e palestras com alguns inferiores daquela corporação, tentaram incutir, ali, as suas idéias, mas foram descobertos em tempo, de modo que o plano abortou, não tendo passado de uma tentativa sem importância, que atingiu apenas seis ou oito praças daquela milícia. A essas praças, o comando da Brigada aplicou as penas disciplinares estabelecidas pelo respectivo regulamento. Quanto aos comunistas que procuravam perturbar o espírito de ordem e disciplina que caracteriza a Brigada Militar, transmitindo aos seus soldados idéias anárquicas, a polícia efetuou a sua prisão, por meio de uma diligência que efetuou na sede da Confederação Regional do Trabalho e do Bloco Operário e Camponês”.⁹⁴

Foram presos ao todo vinte e dois militantes, entre eles Marcos Piatigowski, Leon Piatigowski,⁹⁵ Nicolau Artsevensco, Simão Borodini,⁹⁶ Pelayo Gil Ribas e Plínio Mello. Do total, dez eram estrangeiros, dos quais cinco foram postos em liberdade e o restante deportado, um para a Argentina (provavelmente Ribas) e os outros quatro, os irmãos Piatigowski, Artsevensco e Borodini, enviados para a União Soviética. Entre os militantes brasileiros, alguns foram soltos ou deportados para outros estados. Marcos Piatigowski relata que estiveram presos durante cerca de quarenta dias no Rio Grande do Sul e cerca de três meses na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro. Quanto à Aliança Liberal, salientava se tratar da

⁹⁴ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1930, p. 9.

⁹⁵ O pintor estrangeiro **Leon Piatigowski**, de codinome “Theodoro Xavier”, era membro da Federação da Juventude Comunista do Brasil desde 1928 e membro do Comitê Central da Juventude. Estava a serviço do Comitê Regional do PCB. In: Carta de Marcos Piatigowski para o Secretariado Latino-Americano da IC. Paris, 26 de julho de 1930. (RGASPI).

⁹⁶ **Simão Borodini**, comerciante, pertencia ao PCB desde o final de 1929 e membro de um comitê ilegal local. In: Carta de Marcos Piatigowski para o Secretariado Latino-Americano da IC. Paris, 26 de julho de 1930. (RGASPI).

“[...] fração pretensamente democrática da grande burguesia agrária e industrial do Brasil, vendida ao imperialismo americano, em luta com a grande burguesia conservadora, lacaia do imperialismo inglês, em torno da sucessão presidencial – usou conosco das maiores atrocidades. Sofremos as maiores humilhações, o novo sistema de inquisição, por meio de fome, espancamentos e torturas de toda a ordem, foi posto em prática conosco”.⁹⁷

Alguns dias depois da invasão da sede do BOC e da CRT, o núcleo pelotense do Comitê dos Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo organizou um comício, que também deveria ser promovido nas principais cidades do estado, ao mesmo tempo do ato de encerramento do I Congresso do Comitê, em Porto Alegre.⁹⁸ A polícia enviou um forte aparato aos arredores de onde aconteceria o *meeting* (em frente à sede da Federação Geral do Trabalho de Pelotas), o que intimidou os participantes, sobretudo porque em outra atividade do Comitê já havia tido um exemplo de violência policial em Pelotas, como vimos anteriormente. Ainda assim, o evento foi realizado.⁹⁹ Mas o principal, que deveria ocorrer em Porto Alegre, provavelmente tenha sido cancelado em função dos problemas advindos com a invasão da sede do BOC e da prisão dos vários militantes.

A edição do jornal *Diário de Notícias* do dia 21 noticia a prisão de quatro comunistas em São Leopoldo. A chefatura da polícia na capital recebera um telegrama de Sapiranga, informando que havia passado um caminhão conduzindo diversas pessoas e quando os soldados se aproximaram, todos abandonaram o veículo e tentaram fugir, mas foram presos pelo delegado da cidade. Todos os militantes detidos foram remetidos para Porto Alegre e recolhidos à Casa de Correção. Eram eles David Lima, Leon Piatigowski, Salomão Schuater e Luiz Corrêa. Um quinto indivíduo preso conseguiu fugir sem ser identificado.¹⁰⁰

A onda repressiva que vitimava os comunistas não dava trégua. No 1º de Maio de 1930, ocorreu mais uma série de prisões, embora seja desconhecida a situação em que aconteceu. Os militantes presos foram: Mário Grazzini, João

⁹⁷ Carta de Marcos Piatigowski para o Secretariado Latino-Americano da IC. Paris, 26 de julho de 1930. (RGASPI).

⁹⁸ *Opinião Pública*, Pelotas, 19 de fevereiro de 1930, p. 1. (BPP).

⁹⁹ *Opinião Pública*, Pelotas, 21 de fevereiro de 1930, p. 1. (BPP).

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1930, p. 6.

Kovolsky,¹⁰¹ Antonio Nalepinsky, Diogo Robles, Ary Cardoso, Manoel Pereira e Jacob Koutzii.¹⁰² A presença de Mário Grazzini em Porto Alegre na ocasião é um indício de que algo havia sido preparado para o dia, mesmo que de pequenas dimensões, para a data não passar sem nenhuma atividade, mas não foram encontradas notícias alusivas a comemorações do BOC ou da CRT.

O “tiro de misericórdia” foi dado sobre os comunistas no dia 29 de maio, quando as últimas prisões de militantes foram efetuadas pela polícia nessa conjuntura, Salomão Cohen,¹⁰³ Pelayo Gil Ribas (que já havia sido preso neste mesmo ano) e Pedro Santos¹⁰⁴ foram recolhidos à Casa de Detenção de Porto Alegre.¹⁰⁵ Como era usual, grande parte dos militantes presos eram expulsos do Rio Grande do Sul. Caso fossem estrangeiros o destino mais provável era o exterior; em se tratando de brasileiros muitos eram enviados para outros estados, conforme já demonstrava o relato de Marcos Piatigowski.

A partir da instalação dessa violenta onda de repressão policial no Rio Grande do Sul iniciada em fevereiro de 1930, a atuação dos comunistas em todo o estado sofre um recuo acentuado, evidentemente. A visibilidade das ações do BOC e de todas as associações conduzidas pelo PCB diminui ao ponto de praticamente desaparecer do noticiário da imprensa gaúcha. As únicas referências que persistem

¹⁰¹ **João Kovolsky** nasceu na Rússia, aproximadamente em 1890. Era filho de Misceslau Zeclinsky Kovolsky e Maria Kovolsky. In: Matrícula de detentos à Casa de Correção de Porto Alegre. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928), p. 56. Fundo da polícia, prontuário 304. (AHRs).

¹⁰² Matrícula de detentos à Casa de Correção de Porto Alegre. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928), pp. 56-57. Fundo da Polícia, prontuário 304. (AHRs). É possível que alguns dos nomes destacados não sejam militantes comunistas (João Kovolsky, Antonio Nalepinsky e Ary Cardoso), já que nunca foram mencionados antes em nenhuma atividade ou documento do Partido. Contudo, acredito que todos eram militantes devido ao fato da prisão ocorrer justamente numa data tão importante para o movimento operário e a justificava para a detenção não ser informada, da mesma forma como foi feito com os comunistas conhecidos. Também esses quatro indivíduos poderiam ser anarquistas, pois Antonio Nalepinsky havia sido militante libertário alguns anos antes, embora tenha circulado por diversas vezes em associações e atividades conduzidas por comunistas.

¹⁰³ O comerciário **Salomão Cohen** era grego, trinta e quatro anos, era filho de Jacob Cohen e Elisa Cohen. In: Matrícula de detentos à Casa de Correção de Porto Alegre. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928), p. 62. Fundo da Polícia, prontuário 304. (AHRs).

¹⁰⁴ Nascido no Rio de Janeiro, o comerciário **Pedro Santos** tinha trinta e um anos, era filho de Antonio Joaquim dos Santos e Laurentina Otilia dos Santos. In: Matrícula de detentos à Casa de Correção de Porto Alegre. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928), p. 62. Fundo da polícia, prontuário 304. (AHRs).

¹⁰⁵ Também neste caso não se sabe maiores detalhes sobre como foram efetuadas as detenções. Fora Ribas, importante militante do BOC e da CRT, não podemos afirmar com total certeza se eram realmente militantes comunistas. Matrícula de detentos à Casa de Correção de Porto Alegre. p. 62. Fundo da Polícia (AHRs).

sobre os comunistas são da repressão policial aos núcleos ainda existentes na capital e no interior. É provável que a ausência de notícias sobre a atuação do Partido seja, também, devido a uma censura imposta à imprensa pelo governo estadual ou pela própria polícia, para, pelo silêncio, acabar com qualquer resquício do comunismo no estado. Mas, por outro lado, também evidencia que a repressão desarticulou a estrutura organizativa comunista gaúcha, uma vez que seus principais líderes foram presos ou deportados.

Os relatos de violência policial a núcleos comunistas adentram ao ano de 1930 e chegam pelo menos até 1932,¹⁰⁶ quando a repressão começou a dar mostras de arrefecimento. A maior partes dessas ações ocorrem no interior, em cidades com pequena ou sem nenhuma tradição de atividade comunista, e provavelmente não deviam ter relação com o PCB.

Com os seus principais militantes sendo presos e expulsos do Rio Grande do Sul, a situação do PCB no estado ficou muito precária. O restante da militância se amedrontou, muitos abandonaram Porto Alegre e os que ficaram não tiveram coragem de enfrentar a sanha da polícia. Inclusive, nas eleições presidenciais de março de 1930, alguns militantes lançaram um boletim pregando a abstenção eleitoral dos trabalhadores. Obviamente, este boletim não deve ter sido o responsável pelos dez votos que Plínio Mello, candidato a deputado pelo estado, obteve na votação, quando a expectativa do Partido era de conseguir entre dez a quinze mil votos só na região de Porto Alegre.¹⁰⁷

Pelayo Gil Ribas, que estava em Montevidéu, em junho de 1930 relata a situação do PCB no Rio Grande do Sul a partir das notícias que recebia de alguns militantes que ainda não haviam saído da região. Segundo ele, as melhores informações provinham de Pelotas: “Recebi uma carta do C. [Comitê] de Z. [Zona] de Pelotas, onde dão as melhores notícias do entusiasmo da massa, mas os

¹⁰⁶ Sobre a repressão nesse período ver: KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: Unicamp, 2004. (Tese de doutorado em História).

¹⁰⁷ Pablo Osório [Plínio Gomes de Mello]. La situación en el Rio Grande do Sul y la actuación del P.C.B. en esa región. Buenos Aires, maio 1930, p. 6. (ASMOB).

organismos do partido estão funcionando com grandes dificuldades”.¹⁰⁸ No restante do interior do estado a situação era completamente obscura e não se sabia absolutamente nada. Com relação a Porto Alegre

“[...] oficialmente nada tem dito, somente tenho recebido notícias particulares, e as quais dizem que estão expulsando a todo mundo, assim que parece que só reúnem para expulsar aos companheiros, e nada tratarem do partido nem dos Sindicatos, visto não funcionarem nenhum deles, nem o C. [Comitê] das Mulheres Trabalhadoras, desta forma parece que estão trabalhando ao sistema de Grimberg”.¹⁰⁹

Também, militantes que haviam feito trabalhos importantes, como Luiz Gonzaga Madureira, agora não realizavam mais nada. Além disso, encontravam-se isolados dos outros organismos do Partido, inclusive do Comitê Central, o que complicava a reestruturação organizativa dos comunistas.¹¹⁰

A situação do comando nacional do PCB também atravessava problemas nesta época. Astrogildo Pereira vai a Moscou em 1929 reunir-se com a IC e quando retornou ao Brasil, em 1930, trouxe na bagagem as pesadas críticas sobre os “equivocos” do Partido. Uma delas fez com que o PCB ficasse pelo menos até 1933 no mais completo ostracismo político: a necessidade de “proletarizar” sua direção, o que fazia parte da concepção do “terceiro período”, que desde a realização do X Pleno da Comissão Executiva da IC estava sendo aplicada de modo mais rígido.

Em fevereiro de 1930 a IC elaborou uma resolução sobre a situação brasileira,¹¹¹ constatando a proximidade de um amadurecimento revolucionário, fruto do acirramento da disputa entre os imperialismos do EUA e da Inglaterra. Por meio do documento, o BOC foi duramente criticado, assim como Octávio Brandão acusado de uma visão menchevista, antileniniana e antimarxista. Além disso, o documento propunha a instauração de uma república operária e camponesa com base nos soviets.¹¹²

¹⁰⁸ Carta de Pelayo Gil Ribas ao Comitê Central do PCB. Montevideú, 27 de junho de 1930. (ASMOB).

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. Secretariado político da IC. Moscou, fevereiro de 1930. Apud *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1930, p. 3.

¹¹² ANTUNES, Ricardo. Os Comunistas no Brasil... Op. Cit., p. 33-34.

Ricardo Antunes enfatiza que o resultado dessa resolução foi o afastamento de uma possível aliança com o movimento tenentista, liderado por Prestes e a não participação do Partido na “Revolução de 1930”. Naquele momento, ainda estavam indefinidos quais seriam os resultados dessa disputa. O processo golpista que depôs Washington Luís foi extremamente complexo, com muitos projetos disputando a direção dos acontecimentos. Portanto, caso os comunistas tivessem participado do golpe, eles poderiam ter influenciado o episódio em direção a um final diferente.¹¹³ A visão simplificada do conflito entre os imperialismos americano e inglês, não dava conta do que estava em jogo no processo político nacional e do papel que o PCB poderia exercer naquela situação.

Em suma, a direção nacional do PCB estava imersa em um autofágico processo de divisão interna, que trouxe, por consequência, reflexos negativos para os comunistas no Rio Grande do Sul. Especialmente por ser um partido com uma estrutura organizativa extremamente centralizada, cujas orientações emanadas do Comitê Central deveriam ser aplicadas com rigor pelo conjunto da militância (embora saibamos que nem sempre foi assim), quando havia um problema na cúpula partidária, logicamente, toda a estrutura ficava comprometida. Sabe-se, conforme afirmado antes, que a “proletarização” começou a chegar ao estado por meio de Marcos Piatigowski, no entanto, há poucas evidências sobre como foi o impacto dessa linha política entre os membros do Partido e os relatos de Pelayo Gil Ribas ajudam a iluminar a questão.

Ribas menciona ter se afastado do PCB aproximadamente no início de 1930, “devido à diretriz que ultimamente imprimiram a esse partido” e que reprovava os “excessos de alguns companheiros durante as referidas manifestações”.¹¹⁴ Provavelmente, os excessos a que Ribas se refere fossem o tom esquerdista que o discurso comunista adquiriu após a chegada de Marcos Piatigowski ao Rio Grande do Sul. Assim como ele, é possível que outros ativistas o tenham acompanhado nesse distanciamento da organização. O relato de Pelayo Gil evidencia o impacto negativo

¹¹³ Cf. *Ibidem*. Ver também: ANTUNES, Ricardo. *Classe operária...* Op. Cit. e DE DECCA. Edgar. *O silêncio dos vencidos...* Op. Cit.

¹¹⁴ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...* Op. Cit., p. 299.

no PCB gaúcho da nova rota política proveniente das mais recentes orientações da IC.

Em relação às expulsões em massa do PCB a que Ribas se referiu, são posturas esquerdistas do grupo de membros que permaneceu em Porto Alegre no comando do Partido, que evidenciam os ecos da linha política da “proletarização”. Pelayo em sua comunicação com o Comitê Central observa que “Merino me escreveu contando uma série de coisas, assim que seria bom que os companheiros daí, escrevessem lá dando instruções pois do contrário eles farão igual que [Salomão] Grinberb” (sic),¹¹⁵ antigo dirigente estadual e conhecido por adotar posturas sectárias. Ou seja, após a repressão desarticular a estrutura partidária e a “proletarização” chegar ao estado, a postura do Comitê Regional ao expulsar todo mundo, atribuindo-a a uma ação típica do antigo dirigente, revelava que com a rota política implementada, militantes mais “rudes” assumiram a direção do Partido em Porto Alegre e protagonizaram essas ações sectárias.

O estado de letargia em que mergulhou, logo após a onda de repressão policial, acentuada pela linha política da “proletarização” foi de tal magnitude, que os comunistas não conseguiram tirar proveito da conjuntura de mobilização da classe trabalhadora, na efervescência política do ano de 1930 em torno da proposta da Aliança Liberal e do movimento golpista de outubro. Os trabalhadores (que em sua grande maioria apoiavam Getúlio), conforme salienta Eloy Martins,¹¹⁶ depositavam muitas esperanças nos itens referentes à legislação social que compunham o programa aliancista e estavam em permanente estado de agitação no Rio Grande do Sul.

O vácuo político deixado pelos comunistas em pouco tempo foi ocupado pelos socialistas, que, após um longo período em que praticamente desapareceram, ressurgiram com uma nova proposta de organização operária: o Partido Operário Nacional (PON).¹¹⁷ A criação do PON em Porto Alegre aconteceu em fevereiro de

¹¹⁵ Carta de Pelayo Gil Ribas ao Comitê Central do PCB. Montevideu, 27 de junho de 1930. (ASMOB).

¹¹⁶ MARTINS, Eloy. *Um depoimento político...* Op. Cit., p. 35.

¹¹⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit., p. 386-387. PETERSEN, Sílvia. *Da ação direta...* Op. Cit., 105.

1930,¹¹⁸ paralelamente à perseguição e desestruturação do Partido Comunista do Brasil pela polícia, acabou preenchendo o lugar do BOC como principal referência no noticiário operário gaúcho.

Os fundadores desse partido são Reynésio Barbosa (presidente), Nicolau B. Muniz (secretário), Dorival Azevedo, João Latuada, Manoel Cabral e Carlos Cavaco.¹¹⁹ No 1º de maio é lançado o jornal *O Povo*, trazendo um manifesto do PON, o qual entre várias questões enfatizava o cumprimento das leis sobre acidentes de trabalho e de férias.¹²⁰ Entretanto, como não era objetivo da pesquisa, o percurso do PON não foi acompanhado com detalhes. Contudo, parecia estar conseguindo obter muitos membros na capital e no interior.

Quanto ao Partido Comunista do Brasil, somente por volta de 1933 começou a se reorganizar de novo no Rio Grande do Sul, reiniciando a sua vida sindical em Pelotas e Rio Grande. Porém, este é um assunto que ultrapassa os limites deste trabalho.

¹¹⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1930, p. 5.

¹¹⁹ Não obtive informações sobre a maior parte destes militantes, sobre Carlos Cavaco ver. SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit.

¹²⁰ *O Povo*, Porto Alegre, 1º de maio de 1930, p. 1-2. (NPH).

CONCLUSÃO

Ao examinar o percurso do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre e Pelotas, nos momentos finais da Primeira República, o objetivo central da dissertação foi verificar a repercussão da ação política do Partido nas condições sociais concretas do movimento operário e sindical. Para atingi-lo, analisei como o PCB buscou e quais instrumentos utilizou para se inserir e mobilizar os trabalhadores gaúchos com o objetivo de impor seu projeto político de subversão da ordem social capitalista, a razão de existência dos comunistas.

No período subsequente à sua organização no Rio Grande do Sul, o PCB enfrentou problemas em sua estruturação partidária. Assim, até meados de 1928, os comunistas não conseguiram ser muito mais do que um pequeno grupo de propaganda e de discussão intelectual com uma ínfima atuação entre os trabalhadores. Portanto, inicialmente os comunistas não conseguiram obter um crescimento mais sólido de sua influência no meio operário e a repercussão de sua ação política foi muito pequena durante a maior parte dos anos vinte.

De maneira geral, como a dissertação procurou demonstrar, o PCB no Rio Grande do Sul privilegiou ao longo do período estudado a organização de diversas associações para exercer sua ação política na classe trabalhadora, especialmente a partir de 1929, momento em que houve uma profusão desses organismos em algumas cidades do estado. Mediante a atuação dessas entidades, foi possível constatar que a intervenção política dos comunistas no movimento operário e sindical gaúcho priorizava desenvolver ações que colocavam a classe trabalhadora e as instituições pelas quais esta se organizava em mobilização. Portanto, atividades como passeatas, comícios e atos públicos eram constantemente realizadas sob a condução do BOC, da CRT ou das “organizações auxiliares” criadas pelo Partido.

Todavia, as ações que almejavam uma inserção com um enraizamento mais profundo na classe trabalhadora não eram tão praticadas quanto às de mobilização.

Mesmo nos momentos em que havia uma preocupação neste sentido, como na defesa da aplicação da legislação social. Elas eram sempre direcionadas para organizar atividades públicas com grande número de participantes, ocasionando um descompasso entre capacidade de mobilizar, que em algumas oportunidades demonstrou ser considerável para as condições da época, e sua vinculação mais efetiva na classe trabalhadora. Ou seja, o PCB conseguiu mobilizar os trabalhadores em várias atividades, porém o engajamento político e ideológico destes era muito tênue, variando conforme a conjuntura mais geral e ao menor sinal de adversidade retraíam-se à vida privada. Por conseqüência, a base dos comunistas no movimento operário e sindical se mostrou frágil à medida que a perseguição policial ia se intensificando.

* * * * *

Um dos principais eixos de abordagem deste trabalho foi, por meio da análise da atuação do Partido Comunista do Brasil em sua relação com o movimento operário e sindical, circunscrita a uma unidade da federação, verificar singularidades de ordem regional que tornassem única, de certa forma, a experiência comunista no Rio Grande do Sul, sobretudo em relação ao Rio de Janeiro onde ficava localizada a cúpula partidária e até certo ponto servia de parâmetro para o desempenho dos comitês estaduais.

Nesse sentido, uma questão importante se refere à atuação do Bloco Operário e Camponês gaúcho e as chamadas “organizações auxiliares”, as associações criadas para atuar em frentes específicas indicadas pelas diretrizes partidárias, como no caso da feminina e da juventude trabalhadora. No Rio Grande do Sul houve certa originalidade na criação desses organismos, pois o número de frentes e associações em que os comunistas atuaram foi maior do que as designadas anteriormente e a maioria não estava prevista nas resoluções do Partido. O caso mais emblemático nesse sentido é o do Comitê de Operários e Camponeses de Luta Contra a Intervenção Federal e o Separatismo, que criou núcleos em algumas cidades do estado e que teve uma atuação destacada na ação política comunista, sendo dos principais executores da radicalização do discurso dos membros do PCB. A originalidade dessas associações estava ligada às escolhas políticas operadas

pelos militantes, que no vislumbre do potencial de mobilização que algumas questões conjunturais poderiam ensejar nos trabalhadores, formavam tais associações.

Ainda em relação às singularidades da atuação dos comunistas no Rio Grande do Sul, um outro ponto refere-se à crescente repercussão de sua ação política, intensificada significativamente a partir de meados de 1929. Enquanto no Rio de Janeiro o BOC começou a declinar após a greve dos gráficos paulistas em decorrência da repressão policial advinda por conta da dimensão obtida pelo movimento, o qual foi de certa forma um “divisor de águas” no movimento operário, no Rio Grande do Sul a repressão agia com uma intensidade bem menor e de modo mais pontual. Assim, o BOC não só não recuava como crescia cada vez mais.

A vida mais longa do comunismo no estado, a que me referi no parágrafo anterior, se assemelha com o que acontecera com o anarquismo alguns anos antes, o qual também demonstrou um fôlego maior que no restante do país. Conforme, procurei demonstrar, a incidência da violência policial no Rio Grande do Sul sobre as organizações do movimento operário e sindical era em menor escala e com menos intensidade em comparação a outras regiões, fazendo com que, primeiramente os anarquistas, depois os comunistas tivessem um período de desenvolvimento com mais longevidade que em outros estados.

Em relação aos comunistas, a menor violência policial ocorria por uma maior tolerância da elite política gaúcha em virtude do interesse no voto dos trabalhadores, tido como importante para ajudar a definir as contendas eleitorais entre republicanos e libertadores. Com a criação da Aliança Liberal e a união entre o Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Libertador em torno de Getúlio Vargas como candidato à presidência da República, o equilíbrio dessa balança foi alterado. A partir disso, a disputa foi estabilizada e, como conseqüência, a forma como os comunistas eram vistos pelo governo estadual também mudou, com isso eles tornaram-se elementos incômodos na política gaúcha. Assim, desapareceu a tolerância inicial com a atuação do PCB e com todos os organismos sob sua influência que resultara em um maior fôlego dos comunistas no Rio Grande do Sul do que em outros estados.

Todas essas questões que levantei, demonstram a importância dos estudos que abordam um objeto de pesquisa circunscrito especialmente a um estado ou localidade do país, pois desse modo a história do movimento operário e do PCB pode ficar mais representativa à medida que incorpora suas ações regionais.

* * * * *

Nessas considerações finais gostaria agora de retomar de maneira pontual e de acordo com a seqüência em que foram apresentados os objetivos da pesquisa, enunciados na Introdução do presente trabalho.

A história do PCB no Rio Grande do Sul apresenta um certo paradoxo: embora militantes oriundos do estado tenham desempenhado um papel importante na fundação do Partido, os comunistas não obtiveram aqui um crescimento satisfatório e não é sem motivo que apenas em 1927 o PCB conseguiu se organizar efetivamente.

Além da ilegalidade, que é uma razão óbvia nesse sentido, um outro fator impediu que o PCB obtivesse um crescimento mais expressivo da repercussão de sua ação política nas organizações da classe trabalhadora e do número de seus membros, principalmente até 1928: a presença dos anarquistas.

Ainda que estivessem vivenciando um lento recuo no movimento operário e sindical gaúcho, os anarquistas entre 1927 e 1928 ainda exerciam um peso considerável nas organizações da classe trabalhadora. Essa influência era ainda mais expressiva em algumas cidades do interior que na capital, onde o recuo anarquista se apresentava mais acentuado, permitindo que os comunistas tivessem um espaço de desenvolvimento um pouco maior em Porto Alegre e com isso se consolidarem primeiro na capital.

Era tão presente a tradição libertária, que ela trouxe conseqüências para a própria atuação do PCB entre os trabalhadores, que se traduzia na utilização, por parte dos comunistas, de algumas práticas semelhantes às anarquistas, especialmente no que se refere à importância dada às questões doutrinárias,

embora não seja possível precisar as razões dos membros do Partido ao praticar essas ações. Os anarquistas não estavam sendo vistos como os principais adversários na disputa pela hegemonia sobre o movimento operário e sindical gaúcho, por isso não houve uma ruptura mais contundente na intervenção política comunista entre os trabalhadores com relação à tradição anarquista.

Sobre a dificuldade de crescimento do PCB, há ainda um outro elemento a ser destacado: as divergências entre os próprios membros do Partido. As principais, se referiam à forma como estava sendo conduzida a rota política comunista no Rio Grande do Sul pelo Comitê Regional (seu principal dirigente chegou a ser acusado de sectário por um outro membro), o que enfraquecia toda a estrutura partidária no estado e em virtude desse problema o Bloco Operário e Camponês não conseguiu obter um desempenho satisfatório no ano em que foi lançado. Em relação ao BOC, também havia divergências, as quais giravam em torno de sua perspectiva eleitoral, assunto esse que não era uma questão plenamente resolvida no movimento comunista internacional e produzia debates extremamente acirrados sobre a validade da participação no parlamento burguês. Por isso ao invés de se priorizar a organização do BOC, que demonstrara no Rio de Janeiro ser promissor para o Partido, um outro organismo obteve esse destaque: a Liga Pró-México Antiimperialista.

Alguns dos problemas que o PCB enfrentava no Rio Grande do Sul começaram a ser amenizados apenas em julho de 1928, quando a Comissão Central Executiva interveio e mudou os integrantes do Comitê Regional do PCB e do BOC. Com essa reorganização na cúpula dirigente comunista estadual, ocorreu uma nítida reorientação em sua ação política, produzindo de imediato alguns efeitos positivos: o aumento do número de membros e a diminuição sensível das divergências internas.

Após essa reorganização, o PCB começou a por em prática um plano de ação para controlar mais sindicatos, o qual impulsionou a atuação do Partido no estado, consolidando-o como uma das mais importantes forças políticas operárias, ao mesmo tempo em que toda uma nova geração de militantes passou a integrar as fileiras comunistas no Rio Grande do Sul.

Mas antes de tratar da ascensão comunista no movimento sindical, gostaria de abordar outra consequência da mudança no Comitê Regional do BOC e do PCB: uma delimitação mais contundente das diferenças que os separavam dos anarquistas. A semelhança com algumas ações dos libertários foi diminuindo e o discurso do Partido começou a criticar mais enfaticamente a antiga tradição sindical da ação direta, ou seja, os comunistas passaram a ver os anarquistas como reais adversários na luta pela hegemonia sobre o movimento operário e sindical e ao mesmo tempo em que tentavam consolidar essa visão entre trabalhadores sob sua influência.

Em relação à consolidação dos comunistas no terreno sindical, verificamos que ela começou a acontecer no início de 1929 com a elaboração de um plano de inserção nos sindicatos gaúchos, que previa uma ofensiva nas entidades, não só da capital, mas também do interior. Para isso, era necessário criar uma Confederação Regional do Trabalho e suas congêneres locais, além da fundação e reorganização de sindicatos à base de indústria ou de empresa. O plano também preconizava uma ofensiva com caráter político mais acentuado, com a expansão do BOC. Para colocar em prática esse planejamento foram enviados ao estado pela Comissão Central Executiva dois militantes, Plínio Mello e Hersch Schechter, cada qual com uma missão diferente: o primeiro seria responsável pela direção do BOC e o outro pela criação da CRT.

A presença destes dois militantes oxigenou o Comitê Regional do PCB e do BOC contribuindo para solidificar a organização comunista estadual. A partir do momento da chegada de ambos, a repercussão da ação política do Partido na classe trabalhadora obteve um crescimento expressivo no movimento sindical, com a criação e reorganização de vários sindicatos, na capital e no interior, e no campo político, com a consolidação do BOC e com a criação das várias associações “auxiliares” do Partido, ascenso não presenciado até então.

O crescimento da repercussão da ação política dos comunistas no meio operário em 1929, como vimos, foi favorecido pela conjuntura de carestia, pela falta de aplicação da legislação trabalhista e a retirada dos anarquistas do campo sindical.

Em 1929, o alto preço dos produtos de primeira necessidade, como carne, leite e pão, encareciam ainda mais seu já elevado custo de vida e somando-se a isso a não aplicação das leis sociais recém-aprovadas pelo governo federal, como a Lei de Férias, fazia com que o cenário fosse explosivo e portanto propício para a deflagração de muitas greves, como de fato aconteceu. Um contexto como esse de efervescência por parte dos trabalhadores tornava o terreno fértil para a ação política dos comunistas, os quais cobravam melhores condições de vida e trabalho, a implementação efetiva da legislação trabalhista e de maneira geral procuravam apoiar os movimentos de reivindicação dos trabalhadores, mesmo porque isso combinava com as atividades de mobilização operária que o Partido vinha implementando e que foi acentuada nesse momento.

Além do cenário político e econômico mais geral favorável aos comunistas, estes estavam atuando cada vez mais sozinhos no terreno sindical em virtude do abandono do sindicalismo pelos anarquistas, já que os sindicatos não estavam atendendo às suas expectativas conforme avaliavam alguns dos principais líderes libertários. Com isso, o campo ficou praticamente livre para a intervenção dos comunistas, os quais então conseguiram obter o predomínio do movimento sindical gaúcho.

No entanto, com o crescimento da repercussão da atuação dos comunistas na dinâmica do movimento operário e sindical este panorama mudou. A intensificação da perspectiva política dessas ações, ao reivindicar a aplicação efetiva de direitos sociais e melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora, lançar candidatos próprios à eleição de 1930, disputar espaço tradicionalmente ocupado por inteiro pela elite política gaúcha, e negar apoio à Aliança Liberal de Getúlio Vargas, despertou nesta mesma elite uma preocupação muito grande. Os comunistas dessa forma estavam penetrando em uma esfera praticamente intocada por forças políticas operárias, o que traria graves conseqüências para os membros do PCB.

A preocupação da elite política gaúcha com os comunistas aumentou ainda mais após o discurso e as ações comandadas pelo PCB sofrerem um influxo à esquerda no final de 1929, intensificado a partir de janeiro do ano seguinte. Uma

nova rota política foi implantada no Comitê Regional sob influência das diretrizes emanadas pelos organismos do movimento comunista internacional as quais vislumbravam uma conjuntura propensa a uma nova onda revolucionária mundial, por isso os partidos comunistas deveriam radicalizar seu discurso e suas ações vislumbrando participar desse movimento.

O resultado no Brasil da política do “terceiro período” e da chamada “proletarização” foi catastrófico. No Rio Grande do Sul, em particular, como vimos, os ecos dessa linha política esquerdista foram sentidos no caráter extremado que o tom do discurso comunista passou a emitir, com referências explícitas em plena imprensa à posse de armas pelos operários e de uma tentativa de penetração entre militares do Exército e da Brigada Militar em Porto Alegre. Além disso, procurou-se intensificar a agitação operária de modo que a classe trabalhadora ficasse sob um estado de mobilização extrema.

Isso fez com que a tolerância da elite política gaúcha com os comunistas terminasse e, por conseqüência, uma violenta perseguição policial atingiu os membros do PCB. A repressão conseguiu desarticular toda a estrutura organizativa do Partido: vários militantes foram presos, enviados para fora do estado ou do país e muitos sofreram agressões físicas. O restante dos membros do Partido se amedrontou com a violência da polícia e se retraíram à vida privada. Depois de tudo isso, o PCB, o BOC e todas as associações comunistas desapareceram, deixando o campo aberto para investidas de outras forças operárias, espaço aproveitado pelos socialistas, reagrupados em torno do Partido Operário Nacional.

A perseguição e a violência policial romperam a não muito sólida relação do PCB com o movimento operário e sindical gaúcho, logo a repercussão da ação política dos comunistas na classe trabalhadora desapareceu por alguns anos. A relativa facilidade com que a repressão conseguiu desorganizar o PCB e principalmente cortar sua relação com os trabalhadores, demonstra o frágil vínculo existente destes com os comunistas, pois embora tenham promovido movimentos com grande participação e repercussão, ao mesmo tempo não eram mobilizações com laços sólidos com a classe trabalhadora.

Pelo que procurei retomar nestas considerações finais, fica visível que esses poucos anos foram fundamentais para a consolidação da organização do PCB no Rio Grande do Sul e para o crescimento de sua proposta entre os trabalhadores, em que pese os limites da pesquisa, a qual no futuro pretendo dar continuidade sob novos parâmetros. Ainda que a repressão do início de 1930 tenha interrompido o crescimento do PCB e cortado as relações deste com o movimento operário e sindical, alguns anos depois as organizações operárias veriam novamente a ação política comunista repercutir, mas isto ultrapassa os limites deste trabalho.

FONTES DA PESQUISA

a) ARQUIVOS PESQUISADOS

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS)

AHPA – Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moysés Velhinho”

AHR – Arquivo Histórico Regional – UPF (Passo Fundo/RS)

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)

AJCV – Arquivo do Jornal Correio do Povo (Porto Alegre/RS)

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)

APJBM – Arquivo Particular de João Batista Marçal (Viamão/RS)

ASMOB – Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro – CEDEM - Centro de Documentação e Memória – Unesp (São Paulo/SP)

BPP – Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas/RS)

Brazilian Government Document Digitization - Project Provincial Presidential Reports (1830-1930). Sítio construído e mantido pela Universidade de Chicago/EUA. Disponível em. <<http://www.crl.edu/content/provopen.htm>> (Acesso em 24 de abril de 2004)

BRG – Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande/RS)

CDHHPN - Centro de Documentação Histórica Hugo Pereira das Neves – FURG (Rio Grande/RS)

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)

NPH – Núcleo de Pesquisa Histórica – UFRGS (Porto Alegre/RS)

Programa de História Oral do CPDOC. Sítio construído e mantido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro/RJ). Disponível em. <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>> (Acesso em 19 de novembro de 2005)

RGASPI - Rossiiskii Gosudarstvennii Arkhiv Sotsialnoi i Politicheskoi Issledovanii (Arquivo do Estado Russo de História Social e Política) - CEDEM - Centro de Documentação e Memória – Unesp (São Paulo/SP)

b) JORNAIS

Caxias, Caxias do Sul – RS (1930) – AHMJSA

A Classe Operária, Rio de Janeiro - RJ (1928-1930) - ASMOB/CEDEM

Correio do Povo, Porto Alegre - RS (1927-1930) – AHPA; AJCP; MCSHJC; NPH/UFRGS

Correio Mercantil, Pelotas - RS (1929-1930) - BPP

Diário de Notícias, Porto Alegre - RS (1927-1930) – AHPA; MCSHJC

Diário Popular, Pelotas - RS (1929-1930) - BPP

Echo do Sul, Rio Grande - RS (1928-1930) - BRG

A Federação, Porto Alegre - RS (1930) - BPP

Folha de Discussão, Rio de Janeiro - RJ (1930) - ASMOB/CEDEM

O Liberal, Jaguarão - RS (1929) - IHGRGS

O Libertador, Pelotas - RS (1928-1930) - BPP

A Lucta, Rio Grande - RS (1928-1930) - BRG

A Luta, Porto Alegre - RS (1927-1928) - NPH/UFRGS

Martelo e Foice – Hammer und Sichel, Porto Alegre – RS (1924) – ASMOB/CEDEM

O Nacional, Passo Fundo - RS (1928-1930) – AHR/UPF

Opinião Pública, Pelotas - RS (1927-1930) - BPP

O Popular, Caxias do Sul - RS (1930) – IHGRGS

O Povo, Porto Alegre - RS (1930) – NPH/UFRGS

O Republicano, Santana do Livramento - RS (1929) - IHGRGS

Rio Grande, Rio Grande - RS (1928-1930) - BRG

O Sindicalista, Porto Alegre - RS (1926-1927) – NPH/UFRGS

O Tempo, Rio Grande - RS (1928-1930) - BRG

O Viamonense, Viamão - RS (1929) - IHGRGS

A Voz Comunista, Santana do Livramento - RS (1927) - ASMOB/CEDEM

c) CORRESPONDÊNCIAS

Carta Aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político Proletário do Distrito Federal, ao Centro Político dos Chauffers, ao Partido Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói, 1927.

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva ao Comitê Regional de Porto Alegre. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta da Comissão Central Executiva a Hugo Ungaretti. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1928. A 2, 16 (3). (ASMOB).

Carta de Abílio de Nequete ao Comitê Executivo da Internacional Comunista. Montevideú, 1º de fevereiro de 1921. (RGASPI).

Carta de Marcos Piatigowski ao Secretariado da Seção Latino-Americana da IC. Paris, 26 de julho de 1930, rolo 4. (RGASPI).

Carta de Luiz Cuervo a Astrojildo Pereira. Porto Alegre, 6 de março de 1927. A 2, 15(2). (ASMOB).

Carta de Isaac Scliar a Astrojildo Pereira. Porto Alegre, 16 de abril de 1926. ARCH A 2, 9 (2)-1. (ASMOB).

Carta de Pelayo Gil Ribas ao Comitê Central do PCB. Montevideú, 27 de junho de 1930. ARCH A 2,9 (3). (ASMOB).

Telegrama de Antonio Carlos a Oswaldo Aranha. Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 1930. Arquivo Borges de Medeiros. (IHGRGS).

Telegrama de Oswaldo Aranha a Washington Luis. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1930. Arquivo Borges de Medeiros. (IHGRGS).

Correspondência expedida pela 3ª Delegacia Auxiliar da Chefatura de Polícia. Porto Alegre, 1º de julho de 1931. Fundo da polícia, maço 13. (AHRG).

Correspondência da Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul à União dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre. Porto Alegre, 22 de julho de 1929. Apud PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia do movimento operário gaúcho*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992, p. 311-312.

Correspondência da Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul e Comissão Executiva do Bloco Operário e Camponês às organizações operárias. Porto Alegre, 26 de julho de 1929. Apud PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia do movimento operário gaúcho*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992, p. 313-316.

d) ATAS

Livro de Atas de Reuniões de Diretoria da Sociedade União Operária. n.º 1154, Rio Grande, 3 de outubro de 1928. (CDH/FURG).

Livro de Atas das Sessões de Assembléia Geral da Sociedade União Operária. n.º 48, Rio Grande, 18 de novembro de 1928. (CDH/FURG).

e) RELATÓRIOS

Relatório do Comitê Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [dezembro 1928], rolo 4. (RGASPI).

Resoluções da Conferência Sindical de Porto Alegre ao Congresso Operário Nacional. Apud *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 de abril de 1929, p. 7.

Relatório de Pablo Osório (Plínio Mello) no Plenun Ampliado do Secretariado Sul-Americano da IC, maio de 1930. ARCH, A 2-11 (ASMOB).

Pablo Osório [Plínio Gomes de Mello]. La situación en el Rio Grande do Sul y la actuación del P.C.B. en esa región. Buenos Aires, maio 1930. ARCH, A 2, 11(1)-0. (ASMOB).

Relatório do Presidium ao CC Restrito de 24 de novembro de 1929, rolo 5. (RGASPI).

Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. Secretariado político da IC. Moscou, fevereiro de 1930. Apud *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1930, p. 3.

Resoluções do III Congresso do PCB sobre o BOC (1928-1929). Apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo: FFLCH, USP. São Paulo, 2002. (Tese de doutorado), p. 626.

Relatório da Comissão Central Executiva aos Comitês Regionais sobre a situação sindical. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1926. (ASMOB).

f) PANFLETOS

A data proletária. Apud *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1928, p. 2.

A Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, apela aos trabalhadores das cidades e dos campos! Apud *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º de maio de 1929, p. 8.

g) PROGRAMA

Programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil (1929). Apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo, FFLCH, USP. São Paulo, 2002. (Tese de doutorado), p. 628.

h) ESTATUTOS

Estatutos do Bloco Operário e Camponês. Rio de Janeiro, 1927. Apud KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo, FFLCH, USP. São Paulo, 2002. (Tese de doutorado), p. 312.

Estatutos dos Centros Comunistas. In: Centro Comunista n. 4. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Porto Alegre, 1925.

Estatutos do Partido Comunista (Seção Brasileira da Internacional Comunista). In: Centro Comunista n. 4. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Porto Alegre, 1925.

Estatutos da Liga dos Operários Republicanos do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia do movimento operário gaúcho*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992, p. 296-300.

i) OUTROS DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

Notas sobre a situação atual do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1930, rolo 4. (RGASPI).

A vida do Bloco Operário e Camponês, 1928, rolo 5. (RGASPI).

O III Congresso (dezembro de 1928 – janeiro de 1929). Rio, 11 de fevereiro de 1929. CC do PCB. Apud CARONE, Edgard. *O PCB I (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 71.

O III Pleno do C.C. (outubro de 1929). Apud CARONE, Edgard. *O PCB I (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982.

j) MEMÓRIAS DE MILITANTES

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

GERTZ, René (ed.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: EST, 1989.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, Arquivo de História Social Edgar Leuenroth, 1982.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1989.

l) ENTREVISTAS

BRANDÃO, Otávio. Entrevista com Otávio Brandão, realizada em 1979. *História em Revista*. Pelotas, v. 2, p. 209-254, 1996.

MELLO, Plínio. Memória: entrevista com Plínio Mello. *Teoria e Debate*. São Paulo, n.º 7, p. 30-45, jul/ago/set. 1989. Entrevista concedida a D. Karepovs e outros.

REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993. 139 p. dat.

m) OUTROS DOCUMENTOS

Matrícula dos presos recolhidos à Casa de Correção. Porto Alegre, (set/1926 a mar/1928). Fundo da polícia, março 304. (AHRs).

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1927. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u810/index.html>> (Acesso em 24 de abril de 2004)

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Getúlio Vargas em 20 de setembro de 1928. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u811/index.html>> (Acesso em 24 de abril de 2004)

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Getúlio Vargas, em 20 de setembro de 1929. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u812/index.html>> (Acesso em 24 de abril de 2004)

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem enviada à Assembléia dos representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Getúlio Vargas, em 20 de setembro de 1930. Porto Alegre. Disponível em. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u813/index.html>> (Acesso em 24 de abril de 2004)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luciano Aronne. *Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-30)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ANDERSON, Perry. La historia de los partidos comunistas. In: SAMUEL, Raphael (org.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Grijalbo, 1984.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Os comunistas no Brasil.: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). *Cadernos AEL*. Campinas, n.º 2, p. 11-34, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República de 1889 a 1930*. Vol. 2. 4ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, n.º 8, 1997.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1929-1964)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

CANALE, Dario. Problemas na construção da história do Partido Comunista Brasileiro. *Revista Novos Rumos*. São Paulo, v. 1, nº. 1, jan/mar 1986, p. 77-92.

CAPELATO, Maria Helena. História política. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996.

_____. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2003.

CARDOSO, Alcina e ARAÚJO, Silvia. Jornais operários — metodologia para análise histórica do discurso operário na Primeira República. *História: Questões & Debates*. Curitiba, 4(6): 99-110, jun., 1983.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *O PCB I (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982.

CERRONI, Umberto. Para una teoria del partido político. In: CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monty (org.). *Teoria marxista del partido político*. México: PYP, Cuadernos del Pasado Y Presente, 1978.

CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLAUDIN, Fernand. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*. Paris: Ruedo Ibérico, 1970.

DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. A revolução acabou. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, nº 20, mar/ago, 1990, p. 63-74.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

_____. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. IV, Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*, vol. I, 2 Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. V. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

DULLES, John F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900/1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. 3 ed. México: Fundo de Cultura Económica, 1957.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudos do PPG em História (UFRGS)*. Porto Alegre, v. 13, p. 19-29, 1995.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito...: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abrahmo, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.

GARCIA, Eliane. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960)*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Dissertação de mestrado em História).

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, R.; ANTUNES, R. e FERRANTE, Vera (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 193-223, 1986.

_____. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*. Campinas, nº. 8/9, p. 319-342, 1997.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917 – 1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

_____. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*. vol. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

_____. *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

HERRLEIN JR., Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº. 14, p. 103-118, 2000.

HENN, Leonardo Guedes. *As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina (1919-1943)*. São Leopoldo: Unisinos, 2005. (Tese de doutorado em História).

HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo: USP, 2002. (Tese de doutorado em História).

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideais de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. Astrogildo Pereira: o homem, o militante, o crítico. In: Astrogildo Pereira et alli. *Memória & História*. nº. 1, São Paulo, LECH, 1981.

KONRAD, Diorge Alceno. *1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUC-RS, 1994. (Dissertação de mestrado em História).

_____. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: Unicamp, 2004. (Tese de doutorado em História).

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LENA JÚNIOR, Hélio de. *Astrogildo Pereira: um Intransigente Libertário (1917 - 1922)*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 1999. (Dissertação de mestrado em História).

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, Arquivo de História Social Edgar Leuenroth, 1982.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Ed. Universitária, Unitrabalho, 2001.

_____. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História Unisinos*. Vol. 6, n. 6, 2002, p. 97-125.

_____. Quarto congresso operário do Rio Grande do Sul (1928). *Cadernos do ISP*. Pelotas, UFPel (11), dezembro de 1997.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo 3, vol. 1, 4 ed. São Paulo: Difel, 1985.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: Edição do autor, 2004.

_____. *Comunistas gaúchos*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. I, 2 Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1927-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. O PCB e a moral comunista. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 3. n. 1, p. 69-83, 1997.

MUNAKATA, Kazumi. *Algumas cenas brasileiras*. Campinas: Unicamp, 1982 (dissertação de mestrado em História).

NEVES, Lucília de Almeida. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 4, n. 1. p. 53-64, 1998.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *“Perante o Tribunal da História”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004 (dissertação de mestrado em História).

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *A vaga sombra do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 1920*. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (tese de doutorado em História).

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O trem da História. A aliança PCB / CSCB / O Paiz*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1994.

PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PETERSEN, S. e LUCAS, E. *Antologia do movimento operário gaúcho*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.

PETERSEN, Silvia e SCHMIDT, Benito. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luis Alberto. (Org.). *Capítulos da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PETERSEN, Silvia. *“Que a união operária seja nossa Pátria!”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 2001.

_____. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*. Porto Alegre, n.º 8, p. 62-78, 1997.

_____. Cruzando fronteiras: As pesquisas regionais e a história brasileira. In: ARAÚJO, Angela (org.) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *Da ação direta à disciplina do partido: percursos do movimento operário gaúcho nos anos 20*. Relatório de pesquisa para o CNPq. Porto Alegre. mimeo. (inédito), 2000.

_____. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Editora da universidade /UFRGS/FAPERGS, 1989.

_____. O anarquismo no Rio Grande do Sul na Primeira República. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre (15),1991-1992.

PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil. 1889-1930. O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, v.1, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O proletariado industrial na Primeira República. O Brasil Republicano. In: *História Geral Civilização Brasileira*, Tomo 2, Vol. 9, São Paulo: Difel, 1977.

_____. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RAMA, Carlos. *Historia del movimiento obrero y social latino-americano contemporaneo*. Barcelona: Editorial Laia, 1976.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um balanço da historiografia sobre a esquerda brasileira. In: ARAÚJO, Angela (org.) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

_____. (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 1998.

RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: Os dirigentes e a organização. O Brasil Republicano. In: *História Geral Civilização Brasileira*, Tomo 3, Vol. 3, São Paulo, Difel, 1981.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)*. Franca: UNESP/Franca, 1999.

ROSAL, Amaro del. *Los congresos obreros internacionales em el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975.

SALES, Jean Rodrigues. O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política. *Diálogos*. DHI/UEM, v. 6, p. 155-171, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

_____. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. Bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, vol. XXII, n. 2, p. 5-26, dezembro 1996.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. *Povo! Trabalhadores! Tumulto e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. (Dissertação de mestrado em História).

SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

_____. Tempo de fundadores. In: In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. IV, Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operário sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Contribuição à história do PCB. *Temas de Ciências Humanas*. n.º 8 e 9, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: A dominação oculta*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIANNA, Werneck Luís. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: PROST, Antoine e VINCENT, G. (org.). *História da vida privada 5: da Primeira Guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VIZENTINI, Paulo G. *O Rio Grande do Sul e a política nacional: as oposições civis na crise dos anos 20 e na Revolução de 30*. Porto Alegre: BRDE, Academia Brasileira de História, 1982.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2002, v.1.

ZAIDAN, Michel. *Comunistas em céu aberto 1922 - 1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. *PCB (1922-1929): Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

ZIMBARG, Luís Alberto. *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927 - 1945)*. Franca: Unesp, 2001. (dissertação de mestrado em História).

ANEXOS

ANEXO A – “Carta aberta a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista, ao Centro Político dos Operários do Distrito Federal, ao Centro Político dos Choferes, ao Partido Unionista dos Empregados no Comércio, ao Centro Político Proletário da Gávea e ao Centro Político Proletário de Niterói.

CANDIDATURAS DE CLASSE

As próximas eleições federais, para renovação do Parlamento nacional, estão interessando sobremaneira ao proletariado e às classes laboriosas em geral de todo o Brasil.

Pode dizer-se que pela primeira vez, entre nós, vê o proletariado brasileiro a possibilidade de sua intervenção direta e independente no pleito a travar-se. Com efeito, até aqui – salvo alguma que outra exceção de caráter local ou pessoal – jamais o eleitorado operário do Brasil participou de uma campanha eleitoral nacional como força própria, como classe independente, apresentando um programa de reivindicações ditadas por seus interesses e aspirações de classe. Os operários eleitores votavam indistintamente nos diversos candidatos da burguesia, a isto quase sempre obrigados pela pressão patronal e devido à sua própria desorganização partidária.

Mas esses tempos são passados. O proletariado já vai adquirindo uma consciência de classe – o que quer dizer que já vai compreendendo serem seus interesses antagônicos aos interesses da burguesia. Ora, este despertar da consciência proletária reflete-se e projeta-se igualmente sobre o terreno eleitoral. O mesmo instinto de classe diz aos operários eleitores que eles, nas eleições para os cargos públicos, devem votar nos próprios candidatos, isto é, nos candidatos que representam realmente seus interesses de classe independente.

É o que agora se verifica. O eleitorado proletário quer enviar gente sua, lídimos e autênticos representantes seus ao parlamento nacional. Ele não quer mais votar no candidato patrão, ou no aliado e criatura do patrão-candidato, o qual será, necessariamente, nas Câmaras, como tem acontecido até hoje, o defensor dos interesses patronais contra os interesses proletários.

Demais, o proletariado brasileiro vê o que se passa nos demais países do mundo e aprende no exemplo prático que nos vêm – nisto como em tudo o mais – do estrangeiro. O proletariado dos países europeus e americanos possui seus

próprios partidos de classe e, nas eleições, só vota nos candidatos de seus partidos. Aqui mesmo bem perto de nós, no Uruguai, na Argentina, no Chile, os partidos operários participam dos pleitos eleitorais como força independente e como tais elegem seus próprios candidatos.

A INTERVENÇÃO DO P.C.B.

Assim sendo, o Partido Comunista do Brasil, constituído pela vanguarda consciente do proletariado deste país, não podia deixar de participar nas próximas eleições de fevereiro. Os interesses e as aspirações do Partido Comunista não são diversos dos interesses e das aspirações do proletariado em geral. Pelo contrário, o Partido Comunista é o único partido operário que verdadeiramente representa os reais interesses e aspirações totais da classe operária. É, pois, em nome da massa proletária, que o P.C.B. se dirige, nesta carta aberta, às pessoas, aos partidos e aos centros acima mencionados, os quais, de uma forma ou de outra, apresentam-se aos sufrágios operários como candidatos das classes laboriosas e espezinhadas, cujos interesses dizem representar.

É o caso de Maurício de Lacerda. Gozando da mais larga popularidade, com um passado de brilhantes lutas parlamentares em prol das liberdades públicas, ele surge no cenário da campanha eleitoral como candidato dos oprimidos e explorados. O Partido Socialista o apóia como candidato dos oprimidos e explorados. Nós não concordamos de modo algum com a sua política individualista, não partidária, geradora de confusões e mal-entendidos, que só podem servir aos inimigos da política proletária, prejudicando, por conseguinte, ao próprio Maurício de Lacerda. Certo, sua popularidade é grande, e a massa, apesar de tudo, apesar daquelas reservas formuladas pela vanguarda, tem-no como um dos seus e irá votar nele, convicta de que votará num candidato proletário, defensor dos interesses proletários. Pois bem: o P.C.B., mesmo desconfiando, quer confiar em Maurício de Lacerda e, em nome da classe operária, propõe-lhe a formação de uma frente única proletária na campanha eleitoral iniciada, tomando para base uma plataforma única do combate, contendo as reivindicações mais elementares comuns às massas laboriosas em geral.

Igual proposta fazemos a Azevedo Lima. Este possui um eleitorado próprio, fortemente arregimentado e não depende de ninguém do ponto de vista estritamente eleitoral. Mas sua atuação combativa durante a extinta legislatura, com o criar-lhe

uma justa auréola de indômita bravura no bom combate em prol das causas populares, criou também, tacitamente, uma espécie de compromisso moral entre ele e o proletariado. Demais, como reforço a esse compromisso, Azevedo Lima, embora ainda revelando certas contradições ideológicas, tem feito afirmações peremptórias de simpatia do comunismo e tem tomado atitudes de desassombroso apoio às lutas de classe do proletariado, como foi principalmente no caso da campanha da 'A Classe Operária' contra Luís de Oliveira. De tal sorte, a aliança de Azevedo Lima ao Bloco Operário, cuja formação propomos, parece decorrer logicamente de todo seu recente passado e assim o esperamos firmemente. Sua eleição é geralmente tida como assegurada pelo numeroso e dedicado eleitorado que ele pessoalmente arregimentou. Neste sentido é evidente que sua aliança conosco pouco resultado prático numérico lhe trará. Há, porém, o aspecto essencialmente político da batalha e neste sentido sua adesão ao Bloco Operário, que propomos, é não só uma adesão lógica, mas necessária e de recíprocas vantagens, isto é, de vantagens para a política proletária, feita de verdade, nitidez e firmeza.

AOS DEMAIS PARTIDOS E CENTROS

O Partido Socialista, partido reformista, mas que pretende representar as massas laboriosas, além de apoiar a candidatura de Maurício de Lacerda, apresenta vários candidatos seus, não só aqui no Distrito Federal, como também no Estado do Rio, na Bahia, em Pernambuco, em Santa Catarina. Adversários intransigentes da nefasta política reformista, confusionista, colaboracionista do P.S.B., entendemos, todavia, que é esta uma excelente oportunidade para, aos olhos das massas, pôr-se à prova a sinceridade dos socialistas, que se apresentam aos sufrágios proletários. O P.C. quer unir, reunir numa frente única todas as forças proletárias que se aprestam para o próximo combate eleitoral. É o próprio interesse proletário – que o P.C. põe acima de tudo, visto como o interesse proletário é o próprio interesse do comunismo – que comanda, em momentos tais, a coesão e a unificação das forças diante do inimigo comum. E como nós não fazemos questão de nomes pessoais – guardadas, é claro, certas exigências mínimas – porém, sim, de programa, de compromisso coletivo, convidamos o P.S.B. a integrar-se na formação do Bloco Operário, sob cuja bandeira comum, batalhando sobre a mesma comum plataforma proletária, se apresentarão seus candidatos, no Distrito Federal e nos Estados. Falando claro e franco, nós não acreditamos na sinceridade dos chefes do P.S.B.

nem dos seus candidatos, e muito menos em sua influência ou força eleitoral, mas estamos prontos a apóia-los, desde que assumam publicamente, perante o proletariado, o compromisso de defender e submeter-se à plataforma proletária do Bloco Operário.

Não sabemos ainda que atitude vão tomar, com relação às próximas eleições, o Centro Político Operário, o Centro Político dos Choferes, o Partido Unionista dos Empregados no Comércio, o Centro Político Proletário da Gávea e o Centro Político Proletário de Niterói. Quanto a estes dois últimos, não temos dúvida de que formarão ao nosso lado, dadas as afinidades entre o seu programa e o nosso. Quanto aos outros três, não sabemos se pretendem apresentar candidatos próprios ou apoiar eventualmente tais ou quais candidatos. Seja como for, tornamos extensivo a essas organizações políticas operárias este convite para sua adesão ao Bloco Operário, na base dos princípios e reivindicações mais adiante expostas.

FRENTE ÚNICA PROLETÁRIA

É coisa muito fácil de compreender que a participação no pleito eleitoral de todos esses candidatos e partidos, concorrendo uns contra os outros, dispersivamente, só pode dar como resultado o enfraquecimento das forças operárias, que todos eles pretendem representar. Enfraquecimento e dispersão não somente no terreno estritamente eleitoral, aritmético, do pleito, mas, sobretudo, enfraquecimento e dispersão no terreno político.

As massas operárias e as classes laboriosas em geral estão entre si ligadas por uma afinidade básica de interesses, que lhes são comuns. Toda a gente pobre – operários, empregados no comércio, pequenos funcionários, artesãos, trabalhadores agrícolas, pequenos lavradores, todos aqueles que vivem de seu trabalho pessoal cotidiano –, toda essa grande massa sofredora e oprimida passa a mesma ‘vida apertada’, porque seus ganhos mal chegam, quando chegam, para fazer frente às dificuldades crescentes da existência. A carestia dos gêneros, a crise de habitações, a falta de trabalho, a inflação, a baixa cambial, a política escorchadora dos impostos federais, estaduais e municipais, toda a sorte de gravames pesando principalmente sobre os pobres, tudo isso cria uma base comum de interesses, que o bom senso indica deverem ser defendidos pelo esforço comum dos interessados.

É esta uma verdade claríssima, que ninguém poderá contestar: na defesa dos interesses que são comuns todos os interessados deverão unificar e concentrar

seus esforços num bloco único que vá ao combate de fileiras cerradas, obedecendo a um plano comum único.

É isto precisamente que nós vimos propor. O Partido Comunista, cômscio de que os interesses supremos do proletariado devem ser postos acima das tendências desta ou daquela facção política, propõe a formação de uma frente única, de um bloco operário de todos os candidatos, partidos e grupos que vão disputar as próximas eleições alegando ou pleiteando representação das classes laboriosas. O Partido Comunista não pretende concorrer com candidatos próprios e de tal sorte dividir as forças operárias. O Partido Comunista, que pleiteia a vitória da política proletária independente, propõe, portanto, a concentração de todas as forças operárias. O Partido Comunista está disposto a apoiar a campanha eleitoral dos candidatos e demais grupos e partidos que aceitem travar a batalha na base em comum na base de uma plataforma comum, segundo um plano comum.

Demais disso, o Partido Comunista, interpretando o verdadeiro e instintivo pensamento de classe das massas trabalhadoras, pretende por este meio iniciar uma vasta campanha de saneamento do meio político nacional, combatendo sem tréguas a política personalista, individualista e irresponsável dos cabos eleitorais sem princípio, sem programa, sem finalidade. É preciso sanear a política e para isto é preciso intervir nela e não afastar-se dela, deixando-a entregue aos manejos imorais de ambiciosos e negociistas sem escrúpulo. E o primeiro passo a dar no sentido do saneamento da política está em exigir a responsabilidade dos políticos perante as massas. Queremos uma política de princípios, de programas, de responsabilidades.

O Partido Comunista, partido do proletariado, tem responsabilidades, defende princípios e bate-se por um programa. Daí, sua atitude presente, saltando na arena do combate eleitoral e convocando para a defesa em comum dos interesses do proletariado todos aqueles que se apresentam como partidários do proletariado.

A PLATAFORMA DO BLOCO OPERÁRIO

Como base para a constituição do Bloco Operário, apresentamos a seguir os itens da plataforma eleitoral a ser apresentada às massas laboriosas. Esta plataforma, como se verá, é um verdadeiro programa de reivindicações imediatas, consubstanciando em seus pontos as mais urgentes necessidades e as aspirações mínimas das classes oprimidas deste país.

Política independente de classe – A tarefa primordial dos candidatos do Bloco Operário consistirá em chamar a massa operária ao exercício efetivo de seus direitos políticos de classe. Realizando uma política independente de classe, os candidatos do Bloco Operário manter-se-ão em contato permanente com a massa operária por meio de seus órgãos representativos – sindicais e partidários – e por meio dos comícios públicos. Representando a massa operária, cujos interesses reais defenderão a todo transe no Congresso, os candidatos do Bloco Operário tomam o prévio compromisso de subordinar sua atividade parlamentar ao controle da massa operária, cujo pensamento ouvirão em cada ocasião, através de seus órgãos de classe autorizados. Eleitos e sustentados pela massa operária, os candidatos do Bloco Operário são responsáveis perante a massa operária por toda a atividade política e legislativa que desenvolverem dentro e fora do parlamento.

Crítica e combate à política plutocrática – Órgãos da política de classe da massa operária dentro do Parlamento, os candidatos do Bloco Operário exercerão a mais severa vigilância sobre a política e os políticos, que direta ou indiretamente representam os interesses da plutocracia, não poupando a crítica aos seus crimes, desmandos, abusos, hipocrisias, explorações. Os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão incessantemente por uma política de responsabilidades perante as massas populares, contra a política personalista dos conchavos e arranjos tramados à revelia do povo contribuinte.

Contra o imperialismo – Na política exterior do país, os candidatos do Bloco Operário orientarão sua atividade no sentido da luta mais encarniçada contra o imperialismo das grandes potências financeiras. Dentro desta orientação, os seguintes pontos serão particularmente visados: a) oposição a todo novo empréstimo externo; b) revisão dos contratos das empresas capitalistas estrangeiras concessionárias de serviços no Brasil; c) nacionalização das estradas de ferro, das minas e das usinas de energia elétrica; d) extinção das missões militar e naval estrangeiras; e) aliança com os países irmãos da América Latina, com os países coloniais e oprimidos (as Índias, a China etc.) que lutam contra os opressores imperialistas.

Reconhecimento “de jure” da U.R.S.S. – A União das Repúblicas Socialistas dos Sovietes, imensa federação de povos, com cerca de 20 milhões de quilômetros quadrados e 140 milhões de habitantes é hoje uma grande potência econômica e política mundial que os Estados mais reacionários (como a Itália, a Inglaterra, o

Japão, etc.) não podem desconhecer e cujas relações comerciais não podem dispensar. A U.R.S.S. é a aliada natural e a esperança suprema das classes laboriosas e oprimidas do mundo inteiro, que nela têm o exemplo prático da constituição e funcionamento da verdadeira democracia proletária, do governo do trabalho. Ela é ainda o baluarte irreduzível, o ponto de apoio principal dos povos que lutam contra o imperialismo. Por tudo isso, os candidatos do Bloco Operário preconizarão o reconhecimento “de jure”, pelo Brasil, do governo da U.R.S.S. e pelo restabelecimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais entre os dois países.

Anistia aos presos políticos – Somos partidários da mais ampla anistia aos presos políticos de toda natureza, processados ou não, civis e militares. Pior, porém, que as prisões sofridas pelas vítimas do sítio foram as deportações de operários para a Clevelândia, no Oiapoque. Todos esses trabalhadores e suas famílias ficaram com a vida completamente arruinada. Muitos deles morreram devorados pelas febres e pelas misérias daquelas regiões. Os candidatos do Bloco Operário, representantes dos trabalhadores oprimidos, pensam em primeiro lugar nas vítimas operárias da repressão policial. E, assim, bater-se-ão para que os operários sobreviventes, ou as famílias dos que morreram no desterro do Oiapoque, sejam devidamente indenizados pelo Estado, calculando-se a indenização de cada caso segundo os salários que respectivamente ganhavam, acumulados durante o tempo decorrido, desde o dia da prisão ao da libertação ou morte de cada qual. Esta medida justíssima de indenização deve ser aplicada em todos os casos semelhantes aos dos vitimados no Oiapoque.

Autonomia do Distrito Federal – Entendemos que a administração do Distrito Federal – o maior centro de trabalho do país – deve estar liberta da tutela e da opressiva influência da política federal. Para isto preconizamos principalmente: a) a eleição do prefeito, que deve ser responsável de sua gestão perante o Conselho Municipal; b) aumento das cadeiras do Conselho Municipal, sendo as eleições feitas segundo o sistema da representação proporcional (como em Buenos Aires); c) nenhuma subordinação da administração local ao Senado Federal ou qualquer outro organismo do governo federal; d) municipalização completa da polícia e do corpo de bombeiros, sendo os respectivos comandantes de nomeação do prefeito.

Legislação social – Os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão pelo andamento imediato do Código do Trabalho encalhado no Senado, propondo seja o

mesmo submetido à revisão por uma assembléia especial de representantes autorizados dos sindicatos operários. No que concerne à rigorosa aplicação das leis e regulamentos integrantes do Código do Trabalho (bem como a lei de férias, a lei de acidentes, a lei de pensões), preconizamos como medida preliminar indispensável que sua fiscalização e controle sejam confiados aos comitês operários eleitos nas próprias fábricas, oficinas e sindicatos. Os itens a seguir constituirão os pontos principais da atividade parlamentar dos candidatos do Bloco Operário em matéria de legislação social, condições de trabalho, problemas de higiene e assistência social, no lar, na rua, na fábrica, na oficina, no comércio, nos transportes, no subsolo, na lavoura: a) máximo de 8 horas de trabalho diário e 44 semanais, e redução a 6 horas diárias nos trabalhos malsãos; b) proteção efetiva às mulheres operárias, aos menores operários com a proibição do trabalho a menores de 14 anos; c) salário mínimo; d) contratos coletivos do trabalho; e) o seguro social a cargo do Estado e do patronato, contra o desemprego, a invalidez, a enfermidade, a velhice; f) enérgica repressão ao jogo e ao alcoolismo; g) licença às operárias grávidas de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com pagamento integral dos respectivos salários; h) extinção dos serões e extraordinários; i) descanso hebdomadário em todos os ramos do trabalho, na indústria, no comércio, nos transportes, na lavoura; j) proibição da dormida nos locais de trabalho; k) água filtrada nas fábricas e oficinas; l) saneamento rural sistemático, visando a regeneração física e moral do trabalhador agrícola, a higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura, assistência médica gratuita aos doentes pobres; m) fomento e facilidades às cooperativas operárias de consumo e às cooperativas de produção na pequena lavoura.

Contra as leis de exceção – Pugnando pela mais completa liberdade de opinião, associação e reunião para as classes laboriosas, os candidatos do Bloco Operário oferecerão encarniçado combate a todas as leis de exceção (lei Adolpho Gordo, lei de expulsão de operários estrangeiros, lei de imprensa), inspiradas no espírito reacionário e antiproletário do capitalismo dominante. O direito de greve é, teoricamente, reconhecido pelo Código Civil. Para que esse direito se torne uma realidade prática é absolutamente necessário proibir a indébita e arbitrária intervenção policial nas greves. Por este direito bater-se-ão os candidatos do Bloco Operário. Os direitos de livre associação e livre opinião política devem ser extensivos aos pequenos funcionários e operários federais, estaduais e municipais

(correios e telégrafos, arsenais, limpeza pública, obras públicas, professorado primário etc.).

Impostos – Em matéria de imposto e taxações fiscais de qualquer natureza – federais, estaduais ou municipais – os candidatos do Bloco Operário orientarão sua atividade parlamentar guiados pelo seguinte princípio: só os ricos devem pagar impostos. Atualmente, a quase totalidade dos impostos é de fato paga pelos pobres. Estes pagam 300 mil contos, sobre o consumo; ao passo que os ricos pagam, sobre a renda, a insignificância de 24 mil contos. O operário contribui com 25% de seus magros ganhos para o Tesouro, ao passo que o nababo, que nada em dinheiro, contribui, proporcionalmente, com apenas 0,5%... Os candidatos do Bloco Operário propugnarão por que a totalidade dos impostos de toda natureza seja paga somente pelos ricos, eximindo-se os pobres de tão pesados encargos.

A reforma monetária e a carestia da vida – As conseqüências da reforma monetária – quebra do padrão, conversão, estabilização, substituição do mil réis pelo cruzeiro – vão atingir e afligir principalmente as camadas pobres da população: operários, artesãos, empregados no comércio e nos transportes de terra e mar, pequenos funcionários, pequenos lavradores, intelectuais pobres, soldados, marinheiros, trabalhadores em geral, enfim, todos aqueles que vivem de um salário ou de seu trabalho pessoal. A estabilização já decretada vai operar-se na base de um câmbio baixo e isto significa a estabilização da carestia, senão o aumento da carestia. Demais, o decreto da reforma monetária autoriza o governo a procurar os recursos de que carecer para a conversão e estabilização principalmente nas duas fontes seguintes: a) nos saldos orçamentários – o que será obtido pela majoração dos impostos, de onde resultará maior alta nos preços das utilidades; b) nos empréstimos no exterior – o que acarretará a necessidade de aumentos das rendas (isto é, novos impostos) para fazer face aos compromissos agravados, e aí teremos novas causas de carestia. Haverá ainda, com o estabelecimento do “cruzeiro”, um reajustamento geral nos preços e nos salários, e isto fatalmente será pretexto de novas diminuições na capacidade aquisitiva dos ganhos proletários. Estas considerações fundamentais bastam para mostrar o grau de gravidade que atingirá a situação das camadas pobres da população com o efetivar-se do decreto de reforma monetária. Mas, encarando de frente a situação, cômnicos das responsabilidades que assumem nesta plataforma, os candidatos do Bloco Operário reivindicarão para as massas laboriosas a aspiração das seguintes medidas de defesa de seus

interesses ameaçados pela reforma monetária: a) o reajustamento dos salários operários, dos vencimentos dos pequenos funcionários bem como das etapas dos oficiais inferiores e praças de pré, segundo uma tabela, cientificamente estabelecida, de relação entre o preço das utilidades e as necessidades mínimas da população trabalhadora; b) oposição a todo novo empréstimo no exterior, o que só poderá agravar o estado de dependência nacional ao imperialismo financeiro anglo-americano; c) severa repressão à jogatina cambial; d) oposição a toda majoração de impostos que venham recair sobre as camadas pobres da população; e) imposição das classes ricas, majoração dos impostos sobre o luxo, sobre as rendas e sobre o capital dos grandes senhores agrários, industriais e comerciais.

Habitação operária – A questão da habitação operária é daquelas que mais preocuparão a atividade parlamentar dos candidatos do Bloco Operário. Eles denunciarão implacavelmente as meias soluções burguesas, as medidas de emergência, os paliativos demagógicos, e bater-se-ão em prol de soluções proletárias amplas e decisivas, como sejam: a) construção, expropriação e municipalização geral das casas para operários; b) aluguéis proporcionais aos salários, sendo as respectivas tabelas estabelecidas e fiscalizadas por comissões de inquilinos pobres; c) supressão dos depósitos, e pagamento por mês vencido; d) derrubada dos barracões, “casas de cômodos” e “cabeças de porco”, e construção em seu lugar de habitações que possuam todos os requisitos da higiene e da comodidade; e) severa repressão da especulação dos intermediários e sublocadores.

Ensino e educação – Nas questões referentes ao ensino público, os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão não só pela extensão e obrigatoriedade do ensino primário, como ainda, complementarmente: a) pela ajuda econômica às crianças pobres em idade escolar, fornecendo-lhes, além do material escolar, roupa, comida e meios gratuitos de transporte; b) pela multiplicação das escolas profissionais de ambos os sexos como uma continuação necessária e natural das escolas primárias de letras; c) pela melhoria nas condições de vida do professorado primário, cuja dedicação à causa do ensino público deve ser melhor compreendida e compensada; d) pela subvenção às bibliotecas populares e operárias.

Voto secreto – Somos partidários do voto secreto e obrigatório, e extensivo às mulheres e às praças de pré, bem como aos operários estrangeiros com residência definitiva no país. Entendemos, porém, que o voto secreto e obrigatório não é

panacéia universal capaz de curar todos os males da democracia, nem tampouco um fim em si mesmo, e sim um meio de facilitar a participação das massas na política e na administração do país. Neste sentido, entendemos que a instituição do voto secreto e obrigatório deve ser acompanhada (ou mesmo precedida): a) [de] facilidade e simplificação no processo de alistamento eleitoral, criando-se a possibilidade real de intervenção das largas massas nos pleitos eleitorais; b) do sistema de representação proporcional por quociente eleitoral, meio único de acabar com a existência da “cabos” eleitorais e de forçar a criação dos partidos e a apresentação dos candidatos em listas coletivas de cada partido.

Eis aí estão condensadas as reivindicações imediatas que verdadeiramente consultam aos interesses e aspirações das massas laboriosas em geral.

Por estas reivindicações bater-se-ão denodadamente os candidatos do Bloco Operário.

Todo operário, toda a gente pobre compreenderá que fora desta plataforma não pode haver política proletária sincera. Fora do Bloco Operário, que sustentará esta plataforma, não pode haver candidatos operários.

O P.C.B., que toma a iniciativa da formação do Bloco Operário, estabelece o prazo de uma semana, a contar desta data, para resposta daqueles a quem se dirige nesta Carta aberta.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1927

A Comissão Central
Executiva do P.C.B.”

ANEXO B – A data proletária.

Manifesto distribuído a 1º de maio.

“Surge novamente o 1º de maio. Pela grande inconsciência que perdura ainda no seio da classe operária, vem esta grande data encontrar o proletariado do mundo (excepto da Rússia Soviética) maniciado pela miséria e emudecido pela força brutal e feroz das “democracias” burguesas.

Não bastou ainda um decênio, em que a verdadeira democracia proletária russa venha demonstrando o sistema genial de se destruir a fúria retrógrada do parasitismo burguês?

Não bastou ainda a reação venenosa que, principalmente neste Brasil, uma tirania bestial e caduca, atira contra as mais insignificantes exigências dos trabalhadores?

Não bastou ainda que o proletariado saiba das carnificinas que, há muito, vem sendo feitas sobre a sua classe?... O massacre dos 30 mil comunistas de Paris em 1871; os fuzilamentos em massa dos operários russos em 1905; os mártires de Chicago; os povos coloniais agonizando sob as garras da frente única imperialistas?...

A Classe Operária, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1928, p. 2.

ANEXO C – Resoluções do III Congresso do PCB sobre o BOC (1928-1929)

A - “A situação política nacional e a posição do Partido Comunista

[...]

28 – O Bloco Operário e Camponês, pelo seu próprio desenvolvimento e pela experiência já adquirida, tende a tornar-se uma grande organização política das mais vastas massas operárias e camponesas. Organização legal, ele tem aparecido muitas vezes como o próprio partido do proletariado, sustentando as palavras de ordem específicas da classe operária. É preciso, porém, que o Partido Comunista mantenha a mais vigilante atenção sobre a organização e a atividade do Bloco Operário e Camponês, controlando-se estritamente, de sorte a evitar possíveis desvios eleitoralistas e oportunistas.

Formando o núcleo central e dirigente do Bloco Operário e Camponês, o Partido Comunista não deve fundir-se nem desaparecer dentro dele, mas, pelo contrário, deve conservar sempre sua própria fisionomia política, para isto desenvolvendo uma propaganda ilegal sistemática entre as massas, de sorte a consolidar sua própria organização em conseqüência mesmo do trabalho realizado no Bloco Operário e Camponês, bem como nas demais organizações auxiliares de massa.

[...]”

B - “Sobre o Bloco Operário e Camponês

O Bloco Operário e Camponês é uma organização de massas, de frente única de todas as camadas do proletariado urbano e rural, os camponeses típicos e da pequena-burguesia proletarizada.

Até hoje, o B.O.C. concentrou sua atividade no terreno eleitoral. Precisamos dar-lhe agora um caráter profundo, de trabalho permanente, ampliando sua ação no seio das massas, em todos os terrenos da luta de classes, utilizando todas as formas do trabalho cultural, esportivo, etc., como meio para atrair as massas.

A vitória do B.O.C. nas eleições municipais confirma a justeza da sua linha política em conjunto e tem a mais alta significação, porque aumenta a base de ação e influência do P.C.B., abrindo vastas perspectivas.

As condições especiais do atual momento criaram para o B.O.C. duas funções: como forma de organização das massas e, ao mesmo tempo, como uma forma de trabalho legal do P.C.B.

Uma tal situação agrava os dois perigos seguintes:

1º O P.C.B. arrisca-se a perder a direção política do B.O.C. Isto produziria a degenerescência eleitoral do B.O.C. e seu aproveitamento pelos políticos parlamentares da pequena-burguesia, colocando o proletariado a reboque destes elementos.

2º O P.C.B. arrisca-se a perder sua fisionomia própria como consequência da adaptação de toda a sua política ao conteúdo político do B.O.C., subordinando sua ação às possibilidades de trabalho legal. Este é o perigo mais grave e contra ele devemos tomar todas as medidas. Para isto, o P.C.B. deve, ao mesmo tempo, desenvolver sua própria propaganda nas massas, em seu próprio nome, com toda nitidez classista, sem subordinação às possibilidades legais da luta. Só assim o P.C.B. será cada vez mais o núcleo central do B.O.C., dirigindo sua atividade com toda a firmeza.

A fim de exercer um controle real sobre o Bloco e este sobre os seus representantes, subordinando o trabalho nas Câmaras à luta geral das massas, o P.C.B. deve combater a tendência de certos camaradas que procuravam ocultar o Partido sob o pretexto de que as massas têm medo da palavra comunismo.

* * *

O Congresso condena a aliança eleitoral que o B.O.C. de S. Paulo fez com o P[artido]. D[emocrático]. Em fevereiro de 1928, apesar de ter instruções em contrário da C.C.E. anterior. E bem assim os desvios oportunistas cometidos em Ribeirão Preto, nas eleições de Outubro do ano passado. Estes desvios mostram que a organização local do P.C.B. não tinha a necessária eficiência ideológica e orgânica, para opor uma barreira a esses desvios.

* * *

O B.O.C. precisa evitar todo e qualquer desvio eleitoralista ou oportunista, compreendendo a sua obra como um ponto de partida para a fermentação e a radicalização das massas. Precisa criticar severamente a atuação do seu

representante na Câmara Federal, combater os desvios deste último, fazê-lo comparecer às reuniões periódicas, para ouvir e discutir as críticas. Caso ele não se subordine à linha política firme do B.O.C. e torne inevitável o rompimento, precisamos fazê-lo com inteligência, realizando um trabalho preliminar de crítica perante as massas, para que estas o responsabilizem pelo rompimento e o condenem, deixando-o isolado.

* * *

O B.O.C. precisa organizar, por todo o país, uma rede de Comitês e Centros Políticos a ele filiados. Precisa estudar a forma de organizar comitês de fábricas, como uma base orgânica. Centros e Comitês não devem limitar sua atividade ao terreno eleitoral, ampliando-a, como já ficou explicado atrás. Precisa estudar as formas orgânicas e concretas de sua ligação com todos os organismos de operários e lavradores pobres, à luz da experiência. Nos Estados e, principalmente, onde já existe um começo de organização, estas tarefas devem ser adaptadas às condições locais e realizadas com habilidade, firmeza e tenacidade. A penetração nos campos deve ser uma das tarefas essenciais.”

ANEXO D – Programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil (1929)

“PROGRAMA DO BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS DO BRASIL

Projeto a ser apresentado ao 1º Congresso Nacional do B.O.C.B.

QUE É O B.O.C.B.

1) O Bloco Operário e Camponês do Brasil é a organização de frente única das massas laboriosas, sob a direção da vanguarda consciente do proletariado industrial, e unidas ao proletariado de todos os países.

2) O Bloco Operário e Camponês do Brasil aprofunda a sua ação no seio dos trabalhadores, em todos os terrenos – econômico, político, propriamente eleitoral, esportivo, cultural etc. Faz da luta eleitoral e de todas as outras formas de luta uma batalha em prol da conquista do poder político – do governo – pelas massas laboriosas e para elas.

3) O Bloco Operário e Camponês do Brasil defende todas as pequenas melhorias. Procura transformar os combates por essas reivindicações imediatas numa batalha pela emancipação dos trabalhadores manuais e intelectuais. Liga as pequenas questões de salários às grandes questões políticas como a entrega das terras pelo Governo Operário e Camponês aos trabalhadores, e a libertação do Brasil, e de todos os outros países coloniais e semicoloniais, das garras do imperialismo.

4) O Bloco Operário e Camponês do Brasil combate todas as formas do eleitoralismo e do oportunismo.

O eleitoralismo é a limitação da luta política ao terreno estreitamente eleitoral. A luta política é a luta pela conquista do poder político do Governo, do Estado.

O oportunismo é a falta de princípios. O oportunista prefere receber uma bagatela no presente a esperar por um tesouro no futuro.

5) O Bloco Operário e Camponês do Brasil marcha à frente das massas laboriosas, guiando-as, e nunca a reboque das mesmas. Sua obra é fermentar, apurando e radicalizando as massas.

6) O Bloco Operário e Camponês do Brasil defende quaisquer trabalhadores, das cidades ou dos campos, de qualquer raça, país, sexo, cor, religião, ideologia. E

aceita-os em suas organizações de base desde que estejam dispostos a lutar pela realização do seu programa.

7) O Bloco Operário e Camponês do Brasil baseia-se em adesões coletivas. Individualmente os trabalhadores devem aderir aos organismos de base.

8) O Bloco Operário e Camponês do Brasil apóia o jornal A CLASSE OPERÁRIA, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil, a Confederação Sindical Latino-Americana, a Liga Antiimperialista e as organizações antifascistas de caráter revolucionário. E aceita a adesão das organizações sindicais, do Partido Comunista e das Ligas de Camponeses pobres.

AS DUAS CLASSES

9) A tese fundamental do programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil é a seguinte: a sociedade está dividida em duas classes inimigas: o proletariado e a burguesia.

10) Fazem parte do proletariado:

Os operários das usinas, fábricas e oficinas. Os trabalhadores em transportes. Os operários do Estado (federais, estaduais e municipais). Os trabalhadores a domicílio que não são donos dos meios de produção. Os menores e as mulheres pobres, inclusive as domésticas (as que trabalham em casa). Os que mourejam no subsolo como os mineiros. Os empregados no comércio e na indústria. Os pequenos funcionários. Os intelectuais pobres. Os soldados do Exército, da Polícia e do Corpo de Bombeiros. Os guardas civis. Os marinheiros. Os inferiores do Exército, da Marinha, da Polícia e do Corpo de Bombeiros. Os assalariados agrícolas. E todos os elementos correlativos: os seringueiros, os caucheiros, os balateiros, os tangerinos, os vaqueiros, os almocreves, os carreiros, os lenhadores, os ervateiros, as rendeiras...

11) Fazem parte da burguesia:

Os proprietários das grandes fábricas e oficinas, dos bancos, armazéns e estradas de ferro. Os grandes proprietários de terras, minas e casas. Os atacadistas. Os altos funcionários. Os ministros. Os ricos em geral (os capitalistas)...

12) Só a luta das classes libertará as massas laboriosas. Toda a conciliação favorece a burguesia. Existindo um abismo entre as duas classes, quem não estiver com uma, terá fatalmente de fazer o jogo da outra classe.

A CLASSE PROLETÁRIA INDEPENDENTE

13) O Bloco Operário e Camponês do Brasil realiza a política da classe proletária contra a classe burguesa. Uma política de classe, independente.

14) Os representantes do Bloco Operário e Camponês do Brasil no Legislativo e no Executivo têm de viver em contato com a classe proletária. Consultam as organizações sindicais e o Partido do Proletariado, o Partido Comunista. Realizam comícios. Subordinam sua atividade no Legislativo e no Executivo ao controle e à ação das massas cujo pensamento ouvirão através dos seus órgãos autorizados. São responsáveis perante as massas por toda a sua atividade. Realizam uma obra coletiva, metódica e sistemática, baseada na mais severa disciplina.

O COMBATE À POLÍTICA BURGUESA

15) Os representantes do Bloco Operário e Camponês do Brasil combatem os políticos que, direta ou indiretamente, estão ligados à classe burguesa ou defendem os interesses dela. Desmascaram esses políticos. E vão às Câmaras com o fim de combater o regime burguês. Não para fabricar leis e sim para provar que as Câmaras não passam de máscaras da ditadura dos capitalistas e que as leis preparadas pelos agentes da burguesia não podem beneficiar as massas. Tais leis são verdadeiros engodos.

CONTRA O IMPERIALISMO

16) O Bloco Operário e Camponês do Brasil combate o imperialismo internacional e os seus agentes no Brasil. O imperialismo é a dominação do capital financeiro e das empresas monopolizadoras.

17) O Bloco Operário e Camponês do Brasil opõe-se a todo novo empréstimo externo. Reivindica a extinção das missões estrangeiras (naval, militar etc.). Reivindica a revisão dos contratos das empresas imperialistas. Reivindica para o Estado Operário e Camponês do Brasil todas essas empresas. E apóia o proletariado das metrópoles e as massas das colônias e semicolônias, com especialidade as da América Latina, na luta contra o inimigo comum.

PELO RECONHECIMENTO DA U.R.S.S.

18) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta pelo reconhecimento *de jure* da União das Repúblicas Socialistas Sovietistas por parte do Brasil o pleno restabelecimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais.

19) A União Sovietista é um imenso país com perto de 20 milhões de quilômetros quadrados e 140 milhões de habitantes. Ocupa a 6ª parte do mundo. Tornou-se uma força econômica e política tal que os governos mais reacionários como os da Itália e do Japão se viram obrigados a reconhecê-la.

20) A União Sovietista é o esteio do proletariado internacional e de todos os povos coloniais e semicoloniais (como o do Brasil) em suas lutas pela própria emancipação. É a realização do verdadeiro socialismo, da verdadeira democracia. O único país do mundo em que o Estado está nas mãos de cento e tantos milhões de proletários e camponeses pobres, que governam de fato por intermédio dos *Soviets*, dos Conselhos de Operários Camponeses, Soldados e Marinheiros. O único país em que o governo entrega as armas aos trabalhadores.

PELA ANISTIA

21) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta por uma anistia completa a quaisquer presos ou perseguidos políticos ou sociais. Luta pela indenização, por parte do Estado, a todas as vítimas da reação ou às suas famílias, calculando-se a indenização segundo os salários que respectivamente ganhavam, acumulados durante o tempo decorrido desde o dia da prisão ao da libertação ou morte de cada um.

22) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta para que os carrascos desses mártires sejam entregues à justiça de tribunais populares, que não existem, mas precisam ser criados. A 'justiça' atual, tão severa com os proletários e com os revoltosos de 1922-1927 e tão branda com os carrascos do estado de sítio, faliu totalmente.

23) A anistia deve atingir os revoltosos e todos os proletários deportados por questões sociais. E todos esses perseguidos voltarão ao Brasil para continuar a batalha.

PELA AUTONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

24) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta para que o Distrito Federal – o maior centro proletário do Brasil – se liberte da tutela da política do governo federal, política influenciada pelos grandes fazendeiros de café. Preconiza especialmente: 1º a eleição do prefeito e a sua subordinação ao Conselho Municipal; 2º o aumento das cadeiras no Conselho Municipal e as imunidades para os intendentes; 3º as eleições segundo o sistema de representação proporcional, como em Buenos Aires; 4º nenhuma subordinação do município ao Senado ou a qualquer outro organismo federal; 5º a subordinação do corpo de bombeiros e da polícia civil e militar às autoridades municipais, sendo os próprios chefes ou comandantes nomeados pelo prefeito e responsáveis perante o Conselho Municipal.

EM PROL DA LEGISLAÇÃO SOCIAL

25) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta pelo andamento do Código do Trabalho, encalhado no Senado, e sua revisão pela Confederação Geral do Trabalho. Luta para que em todas as leis chamadas sociais seja introduzido um artigo estipulando que o cumprimento das mesmas deve ser fiscalizado pela Confederação Geral do Trabalho e pelos sindicatos proletários.

26) O Bloco Operário e Camponês do Brasil preconiza especialmente: 1º o dia de 7 horas; 2º a semana de 40 horas de trabalho; 3º o dia de 6 horas para os menores, as mulheres e os que fazem trabalhos malsãos ou penosos (minas, redes de esgotos, fábricas de fósforos etc.); 4º a proibição do trabalho para os menores de 14 anos; 5º o salário mínimo; 6º os contratos coletivos de trabalho; 7º o seguro, a cargo do Estado e do patronato, contra o desemprego, a invalidez, a enfermidade e a velhice; 8º a licença às proletárias grávidas, de 60 dias antes e 60 dias após o parto, com o pagamento integral dos respectivos salários; 9º a extinção dos “serões” e extraordinários; 10º o descanso semanal para todos os trabalhadores; 11º a proibição da dormida nos locais de trabalho; 12º a água filtrada e todos os requisitos da higiene; 13º o aumento dos vencimentos e ordenados para os pequenos funcionários e para os intelectuais pobres (professores primários, jornalistas mal pagos).

CONTRA A REAÇÃO

27) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta pela anulação total de todas as leis reacionárias: a lei Adolpho Gordo, a lei contra a imprensa, a reforma bernardesca da Constituição, a lei celerada e a lei da ditadura policial. Foram leis pagas pelos imperialistas com os empréstimos.

28) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta pela volta ao Brasil de todos os proletários deportados por questões sociais.

29) Luta contra a intervenção do Estado capitalista e seus órgãos de repressão, nas greves.

30) Sustenta a luta em prol dos trabalhadores presos ou perseguidos por questões políticas ou sociais.

31) Luta pela máxima liberdade de associação, reunião e opinião política para todos os proletários.

OS RICOS PAGARÃO MUITO MAIS IMPOSTOS

32) A classe proletária não pagará imposto algum, a classe média terá uma redução de 50% nos impostos atuais e a classe capitalista pagará muito mais.

33) Atualmente é inverso: O imposto sobre a renda – sobre os ricos – produz uma insignificância: 24 mil contos. Já os impostos sobre o consumo – sobre os pobres – produzem 12 ½ vezes mais: 300 mil contos.

34) O Bloco Operário e Camponês do Brasil bate-se pela redução enérgica dos impostos de consumo.

CONTRA A ATUAL REFORMA DA MOEDA

35) O Bloco Operário e Camponês do Brasil combate a atual reforma da moeda porque ela se faz em proveito dos ricos, contra os pobres. Uma das suas conseqüências é a estabilização da carestia e da miséria.

36) O governo capitalista procura arrancar as finanças ao descabro em que encontram, aumentando os impostos e contraindo novos empréstimos. O aumento dos impostos sobre os pobres agrava a carestia. Os empréstimos imperialistas acarretam novos impostos para fazerem face aos juros e à amortização. E acarretam

maiores quantias desviadas do Brasil para os cofres dos banqueiros de Londres e Nova York. Um círculo vicioso, agravando cada vez mais a carestia.

37) Se o “cruzeiro” fosse estabelecido, haveria um reajustamento nos salários e nos preços dos gêneros de primeira necessidade, isto é, um pretexto para a diminuição dos salários e para o aumento dos preços desses gêneros.

38) O Bloco Operário e Camponês do Brasil preconiza: 1º o reajustamento dos salários e vencimentos dos proletários e da classe média segundo uma tabela científica de relação entre o preço dos gêneros imprescindíveis e as necessidades mínimas das massas laboriosas; 2º o aumento desses salários e vencimentos e a diminuição do preço desses gêneros; 3º o combate a todo novo empréstimo no exterior, que só poderá agravar a carestia e a atual dependência do Brasil perante a finança anglo-americana; 4º a repressão à jogatina cambial; 5º o combate a quaisquer impostos sobre a classe proletária; 6º a agravação de todos os impostos sobre a classe capitalista; 7º a extensão do imposto sobre a renda aos grandes proprietários rurais.

PELA HABITAÇÃO PROLETÁRIA

39) O Bloco Operário e Camponês do Brasil denuncia a esterilidade das meias soluções burguesas do problema da habitação, dos paliativos e medidas de emergência.

40) Preconiza: 1º a expropriação e a conquista pelas municipalidades, das casas dos grandes proprietários; 2º os aluguéis proporcionais aos salários; 3º a suspensão do despejo dos barracões até o alojamento em casas baratas e higiênicas; 4º a moradia gratuita para os proletários sem trabalho; 5º a construção de casas de repouso para os trabalhadores, por conta dos patrões; 6º as tabelas dos aluguéis proporcionais estabelecidas e fiscalizadas por comissões de inquilinos pobres; 7º a supressão dos depósitos e pagamentos adiantados; 8º a construção de habitações baratas e higiênicas como condição para a derrubada dos barracões e casas de cômodos; 9º o combate à exploração dos intermediários e sublocadores.

PELO ENSINO E A EDUCAÇÃO PARA O PROLETARIADO

41) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta pelo desenvolvimento do ensino primário e obrigatório. Preconiza como medidas especiais: 1º o auxílio econômico às crianças pobres em idade escolar, o Estado fornecendo-lhes gratuitamente, além do material escolar, a roupa, o alimento e o transporte; 2º a criação de novas escolas profissionais de ambos os sexos como uma continuação das escolas primárias; 3º o aumento dos vencimentos do professorado primário; 4º o apoio às justas melhorias que as associações do mesmo professorado reivindicarem; 5º as subvenções às bibliotecas operárias e populares; 6º a fiscalização da instrução pela Confederação Geral do Trabalho.

PELO VOTO SECRETO

42) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta pelo voto secreto e obrigatório. Extensivo às mulheres, aos bombeiros, aos soldados, aos marinheiros, aos analfabetos e aos proletários estrangeiros.

43) O voto secreto e obrigatório não pode resolver os problemas nacionais. É apenas um meio de despertar as massas adormecidas e levá-las a participar da política e da administração do país.

44) O Bloco Operário e Camponês do Brasil preconiza as seguintes medidas especiais: 1º a máxima simplificação no alistamento; 2º a representação proporcional por quociente eleitoral para extinguir os “cabos” eleitorais, forçar a criação dos partidos, e a apresentação dos candidatos em listas coletivas de cada partido.

EM PROL DOS SOLDADOS E MARINHEIROS

45) O Bloco Operário e Camponês do Brasil apóia todos os protestos dos soldados e marinheiros contra a atual opressão capitalista. E luta: 1º pelo aumento do soldo; 2º pelo aumento da etapa e melhoria do “rancho”, fiscalizado pelas praças; 3º pela supressão dos castigos físicos e das prisões em células; 4º pela substituição da atual disciplina burguesa por uma disciplina consciente; 5º por uma completa modificação dos regulamentos; 6º pelo direito de voto; 7º pelo direito de

organização; 8º pelo alargamento radical dos insignificantes direitos atuais; 9º pela intervenção direta na administração e na política nacionais.

EM BENEFÍCIO DA JUVENTUDE E DAS MULHERES PROLETÁRIAS

46) O Bloco Operário e Camponês do Brasil defende as seguintes reivindicações especiais da juventude e das mulheres proletárias: 1º - O aumento dos salários; 2º - O dia de 6 horas de trabalho, no máximo; 3º - A proibição do trabalho para os menores de 14 anos; 4º - A proibição do trabalho nas indústrias perigosas e insalubres (vidro, fósforo etc.); 5º - 15 dias de férias, de 6 em 6 meses; 6º - A proibição dos “serões”; 7º - O direito de voto aos maiores de 18 anos; 8º - Para trabalho igual, salário igual; 9º - A redução da aprendizagem ao máximo de 2 anos; 10º – O salário de acordo com o custo da vida.

47) O Bloco Operário e Camponês do Brasil defende mais as seguintes reivindicações especiais das mulheres trabalhadoras: 1º - A licença, às proletárias grávidas, de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com o pagamento integral dos respectivos salários; 2º - A criação de maternidades e creches gratuitas, à custa do Estado e do patronato, junto aos locais de trabalho, e fiscalizadas pela Confederação Geral do Trabalho; 3º A licença remunerada de meia hora, de 3 em 3 horas, para que a mãe proletária possa amamentar o filho; 4º - Os mesmos direitos políticos e sociais dos homens.

A FAVOR DA CLASSE MÉDIA

48) Entre o proletariado e a burguesia existe uma categoria social intermediária que rigorosamente não forma uma classe. É a chamada classe média, a pequena burguesia.

49) Fazem parte da classe média:

Os artesãos, isto é, os que trabalham a domicílio com os seus próprios meios de produção. Os pequenos comerciantes e industriais. Os funcionários médios. Os técnicos. Uma grande parte dos estudantes e intelectuais. Os tenentes e os capitães. Os que vivem das profissões liberais. Os pequenos lavradores proprietários (os camponeses típicos). Os pequenos proprietários em geral...

50) - Qual a situação da classe média?

Economia: os vencimentos desvalorizados; os impostos sobrecarregando os pequenos comerciantes e industriais; as profissões liberais sob os maiores vexames; os pequenos proprietários em geral vegetando, rolando para um empobrecimento cada vez maior...

Política: a opressão; as leis reacionárias; os tribunais parcialíssimos; a promessa de uma anistia homeopática...

51) - Que espera a classe média à sombra do atual regime capitalista?

Uma agravação da exploração econômica; maior opressão política; a ditadura da classe capitalista (o fascismo); violências e arbitrariedades; guerras imperialistas...

52) – No meio de 1.000 membros da classe média, 1 poderá ficar capitalista; 999 terão de vegetar a vida toda na “pobreza envergonhada”. E quanto mais o Brasil se desenvolver, menor será o número de capitalistas. O capital concentra-se cada vez mais, espoliando a massa de proletários e pequenos burgueses. A grande propriedade aniquila a pequena propriedade.

53) O Bloco Operário e Camponês do Brasil defende as seguintes reivindicações: 1º - A redução, à metade, de todos os impostos que pesam sobre o pequeno comércio, a pequena indústria e a pequena lavoura; 2º - A redução, à metade, dos aluguéis, que pesam sobre a classe média em geral; 3º - A facilidade na construção das habitações de valor abaixo de 20 contos; 4º - O apoio e a radicalização de todos os protestos da classe média contra a reação; 5º - O apoio aos intelectuais e aos elementos das profissões liberais todas as vezes que lutarem contra a exploração e a opressão capitalistas.

54) O governo Operário e Camponês (o governo das massas laboriosas) não confiscará as casinhas dos subúrbios, o lote do camponês pobre, a lojinha, a quitandinha, a pequena oficina – as pequenas propriedades em geral - nem os objetos de uso pessoal, indispensáveis à manutenção e à reprodução.

55) A luta fundamental do proletariado é contra a classe capitalista.

A QUESTÃO AGRÁRIA

56) No Brasil, como nos outros países, existem três categorias rurais oprimidas:

1º - O assalariado agrícola, o proletário rural típico, a parte mais explorada da população brasileira: o jornaleiro, o ambulante de Minas, o caboclo dos engenhos e das usinas do Nordeste, o colono assalariado das fazendas.

2º – O pequeno lavrador sem terras: o rendeiro ou arrendatário, o meeiro, o terceiro. É um semiproletário.

3º - O pequeno proprietário, o camponês típico, o pequeno burguês rural.

57) Essas três categorias vivem oprimidas pelos grandes proprietários, protegidos pelos imperialistas. Devem ser arrastadas, paralelamente, à luta pelas suas reivindicações próprias, ao turbilhão da luta do proletariado industrial e, como consequência, à revolução agrária e antiimperialista.

58) O Bloco Operário e Camponês do Brasil apóia os protestos das massas rurais, principalmente quando esses protestos se fizerem como no Jary em 1928. E luta pelas seguintes reivindicações:

Para o operário rural:

1º - O aumento dos salários; 2º - a diminuição das horas de trabalho; 3º - a abolição das multas; 4º – o pagamento em moeda corrente e não em vales falsos, cartões ou moedas de alumínio; 5º - o pagamento de quaisquer consertos, “limpas”, ou trabalhos semelhantes; 6º - a extinção dos atuais armazéns ou “barracões” ligados aos grandes proprietários, e o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade pelas cooperativas de operários agrícolas; 7º - o combate à sujeição dos grandes proprietários, criadores, usineiros, senhores de engenho; 8º – a anulação de quaisquer leis que permitam a existência de grupos armados a serviço dos grandes proprietários e a dissolução dos grupos de “capangas”; 9º - a demissão dos fiscais e administradores prepotentes; 10º - a liberdade de locomover-se; 11º - a liberdade de trabalhar para quem entender; 12º - a união com os trabalhadores industriais na luta contra o inimigo comum – o grande proprietário aliado ao imperialista; 13º - a liberdade de voto; 14º - a anulação da concessão Ford e das outras semelhantes; 15º - a formação de sindicatos; 16º - a fiscalização do Patronato Agrícola por esses sindicatos; 17º - a extensão da legislação social, das leis de férias, acidentes etc., que atualmente estão limitadas ao proletariado das cidades; 18º - as escolas primárias; 19º - a construção de casas de taipa em lugar de palhoças; 20º - o médico, o hospital e a farmácia grátis; 21º - o saneamento rural sistemático, visando a regeneração física e moral do trabalhador agrícola; 22º - a higienização das condições de trabalho e habitação; 23º - o auxílio às cooperativas

operárias de consumo; 24º - a luz elétrica; 25º - a água encanada; 26º - as máquinas que facilitem o trabalho; 27º - a proibição dos contratos de escravização.

Para o pequeno lavrador sem terras:

1º - a redução do arrendamento; 2º - a facilidade e a barateza dos transportes; 3º - a conservação e o melhoramento das estradas atuais; 4º - a construção de novas estradas de rodagem; 5º - a isenção de quaisquer impostos ou taxas de qualquer natureza sobre os veículos de toda espécie, destinados ao transporte dos produtos da pequena lavoura; 6º - o fornecimento gratuito de sementes e adubos; 7º - fornecimento, a crédito ou por aluguel, de animais e máquinas agrícolas; 8º - o desenvolvimento das ligas de pequenos lavradores; 9º - a liberdade de vender os produtos a quem entender.

E para o pequeno proprietário:

1º - o combate aos direitos hipotecários; 2º - a redução de todos os impostos; 3º - o combate ao grande proprietário; 4º - o auxílio às cooperativas de produção; 5º - o auxílio contra as formigas e outros insetos; 6º - a canalização das águas para a irrigação das terras; 7º - as novas estradas; 8º - a facilidade de embarque nas estradas de ferro; 9º - a luta contra as secas e inundações; 10º - a transferência do fardo fiscal para as categorias ricas (os grandes proprietários); 11º - a organização de Ligas Camponesas Típicas.

59) O Bloco Operário e Camponês do Brasil apóia as reivindicações dos imigrantes, dos seringueiros e dos pescadores. Preconiza para estes: 1º - a liberdade de vender o pescado diretamente; 2º - o fornecimento pelo Estado de recursos e utensílios para a pesca; 3º - a direção real das colônias, libertando-as do controle do ministério da marinha; 4º - a higienização das colônias; 5º - a criação de escolas e hospitais; 6º - a construção de casas baratas e higiênicas; 7º - o combate às empresas capitalistas de pesca, que reduzem os pescadores à miséria.

60) Os sindicatos de assalariados rurais devem aderir à Confederação Geral do Trabalho do Brasil, e às Ligas de pequenos lavradores sem terras e de camponeses, ao Bloco Operário e Camponês do Brasil e à Internacional Camponesa Vermelha.

61) O caráter fundamental da questão agrária no Brasil é o seguinte: a minoria exploradora possui 800 milhões de hectares de terras (cada hectare tem 100 metros de comprimento por 100 de largura), enquanto a imensa maioria proletária não possui um único hectare. Apenas existem 26 milhões de hectares de terras recenseadas, nas mãos dos pequenos proprietários.

62) A revolução agrária e antiimperialista tem por fim livrar o Brasil dos restos de escravidão, da servidão e do imperialismo. A luta contra os grandes proprietários rurais é inseparável da luta contra os seus financiadores, os imperialistas. A revolução respeitará as terras dos pequenos proprietários, mas confiscará os milhões de hectares dos grandes proprietários.

63) O Bloco Operário e Camponês do Brasil luta pela revolução agrária e antiimperialista, revolução democrática pequeno-burguesa, prelúdio da revolução proletária, dirigida pelo Partido Comunista. Luta para que, nessa primeira revolução, o proletariado conquiste a hegemonia, uma influência decisiva.

64) O Bloco Operário e Camponês do Brasil procurará ligar solidamente, como os elos da mesma cadeia, as reivindicações imediatas das massas rurais (especificadas atrás), à revolução agrária e antiimperialista. Esta deve ser o coroamento da luta por aquelas.

65) À medida que as massas evoluírem revolucionando-se, o Bloco Operário e Camponês do Brasil deverá ir radicalizando as reivindicações acima, lançando palavras de ordem intermediárias. Nesse período essencialmente revolucionário, cabem as seguintes reivindicações das massas rurais, que deverão ser sustentadas pelo proletariado industrial, com a máxima energia: 1º - a extinção do arrendamento; 2º - a anulação das dívidas contraídas pelos lavradores pobres com o capital usurário; 3º - a anulação de outras dívidas quaisquer; 4º - redução enérgica dos impostos; 5º - a confiscação (sem indenização) das terras; 6º - a nacionalização das mesmas, isto é, a apropriação delas pelo governo das massas laboriosas; 7º - a repartição das terras pelas três categorias rurais especificadas atrás, especialmente pelas duas primeiras, com a propaganda da lavoura, em comum e não do trabalho isolado, individualista; 8º - a criação dos organismos armados dos operários agrícolas; 9º - O desarmamento dos grandes proprietários e de seus grupos de "capangas".

66) O Bloco Operário e Camponês do Brasil preconiza que os estabelecimentos agrícolas modernizados com arados, tratores etc. devem continuar a ser cultivados coletivamente, sem a sua divisão em lotes. A produção deve realizar-se em comum. Os produtos passarão a pertencer à coletividade dos trabalhadores.

67) Os problemas nacionais e especialmente os problemas da massa trabalhadora, só poderão ser resolvidos pelo Governo Operário e Camponês do

Brasil, unido ao proletariado internacional. Esse governo realizará as melhorias citadas no programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil. Estendê-los-á aprofundando e radicalizando. Elevará às últimas conseqüências a revolução agrária e antiimperialista, preparando a revolução proletária – a instauração do socialismo, do primeiro passo para a sociedade comunista.

68) O Bloco Operário e Camponês do Brasil condena a política do café, que se faz em proveito da insignificante minoria dos grandes fazendeiros, sacrificando a imensa maioria da população; e em benefício dos imperialistas que a aproveitam para conquistar novas posições estratégicas na economia e na política nacionais.

69) O Governo Operário e Camponês procurará valorizar os produtos nacionais em benefício das vastas multidões laboriosas.

A QUESTÃO DOS ÍNDIOS

70) Há séculos, os índios vêm protestando contra a usurpação das suas terras. Esse protesto tem se revestido: 1º - de formas legais, como o dos Coroados do Estado do Rio, em 1916, e dos Carijós de Pernambuco, em 1928; 2º - de formas semilegais, como o protesto dos Terenos de Mato Grosso, em 1929; 3º - de formas extralegais, como as lutas armadas em vários Estados. Os fazendeiros têm sido ferozes espoliadores dos índios.

71) O Bloco Operário e Camponês do Brasil apóia o protesto dos índios contra a usurpação de suas terras pelos fazendeiros, principalmente quando esse protesto se fizer pelas armas. E reivindica: 1º - que a Confederação Geral do Trabalho tenha o direito de fiscalizar o Serviço de Proteção aos Índios; 2º - que na direção desse Serviço existam representantes dos índios, escolhidos em assembléia dos mesmos; 3º - que os índios tenham o direito de organização sindical e política; 4º - que gozem dos mesmos benefícios que o Bloco Operário Camponês do Brasil reivindica para as massas rurais em geral; 5º - que tenham todas as possibilidades de criar uma civilização própria, como está sucedendo na União Soviética com as minorias nacionais; administração própria, alfabeto, livros e formas na própria língua, uma arte, uma cultura e uma indústria indígenas.

72) As palavras de ordem revolucionária como a confiscação de terras dos fazendeiros pelos índios – o inverso do que se dá atualmente – devem ser lançadas

e sustentadas, como também a favor dos pequenos proprietários do interior de S. Paulo, espoliados pelos “grileiros”.

73) Que os índios tenham uma vida nacional própria e não vejetem à sombra do capitalismo, envenenando-se com o álcool, cobrindo-se de todas as gafeiras deste regime.

O problema dos índios está ligado à questão agrária e à questão das minorias nacionais.

OS PARTIDOS POLÍTICOS

74) O Bloco Operário e Camponês do Brasil combate o Partido Republicano porque tal partido está preso aos capitalistas em geral e aos fazendeiros de café em particular, aos imperialistas em geral e aos imperialistas ingleses em particular; porque a sua política da valorização do café, em proveito dos grandes fazendeiros; e porque constitui a mão direita da burguesia.

75) O Bloco Operário e Camponês do Brasil combate a Aliança, falsamente Liberal, o Partido pretensamente Libertador e os Partidos falsamente Democráticos porque são dirigidos por fazendeiros, industriais e estancieiros descontentes, pelos capitalistas em proveito dos capitalistas; porque os seus dirigentes estão ligados aos imperialistas em geral e aos imperialistas norte-americanos em particular; e porque tentam representar a comédia de um “esquerdismo” burguês mascarando a realidade fascista.

76) O Bloco Operário e Camponês do Brasil apóia-se nas organizações revolucionárias como o Partido Comunista. E combate o Partido Trabalhista – partido de policiais e fura-greves que homenagearam Hoover e apóiam a candidatura Julio Prestes, partido que é uma verdadeira caricatura do reformismo internacional.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

77) O candidato Julio Prestes é um instrumento da classe capitalista em geral e dos grandes fazendeiros de café em particular. Sua política é a do Partido Republicano e a do imperialismo inglês. Candidato da mão direita da burguesia. Procurou esmagar a greve dos gráficos. Prendeu centenas de proletários. E é um

dos responsáveis pelas perseguições aos trabalhadores do Rio de Janeiro; pelos 35 assaltos às associações operárias, pelas 900 prisões etc.

78) O candidato Getulio Vargas é um instrumento da classe capitalista e do imperialismo norte-americano. Candidato fascista a fingir de mão esquerda da burguesia. Liberal na aparência e reacionário na substância.

79) O desejo da mão direita da burguesia e do seu candidato é instalar o fascismo no Brasil, sob a proteção dos banqueiros de Londres. O desejo da pretensa mão esquerda da burguesia e do seu candidato é instalar o fascismo no Brasil, sob a proteção dos banqueiros de Nova York. O fascismo é a ditadura da burguesia esmagando o proletariado e a classe média.

80) Contra o candidato declaradamente reacionário e contra o candidato mascaradamente liberal, contra os candidatos fascistas dos banqueiros de Londres e Nova York, o Bloco Operário e Camponês do Brasil apresenta o candidato das massas laboriosas.

81) A luta pela sucessão presidencial deve ser uma luta pela revolução agrária e antiimperialista, resultante da atual crise econômica, política e social.

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

82) Até aqui, a história do Brasil foi um mero reflexo da história universal. Pela primeira vez, os acontecimentos nacionais vão influenciar sobre a situação internacional. Chegou a hora da América Latina.

83) Como a França em 1789, a Rússia em 1917, a Finlândia, o Japão, a Áustria e a Alemanha em 1918, a Hungria, a Coreia e a Baviera em 1919, a Turquia e a Itália em 1920, a Alemanha em 1921, a Bulgária, a Alemanha e a Estônia em 1923, Marrocos e a Síria em 1925, a Inglaterra em 1926, a Áustria e a China em 1927 – a América Latina vai ser um dos esteios da revolução social mundial.

84) A revolução brasileira deve ser considerada como sendo a revolução mundial no setor brasileiro em seu primeiro período de 1917 a 1920, sua base social foi o proletariado. Esmagado este, a classe média deu um passo à frente. Lutou em 1922 e 1924 para derrubar a situação dominante. O proletariado, vencido e desorganizado, não pôde auxiliá-la de fato. Preparam-se, agora, as condições favoráveis a uma nova revolta. Nela poderá realizar-se a ação paralela do

proletariado e da classe média contra o inimigo comum, sob a hegemonia do proletariado.

85) A nova revolta prolongando-se, transformar-se-á numa revolução agrária e antiimperialista. Confiscará as terras dos grandes proprietários e as empresas imperialistas. Terá como base social o proletariado e a classe média, contra a classe capitalista. Radicalizar-se-á transformando-se numa revolução proletária.

86) O Bloco Operário e Camponês do Brasil apóia os revoltosos de Copacabana, S. Paulo e da Coluna Prestes, especialmente os seus elementos radicais, criticando, porém, os desvios dos elementos direitistas. Apoiará a revolução agrária e antiimperialista. E lutará pela hegemonia do proletariado nessa revolução.

87) O povo brasileiro marcha atualmente para o fascismo ou para a revolução agrária e antiimperialista, preliminar da revolução proletária. Marcha para uma escravidão maior ou para a liberdade!

Setembro, 1929.

O COMITÊ CENTRAL DO BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS”

ANEXO E – Panfleto entregue no 1º de maio de 1929 pela CRT.

“A Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, apela aos trabalhadores das cidades e dos campos!

O proletariado do Brasil comemora o 1º de maio de 1929 em condições excepcionais.

Durante os últimos anos, a situação da classe operária é cada vez mais angustiosa. De um lado, devido à política do câmbio baixo, à estabilização da moeda em taxa vil de outro lado, devido à formação de trusts açambarcando todos os gêneros de primeira necessidade.

A estabilização da moeda baixa, embora beneficiasse os grandes fazendeiros de café e capitalistas, entretanto, para a grande massa do povo, ela representa a estabilização da miséria e das privações, a ameaça sinistra da fome. Os açambarcadores dos gêneros mais necessários ao consumo, impondo preços extravagantes, agravam ainda mais as já tristes condições de vida das massas laboriosas.

Premido pelas circunstâncias, agita-se o imenso proletariado das cidades e dos campos do Brasil. Farto de sofrimentos, explorado, oprimido, humilhado, o proletariado se revolta, reclamando os seus direitos, exigindo pão e liberdade! E o país inteiro é sacudido pelas greves, repetidas, cada vez mais amplas, mais vastas, arrastando para a luta de classes milhares e milhares de trabalhadores...

A princípio, a revolta do Jary, depois, a fuga impressionante dos colonos da concessão Ford; ainda a greve espontânea da massa sacrificada da Amazon River, seguida pelas greves que ultimamente abalaram Porto Alegre. Pouco depois, explodia a greve de São Félix, Cachoeira e Muritiba, no momento mesmo em que principiava a grandiosa batalha dos 6.000 gráficos paulistas, acompanhada pela greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo e Minas,

O sítio, durante anos inteiros, garroteou o proletariado. Arbitrariedade e violência da classe operária a serviço dos nababos, amordaçaram o grito de protesto da classe operária, vítima de uma exploração desumana! Mas o clamor de revolta das camadas mais profundas da massa proletária, espoliada nas fábricas, campos e oficinas, não mais pode ser abafado pelas leis “infames”!

O proletariado se movimenta. Essa imensa massa, a anônima propulsora da grandeza do país, ela reclama o bem estar, exige o conforto, a que ela tem direitos incontestáveis!

Queremos o dia de 8 horas. Reclamamos um aumento de ordenados, que esteja em relação com o aumento do custo de vida. Reivindicamos o cumprimento das leis de férias, acidentes de trabalho e de menores, votadas pela própria burguesia e sancionados pelo governo dos fazendeiros de café.

Todas as conquistas da classe operária marcam lutas ásperas e penosas. E o 1º de Maio é o dia em que o proletariado no mundo inteiro comemora os tombados na batalha pela sua libertação! E seja esta comemoração dos nossos mártires do passado, a afirmação da nossa vontade de luta no presente, luta contra os exploradores, luta por um futuro melhor, sem opressores, nem oprimidos!

Realizando o balanço das lutas passadas, lançando as palavras de ordem para as batalhas que vêm, no dia 1º de maio, os trabalhadores manifestam em praça pública, protestando contra as injustiças do regime capitalista, reafirmando as suas esperanças de emancipação!

A classe operária, no Rio Grande do Sul, lutou muito no passado. E ao lado dos companheiros do país inteiro, assistimos, em 1920-21, à destruição do movimento operário, edificado à custa de tantas dedicações e tamanhos sacrifícios. Todas as conquistas alcançadas foram-se, pouco a pouco, diante da impossibilidade de resistência de um movimento sindical desmantelado. Falta de uma visão clara do caminho que nos há de levar à emancipação, falta de disciplina, de unidade de pensamento e de ação, incapacidade de direção, organização de sindicatos à base de ofício, dispersando as forças operárias, enquanto os capitalistas se unem cada vez mais, concentram a produção — tudo isto acarretou a derrota do proletariado.

E depois de tanto tempo, quando os nossos companheiros de Rio e São Paulo libertam-se dos últimos vestígios do passado, quando já há anos que a Federação Sindical Regional do Rio realiza a obra de reorganização das forças operárias da capital da República, só ultimamente é que no Rio Grande do Sul surgiu a Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, indicando aos trabalhadores o caminho a seguir, nas lutas pelas suas reivindicações: poderosos sindicatos de indústria, grandes associações de empresa, unificação das forças operárias do Estado, na Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul; filiação da Confederação, à Confederação Geral do Trabalho do Brasil, que unida aos sindicatos de toda a América Latina, nos dirigirá para a luta contra a exploração da burguesia nacional e imperialistas estrangeiras!

Que o 1º de Maio seja para os trabalhadores do Rio Grande do Sul o início de uma nova era de organização, mas organização que obedeça às necessidades novas da luta entre a burguesia exploradora e o proletariado explorado!

Seja a comemoração do 1º de maio deste ano uma afirmação vigorosa da força do proletariado e seja o começo de intensa campanha no Rio Grande do Sul pela preparação da classe operária, para as batalhas que cada vez mais se aproximam!

O êxito dessa comemoração é uma questão de honra para o movimento operário do país. Quando a polícia paulista fecha a UTG de São Paulo; quando ela fecha as associações que se manifestam solidárias com o grande movimento da União dos Trabalhadores Gráficos e prende os dirigentes da greve e operários indefesos; quando o patronato se prepara para oprimi-nos ainda mais e a nossa situação é cada vez mais precária — é preciso que de todo o Brasil, das comemorações do 1º de maio, parta o grito do proletariado consciente, de protesto contra as violências de que a nossa classe é vítima, contra a escravidão capitalista, pela emancipação dos oprimidos!

Todos os operários dentro dos sindicatos de indústria e de empresa! Todos os sindicatos do Rio Grande, unidos na Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul! A classe operária do Brasil inteiro, arregimentada sob a bandeira da Confederação Geral do Trabalho! Toda a América Latina proletária, na Confederação Sindical Latino-americana, para a batalha contra o imperialismo! Pelo dia de 8 horas de trabalho! Pelo pagamento extraordinário de serões! Pelo cumprimento da Lei de Férias, de Acidentes de Trabalho e Menores! Aumento de salários de acordo com o aumento dos custos de vida! Contra as leis que limitam e suprimem o direito de livre organização operária, garantida pela constituição! Contra as leis que limitam e suprimem a liberdade de reunião, palavra e imprensa para os trabalhadores! Contra as leis que arrancam do seio do proletariado os seus militantes, deportando-os para o estrangeiro e para as Clevelândias! Nem mais um operário fora dos sindicatos! Todos ao grande comício promovido pela Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, no dia 1º de maio, às 5 horas da tarde, defronte da escadaria da Intendência Municipal! Que cada trabalhador saiba cumprir com seu dever, participando do comício do 1º de maio! O Comitê Provisório da Confederação Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul.”